



Diretrizes para áreas sob proteção privada

Brent A. Mitchell, Sue Stolton, Juan Bezaury-Creel, Heather C. Bingham, Tracey L. Cumming, Nigel Dudley, James A. Fitzsimons, Delphine Malleret-King, Kent H. Redford e Pedro Solano

Craig Groves, editor da série



Série Diretrizes para Melhores Práticas em Áreas Protegidas No. 29



SÉRIE DIRETRIZES PARA MELHORES PRÁTICAS EM ÁREAS PROTEGIDAS DA WCPA DA UICN

A Série Diretrizes para Melhores Práticas em Áreas Protegidas da UICN-WCPA é o recurso de referência utilizado em nível mundial para gestores de áreas protegidas. Envolvendo a colaboração entre profissionais especialistas dedicados a apoiar uma melhor implementação no campo, essas Diretrizes são resultado de orientações e aprendizados vindos de toda a UICN. Aplicados no campo, eles estão promovendo capacitação institucional e individual para a gestão eficaz, equitativa e sustentável de sistemas de áreas protegidas, para que possamos fazer frente aos numerosos desafios enfrentados na prática. As Diretrizes também auxiliam governos nacionais, agências responsáveis por áreas protegidas, Organizações Não Governamentais, comunidades e parceiros do setor privado, a cumprir seus compromissos, metas e, especialmente, o Programa de Trabalho com Áreas Protegidas da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Um conjunto completo de diretrizes está disponível em: www.iucn.org/pa_guidelines

Recursos complementares estão disponíveis em: www.cbd.int/protected/tools/

Contribua para o desenvolvimento de capacidades para um Planeta Protegido em: www.protectedplanet.net/

DEFINIÇÃO DE ÁREA PROTEGIDA, CATEGORIAS DE MANEJO E TIPOS DE GOVERNANÇA DA UICN

A UICN define áreas protegidas como:

Um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerenciado, por meios legais ou outros meios efetivos, para alcançar a conservação de longo prazo da natureza com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados.

A definição é ampliada por seis categorias de gestão (uma delas com uma subdivisão), que são resumidas abaixo.

Ia. Reserva natural estrita: áreas protegidas estritamente para conservação da biodiversidade e também, possivelmente, características geológicas/geomorfológicas, onde a visitação, o uso e os impactos humanos são limitados e controlados para garantir a proteção dos valores de conservação.

Iib. Área silvestre: Geralmente, grandes áreas não modificadas ou ligeiramente modificadas, que mantêm seu caráter e sua influência naturais, sem habitação humana permanente ou significativa, protegidas e geridas para preservar sua condição natural.

II. Parque nacional: grandes áreas naturais ou quase naturais que protegem processos ecológicos de grande porte, com espécies e ecossistemas característicos. Também oferecem oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreativas e de visitação que são ambiental e culturalmente compatíveis.

III. Monumento ou característica natural: áreas reservadas para proteger um monumento natural específico, que pode ser um acidente geográfico, uma montanha submarina, uma caverna submarina, uma característica geológica como uma caverna ou uma característica viva como, por exemplo, uma floresta antiga.

IV. Área de manejo de habitat/espécies: áreas para proteger determinadas espécies ou habitats, onde o manejo reflete essa prioridade. Muitas vão precisar de intervenções regulares e ativas para atender às necessidades de determinadas espécies ou habitats, mas este não é um requisito da categoria.

V. Paisagem terrestre ou marinha protegida: onde a interação das pessoas e da natureza ao longo do tempo produziu um caráter distinto com significativo valor ecológico, biológico, cultural e paisagístico; e onde a salvaguarda da integridade dessa interação é vital para proteger e manter a área e seu valor de conservação da natureza associado e outros valores.

VI. Áreas protegidas com uso sustentável dos recursos naturais: áreas que conservam ecossistemas, juntamente com valores culturais associados e sistemas tradicionais de gestão de recursos naturais. Geralmente de grande extensão, principalmente em uma condição natural, parte dessas áreas está sob gestão sustentável de recursos naturais e, onde o baixo nível de uso não industrial de recursos naturais é compatível com a conservação da natureza, é considerado um dos principais objetivos.

A categoria deve ser baseada nos objetivos principais de manejo, que devem se aplicar a, pelo menos, três quartos da área protegida - a regra dos 75%.

As categorias de manejo são aplicadas de acordo com a tipologia da governança - uma descrição de quem detém autoridade e responsabilidade sobre a área protegida. A UICN define quatro tipos de governança:

Tipo A. Governança por governos: ministério/órgão federal ou nacional é responsável; ministério/órgão subnacional é responsável; manejo delegado pelo governo (por exemplo, a uma ONG).

Tipo B. Governança compartilhada: governança transfronteiriça (arranjos formais e informais entre dois ou mais países); Governança colaborativa (através de várias formas nas quais diversos atores trabalham em conjunto); governança conjunta (conselho pluralista ou outra organização multilateral de governança).

Tipo C. Governança privada: as áreas conservadas são estabelecidas e mantidas por proprietários individuais, organizações sem fins lucrativos (por exemplo, ONGs e universidades) e organizações com fins lucrativos (por exemplo, proprietários corporativos).

Tipo D. Governança por povos indígenas e comunidades locais: áreas e territórios conservados de povos indígenas – estabelecidas e mantidas por povos indígenas; áreas conservadas por comunidades – estabelecidas e mantidas por comunidades locais.

Para Mais informação sobre a definição, categorias e tipos de governança da UICN, consulte Dudley (2008). Guidelines for applying protected area management categories, que pode ser baixado em: www.iucn.org/pa_categories

Para mais informação sobre tipos de governança, veja Borrini-Feyerabend, et al., (2013). Governance of Protected Areas: From understanding to action, que pode ser baixado em <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-020.pdf>

Diretrizes para áreas sob proteção privada

O Grupo de Especialista em Áreas sob proteção privada e Gestão da Natureza dedica este volume à nossa colega Elisa Corcuera, de quem sentimos muita saudades.



UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza)

A UICN ajuda o mundo a encontrar soluções pragmáticas para os nossos desafios mais urgentes em termos de meio ambiente e desenvolvimento. A organização trabalha com biodiversidade, mudança climática, energia, meios de subsistência humana, tornando a economia mundial mais verde ao apoiar a pesquisa científica, coordenar projetos de campo no mundo todo, além de reunir governos, ONGs, a ONU e empresas para desenvolver políticas, leis e melhores práticas. A UICN é a maior e mais antiga organização ambiental global do mundo, com mais de 1.400 membros entre governos e ONGs, e quase 18.000 especialistas voluntários. O trabalho da UICN tem apoio de mais de 900 funcionários em mais de 50 países e centenas de parceiros nos setores público e privado, e em ONGs do mundo todo.

www.iucn.org



Comissão Mundial de Áreas Protegidas (WCPA)

A WCPA da UICN é a principal rede de especialização em áreas protegidas do mundo. É administrada pelo Programa da UICN para Áreas Protegidas e tem mais de 2.500 membros de 140 países. A WCPA trabalha ajudando governos e outros atores a planejar áreas protegidas e as integrar em todos os setores, fornecendo assessoria estratégica a formuladores de políticas, fortalecendo a capacidade e o investimento em áreas protegidas, e reunindo o público diversificado dos interessados diretos em áreas protegidas para tratar de questões desafiadoras. Por mais de 60 anos, a UICN e a WCPA têm estado na vanguarda da ação global sobre áreas protegidas. A série Diretrizes para Melhores Práticas é um dos produtos de referência da Comissão, trazendo orientações providenciais sobre o planejamento, gestão e assessoria em áreas protegidas.

www.iucn.org/wcpa



Grupo de Especialista em Áreas sob proteção privada e Gestão da Natureza

O Grupo de Especialista da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN visa melhorar o entendimento e reconhecimento do papel de abordagens privadas à conservação da natureza e melhorar a eficiência de áreas privadas de proteção e conservação através da coleta e disseminação de informações em nível global.

privateconservation.net



Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)

Aberta para assinatura na Eco92 no Rio de Janeiro e em vigor desde dezembro de 1993, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado internacional para a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos componentes da biodiversidade e o compartilhamento equitativo dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos. Com 196 Partes envolvidas até hoje, a Convenção tem participação quase universal entre os países.

www.cbd.int



Fundación Mar Adentro

A Fundación Mar Adentro é uma fundação privada sem fins lucrativos dedicada ao desenvolvimento de programas multidisciplinares que integram arte e natureza para fins educacionais, explorando estratégias de conservação da biodiversidade baseadas na pesquisa científica da vida natural no Chile, conscientizando e incentivando mudanças relacionadas ao valor que é colocado sobre o patrimônio natural e cultural.

www.fundacionmaradentro.cl



Pesquisa do Equilíbrio

A Equilibrium Research oferece soluções práticas para os desafios da conservação, desde o conceito até a implementação e avaliação do impacto. Com parceiros que vão desde comunidades locais a agências da ONU em todo o mundo, Equilibrium explora e desenvolve abordagens para a gestão de recursos naturais que equilibram as necessidades da natureza e das pessoas. Os fundadores, Nigel Dudley e Sue Stolton, entendem que a conservação da biodiversidade é uma necessidade ética, que também pode apoiar o bem-estar humano.



Agência Federal para a Conservação da Natureza (BfN)

A Agência alemã para a Conservação da Natureza (Bundesamt für Naturschutz - BfN) é a autoridade científica do governo alemão responsável pela conservação da natureza nacional e internacional. A BfN é uma das agências departamentais de pesquisa do governo e reporta-se ao Ministério do Meio Ambiente Alemão (BMUB). A Agência fornece ao Ministério do Meio Ambiente da Alemanha assistência profissional e científica em todas as questões de conservação da natureza e gestão da paisagem e nas atividades de cooperação internacional. A BfN promove seus objetivos realizando pesquisas científicas relacionadas e também é responsável por vários programas de financiamento. Além disso, a BfN realiza importante trabalho de fiscalização sob acordos internacionais sobre conservação de espécies e conservação da natureza, como o Tratado da Antártida e a Lei Alemã de Engenharia Genética.

www.bfn.de/en



Fundo Turner para Espécies Ameaçadas (TESF)

O Fundo Turner para Espécies Ameaçadas (Turner Endangered Species Fund – TEF) foi lançado em 1997 e dedica-se à conservação da diversidade biológica, garantindo a persistência de espécies ameaçadas e seus habitats, com ênfase em terras privadas. Nossas atividades vão desde ações de conservação de espécies únicas até a restauração de comunidades ecológicas e ecossistemas funcionais. Somos únicos em nossos esforços para levar o papel das terras privadas à vanguarda da conservação ecológica. Nosso objetivo é usar a melhor ciência para conservar efetivamente a biodiversidade e disseminar informações científicas e políticas confiáveis. Estamos determinados a estabelecer um novo nível de efetividade para os esforços do setor público privado para reparar a crise de extinção.

tesf.org



Centro Atlântico para o Meio Ambiente (QLF)

O Centro Atlântico para o Meio Ambiente (Atlantic Center for the Environment - QLF) existe para promover o desenvolvimento de lideranças globais, para apoiar as comunidades rurais e o meio ambiente do leste do Canadá e Nova Inglaterra, e para criar modelos de gestão de recursos naturais e patrimônio cultural que possam ser compartilhados em todo o mundo. A Fundação Quebec-Labrador está registrada como uma organização sem fins lucrativos do tipo “501(c) 3” nos Estados Unidos e como uma organização de caridade no Canadá. A partir da sede em Massachusetts, a QLF administra o Grupo de Especialistas em Áreas sob proteção privada e Gestão da Natureza, sob os auspícios da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN.

www.qlf.org

Diretrizes para áreas sob proteção privada

Brent A. Mitchell, Sue Stolton, Juan Bezaury-Creel, Heather C. Bingham,
Tracey L. Cumming, Nigel Dudley, James A. Fitzsimons, Delphine Malleret-King,
Kent H. Redford e Pedro Solano

Craig Groves, editor da série

A designação de entidades geográficas neste livro e a apresentação do material não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da UICN ou outras organizações participantes sobre a situação jurídica de qualquer país, território ou região ou de suas autoridades, nem sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites.

As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as da UICN ou outras organizações participantes.

A UICN não tem responsabilidade por erros ou omissões que possam ocorrer nesta tradução ou desvios ao idioma da versão original desta publicação. No caso de discrepâncias, consulte a edição original. Título da edição original: *Guidelines for privately protected areas*. Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 29 (2018). Gland, Suíça: UICN. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2018.PAG.29.en>

A publicação em português foi possível devido ao apoio financeiro do Bundesamt für Naturschutz (BfN) e do Fundo Turner para Espécies Ameaçadas.

Publicado por: UICN, Gland, Suíça

Direitos autorais: © 2018 UICN, União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais

© 2023 UICN, para a tradução em língua portuguesa

A reprodução desta publicação para fins educacionais ou outros fins não comerciais é autorizada sem permissão prévia por escrito do detentor dos direitos autorais, desde que a fonte seja totalmente reconhecida.

É proibida a reprodução desta publicação para revenda ou outros fins comerciais sem a permissão prévia por escrito do detentor dos direitos autorais.

Citação: Mitchell, B.A., Stolton, S., Bezaury-Creel, J., Bingham, H.C., Cumming, T.L., Dudley, N., Fitzsimons, J.A., Malleret-King, D., Redford, K.H. e Solano, P. (2023). *Diretrizes para áreas sob proteção privada*. Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas No. 29. Editor da série: Craig Groves. Gland, Suíça: UICN.

ISBN: 978-2-8317-2205-4 (PDF)

Foto da capa: © Lapa Rios, Osa Peninsula, Costa Rica

Foto da contracapa: Voluntário do Nature Conservancy do Canada plantando estorno (*Ammophila breviliigulata*) © Mike Dembeck

Layout por: Miller Design

Tradução e Revisão: Larissa Stoner
Cristina Cuiabália Neves
Flávio Ojidos
Larissa Lara

Disponível através de: União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais (UICN)
Programa Global de Áreas Protegidas

Rue Mauverney 28
1196 Gland
Suíça
Tel +41 22 999 0000
Fax +41 22 999 0002
wcpa@iucn.org
www.iucn.org/resources/publications

Conteúdo

Prólogo	.ix
Reconhecimentos	x
Sumário Executivo	.xi
Prefácio	xii

Parte A O que é uma área sob proteção privada?

Parte B Melhores Práticas

Seção 1	Estabelecendo uma área sob proteção privada	8
Seção 2	Manejando uma área sob proteção privada	15
Seção 3	Incentivos para áreas sob proteção privada	27
Seção 4	Assegurando a permanência das áreas sob proteção privada	33
Seção 5	Questões relacionadas aos subtipos específicos de áreas sob proteção privada	38
Seção 6	Coordenação com os sistemas nacionais de áreas protegidas	46
Seção 7	Registrando áreas sob proteção privada	50
Seção 8	O papel das redes de áreas sob proteção privada	53

Part C Mirando o futuro: oportunidades para identificar o potencial de PPAs

Part D Estudos de Caso

1	O Sistema de Reserva Nacional da Austrália de áreas protegidas públicas, privadas e indígenas	62
2	As Reservas Particulares do Patrimônio Natural Brasileiro: Iniciativa privada como política pública	64
3	As Reservas de Land Trusts da China	66
4	As PPAs e turismo: um exemplo baseado em Lapa Rios, Costa Rica	68
5	O Patrimônio Natural Nacional: contribuir para o envolvimento privado na conservação da natureza na Alemanha	70
6	Um modelo bem-sucedido de gestão de conservação da vida selvagem: Lewa Wildlife Conservancy, Quênia	72
7	A conservação de terras privadas na Nova Zelândia como movimento social	74
8	As Redes Privadas de Conservação no Peru	76
9	A Reserva Recreativa Malololelei: uma colaboração bem-sucedida em Samoa	78
10	O Estabelecimento de PPAs: lições aprendidas na África do Sul	80
11	O Cinturão Verde do Condado de Essex: uma land trust 'típica' americana	82
12	Colocando PPAs no mapa: adicionando PPAs ao WDPA no Reino Unido	84

Part E Recursos

Referências e Notas finais	88
Glossário	94
Apêndice 1: PPAs e outras medidas de conservação efetiva baseadas em áreas	97
Biografias dos autores	98

Quadros

Quadro A1	Qual é a diferença entre gestão e governança?	2
Quadro A2	Quais são as características da governança privada?	6
Quadro 1.1	Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas da UICN	9
Quadro 1.2	Apoiando a conservação e o desenvolvimento econômico na África do Sul	9
Quadro 1.3	BioMap: mapeando prioridades para aquisições nos EUA	10
Quadro 1.4	Estratégias regionais de conservação da natureza na União Europeia	10
Quadro 1.5	Mandatos internacionais para PPAs	11
Quadro 1.6	O Refúgio da Vida Silvestre do Cáucaso: uma PPA pioneira na Armênia	12
Quadro 1.7	Chumbe Island Coral Park em Zanzibar, Tanzânia, a primeira PPA marinha do mundo	13
Quadro 1.8	Brasil, pioneiros das PPAs	14
Quadro 1.9	A Reserva Natural de Ingula, África do Sul: uma história de sucesso de compensação corporativa	14
Quadro 2.1	Ferramentas e diretrizes de manejo para áreas protegidas	15

Quadro 2.2	Melhores práticas de manejo e requisitos legislativos dentro do contexto das PPA's da África do Sul	16
Quadro 2.3	Fontes de dados globais de conservação para complementar dados nacionais	17
Quadro 2.4	Conhecimento ecológico tradicional e Bush Heritage Australia	18
Quadro 2.5	Mitigando o risco de incêndio: um exemplo do Brasil	19
Quadro 2.6	Apoiando comunidades costeiras na Indonésia	20
Quadro 2.7	Monitoramento no Parque Haller, Mombaça, Quênia	21
Quadro 2.8	Bush Heritage Australia reportando os impactos usando métricas IRIS	22
Quadro 2.9	A estrutura de efetividade do manejo da área protegida	23
Quadro 2.10	Lições aprendidas do trabalho com voluntários: Namíbia, Brasil e Canadá	25
Quadro 2.11	Construindo a conscientização da comunidade para a conservação no Canadá	26
Quadro 3.1	Diferentes tipos de incentivos para as PPA's	27
Quadro 3.2	O primeiro incentivo fiscal efetivo para a biodiversidade da África do Sul	28
Quadro 3.3	Banco de Conservação Tabela Top, EUA	29
Quadro 3.4	Usando pagamentos por serviços ecossistêmicos para financiar PPA's	32
Quadro 4.1	'Compra-proteção-revenda': uma estratégia de conservação da The Nature Conservancy	37
Quadro 4.2	Controlando os direitos, assegurando a conservação: Reserva Karukinka, Chile	37
Quadro 5.1	PPA's de instituições de pesquisa: Nanya Station, Austrália	40
Quadro 5.2	Misturando vinho e conservação: um exemplo do Sul da Austrália	40
Quadro 5.3	Recriando o habitat após a extração de areia e cascalho: Reserva Natural Attenborough, Reino Unido	41
Quadro 5.4	Criando segurança financeira de longo prazo para o manejo do Borana Conservancy, Quênia	43
Quadro 5.5	Trabalhando com doações religiosas para estabelecer uma PPA: Jabal Moussa, Líbano	45
Quadro 6.1	Fazendo conexões: o Corredor Biológico do Nordeste de Belize	47
Quadro 6.2	Colaboração entre tipos de governança de áreas protegidas para salvar o crocodilo do Orinoco na Colômbia	49
Quadro 7.1	O Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas e o Banco de Dados Global sobre Efetividade na Gestão de Áreas Protegidas	50
Quadro 8.1	Land Trust Alliance, EUA	54
Quadro 8.2	Credenciamento de Land Trust nos EUA	55
Quadro 8.3	The Long Run: apoiando as PPA's voltadas para o turismo	56
Quadro 8.4	Reserva Natural NamibRand, Namíbia: uma associação de proprietários	58
Quadro 9	Transição de uma OECM para uma PPA: um exemplo da África do Sul	97

Tabelas

Tabela 1	Estudos de caso incluídos nestas diretrizes	xii
Tabela 2	'A matriz da área protegida da UICN1: um sistema de classificação de áreas protegidas que inclui tanto o tipo de categoria de gestão quanto o de governança (Dudley, 2008)	5
Tabela 3	Resumo dos critérios que distinguem as PPA's de outras Áreas Protegidas sob diferentes tipos de governança (adaptado de Stolton et al., 2014)	5
Tabela 4	Versão preliminar do sistema de monitoramento Bamburi	21
Tabela 5	Retrato das redes de PPA's no Peru (em referência a junho de 2018)	77

Figuras

Figura 1	A Estrutura PAME da WCPA da UICN	23
Figura 2	Posse das áreas protegidas na África do Sul (%)	80
Figura 3	Hierarquia dos acordos de gestão da biodiversidade. Os acordos de gestão da biodiversidade representam a estrutura institucional detalhada da África do Sul e a estrutura de implementação prática que permite o estabelecimento de PPA's	81

Prólogo

A UICN define áreas protegidas como: *um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerenciado, por meios legais ou outros meios efetivos, para alcançar a conservação de longo prazo da natureza com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados.* A Convenção sobre Diversidade Biológica também ressalta que as áreas protegidas são gerenciadas e reguladas para alcançar objetivos específicos de conservação.

As áreas protegidas podem incluir uma gama de regimes de governança e gestão. Os tipos de governança incluem governança pelo poder público, governança privada, governança por povos indígenas e comunidades locais e várias formas de governança compartilhada. Já existe muita orientação geral disponível sobre o manejo de áreas protegidas, porém estas diretrizes concentram-se especificamente nas áreas que atendem à definição da UICN, mas que estão sob governança e gestão privadas. Estas podem ser propriedades possuídas e administradas por indivíduos que detêm títulos de propriedade, ONGs ou outras instituições ou mesmo empresas, incluindo operações do setor privado comercial que detêm direitos de gestão sob mandato ou arrendamento de longo prazo. Assim como em outras áreas protegidas, espera-se que as Áreas sob Proteção Privada (PPAs¹) sejam mantidas como áreas de conservação permanentes, mesmo que haja mudança de propriedade. Sua característica definidora é que elas são estabelecidas sob governança privada.

Atualmente, apenas 28 países reportaram PPAs para o Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas, embora as PPAs ocorram em muitos outros países. A identificação e o reconhecimento de PPAs têm grande potencial para complementar as redes nacionais de áreas protegidas, contribuindo para um mosaico de terras, áreas úmidas e áreas costeiras que melhoram a conectividade e a conservação da biodiversidade. As PPAs já são uma parte familiar da propriedade voltada à conservação nos EUA, na Austrália e em partes da América Latina, Europa e África, e estão surgindo como um novo modelo de conservação em outros países.

Estas diretrizes, preparadas pelo Grupo Especialista em Áreas sob proteção privada e Gestão da Natureza da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN, oferecem uma gama de melhores práticas para o estabelecimento de PPAs e para assegurar a conservação efetiva de longo prazo em propriedades privadas. Elas oferecem orientação específica aplicável a áreas sob governança e gestão

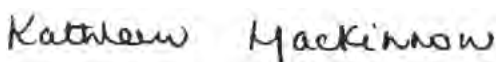
privada, incluindo arranjos legais e institucionais apropriados e informações úteis sobre os mecanismos de financiamento.

Os proprietários de terras privadas podem ter razões muito diversas para desejarem estabelecer uma PPA, desde um interesse pessoal ou organizacional na conservação da vida silvestre até operações de turismo comercial. Para que uma área de propriedade privada seja designada ou declarada como uma PPA, ela deve atender à definição de área protegida da UICN, ou a critérios equivalentes sob as leis nacionais, incluindo a intenção de alcançar a conservação da natureza em longo prazo. Atingir esse grau de permanência geralmente requer um compromisso específico, contrato, estatutos, convênio, servidão registrada em favor da conservação da natureza sobre o título da propriedade, memorando de entendimento ou outro instrumento que o torne obrigatório para os sucessores atuais e futuros do título do imóvel em longo prazo.

É importante notar que as diretrizes usam o termo *privately protected area* (área sob proteção privada), em vez de *private protected area* (área privada protegida), para enfatizar que essas áreas oferecem muitos benefícios públicos, apesar de serem estabelecidas e gerenciadas por entidades privadas em terras privadas. Em alguns casos, a legislação nacional reconhecerá e apoiará esses esforços voluntários privados para a conservação da biodiversidade por meio de incentivos fiscais, doações de uso da terra ou outras contribuições financeiras. Em outros casos, existe a opção de introduzir novos mecanismos para o reconhecimento dessas áreas e para manter e aumentar sua efetividade.

Essas diretrizes discutem diferentes opções e instrumentos para estabelecer e gerenciar as PPAs, com base em uma diversidade de PPAs pelo mundo. Espera-se que os profissionais recorram e contribuam para essas melhores práticas, enriquecendo o conjunto de exemplos e inspirando uma nova aplicação dos princípios e diretrizes.

À medida que os países aprimoram seus esforços para cumprir as Metas de Aichi e consideram a agenda e as obrigações pós-2020 nos termos da Convenção sobre Diversidade Biológica, é claro que o estabelecimento e o reconhecimento de PPAs oferecem grandes oportunidades para engajar mais interessados em esforços de conservação e expandir a propriedade voltada à conservação para proteger e manejar áreas de importante biodiversidade que estão além das fronteiras de áreas protegidas governadas e gerenciadas pelo Estado.



Dr. Kathy MacKinnon
Presidente da UICN/Comissão Mundial de Áreas Protegidas



Prof. Dr. Beate Jessel
Presidente da Agência Federal para a Conservação da Natureza da Alemanha

Reconhecimentos

Participantes no workshop de estruturação da Academia Internacional para a Conservação da Natureza da Agência Federal Alemã para a Conservação da Natureza, Vilm, Alemanha, junho de 2017: Juan Bezaury Creel (The Nature Conservancy, México); Nandipha Bhengu (Departamento de Assuntos Ambientais, África do Sul); Heather Bingham (Centro de Monitoramento da Conservação Mundial de Meio Ambiente da ONU, Reino Unido); Carlos Chacón (Forever Costa Rica Association); Tracey Cumming (BIOFIN PNUD, África do Sul); Tilmann Disselhoff (Rede Europeia de Conservação da Terra, Alemanha); Nigel Dudley (Equilibrium Research, Reino Unido); Nicole Ellena (MVM, Chile); André Ferretti (Fundação Grupo Boticário, Brasil); James Fitzsimons (The Nature Conservancy, Austrália); Ralf Grunewald (BfN International Academy for Nature Conservation, Alemanha); Mike Jebson (Queen Elizabeth II National Trust, Nova Zelândia); Laura Johnson (International Land Conservation Network, EUA); Delphine Malleret King (The Long Run, Reino Unido); Lisa McLaughlin (Nature Conservancy, Canadá); Brent Mitchell (QLF Atlantic Center for the Environment, EUA); Kiragu Mwangi (BirdLife, Reino Unido); Miquel Rafa (Fundación Catalunya-La Pedrera, Espanha); Oswaldo Sabido (Associação de Áreas sob proteção privada de Belize); Pedro Solano (Sociedade Peruana de Direito Ambiental); Gisela Stolpe (BfN International Academy for Nature Conservation, Alemanha); Sue Stolton (Equilibrium Research, Reino Unido); John Waithaka (Comissão Mundial para Áreas Protegidas da UICN, Quênia).

Participantes da sessão PPA na International Network Conservation Network, em Santiago, Chile, em janeiro de 2018, dirigida por Brent Mitchell e James Fitzsimons: Mark Anderson (The Nature Conservancy, EUA); Alan Bannister (Parque Tantauco, Chile); Jessica Brown (Fundação New England Biolabs, EUA); Beatriz Bustos (Fundação Mar Adentro, Chile); Kristijan Čivić (Eurosites, Holanda); Mike Daniels (John Muir Trust, Escócia); Michael Dowling (Land Trust Alliance, EUA); Anton Gazenbeek (Comissão Europeia, Bélgica); Lance Gloss (Brown University, EUA); Jennifer Gooden (Universidade de Oxford, Reino Unido); Ana González-Rojas (Reserva Biológica Huilo Huilo, Chile); Roberta Guagliardi (Programa de Reservas Particulares do Rio de Janeiro, Brasil); Tim Hughes (South Endeavor Trust, Austrália); Olivia Humphreys (Parque Tantauco, Chile); Madeline Hurtado (Fundação Mar Adentro, Chile); Ruben Khachatryan (Fundação para a Preservação da Vida Selvagem e Patrimônio Cultural, Armênia); Catherine Kenrick (Parque Andino Juncal, Chile); Judy LaBelle (Glynwood, Inc., EUA); Rosa Madera (Empatthy, Chile); Victoria Marles (Trust for Nature, Austrália); Rodrigo Mata (Reserva Biológica Huilo Huilo, Chile); Lisa McLaughlin (The Nature Conservancy, Canadá); Carlos Mendoza (Fundação Mar Adentro, Chile); Florencia Morales (Vermeja Argentina de Reservas Naturais Privadas); Flávio Ojidos (Reserva Particular da Confederação Nacional do Patrimônio Natural, Brasil); Miquel Rafa (Fundación Catalunya-La Pedrera, Espanha); Loring Schwartz (Amigos de Spannocchia, EUA); Henrique Seixas Barros (Consultor, Brasil); Marion Leticia B. Silva (Fundação Grupo Boticário, Brasil); Jin Tong (The Nature Conservancy, China); Agus Utomu (BirdLife Indonesia); Grace Weatherall (QLF Centro Atlântico para o Meio Ambiente, EUA); Geoff Wescott (Universidade de Deakin, Austrália) e Mike Williams (Nature Conservation Trust de NSW, Austrália).

Pessoas que comentaram a versão 2: Thora Amend, Alemanha; Rafael Antelo, Colômbia; Hari Balasubramanian, Canadá; María Paula Bertolini, Argentina; Renata Bomfim, Brasil; Alejandra Carminati, Argentina; Melissa Carmody, Chile; Subir Mario Chowfin, Índia; Benjamin Cooke, Austrália; Kalilou Dama, Mali; Pierre Doumet, no Líbano; Kate Fitzherbert, Austrália; Anton Gazenbeek, Bélgica; Jennifer Gooden, EUA / Reino Unido; John Gordon, UK; Yoganí Govender, Porto Rico, EUA; Ben Guillon, EUA; Mat Hardy, Austrália; George Holmes, Reino Unido; Harry Jonas, Reino Unido / Indonésia; Daniel Marnewick, África do Sul; Rossana Merizalde, EUA; Lisa McLaughlin, Canadá; Beto Mesquita, Brasil; Flávio Ojidos, Brasil; Nils Odendaal, Namíbia; Jessica Owley, EUA; Juan Pacheco, Chile; Ceclia Riebl, Austrália; Sibylle Riedmiller, Tanzânia; Juan Carlos Sandino, Colômbia; Carolina Sans, no Uruguai; Karina Schiaffino, Argentina; Michael Schuett, EUA; Edji Seyoum, Canadá; Anna Spenceley, África do Sul; Candice Stevens, África do Sul; Stan Stevens, EUA; Philip Tabas, EUA; Christophe Tourenq, Austrália; Francis Vorhies, EUA / França; Paul Walker, Belize; Maria Cristina Weyland Vieira, Brasil; Dale Wright, África do Sul; Noelia Zafra-Calvo, Espanha.

Autores dos estudos de caso: **Austrália:** James Fitzsimons, The Nature Conservancy, Universidade Deakin, Austrália. **Brasil:** Renata Bomfim, RPPN Eluz; Beto Mesquita, consultor independente; Flávio Ojidos, Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN) e Maria Cristina Weyland Vieira, Associação das RPPN e Outras Reservas Particulares de Minas Gerais. **China:** Jin Tong, Programa de Conservação da Natureza na China. **Costa Rica:** Delphine Malleret King, The Long Run e Karen Lewis, Lapa Rios. **Alemanha:** Gisela Stolpe, BfN Vilm, Karin Reiter, BfN Bonn, e Tilmann Disselhoff, NABU. **Quênia:** Tuqa Jirmo, Lewa Wildlife Conservancy. **Nova Zelândia:** Mike Jebson, Queen Elizabeth II National Trust. **Peru:** Christel Scheske e Bruno Monteferrí, Sociedad Peruana de Derecho Ambiental com contribuições de José Vargas, Martín Vasquez, Fernando Arévalo e Karina Pinasco. **Samoa:** Moeumu Uili, Ministério dos Recursos Naturais e Meio Ambiente. **África do Sul:** Candice Stevens, BirdLife. **Reino Unido:** Sue Stolton, UICN NC UK. **EUA:** Brent Mitchell, presidente do Grupo de Especialistas em Áreas sob proteção privada e Gestão da Natureza da UICN-WCPA e Ed Becker, Associação Greenbelt do Condado de Essex.

Revisores: Geoff Wescott e Andrew Knight e WCPA UICN (Sarina van der Ploeg; Trevor Sandwith; Kathy MacKinnon; Craig Groves).

Sumário executivo

Essas diretrizes tratam do estabelecimento e gestão de áreas sob proteção privada (PPAs) e são destinadas a profissionais e formuladores de políticas que estão ou podem estar envolvidos com PPAs.

Uma PPA é uma área protegida, conforme definido pela UICN, sob governança privada. Isso pode incluir a governança por indivíduos e grupos de indivíduos; Organizações Não Governamentais; corporações, incluindo empresas comerciais e pequenas empresas estabelecidas para administrar grupos de PPAs; proprietários com fins lucrativos, como empresas de ecoturismo; entidades de pesquisa, como universidades e estações de campo; ou entidades religiosas. Nem todas as iniciativas privadas de conservação podem atender à definição de uma área protegida nem devem se tornar PPAs. As melhores práticas são agrupadas em 34 princípios, que são resumidos abaixo. Cada prática recomendada contém texto descritivo e exemplos, incluindo muitos exemplos e fotos. Dada a variedade de indivíduos e organizações envolvidas na governança privada, cada seção identifica claramente o público principal para os princípios e as melhores práticas. Outros 12 estudos de caso mais longos, de várias partes do mundo, fornecem detalhes das melhores práticas sendo aplicadas.

Princípios

Seção 1: Estabelecendo uma área sob proteção privada

- 1.1: Uma PPA precisa se enquadrar na definição de uma área protegida
- 1.2: Proprietários e gestores de PPAs devem articular objetivos claros de conservação desde o início
- 1.3: As PPAs são melhor desenvolvidas dentro de uma estrutura institucional clara e de apoio que fortaleça a governança e a gestão
- 1.4: PPAs podem ser estabelecidos através de uma variedade de mecanismos
- 1.5: Todas as PPAs devem ser estabelecidas com uma estratégia de longo prazo e financiamento sustentável

Seção 2: Manejando uma área sob proteção privada

- 2.1: Os proprietários atuais e potenciais da PPA devem ter uma compreensão clara do que está acontecendo dentro e em torno da PPA antes de desenvolver atividades de manejos
- 2.2: Os sistemas de manejo devem se concentrar no alcance dos objetivos definidos da PPA
- 2.3: Os custos e benefícios completos da PPA devem ser entendidos como a base para o manejo
- 2.4: O manejo deve ser adaptativo
- 2.5: Construir uma equipe deve ajudar a desenvolver a capacidade de manejo da PPA
- 2.6: Informação sobre o manejo de PPAs deve ser comunicada de forma ampla

Seção 3: Incentivos para áreas sob proteção privada

- 3.1: Os incentivos para PPAs devem ser elaborados, comunicados e implementados de forma cuidadosa para assegurar sua efetividade
- 3.2: Os incentivos devem ser planejados para encorajar tanto o estabelecimento da PPA quanto a governança e manejo de longo prazo

- 3.3: Identificar e evitar incentivos perversos
- 3.4: Reconhecimento e apoio são incentivos poderosos para PPAs
- 3.5: O manejo direto e o suporte técnico são um incentivo para o manejo da PPA, apoiando o compromisso de longo prazo
- 3.6: A assistência de marketing é um incentivo eficaz para as PPAs que têm potencial de geração de renda
- 3.7: Incentivos financeiros são importantes para o estabelecimento e manejo de PPAs

Seção 4: Assegurando a permanência das áreas sob proteção privada

- 4.1: A governança de PPAs deve incorporar a intenção de longo prazo de alcançar a conservação
- 4.2: Muitos diferentes instrumentos de conservação privada podem contribuir para a permanência da PPA

Seção 5: Questões relacionadas aos subtipos específicos de áreas sob proteção privadas

- 5.1: Subtipos específicos de PPAs podem exigir formas personalizadas de reconhecimento, apoio e incentivo
- 5.2: As PPAs corporativas oferecem benefícios específicos para empresas e vice-versa
- 5.3: As PPAs geridas pelas indústrias extrativas devem demonstrar contribuições para a conservação da biodiversidade
- 5.4: As PPAs estabelecidas como empresas/empreendimentos com fins lucrativos devem garantir que atinjam seus resultados de conservação especificados
- 5.5: Entidades religiosas podem contribuir para a conservação através do desenvolvimento de PPAs em suas próprias terras

Seção 6: Coordenação com os sistemas nacionais de áreas protegidas

- 6.1: Benefícios de conservação quando as PPAs são coordenadas com outros tipos de áreas protegidas como parte de um sistema nacional de áreas protegidas
- 6.2: As PPAs podem complementar outros tipos de governança de áreas protegidas para desenvolver sistemas nacionais de áreas protegidas efetivos

Seção 7: Registrando áreas sob proteção privada

- 7.1: As PPAs devem ser registradas no Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas

Seção 8: O papel das redes de áreas sob proteção privada

- 8.1: Redes podem ser mecanismos eficientes para representar os interesses e preocupações dos proprietários
- 8.2: Redes podem proporcionar estruturas de apoio para proprietários de PPAs
- 8.3: Redes podem ter um papel no monitoramento e verificação de PPAs
- 8.4: Redes podem ter um papel importante na promoção de produtos das PPAs
- 8.5: Redes de PPAs devem alinhar suas estruturas e governança à sua missão e objetivo
- 8.6: As redes de PPAs, como qualquer organização, devem sempre encontrar formas de sustentar suas atividades

Prefácio

Essas diretrizes abordam o planejamento e a gestão de áreas sob proteção privada (ou PPAs). Uma área sob proteção privada é uma área protegida, conforme definido pela UICN (ou seja, *um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerenciado, por meios legais ou outros meios efetivos, para alcançar a conservação de longo prazo da natureza com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados*), sob governança privada. Isso pode incluir governança por indivíduos e grupos de indivíduos; Organizações Não Governamentais; corporações, incluindo empresas comerciais existentes e pequenas empresas estabelecidas para gerenciar grupos de PPAs; proprietários com fins lucrativos, como empresas de ecoturismo; entidades de pesquisa, como universidades e estações de campo; ou entidades religiosas. Nem todas as iniciativas privadas de conservação podem ou devem se tornar PPAs.

As diretrizes são direcionadas principalmente aos profissionais e formuladores de políticas, que estão ou podem estar envolvidos com PPAs, incluindo:

- Proprietários de todos os tipos, incluindo:
 - Indivíduos e grupos de indivíduos;
 - Organizações Não Governamentais (ONGs);
 - Corporações, tanto empresas comerciais quanto, às vezes, corporações criadas por grupos
 - de proprietários privados para administrar grupos de PPAs;
 - Proprietários com fins lucrativos;
 - Entidades de pesquisa (por exemplo, universidades, estações de campo);
 - Entidades religiosas;
- Funcionários do governo (agências de gestão e autoridades legislativas e políticas);
- Grupos de interesses associados (por exemplo, ONGs de conservação);
- Pontos focais de acordos internacionais (como a Convenção sobre Diversidade Biológica).

Orientação é dada em todos os aspectos do estabelecimento, gestão e comunicação da PPA, e são fornecidas informações sobre princípios e melhores práticas, com exemplos retirados de muitas partes diferentes do mundo. Depois de uma Introdução (Parte A), a Parte B enfoca os principais problemas que afetam as PPAs, que são elaborados por meio de uma série de melhores práticas organizadas de acordo com princípios abrangentes. Uma visão para o futuro das PPAs e sua conexão com metas globais de conservação é descrita na Parte C. Finalmente, os princípios e melhores práticas descritos na parte B são explorados em um conjunto de estudos de caso (Parte D), os quais ilustram as experiências da vida real (consulte a Tabela 1). O objetivo dessas diretrizes é moldar a aplicação da política e dos princípios da UICN em direção ao aprimoramento da efetividade e dos resultados de conservação, com foco nos gestores e administradores da PPA. Algumas orientações serão mais apropriadas para os gestores seniores das agências de áreas protegidas, os quais estabelecem as condições regulatórias ou legais para as PPAs, enquanto outros aspectos serão mais úteis para os gestores das áreas. Na Parte B, o principal público-alvo de cada seção é destacado no início da seção. Nem toda a orientação será necessariamente aplicada em todos os contextos sociais, políticos e econômicos. Entretanto, o aprendizado com as melhores práticas em todo o mundo e a consideração sobre como elas podem ser incorporadas em nível local ou nacional podem melhorar a probabilidade de sucesso na conservação privada; também podem oferecer sugestões sobre as condições que podem ser melhoradas para favorecer as PPAs e, assim, aproveitar as oportunidades que elas apresentam. Como parte de uma longa série de diretrizes sobre melhores práticas em áreas protegidas da UICN, essas diretrizes, na maior parte, não repetem diretrizes que são universais para áreas protegidas ou que são cobertas em outros volumes desta série¹.

Tabela 1: Estudos de caso incluídos nestas diretrizes

Estudo de caso	Subseções na Parte B das diretrizes							
	Estabelecendo uma PPAA	Gestão de uma PPA	Incentivando PPAs	Assegurando a permanência	Subtipos específicos de PPA	Coordenando com Sistemas Nacionais de APs	Registro de uma PPA	Redes de PPAs
1. Austrália								
2. Brasil								
3. China								
4. Costa Rica								
5. Alemanha								
6. Quênia								
7. Nova Zelândia								
8. Peru								
9. Samoa								
10. África do Sul								
11. USA								
12. Reino Unido								

O que é uma área sob proteção privada?

A



Compreendendo áreas protegidas

A UICN passou várias décadas debatendo sobre como definir uma “área protegida”. Em 2008, o consenso foi alcançado sobre uma definição revisada (Dudley, 2008): **“Um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerenciado, por meios legais ou outros meios efetivos, para alcançar a conservação de longo prazo da natureza com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados”**. Esta definição estabelece claramente que a conservação da natureza é a principal função das áreas protegidas, enfatizada por um princípio associado: “Para a UICN, apenas as áreas onde o principal objetivo é conservar a natureza podem ser consideradas áreas protegidas; isso pode incluir muitas áreas com outros objetivos também, no mesmo nível, mas no caso de conflito, a conservação da natureza será a prioridade.” Embora a aplicação pelos países seja voluntária, seu uso tem sido apoiado pelos membros da UICN por meio de resolução (WCC-2012-Res-040-PT: Aprovação e aplicação uniforme de diretrizes de gestão de áreas protegidas) e decisões da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) (por exemplo, Decisão VII/28 sobre “o valor de um sistema único de classificação internacional para áreas protegidas...”).

Dados sobre áreas protegidas são coletados globalmente pelo Centro para Monitoramento da Conservação Mundial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-WCMC), que gerencia o Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (WDPA) junto com a UICN (UNEPWCMC, 2017).

Quadro A1

Qual a diferença entre gestão e governança?

No contexto das áreas protegidas, a gestão refere-se ao que está sendo feito na busca de determinados objetivos (ou seja, os meios e ações para atingir tais objetivos); governança refere-se a quem decide quais são esses objetivos, o que fazer para alcançá-los e com quais meios. Exemplos de decisões de governança podem incluir:

- O estabelecimento de uma área protegida;
- O objetivo de longo prazo (visão) da área protegida;
- O objetivo principal da gestão;
- As formas de relacionamento dos objetivos com os meios de subsistência e desenvolvimento locais;
- O sancionamento de um plano e/ou sistema de gestão;
- A decisão de quem implementará a gestão;
- A garantia de que recursos humanos e financeiros estão disponíveis para a gestão;
- O estabelecimento de como o estado de direito e a legislação internacional mais ampla (incluindo os direitos humanos e dos povos indígenas) devem ser respeitados e aplicados.

As áreas protegidas, conforme definidas pela UICN, são agrupadas em quatro tipos de governança com base nos direitos fundiários subjacentes e, portanto, nos direitos das pessoas de afirmar o poder de decisão sobre uma área e seus recursos (ver Tabela 2). Esses quatro tipos abrangem governança por governos, governança compartilhada, governança privada e governança por povos indígenas e comunidades locais. Em certos casos, onde os direitos territoriais não são claros e se sobrepõem como resultado da história, de direitos contestados ou da falta de reconhecimento oficial desses direitos, a governança pode ser conduzida de fato por atores locais específicos, embora os direitos legais ou consuetudinários de governança subjacentes possam ser de direito (Borrini- Feyerabend et al., 2013).

As melhores práticas discutidas nessas diretrizes enfocam o tipo de governança da ‘governança privada’; e as situações em que os arranjos de governança compartilhada incluem um elemento de governança privada (Borrini- Feyerabend et al., 2013). Para fornecer mais compreensão e valorização deste tipo de governança de áreas protegidas, o grupo de especialistas em PPA da WCPA (sigla em inglês referente à Comissão Mundial de Áreas Protegidas) da UICN desenvolveu um Relatório Técnico da WCPA da UICN, Os Futuros das Áreas sob proteção privada (Stolton et al., 2014). Sua definição de uma PPA foi confirmada em uma resolução da UICN (ver Quadro 1.5): “uma área sob proteção privada é uma área protegida, conforme definido pela UICN, sob governança privada (indivíduos e grupos de indivíduos; Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas corporativas existentes e, por vezes, corporações criadas por grupos de proprietários privados para administrar grupos de PPAs; proprietários com fins lucrativos; entidades de pesquisa (por exemplo, universidades, estações de campo) ou entidades religiosas”, ou simplesmente: **porções de terra ou mar manejadas para a conservação sob a governança privada somente serão uma PPA se forem uma área protegida conforme definido pela UICN e administrada sob governança privada.**

A UICN atribui uma ou mais das seis categorias de gestão às áreas protegidas, com base nos seus objetivos. Essas categorias de gerenciamento vão desde a proteção mais rigorosa até aquelas que permitem múltiplos usos da área. A governança privada pode ser aplicada a qualquer uma das seis categorias de gestão de áreas protegidas da UICN. A Tabela 2 ajuda a visualizar a matriz de categorias de áreas protegidas e tipos de governança, conforme definido pela UICN. Na prática, nem todas as áreas se encaixam perfeitamente nas categorias pré-definidas e existem muitos exemplos de arranjos de governança compartilhados que envolvem a governança privada em combinação com outros tipos de governança, dependendo do contexto legal e institucional para a conservação em qualquer país. As distinções nem sempre são claras ou permanentes. Algumas PPAs passam voluntariamente para as mãos do governo; isso aconteceu recentemente com uma grande PPA no Chile.2 Outras PPAs estarão sujeitas a políticas estatais que influenciam o gerenciamento. Além disso, nem sempre fica claro quando um grupo de proprietários de terras privadas se reúne para formar uma área protegida, seja ela uma PPA ou uma área protegida da comunidade local. A governança compartilhada também pode ser complicada e faltar clareza sobre o poder de tomada de decisão entre as diferentes partes interessadas.



PPA Bosque Berlin na Amazônia peruana, habitat do endêmico e criticamente ameaçado macaco *Lagothrix flavicauda*. Conservamos por Natureza criou uma campanha de financiamento coletivo para arrecadar USD 10.000 para ajudar o proprietário a comprar a terra adjacente para aumentar a conectividade da paisagem © Walter H. Wust.

Grandes áreas protegidas às vezes têm múltiplos tipos de governança dentro delas. Por exemplo, os 4.408 hectares (ha) da Tallgrass Prairie National Preserve³ foram estabelecidos em 1996 nas Flint Hills do Estado do Kansas, EUA, como parte do Sistema Nacional de Parques dos EUA. O Serviço Nacional de Parques (National Park Service) coadministra a propriedade com a The Nature Conservancy, uma ONG, um padrão muito comum em todo o mundo. No entanto, na Tallgrass Preserve, quase toda a terra é de propriedade do parceiro privado, o inverso do padrão de propriedade na maioria dos arranjos de governança

compartilhados. Tallgrass Prairie tende fortemente a ser uma PPA. Da mesma forma, há muitos exemplos em que uma área demonstra características de uma PPA e uma Área Indígena e Comunitária Conservada (ICCA), dependendo dos direitos fundiários e da abordagem de governança do segundo. Em alguns países, por exemplo, no Peru, a legislação não faz distinção entre áreas sob proteção privada e indígenas. A Tabela 3 resume algumas das distinções discutidas acima.



Alguns dos muitos voluntários do The Nature Conservancy do Canadá no Projeto de Conservação Waldron, Alberta © NCC

O que não é uma PPA?

O tipo de governança das PPAs não pretende incluir todos os esforços privados de conservação, mas sim distinguir aqueles que se encaixam na definição da UICN de uma área protegida. Existem muitos tipos de iniciativas privadas que podem contribuir para a conservação, mas não se qualificam como PPA conforme definido acima (por exemplo, Fitzsimons, 2015, Mitchell et al., 2018). Tipos de áreas de terra/água conservadas de forma privada que podem estar no limite desta definição incluem, por exemplo, algumas fazendas de fauna selvagem na África do Sul e na Namíbia, onde a criação intensiva de fauna silvestre está intimamente associada a práticas agrícolas comerciais e envolve acampamentos internos cercados, confinamento e remoção de predadores. Onde a conservação da natureza não é o objetivo principal, tais áreas não seriam consideradas como PPAs. Da mesma forma, operações florestais responsáveis em terras privadas podem manter habitats chave, proteger espécies ameaçadas, mas não seriam consideradas PPAs se a conservação não é o objetivo primário (ver Parte B, Seção 1).

Por que as PPAs são importantes?

Até hoje, a grande maioria das áreas protegidas registradas foi criada em terras e águas públicas. Apesar desses esforços, várias ecorregiões estão mal representadas na rede global de áreas protegidas. Muitos dos lugares mais importantes do mundo para a biodiversidade (e geodiversidade) permanecem fora das áreas protegidas formais (Dinerstein et al., 2017) e ocorrem em terras privadas, comunais ou de povos indígenas.

Alguns dos muitos voluntários do The Nature Conservancy do Canadá no Projeto de Conservação Waldron, Alberta © NCC Para citar um exemplo, as Áreas Importantes de Aves e Biodiversidade cobrem mais de 14 milhões ha, constituindo 11.6% da superfície terrestre da África do Sul. Mais de 60% dessa superfície terrestre não é formalmente protegida e ocorre principalmente em terras de propriedade privada (Marnewick et al., 2015).

Existem milhares de PPAs ao redor do mundo (Bingham et al., 2017) e muitas outras sendo estabelecidas. Mas até recentemente, as PPAs permaneceram um recurso amplamente oculto; elas são ignoradas por alguns governos, omitidas dos mecanismos internacionais de comunicação sobre conservação e excluídas das estratégias regionais de conservação (Stolton et al., 2014). O reconhecimento de esforços de conservação privados existentes e o estabelecimento de novas PPAs podem, muitas vezes, preencher importantes lacunas nos sistemas nacionais de áreas protegidas, em termos de cobertura geográfica, representação ecológica e proteção de habitats e espécies ameaçadas. A compra ou doação de áreas de terra e água por indivíduos pode aumentar a velocidade de resposta a desafios de conservação, em comparação com os longos processos governamentais de designação de áreas protegidas (Pasquini et al., 2011). Eles também trazem uma ampla gama de partes interessadas para o esforço de conservação, permitindo que os cidadãos, de forma privada, contribuam diretamente para os esforços de conservação através de um processo de baixo para cima e que entidades privadas contribuam para o bem público.

Tabela 2: A matriz de áreas protegidas da UICN: um sistema de classificação de áreas protegidas que inclui tanto o tipo de categoria de gestão quanto o de governança (Dudley, 2008)

Categoria de área protegida	A. Governança pública			B. Governança compartilhada			C. Governança privada			D. Governança por povos indígenas e comunidades locais	
	Ministério ou agência federal ou nacional encarregado	Ministério/Secretaria subnacional encarregado	Gestão delegada por governos (por exemplo, a uma ONG)	Governança transfronteiriça	Governança colaborativa (várias formas de influência pluralista)	Governança conjunta (comissão de administração mista)	Estabelecidas e administradas por proprietários individuais	Estabelecidas e administradas por organizações sem fins lucrativos (por exemplo, ONGs, universidades)	...por organizações com fins lucrativos (por exemplo, empresas proprietárias de terras)	Áreas e territórios conservados de povos indígenas - estabelecidos e administrados por povos indígenas	Áreas e territórios conservados por comunidades - estabelecidos e administrados por comunidades locais
I a. Reserva Natural Estrita											
I b. Área silvestre											
II. Parque Nacional											
III. Monumento Natural											
IV. Manejo de Habitats/Espécies											
V. Paisagem Terrestre/marinha protegida											
VI. Área Protegida com Uso Sustentável dos Recursos Naturais											

Tabela 3: Resumo dos critérios que distinguem as PPA de outras Áreas Protegidas sob diferentes tipos de governança (adaptado de Stolton et al., 2014)

Critério da PPA	Subcritério
Área protegida	<ul style="list-style-type: none"> A área é legalmente designada e gerida de acordo com a definição de área protegida da UICN e princípios associados. <p>OU</p> <ul style="list-style-type: none"> A área é administrada de acordo com a definição da área protegida da UICN e princípios associados e, embora não seja legalmente designada, é reconhecida como uma PPA.
Entidades privadas envolvidas	<ul style="list-style-type: none"> Indivíduo ou grupo de indivíduos, ONGs, corporações, proprietários com fins lucrativos, entidades de pesquisa ou entidades religiosas.
Governança	<ul style="list-style-type: none"> A área é dedicada principalmente ao propósito de conservação da natureza. <p>E</p> <ul style="list-style-type: none"> Os proprietários das PPA estão cientes de quaisquer direitos de uso que não estejam sob seu controle e esforços devem ser feitos para garantir que tal uso não afete os objetivos gerais de conservação.
Permanência	<ul style="list-style-type: none"> A área é legalmente designada para proteção permanente da conservação da natureza (por exemplo, Lei do Parlamento/legislação). <p>OU</p> <ul style="list-style-type: none"> A designação para a conservação da natureza é feita através de um acordo permanente (por exemplo, convênio ou servidão para a conservação). <p>OU</p> <ul style="list-style-type: none"> A designação para a conservação da natureza é feita por um acordo renovável com o objetivo de permanência (por exemplo, convênio ou servidão para a conservação com limitação temporal). <p>OU</p> <ul style="list-style-type: none"> A intenção de longo prazo/permanência é claramente expressa em contratos, estatutos, memorandos de entendimento, objetivos e planos da área, e é refletida na política e no mecanismo financeiro do proprietário.

Quadro A2

Quais são as características da governança privada?

A governança privada da natureza emerge sob sistemas fundiários da terra e do mar que conferem direitos sobre uma propriedade a proprietários privados (ver glossário sobre o uso deste termo para todos os tipos de sistemas fundiários de terra e mar). Esses direitos podem ser, por exemplo, por título de propriedade ou arrendamento de longo prazo. O proprietário tem o direito exclusivo de ocupação e uso da área, de designar ou ceder esses direitos a terceiros por meio de contratos de arrendamento ou de outros contratos, e de vender ou alienar a propriedade a sucessores titulares. Os proprietários de terras podem, portanto, ser:

- Um indivíduo ou indivíduos que possuem título ou arrendamento de uma propriedade;
- Uma organização legalmente constituída, proprietária da propriedade/arrendamento, incluindo Organizações Não Governamentais, associações de proprietários de propriedades comunitárias, fundos fiduciários e fundações;
- Uma empresa ou corporação que possui a propriedade/ arrendamento nos termos das leis sob as quais as empresas estão estabelecidas na jurisdição, incluindo empresas sem fins lucrativos, empresas comerciais ou com fins lucrativos.

Esses proprietários de terra podem, por sua vez, arrendar ou delegar responsabilidades de governança ou gerenciamento a outros, incluindo os atores privados descritos acima. Os proprietários de terras geralmente têm o direito de determinar o uso da terra, inclusive para fins de conservação da natureza. Isso pode incluir o estabelecimento da área como uma PPA conforme definido pela UICN e/ou em termos da legislação pertinente na jurisdição, o que pode permitir a designação da área como uma PPA ou como uma zona de planejamento do uso da terra restrita à conservação da natureza. Por outro lado, os direitos dos proprietários de terras podem ser limitados pelas leis vigentes de planejamento do uso da terra que regulam os tipos de atividades que podem ser realizadas na propriedade privada.

A responsabilidade pela área e pelas atividades que ocorrem na área e os impactos nas propriedades vizinhas são de responsabilidade dos proprietários de terras. Considera-se geralmente que a condução de atividades de conservação da natureza está nas mãos de proprietários de terras, embora o reconhecimento oficial desse uso da terra e os custos e benefícios associados possam estar sujeitos a legislação específica de conservação da natureza ou conservação do patrimônio.

Para que uma área de propriedade privada seja designada ou declarada como uma PPA, ela deve atender aos requisitos de uma área protegida, conforme definido pela UICN ou nas leis aplicáveis equivalentes, incluindo a declaração de intenção de alcançar a conservação da



Mike Phillips e E.O. Wilson discutindo projetos de conservação de espécies em perigo no Flying D Ranch, uma propriedade privada de conservação de 46 ha no sudoeste de Montana, EUA, de propriedade de R.E. (Ted) Turner. © Turner Endangered Species Fund

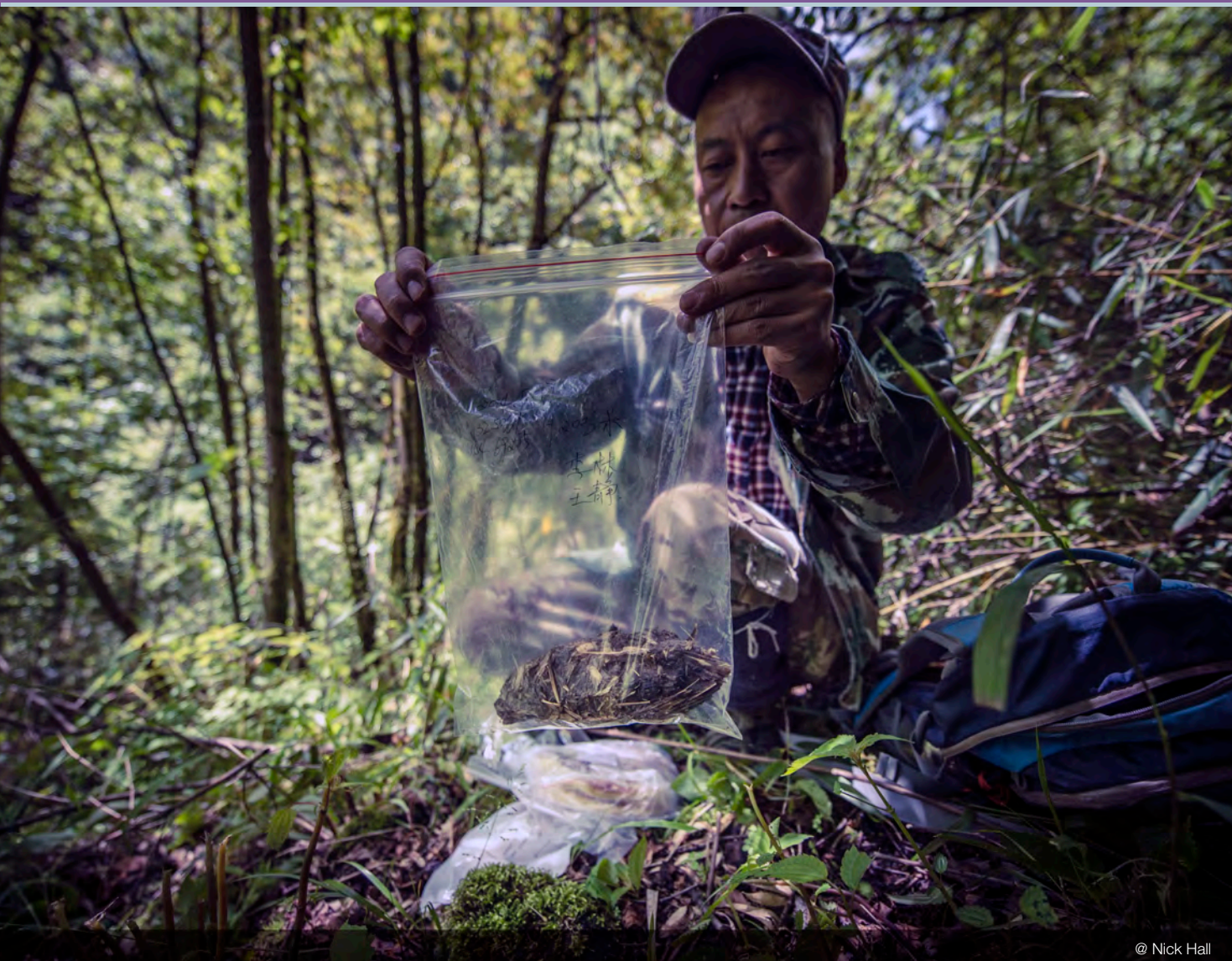
natureza no longo prazo. Atingir esse grau de permanência geralmente requer um instrumento de longo prazo que seja vinculante para os sucessores atuais e futuros dos títulos da terra. Isso pode tomar a forma de uma declaração específica de intenção, compromisso, contrato, cláusula de convênio, servidão registrada em favor da conservação da natureza sobre o título da propriedade, memorando de entendimento ou outro instrumento similar (ver Tabela 3). As muitas opções para estabelecer a permanência são discutidas de forma mais completa na Seção 4 da Parte B, enquanto diversos instrumentos para estabelecer as PPA, tanto por meio de declarações voluntárias quanto com o apoio da legislação pertinente, são detalhados nos Estudos de Caso da Parte D.

Por sua vez, os proprietários de terras e, portanto, signatários da declaração de intenções, podem se organizar de maneira a exercer suas responsabilidades. Isso pode assumir a forma de um conselho, comitê ou outro órgão de governança, com uma composição, poderes e deveres específicos, e que, por sua vez, pode designar, engajar, contratar, delegar ou comissionar a administração cotidiana da área para ser realizado por uma equipe de gestão de voluntários ou funcionários, ou outra agência de gestão contratada. A responsabilidade de governança não deve ser confundida com a responsabilidade de administrar o dia-a-dia. Na prática, no entanto, a confusão costuma prevalecer, já que a agência de gestão pode ser a face pública da PPA e, especialmente, quando a governança e a administração são realizadas pela mesma entidade ou pessoas. Nessas situações, é necessário entender quem detém a responsabilidade legal e moral última pela PPA, sendo este um fator dos arranjos específicos de governança privada (Borrini-Feyerabend et al., 2013).

Autor: Trevor Sandwith, UICN

Melhores práticas

B



Seção 1: Estabelecendo uma área sob proteção privada

Quem deve ler esta seção?

Qualquer pessoa que esteja envolvida no estabelecimento ou gestão de uma PPA, tanto um proprietário como autoridade governamental, com mandato para ajudar a estabelecer as PPAs. Embora nem todas as melhores práticas abaixo sejam aplicáveis a todo tipo e tamanho de PPA, os exemplos são extraídos de experiências ao redor de todo o mundo para fornecer orientação sobre alguns dos elementos mais importantes do estabelecimento da PPA.

Uma parte importante do desenvolvimento de melhores práticas em torno do estabelecimento de PPAs é entender a diversidade de razões que motivam as pessoas a criar PPAs. Estabelecer uma PPA é, de certa forma, semelhante ao estabelecimento de outros tipos de áreas protegidas, mas existem diferenças fundamentais. As PPAs podem ser, e muitas vezes são, criadas unilateralmente por um único indivíduo; outros podem envolver grandes grupos de pessoas (por exemplo, trabalhadores da empresa ou ordens religiosas). As PPAs também podem ser estabelecidas por organizações (por exemplo, ONGs), muitas vezes com um grande número de membros voluntários. Exemplos de PPAs que foram estabelecidos por diferentes grupos são encontrados ao longo dessas diretrizes. Os proprietários de terras têm uma série de motivações para o desenvolvimento de PPAs. Enquanto estes podem ser em resposta a incentivos e causas externas (ver Seção 3), experiência e pesquisa (por exemplo, Farmer et al., 2011; Leménager et al., 2014; Selinske et al., 2015; Farmer et al., 2016) indicam que, para muitos indivíduos, as motivações mais poderosas são pessoais e intrínsecas, variando de altruísmo a crenças espirituais ou religiosas, e são frequentemente complexas. Mecanismos para o reconhecimento e estabelecimento de PPAs variam dependendo das estruturas legais e regulatórias de um país (ou da falta delas) (Mitchell 2005). As PPAs são estabelecidas voluntariamente e esta seção descreve algumas das condições e motivadores comuns que frequentemente acompanham o estabelecimento de uma PPA.

Princípio 1.1: Uma PPA precisa se enquadrar na definição de uma área protegida

Para ser reconhecida internacionalmente pela UICN e listado no WDPA (ver Seção 7), uma PPA deve atender à definição da UICN de uma área protegida (ver Parte A), ou seja, o objetivo principal deve ser a conservação da natureza. As áreas que não atendem à definição não são áreas protegidas e, nesse aspecto, as áreas privadas não são diferentes das áreas do governo. As áreas que não atendem à definição da área protegida, mas que fazem contribuições efetivas e permanentes à conservação, podem se qualificar como outras medidas de conservação efetiva baseadas em área (OMECE - Outras Medidas Efetivas de Conservação

baseadas em área. Mais em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5597/1/Renata%20Gatti.pdf>), conforme introduzidas na Meta 11 de Aichi na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) (Jonas et al., 2014, 2018 Mitchell et al., 2018) (ver Apêndice 1)

Melhores Práticas 1.1.1: PPAs devem ser oficialmente reconhecidas por uma entidade confiável

O reconhecimento geralmente vem do governo (veja Estudos de Caso 1 da Austrália e 7 da Nova Zelândia, bem como Melhores Práticas 1.2.1), e isso é altamente desejável, no caso da área ser incluída na comunicação oficial no Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (ver Seção 7). Não é a única opção, pois os proprietários de PPA às vezes escolhem não se envolver com processos estatais especificamente projetados para reconhecer PPAs (Clements et al., 2018). O reconhecimento independente também pode, às vezes, ser dado por organizações internacionais como a UICN (por exemplo, ver Estudo de Caso 12 do Reino Unido e Melhores Práticas 7.1.8) ou redes de PPAs regionais/nacionais/locais (ver Seção 8). Qualquer entidade de reconhecimento deve ser independente do proprietário, ou seja, o reconhecimento não deve ser autoconcedido. Exceções podem ser feitas no caso de terras mantidas por ONGs conservacionistas, desde que tenham alguma forma de credenciamento de sua missão e função. Ter várias partes em um contrato de PPA pode aumentar a segurança da proteção.

Melhores Práticas 1.1.2: O reconhecimento de terceira parte pode operar em paralelo ao reconhecimento oficial ou governamental de PPAs

A UICN e a WCMC estão estabelecendo um sistema para melhorar o registro de PPAs (Centro de Monitoramento da Conservação Mundial do Programa Ambiental da ONU) no WDPA, em paralelo aos atuais processos centrados no governo e usando especialistas independentes (ver Seção 7 para mais detalhes e Estudo de Caso 4 da Costa Rica). Sistemas similares podem ser estabelecidos a nível nacional (Bingham et al., 2017).

Melhores Práticas 1.1.3: Programas de credenciamento podem trazer reconhecimento adicional de uma PPA



Criando ninhos de tartaruga em uma das áreas credenciadas em Long Run © Nikoi Island, Indonésia

O reconhecimento nem sempre é o mesmo que o credenciamento. O reconhecimento pode certificar que os requisitos legais mínimos foram cumpridos. O credenciamento vai além, avaliando a gestão e a governança de maneira mais detalhada com avaliações periódicas. Um credenciamento de terceiros geralmente certifica a conformidade de uma área, negócio ou produto com padrões de desempenho específicos (consulte também Melhores Práticas 2.4.3). O credenciamento de terceira parte garante transparência e fornece garantia de que o público, as autoridades e outras partes interessadas (incluindo o governo) confiam que os objetivos declarados foram cumpridos. Os sistemas que podem ser relevantes para as PPAs incluem: o reconhecimento do Global Ecosphere Retreats (ver Quadro 8.3), a Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas da UICN (ver Quadro 1.1) e os Padrões e Práticas da The Land Trust Alliance (ver Quadro 8.2).

Quadro 1.1

Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas da UICN

O Programa da Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas da UICN⁴ tem como objetivo incentivar, alcançar e promover áreas protegidas, conservadas e bem-sucedidas, efetivas, para gerar resultados de conservação. O Padrão da Lista Verde, aprovado pelo Conselho da UICN em novembro de 2017, está organizado em quatro componentes que refletem a conservação bem-sucedida da natureza em áreas protegidas e conservadas. Os componentes da linha de base são:

- Boa governança;
- Planejamento e elaboração adequados;
- Gestão efetiva;
- Resultados de conservação bem-sucedidos.

Um Manual do Usuário (IUCN WCPA, 2016) descreve como o Padrão da Lista Verde da UICN foi desenvolvido, o programa de apoio, como as áreas protegidas são avaliadas de acordo com o Padrão através de um conjunto de indicadores adaptados e como a observância das regras e procedimentos do Manual do Usuário é verificada. Um exemplo de como a Lista Verde foi aplicada em PPAs é fornecido no Estudo de Caso 6 do Quênia.

Princípio 1.2: Proprietários e gestores de PPAs devem articular objetivos claros de conservação desde o início

As PPAs podem ser estabelecidas por uma variedade de razões e é importante que os proprietários de PPAs (e detentores de convênios ou servidões) articulem objetivos de conservação de forma clara no início do projeto (Melhores Práticas 2.2.1). Por exemplo, as ONGs de conservação, como as land trusts², podem visar áreas específicas que são particularmente importantes para a biodiversidade ou outros valores de conservação. Por outro lado, os proprietários de terra podem optar por proteger sua propriedade com base em simpatia pessoal, independentemente de sua prioridade na estratégia nacional. Em outros casos, os conservacionistas podem se mobilizar para adquirir e proteger parcelas de terra sob ameaça de conversão do uso da terra. No entanto, todos devem ser capazes de demonstrar seu papel pretendido na conservação da natureza naquela terra, independentemente de outros usos da terra (ver Princípio 1.1 e Quadro 1.2).

Quadro 1.2

Apoiando a conservação e o desenvolvimento econômico na África do Sul

Os locais de manejo da biodiversidade da África do Sul fornecem uma gama de atividades econômicas e comerciais que dependem do nível de proteção e restrição de uso da terra prescrito. O Business Case for Biodiversity Stewardship (SANBI, 2015) recomenda o estabelecimento de PPAs, por meio da gestão da biodiversidade, para estimular o crescimento/ sustentabilidade rural usando a economia da vida silvestre. Como resultado, as PPAs na África do Sul frequentemente sustentam atividades vitais e economicamente sustentáveis, embora sejam claramente criadas e gerenciadas para conservação. O Ambiente Protegido de Sneeuberg⁵ nas pradarias do nordeste do país foi declarado tendo a conservação da natureza como objetivo principal, mas com a pecuária como o uso primário da terra. Embora as PPAs na África do Sul exijam um plano de manejo que abranja questões como manejo de pastagens e restauração de habitats, esses objetivos de manejo ainda permitem que os proprietários de terra realizem atividades econômicas na terra se forem compatíveis com seu status de PPA. O plano de gestão de Sneeuberg, por exemplo, incorpora tanto a gestão ambiental para pastagens e zonas úmidas como a continuação da produção comercial de alimentos. Além disso, inspirou o desenvolvimento econômico do turismo local baseado na observação de aves. Este modelo de PPA facilita a conservação eficaz da natureza, proporcionando meios de subsistência, desenvolvimento econômico baseado na vida silvestre, segurança alimentar e envolvimento com o setor agrícola, que é um grande contribuidor para o produto interno bruto da África do Sul.

Autor: Daniel Marnewick, BirdLife South Africa

Melhores Práticas 1.2.1: Sempre que possível, no estabelecimento de PPAs e desenvolvimento de objetivos de manejo, vincule-os às prioridades nacionais ou subnacionais para a conservação da natureza.

A maioria dos países tem NBSAP (Planos Estratégicos e de Ação Nacionais de Biodiversidade⁶) e outros instrumentos de planejamento, que geralmente incluem alguma priorização para o estabelecimento de novas áreas protegidas, por exemplo, a identificação de ecossistemas sub-representados em áreas protegidas. Quando disponíveis, tais prioridades devem ser usadas para ajudar a estabelecer metas de PPAs, particularmente no caso de ONGs conservacionistas que adquirem terras para conservação ou que priorizam o estabelecimento de convênios/servidões. Os governos podem ajudar a facilitar esse processo. No México, por exemplo, o reconhecimento formal de uma PPA exige a existência de um plano de manejo que demonstre a importância biológica da área no contexto do Sistema Nacional de Áreas Protegidas e a participação de todas as partes interessadas (Hora et al., 2018). Nos EUA, agências governamentais fornecem mapeamento estratégico para organizações que estabelecem e gerenciam PPAs, muitas das quais adotam prioridades em alinhamento com estratégias identificadas pelo governo (ver Quadro 1.3). Orientações similares estão disponíveis na África do Sul (ver Estudo de Caso 10). Na Austrália, o financiamento governamental para compra de PPAs está vinculado a biorregiões prioritárias (ver Estudo de Caso 1). É também assim que funciona a rede Natura 2000 da União Europeia (ver Quadro 1.4).

Quadro 1.3

BioMap: mapeando prioridades para aquisições no estado de Massachusetts, EUA

O estado de Massachusetts, EUA, e a The Nature Conservancy conduziram exercícios extensivos de mapeamento para identificar:

- Habitats para espécies raras, vulneráveis ou incomuns;
- Comunidades naturais prioritárias;
- Terras úmidas de alta qualidade, lagos vernais e habitats costeiros;
- Ecossistemas florestais intactos;
- Os maiores blocos paisagísticos em cada uma das oito ecorregiões e planaltos adjacentes que protegem as áreas úmidas, os habitats aquáticos e costeiros.

O exercício identificou mais de um milhão de hectares de importantes áreas de biodiversidade em todo o estado. Desde 2010, o BioMap estabeleceu prioridades para as concessões de aquisição de terras de conservação do estado e, como resultado, a maioria dos land trusts alinharam suas estratégias com o BioMap ao estabelecer prioridades para novas PPAs. (Commonwealth of Massachusetts e The Nature Conservancy, 2010)

Autor: Brent Mitchell, QLF

Quadro 1.4 Estratégias regionais de conservação da natureza na União Europeia

A Rede Natura 2000 da União Europeia identifica prioridades para a conservação a nível continental, definindo habitats e espécies de importância europeia e estabelecendo metas para alcançar um estado de conservação favorável para eles. Estes são então implementados nacional e regionalmente, com programas de trabalho locais, prioridades (estruturas de ação prioritizadas) e financiamento. Todas as grandes ONGs da Europa que compram, possuem e administram terras para conservação usam essas listas, metas e mapas de distribuição para ajustar seus próprios programas de trabalho para PPAs. O programa LIFE da Comissão Europeia oferece até 75% de co-financiamento para ONGs conservacionistas e outros órgãos privados, como associações de fazendeiros ou florestais ou empresas comerciais privadas (desde que elas ofereçam as garantias certas e demonstrem ter de acesso a gestão científica especializada), para comprar terras com habitats/espécies de importância europeia para a criação de PPAs (Tasos et al., 2014).



Kätkävaara Nature Trail, Finlândia © Sue Stolton

Melhores Práticas 1.2.2 Onde as prioridades nacionais não existem, ou são incompletas, os exercícios de priorização de conservação internacionalmente reconhecidos podem ajudar a auxiliar o estabelecimento de PPA

Processos de priorização internacionalmente reconhecidos podem ajudar a informar o estabelecimento da PPAs na ausência de prioridades nacionais. Por exemplo, Key Biodiversity Areas (KBAs) são locais que contribuem significativamente para a persistência global da biodiversidade (IUCN, 2016a). As áreas se qualificam como KBAs globais se atenderem a um ou mais dos 11 critérios, agrupados em cinco categorias: biodiversidade ameaçada, biodiversidade geograficamente restrita, integridade ecológica, processos biológicos e insubstituibilidade. Os critérios da KBA podem ser aplicados a espécies e ecossistemas em ambientes terrestres, aquáticos e marinhos

e podem ajudar a identificar locais prioritários para o estabelecimento da PPA. A parceria da KBA é composta por várias organizações líderes de conservação, incluindo a UICN, e o Banco de Dados Mundial de KBAs⁷ fornece informações sobre a localização (ver Quadro 2.3). Áreas Importantes de Aves e Biodiversidade (IBBAs) são baseadas em um conceito similar e foram desenvolvidas e aplicadas por mais de 30 anos.

Melhores Práticas 1.2.3: Embora os governos devam incentivar o estabelecimento de PPAs em áreas visadas pela definição de prioridades nacionais ou subnacionais, eles não devem impedir o estabelecimento de PPAs em áreas atualmente consideradas de menor prioridade

O mundo está passando por mudanças rápidas, cujos resultados não são totalmente compreendidos. Grande parte do planejamento de conservação que ocorreu pode ser superado pelos impactos da mudança climática, invasões rápidas por espécies exóticas ou simplesmente por uma espécie não previamente registrada em uma área que inesperadamente passa a ocorrer. Ter uma área tão ampla quanto possível protegida pode ser essencial para o sucesso futuro da conservação e gestão adaptativa e contribuir para a conectividade e o estado geral de conservação. Indivíduos ou entidades que estabelecem PPAs podem optar por priorizar a compra de terras em locais onde os preços da terra são relativamente baratos (como no Chile, onde há poucas PPAs em áreas mediterrâneas de alta prioridade e alto custo, mas mais PPAs em áreas de baixa prioridade e baixo-custo de regiões patagônicas). Alternativamente, eles podem escolher lugares onde há maiores retornos econômicos potenciais, como é o caso das reservas de caça em certas partes da África do Sul. Dados sobre fatores humanos e sociais (por exemplo, disposição de participação de proprietários de terra) podem ser tão importantes para identificar PPAs quanto prioridades de conservação (Knight et al., 2010, 2011), assim como informações sobre os tipos de mecanismos de apoio disponíveis (Pence et al., 2003; Wilson et al., 2007).

Princípio 1.3: As PPAs são melhor desenvolvidas dentro de uma estrutura institucional clara e de apoio que fortaleça a governança e a gestão

O estabelecimento da PPA é mais fácil quando as condições sociais nacionais/regionais e as estruturas institucionais e legais são favoráveis (ver o Estudo de Caso 10 da África do Sul e os Quadros 1.2, 1.3 e 1.4). Estes incluem não apenas legislação específica para o estabelecimento de PPAs, mas também apoio de extensão para gestão contínua, incentivos financeiros cuidadosamente direcionados (ver Seção 3), alguma forma de auditoria e instituições de aprendizagem social.

Melhores Práticas 1.3.1: O reconhecimento internacional para as PPAs pode proporcionar apoio no estabelecimento e reconhecimento de PPAs

Quadro 1.5 Mandatos internacionais para PPAs

O Parágrafo 2 da decisão XII/19 da Conferência das Partes da CDB (PNUMA/CBD/COP/DEC/XII/19, de 17 de outubro de 2014): *“Reconhece a contribuição das áreas sob proteção privada, além das áreas públicas e áreas indígenas e comunitárias conservadas, na conservação da biodiversidade, e incentiva o setor privado a continuar seus esforços para proteger e manejar de forma sustentável os ecossistemas para a conservação da biodiversidade.”*

Com base nisso, uma resolução do Congresso Mundial de Conservação de 2016 da UICN (WHC/2016-036 “Apoiando áreas sob proteção privada”) incentiva os Estados Membros da UICN a:

- adotar políticas que reconheçam, incentivem e monitorem as áreas protegidas privadas em particular como uma contribuição fundamental para as metas de conservação nacionais e internacionais, e também a implementar mecanismos para integrar as áreas sob proteção privada nos sistemas nacionais, provinciais e locais de áreas protegidas;*
- criar ou promover incentivos legais e financeiros, inclusive por meio de reforma legal, conforme apropriado, para a manutenção e fortalecimento de áreas sob proteção privada, particularmente em países onde existam restrições e/ou ambiguidade na legislação nacional; e*
- trabalhar em conjunto com organizações da sociedade civil para estabelecer na agenda pública a importância da conservação voluntária de terras privadas, com base no conceito de subsidiariedade do setor privado e não governamental nas políticas nacionais de conservação (IUCN, 2016b).*

Tanto a CDB como a UICN apoiaram o desenvolvimento adicional de PPAs em decisões recentes (ver Quadro 1.5). Outras convenções internacionais (por exemplo, Ramsar⁹, Patrimônio Mundial¹⁰ e Programa o Homem e a Biosfera da UNESCO)¹¹ podem fornecer o reconhecimento internacional muito necessário para as PPAs pioneiras.

Melhores Práticas 1.3.2: PPAs individuais podem tornar-se exemplares para o desenvolvimento de outras PPAs nos países

Às vezes, o que é necessário é que uma pessoa ou organização pioneira estabeleça uma PPA em um país para iniciar todo um movimento. (Veja, por exemplo, Quadros 1.6, 1.7, 1.8 e 5.5, bem como Estudos de Caso 3 da China, 4 da Costa Rica, 6 do Quênia e 9 de Samoa). No Peru, a Reserva Ecológica Chaparrí¹² foi criada em 2001. Uma inovação na época, a criação da reserva inspirou o governo a desenvolver uma regulamentação adequada e os proprietários de terras a criarem novas PPAs (Solano & Wust, 2005).

Quadro 1.6

O Refúgio de Vida Silvestre do Cáucaso: uma PPA pioneira na Armênia

Em 2010, a *Fundação para a Preservação da Vida Selvagem e Bens Culturais*¹³ (FPWC) na Armênia criou o Refúgio da Vida Silvestre do Cáucaso¹⁴ (CWR). Protegendo 20.000 hectares atualmente, desde prados semidesérticos a prados alpinos, o CWR proporciona um refúgio seguro para um número de animais ameaçados e raros do Cáucaso Meridional e da Europa Oriental. A terra para o refúgio é arrendada pela FPWC das comunidades das regiões de Ararat e Vayots Dzor. O contrato dura por 25 anos, embora em alguns casos as comunidades tenham doado terras para conservação em perpetuidade. Atualmente, o CWR é o único projeto desse tipo em todo o sul do Cáucaso. Ele foi criado para ser um projeto de PPA modelo, onde o envolvimento da comunidade local, a educação, o ecoturismo e a conservação da natureza estão interconectados. O objetivo geral da CWR é contribuir para a proteção eficiente da biodiversidade na Armênia, melhorando a proteção da flora e da fauna nas zonas-tampão e nos corredores de migração da vida silvestre da reserva anteriormente gerenciadas de forma insustentável. O sucesso do modelo já é aparente. A FPWC mantém uma estação permanente equipada que emprega seis guardas florestais da comunidade. Os guardas patrulham a área continuamente para impedir qualquer atividade ilegal e monitorar os animais. Os dados são então inseridos em um banco de dados que serve para criar um mapa SIG da área, oferecendo uma visão detalhada da variedade de espécies, habitats sensíveis e importantes corredores de vida silvestre. Enquanto em 2010, a vida silvestre na área era praticamente inexistente, principalmente devido à caça ilegal, armadilhas fotográficas localizadas por toda a CWR agora mostram um número significativo de animais raros e da lista vermelha, incluindo cabras bezoar (*Capra aegagrus*), ursos marrons (*Ursus arctos*), víbora armênia (*Vipera raddei*) e abutres de barba (*Gypaetus barbatus*), bem como espécies comuns como o lince caucasiano (*Lynx dinniki*), martens, texugos, lobos cinzentos, raposas e lebres. No verão de 2013, as armadilhas fotográficas registraram um leopardo caucasiano (*Panthera pardus saxicolor*) na PPA. O sucesso do CWR está permitindo que a FPWC planeje uma expansão de PPAs em importantes áreas de conservação nas bordas do sul da Armênia (Röttger et al., 2016)

Autor: Vicky Mkrtchyan, FPWC



O Refúgio de Vida Selvagem do Cáucaso © Sue Stolton

Princípio 1.4: PPAs podem ser estabelecidas através de uma variedade de mecanismos

Abordagens para o estabelecimento de PPAs (Lausche, 2011) incluem:

1. Um proprietário individual concorda/estabelece voluntariamente uma área protegida formal, mantendo o título e exercendo responsabilidades de gestão de acordo com os objetivos de conservação designados e categoria de área protegida (ver Estudos de Caso 6 do Quênia e 10 da África do Sul).
2. O proprietário individual entrega voluntariamente ao governo certos direitos legais para usar a propriedade privada com o fim de preservar certos valores de conservação, enquanto retém título e direitos para outros usos não conservacionistas compatíveis (como manter uma residência). Às vezes, certos direitos a uma determinada propriedade são entregues em troca de direitos para desenvolver propriedades adjacentes ou outras, ou ainda outros incentivos, como uma redução nos impostos sobre a propriedade para compensar a perda teórica do valor de outro potencial de produção. Mecanismos para essa abordagem incluem a servidão negativa (denominada servidão de conservação em algumas jurisdições), servidões, convênios com a terra (ou seja, a restrição sobrecarrega a propriedade, não o proprietário e, portanto, permanece em vigor, mesmo se a propriedade da terra mudar) e acordos de gestão (ver Estudo de Caso 1 da Austrália, Estudo de Caso 2 do Brasil e Estudo de Caso 7 da Nova Zelândia).
3. ONG, organização de pesquisa ou religiosa recebe contribuições de caridade ou levanta fundos, privada ou publicamente, para comprar, arrendar ou administrar terras doadas para proteção e conservação (ver Estudo de Caso 3 da China e Estudo de Caso 5 da Alemanha).
4. Uma ONG, organização de pesquisa ou religiosa ou organização com fins lucrativos adquire ou doa uma porção de terra/água e depois vende essa propriedade a outro proprietário privado após firmar um acordo de proteção sobre o título (por exemplo, fundos ou convênios rotativos) (Veja o Estudo de Caso 4 da Costa Rica).
5. Uma corporação com fins lucrativos adquire e gerencia diretamente uma área para conservação para gerar lucro a partir de atividades compatíveis com a conservação, como o turismo (ver Estudo de Caso 8 do Peru).
6. Uma corporação com fins lucrativos reserva, doa ou gerencia diretamente uma área para conservação para construir boas relações públicas, ou como uma concessão ou compensação para outras atividades. As motivações podem incluir o interesse em obter a certificação “verde”; para um projeto de desenvolvimento associado ou fazer um investimento para o futuro (ver Estudo de Caso 9 de Samoa).
7. Uma corporação com fins lucrativos, ONG ou organização de pesquisa, por acordo contratual com governos e/ou comunidades locais, cria uma área marítima ou lago onde a pesca é proibida baseada no chamado Acordo de Conservação Marinha (MCA),

e gerencia diretamente essa área para conservação, pesquisa ou para gerar lucro a partir de atividades compatíveis, como turismo (ver Quadro 1.7 e TNC & CI, 2012).

Esses mecanismos não devem ser vistos ou implementados isoladamente. Em vez disso, a melhor prática é encontrar “misturas ótimas de mecanismos” que maximizem o benefício de conservação com o mínimo de esforço ou despesa (Young et al., 1996). Além disso, acordos de estabelecimento podem não ser suficientes para proteger a área no longo prazo e mecanismos adicionais podem ser necessários para o manejo de longo prazo para assegurar que a área atenda a definição de uma PPA.

Melhores Práticas 1.4.1: Mecanismos para estabelecer PPAs não devem prejudicar outros direitos legítimos à terra ou recursos

É importante que os proprietários da PPA (ou possíveis proprietários) realizem uma análise prévia para assegurar que a compra de áreas com o propósito de estabelecer uma PPA não prejudique os direitos legais ou consuetudinários. Basear-se em informações mantidas por estados ou registros fundiários é frequentemente insuficiente e pesquisas e investigações adicionais são normalmente necessárias. É da responsabilidade dos possíveis proprietários entender os direitos potenciais de acesso tradicional das comunidades locais e aplicar os princípios do Livre Consentimento Previamente Informado, Prévio e (FAO, 2017) ao se envolver com as comunidades e seus direitos. Também é importante entender se os diferentes direitos de acesso a recursos específicos, locais espirituais ou rotas de acesso são impactados pela PPA e garantir que os proprietários da PPA trabalhem em consulta com as comunidades no planejamento de intervenções de conservação que possam restringir esses direitos. Quando apropriado, os proprietários devem respeitar a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007) e estar cientes das políticas da UICN que podem ajudar a garantir as melhores práticas, incluindo: Resolução 30/2016 do Congresso Mundial da UICN (CMU) “Reconhecer e respeitar os territórios e áreas conservadas pelos povos indígenas e comunidades locais (ICCAs) sobrepostas por áreas protegidas”,¹⁵ Resolução 38/2008 do CMU “Reconhecimento e conservação de áreas naturais sagradas em áreas protegidas”¹⁶ e Recomendação 147/2012 do CMU “Apoio para locais naturais sagrados para protocolos de custódia e leis consuetudinárias em face das ameaças e desafios globais”¹⁷.

Melhores Práticas 1.4.2: A governança privada é geralmente estabelecida através da propriedade da terra, mas outros mecanismos são possíveis

As PPAs podem ser estabelecidas em terras arrendadas, desde que estas sejam planejadas para serem de longo prazo e renováveis (ver Estudo de Caso 3 da China e Quadro 1.7). Arrendamentos podem passar por vários proprietários, mas o objetivo de conservação deve permanecer. Por exemplo, na Tanzânia, a Reserva Grumeti foi criada pelo governo em 1994 principalmente para proteger o caminho da migração anual de gnus. Em 2002, o Fundo para

Conservação da Vida Silvestre e a Comunidade de Grumeti, uma organização sem fins lucrativos, recebeu o direito de gerenciar e conservar a área de 140.000 ha. Quatro anos depois, a empresa de safári Singita¹⁸, assumiu a gestão da propriedade, a pedido da concessionária. A gestão de conservação da área permaneceu constante durante todo o tempo.

Quadro 1.7

Chumbe Island Coral Park em Zanzibar, Tanzânia, a primeira PPA marinha do mundo

Com base em uma proposta de investimento para uma PPA marinha e terrestre apresentada pela Island Coral Park Limited (CHICOP),¹⁹ a Comissão de Terra e Meio Ambiente do Governo de Zanzibar arrendou uma área em 1993 de 2,44 ha para a construção de uma pousada ecológica na ilha desabitada de Chumbe para a empresa por um período renovável de 33 anos. Entre 1991 e 1994, o CHICOP negociou com sucesso com o governo semiautônomo de Zanzibar, na Tanzânia, de o recife de coral e a floresta da Ilha ocidental serem reconhecidos como Área Marinha Protegida (MPA), com a administração da MPA confiada ao CHICOP. A empresa foi especificamente criada com o propósito de desenvolver e gerenciar a MPA de uma maneira financeiramente sustentável, utilizando o ecoturismo para gerar receita para todos os custos operacionais da MPA e atividades associadas de conservação, pesquisa, educação e conscientização. Com isso, Chumbe tornou-se o primeiro parque marinho gerenciado na Tanzânia, a primeira MPA gerenciada de forma privada no mundo e, até o momento, é um exemplo raro de uma MPA financeiramente autossustentável globalmente. Os objetivos da empresa são sem fins lucrativos, implementando iniciativas de conservação e educação ao longo de mais de 20 anos no âmbito de três planos de gestão que foram desenvolvidos com a participação das partes interessadas (1995-2005, 2006-2016 e 2017-2027). As operações de negócios de ecoturismo seguem princípios comerciais para maximizar a receita e promover a efetividade de custos para garantir um fluxo de receita sustentável para as atividades da MPA, exemplificando uma abordagem de negócios bem-sucedida para a gestão sustentável e eficaz da MPA.

Autor: Sibylle Riedmiller, Chumbe Island Coral Park Ltd
Veja também Dodds (2012) para mais informação



O programa de educação © Chumbe Island Coral Park

Princípio 1.5: Todas as PPAs devem ser estabelecidas com uma estratégia de longo prazo e financiamento sustentável

As PPAs devem ser estabelecidas com uma expectativa de resultados de conservação em longo prazo; elementos-chave podem incluir planejamento de conservação, apoio financeiro suficiente em longo prazo para gestão e sucessão geracional.

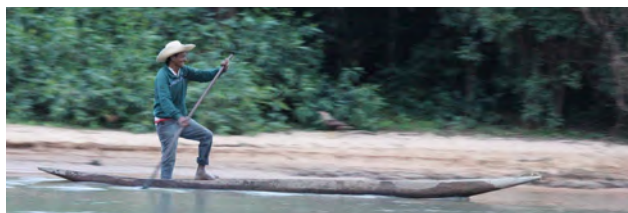
Melhores Práticas 1.5.1: Mecanismos para estabelecimento de PPAs devem garantir proteção em longo prazo

Ao estabelecer uma PPA, é essencial que o estado de conservação da terra/água seja assegurado em longo prazo (ver Seção 4), mesmo quando não existem instrumentos legais. Portanto, é importante considerar questões de administração intergeracional (Melhores Práticas 1.5.2). As gerações atuais ditam as decisões de conservação das futuras gerações através do estabelecimento de PPAs ou da criação de servidões de conservação “perpétuas” (Thompson, 2004). Como as condições, preferências e conhecimento mudam com o tempo, essas “conservações intergeracionais” podem se tornar problemáticas, a menos que os sucessores proprietários de terra continuem com uma ética de conservação e/ou a sociedade esteja disposta a defender as proteções legais.

Melhores Práticas 1.5.2: O estabelecimento de uma PPA deve antecipar mudanças na posse da propriedade e estabelecer regras para a sucessão

É provável que as PPAs estejam sujeitas a mudanças na governança da propriedade ao longo do tempo. O planejamento de contingência para tais mudanças deve ser feito durante a fase de preparação da PPA (Melhores Práticas 4.1.4 e Estudo de Caso 4 da Costa Rica). Por exemplo, se uma ONG ou um proprietário de terras criasse uma PPA, eles poderiam fazer um acordo com uma ONG parceira de conservação para assumir a responsabilidade pela propriedade no caso da ONG /proprietário inicial não pudesse mais manter suas propriedades. Em alguns casos, os departamentos governamentais também podem atuar como proprietário ou gerente substituto. Os convênios de conservação também podem ser colocados em escrituras/registros de terras, garantindo que qualquer acordo esteja vinculado à terra e não aos proprietários (ver Quadro 1.8). Quando a declaração de um convênio ou servidão é feita por meio de um governo, autoridade estatutária ou ONG, então o recurso para o envolvimento contínuo com os proprietários atuais e futuros deve ser incluído no planejamento e orçamento futuros. Por exemplo, no Brasil, o Refúgio Ecológico Caiman²⁰ buscou estabelecer uma parceria com uma ONG para garantir a gestão da Reserva Particular no longo prazo, mitigando possíveis mudanças nas prioridades de negócios no futuro.

Melhores Práticas 1.5.3: As PPAs criadas como compensações de biodiversidade devem seguir a política da UICN sobre compensações de biodiversidade



O último morador da RPPN Sesc Pantanal © Brent A. Mitchell

As compensações de biodiversidade podem contribuir para resultados positivos de conservação (ver Quadro 1.9), como o estabelecimento de PPAs ou a restauração de valores de biodiversidade em PPAs. No entanto, a Política da UICN sobre Compensações de Biodiversidade (CMU 2016, Res. 059)²¹ também afirma que “as compensações de biodiversidade são apropriadas apenas para projetos que aplicaram rigorosamente a hierarquia de servidão (evitar, minimizar, restaurar/reabilitar e compensar)”.

Quadro 1.8 Brasil, pioneiros das PPAs

O Brasil foi um país pioneiro na América Latina na criação de reservas privadas, pois o Código Florestal de 1934 previa o estabelecimento de PPAs, chamados de “Florestas Protetoras”. Estas áreas permaneceram propriedade privada e foram consideradas legalmente intocáveis. Com a reforma do Código Florestal em 1965, a categoria Florestas Protetoras foi eliminada, mas a nova lei manteve a opção de declarar qualquer parcela de terras privadas como área perpétua de conservação (Art. 6º, Lei Federal nº 4.771/1965). Isso exigia assinar um acordo com as autoridades e registrá-lo com a escritura da terra. Esta nova opção, no entanto, só se tornou verdadeiramente operacional 25 anos depois com a aprovação oficial deste decreto e a criação do conceito moderno de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) (Mesquita & Vieira, 2004). Veja o Estudo de Caso 2 sobre o Brasil para mais detalhes.

Autor: Maria Cristina Viera Weyland e membros da Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Associação RPPN

Quadro 1.9 A Reserva Natural de Ingula, África do Sul: uma história de sucesso de compensação corporativa

Uma compensação ambiental foi exigida como parte da aprovação do desenvolvimento do Sistema de Armazenamento Bombeado Ingula na África do Sul (Maphisa et al., 2017). Para este propósito, a Reserva Natural Ingula²² (uma PPA de propriedade da corporação) em torno da concessionária de água foi declarada em 2018 com o objetivo principal de conservação da natureza. É um exemplo de como uma empresa industrial, juntamente com uma compensação adequada na forma de uma PPA, pode integrar com sucesso a conservação e o desenvolvimento para benefício mútuo.

Autor: Daniel Marnewick, BirdLife South Africa

Seção 2: Gerindo uma área sob proteção privada

Quem deve ler esta seção?

Qualquer um que esteja na gestão de uma PPA, seja ele um proprietário privado, uma ONG, etc. Embora nem todas as práticas recomendadas abaixo sejam aplicáveis a todos os tipos e tamanhos de PPA, os exemplos extraídos de experiências em todo o mundo fornecem orientação sobre alguns dos elementos mais importantes de gerenciamento de PPA.

Ter um sistema de gestão implantado é um passo importante para garantir a conservação efetiva da natureza em PPAs. Idealmente, um sistema de manejo deve considerar todos os aspectos do gerenciamento da área protegida, desde a identificação dos objetivos até o monitoramento e a adaptação. O grau de praticidade na implementação das diferentes melhores práticas desta seção dependerá do tamanho, necessidades e condições das PPAs individuais. Já existe bastante informação disponível sobre as melhores práticas para a manejo de áreas protegidas, muitas das quais aplicáveis a PPAs (ver Quadro 2.1). Esta seção fornece exemplos de como essas práticas foram implementadas pelas PPAs em todo o mundo.

Quadro 2.1

Ferramentas e diretrizes de manejo para áreas protegidas

Muito já foi escrito e muitos métodos foram desenvolvidos para auxiliar o planejamento e gestão da biodiversidade para conservação. Mais informação genérica sobre as melhores práticas para uma série de questões de manejo de áreas protegidas é fornecida pelo WCPA²³ e pelo extenso volume online sobre *Governança e gestão de Áreas Protegidas* (Worboys et al., 2015). O Programa da IUCN para Áreas Protegidas e Conservação Africanas (PAPACO) está desenvolvendo uma série de Cursos Massivos Abertos On-line (MOOCs²⁴) sobre conservação e áreas protegidas, com outra iniciativa sendo planejada pela Zoological Society of London e National Geographic. Os cursos são destinados a um número ilimitado de participantes e dão acesso ao conhecimento sobre gestão de áreas protegidas a qualquer pessoa com acesso à Internet.



Princípio 2.1: Os proprietários atuais e potenciais da PPA devem ter uma compreensão clara do que está acontecendo dentro e em torno da PPA antes de desenvolver atividades de manejo

Sempre que possível, é importante coletar informações geográficas, hidrológicas, sociais, ecológicas, geopatrimoniais, culturais e legislativas/políticas sobre a PPA e seus arredores antes de planejar quaisquer atividades de manejo. Este passo no planejamento é frequentemente chamado de análise de situação (CMP, 2013). Proprietários individuais podem ter conhecimento sobre a área que estão estabelecendo como uma PPA que remonta a gerações. Em outros casos, as ONGs/organizações com fins lucrativos podem comprar/arrendar um pedaço de terra com informações mais limitadas disponíveis. As melhores práticas abaixo apontam algumas fontes importantes de informação (ver também o Quadro 2.3). A maioria das áreas também deve poder acessar informações locais de agências de conservação, organizações e pesquisadores. Parcerias (Melhores Práticas 2.5.4) são fontes importantes de informação, e todos os parceiros devem ter um entendimento compartilhado da área.

Melhores Práticas 2.1.1: A gestão pode ser guiada por legislação e/ou por práticas de aprendizagem e compartilhamento com propriedades semelhantes

O manejo deve se basear no que já está disponível. Isso pode significar garantir que as ações sigam a legislação do governo, como em países como México (Hora et al., 2018), Brasil (ver Estudo de Caso 2) e África do Sul (veja o Estudo de Caso 10), onde a maioria das PPAs é gerenciada sob o mesmo sistema legislativo que áreas protegidas gerenciadas pelo governo (ver Quadro 2.2) ou através de adaptações de planos de manejo de propriedades com objetivos similares. Dado que muitas PPAs são relativamente pequenas, a conectividade com áreas vizinhas é particularmente importante. Dedicar tempo em descobrir o contexto da área (em termos de conservação da natureza e de um ambiente social, cultural e perspectiva econômica) e arredores pode economizar recursos ao desenvolver um sistema de manejo. Onde muitas áreas protegidas estão situadas juntas dentro

de uma paisagem, um plano geral de manejo pode ser melhor do que planos individuais (ver Quadro 2.4) e pode ser um uso mais eficiente de tempo, recursos e capacidade. Por exemplo, os pântanos de Avalon, em Somerset, Reino Unido, estão se tornando um mosaico de áreas protegidas de propriedade de agências governamentais e ONGs de conservação, à medida que a agricultura comercial e a produção de turfa se tornam menos viáveis. Atividades são desenvolvidas em cooperação em toda a paisagem e ações de manejo são planejadas em conjunto (Avalon Marshes Landscape Partnership, 2011).

Quadro 2.2

Melhores práticas de manejo e requisitos legislativos dentro do contexto das PPAs da África do Sul

A “Lei de Gestão Ambiental Nacional: Ato de Áreas Protegidas, 2003” da África do Sul²⁵ exige que todas as áreas protegidas, incluindo as PPAs, tenham um plano de manejo elaborado e submetido à autoridade de conservação relevante, além de ter uma autoridade administrativa designada. As Normas e Padrões para a Gestão de Áreas Protegidas na África do Sul (National Gazette No. 41224, 2017) e os Regulamentos para a Administração Adequada de Reservas Naturais, ambos desenvolvidos em termos da Lei de Áreas Protegidas da África do Sul, incluem requisitos para uma avaliação do manejo de áreas protegidas declaradas em terras privadas. O Regulamento exige que a autoridade de gestão designada monitore e informe anualmente sobre a situação da implementação do plano de manejo da reserva, enquanto as Normas e Padrões exigem relatórios anuais sobre o progresso no sentido de atender e manter as normas e padrões. Os requisitos de relatório deste último são cumpridos através da conclusão de uma avaliação da eficácia do manejo usando uma versão específica para a África do Sul da Ferramenta de Rastreamento da Eficácia da Gestão (METT) (Melhores Práticas 2.4.2).

As avaliações METT são particularmente úteis como um meio de identificar e priorizar as atividades de gerenciamento para lidar com as deficiências e melhorar a eficácia do manejo da área protegida. As avaliações são concluídas de forma rápida e fácil. O ideal é que eles sejam preenchidos pelos gestores da área protegida, bem como por sua equipe e outras partes interessadas, como uma forma de autoavaliação. As avaliações são melhores para comparar uma área ao longo do tempo, em vez de criar uma comparação entre os locais, pois as avaliações repetidas fornecem tendências de eficácia ao longo do tempo e ajudam no manejo adaptativo de áreas protegidas (Cowan et al., 2010).

Autor: Greg Martindale, Conservation Outcomes

Melhores Práticas 2.1.2: Incorporar valores de conservação e status e tendências da biodiversidade em um plano/sistema de manejo

Ao desenvolver sistemas de manejo, é importante obter informações sobre as espécies, status de habitat e tendências. Um estudo de linha de base ajuda a determinar o que deve ser monitorado e avaliado e, portanto, como o status e as tendências da biodiversidade podem ser compreendidos. Poucas áreas protegidas, qualquer que seja seu regime de governança, têm linhas de base abrangentes para a biodiversidade, mas ter algum conhecimento de status e tendências é vital para identificar ações específicas de manejo. Como primeiro passo, as PPAs podem compilar e avaliar dados relevantes existentes e desenvolver, por exemplo, mapas básicos de habitats, ocorrência de espécies e conectividade com outros habitats naturais ou seminaturais. Particular atenção deve ser dada às espécies ou ecossistemas de importância regional, nacional ou global. O Quadro 2.3 fornece algumas fontes globais de informação, mas maiores recursos locais e regionais também estarão disponíveis.

Melhores Práticas 2.1.3: Incorporar povos indígenas, populações locais e tradicionais e seus conhecimentos, incluindo, quando apropriado, o Conhecimento Ecológico Tradicional em manejo

Trabalhar e aprender com os outros pode economizar tempo e esforços consideráveis e ajudar a construir alianças locais ao desenvolver atividades de gerenciamento para uma PPA. Por exemplo, durante os diagnósticos ecológicos rápidos (Sayre et al., 2000) conduzidos pela Fundación Vida Silvestre na Argentina para desenvolver um novo acordo para uma reserva privada, foram realizadas entrevistas com o pessoal que trabalha na área, moradores vizinhos e outras partes interessadas. Compartilhar conhecimento funciona de duas maneiras: as pessoas locais aprendem mais sobre a presença de espécies silvestres enquanto compartilham sua percepção de problemas de conservação, ameaças, etc., enquanto os técnicos que realizam a pesquisa, ou os proprietários da propriedade, aprendem novas informações ou problemas que podem afetar o gestão da área. Em alguns lugares, o Conhecimento Ecológico Tradicional pode fazer uma contribuição essencial para a gestão (ver Quadro 2.4).



Guiados por anciãos e detentores de conhecimento, crianças em idade escolar, estudantes e voluntários locais ajudaram a Galiano Conservancy (ver Quadro 2.11) no Canadá a restaurar uma floresta nativa forrageira © Galiano Conservancy Association

Quadro 2.3

Fontes de dados globais de conservação para complementar os dados nacionais

Protected Planet²⁶ é a fonte mais completa de informações espaciais e de gerenciamento em áreas protegidas globalmente.

O Global Biodiversity Information Facility (GBIF)²⁷ contém dados sobre todos os tipos de vida na Terra. É o maior banco de dados de biodiversidade do mundo, com registros de mais de 1,7 milhão de espécies, variando de bactérias a baleias azuis. Os bancos de dados podem ser classificados por editor, país, espécie etc.

A Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da UICN²⁸ é a avaliação global mais abrangente do estado de conservação de espécies de plantas e animais. Além das bases de dados globais, as **Listas Vermelhas Nacionais**²⁹ foram desenvolvidas em muitos países.

Banco de Dados Mundial das Principais Áreas de Biodiversidade³⁰ é gerido pela BirdLife International em nome da Parceria Principais Áreas de Biodiversidade (KBA). Ele hospeda dados sobre KBAs globais e regionais, incluindo Áreas Importantes de Aves e Biodiversidade, áreas da Aliança para Extinção Zero, KBAs identificados por meio de perfis de ecossistema de hotspot apoiados

pelo Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos e um pequeno número de outras KBAs. Esse banco de dados é atualizado conforme as KBAs são revisadas e novas KBAs são identificadas.

Google Earth³¹ fornece recursos on-line para imagens de satélite, mapas e terrenos, enquanto o Earth Engine³² possui imagens globais, incluindo imagens históricas com mais de quarenta anos, que podem ser usadas para mapear uma área e auxiliar no fornecimento de dados básicos sobre o habitat.

Global Forest Watch³³ pode analisar uma área desenhada em seu mapa de base para identificar estatísticas de perda de floresta ao longo deste milênio. No Peru, a rede regional em San Martin está usando a plataforma para monitorar o desmatamento em PPAs e faz parte de um grupo de trabalho multissetorial em conjunto com autoridades regionais para abordar questões relacionadas ao manejo florestal.

Planet.com³⁴ com mais de 175 satélites em órbita é capaz de fazer imagens em qualquer lugar da Terra diariamente com resolução de 3 e 72 cm.



Membros da rede de PPAs RED AMA, no Amazonas, Peru, verificando o alerta de desmatamento na PPA Bosque de Palmeras - Molinopampa, baseado em informações do Global Forest Watch © Aaron Groth

Quadro 2.4

O conhecimento ecológico tradicional e a Bush Heritage Australia

Para a *Bush Heritage Australia*³⁵, trabalhar para incorporar o Conhecimento Ecológico Tradicional ao manejo da PPA é um princípio operacional fundamental que reconhece e respeita os direitos e interesses do povo aborígene por terra e água. Isso começa quando a Bush Heritage é convidada para criar uma PPA em terras aborígenes ou mesmo antes da aquisição de terras para este fim. Continua ao longo da gestão da PPA para identificar valores ecológicos, culturais e sociais de importância para os povos aborígenes e para apoiar os sistemas e práticas de conhecimento aborígene e seu uso. Isto é alcançado através de reuniões com corporações aborígenes e grupos familiares, viagens “no território” (viagens ao campo), avaliações do patrimônio cultural e incentivando envolvimento no planejamento de conservação e manejo da terra. Isso ajuda a construir relações de confiança e parcerias de longo prazo e facilita o envolvimento da comunidade. Os valores identificados pelos Proprietários Tradicionais são incorporados nos Planos de Territórios Saudáveis e nos planos de manejo da PPA, com estratégias e ações se transformando em planos de trabalho. As descrições de valores e a seleção de indicadores para monitorar o progresso também incorporam o conhecimento cultural. Acordos de manejo colaborativo entre organizações aborígenes e a Bush Heritage são desenvolvidos para guiar os arranjos de governança que apoiam a parceria e expressam o compromisso mútuo de colocar o plano em ação. Como exemplo, Naree Station Reserve³⁶ no norte de Nova Gales do Sul é o Território de Budjiti e os Proprietários Tradicionais estiveram envolvidos na PPA desde o início. A propriedade foi comprada pela Bush Heritage Australia em 2012 e nos seis anos seguintes, o envolvimento de pessoas de Budjiti incluiu a participação nas viagens ecológicas iniciais ‘BioBlitz’ (Melhores Práticas 2.5.4), viagens ‘no território’ (2-3 por ano), uma grande reunião familiar por ano com os Anciãos e as gerações mais jovens, e avaliações do patrimônio cultural que foram baseadas em áreas importantes para o Budjiti.

Autora: Sarah Eccles, Bush Heritage Australia



Ancião de Budjiti, Phil Eulo, compartilhando conhecimento cultural na Reserva de Estação Naree da Bush Heritage Australia © Sarah Eccles

Melhores Práticas 2.1.4: Uma boa consulta às partes interessadas ajuda a apoiar seu engajamento e contribuição para o desenvolvimento e manejo da PPA

São necessários mecanismos que permitam que o conhecimento e a aprendizagem social e experiencial sejam alimentados nos planos de manejo. Trabalhar com partes interessadas e detentores de direitos é importante para obter um bom entendimento da PPA ou da potencial PPA. Isso pode ajudar a evitar a ameaça dos direitos de acesso tradicionais (Melhores Práticas 1.4.1), evitar a duplicação de esforços (Melhores Práticas 2.1.1) e encontrar soluções para quaisquer desafios de forma cooperativa. Isso ajudará potenciais proprietários da PPA que não são da região a entender melhor o contexto e garantir a relevância da PPA localmente em termos de resultados sociais, econômicos e de conservação. A consulta pode ajudar na comunicação das metas e objetivos da PPA, garantindo transparência e aumentando o apoio e envolvimento na PPA. A colaboração também pode aumentar habilidades e conhecimento. Através do processo de manejo, os proprietários de terras desenvolvem conhecimento localizado sobre conservação que pode ser valioso para as redes de PPAs, agências de conservação e futuros proprietários de terras.

Princípio 2.2: Os sistemas de manejo devem se concentrar no alcance dos objetivos definidos da PPA

Os sistemas de manejo geralmente são apresentados em documentos escritos (por exemplo, planos de manejo de cinco anos e planos operacionais anuais) que ajudam a desenvolver um entendimento compartilhado e uma visão para uma PPA. Os sistemas de manejo também podem ser constituídos por vários planos menores direcionados a questões ou zonas de manejo específicas (por exemplo, planos de turismo, planos de negócios, planos de pesquisa, planos de fiscalização, planos de restauração, plano de monitoramento etc.) em vez de um plano principal, embora seja importante que estes sejam unidos por uma visão global e objetivos acordados. O planejamento gerencial não precisa necessariamente ser um processo complicado ou formal, mas é importante pensar em que tipo de gerenciamento a área precisa e registrar exatamente o que a PPA está tentando alcançar.

Melhores Práticas 2.2.1: Criar uma estratégia clara (por exemplo, visão, missão, objetivos e ações) como parte do plano de manejo da PPA

Desenvolver e concordar com um propósito comum ajuda a concentrar as atividades de manejo e é bom para a comunicação e a captação de recursos (veja o Quadro 2.11). Isto pode ser alcançado através da definição de uma visão para a PPA que seja relevante para o ambiente local. A visão deve descrever o estado desejado que os proprietários de terras estão trabalhando para alcançar e incluirá frequentemente elementos conservacionistas, sociais, culturais e econômicos (por exemplo, veja o Estudo de Caso 4 da Costa Rica). Isso às vezes pode garantir a manutenção das condições atuais (caso em que pode ser necessário pouco manejo ativo). Em outros, a visão pode descrever uma PPA transformada, por exemplo, por meio de restauração ou reintroduções. Uma declaração de visão, como o nome

sugere, deve ser inspiradora e breve, a gestão [...] deve se concentrar em entregar a visão. Uma vez que uma declaração de visão esteja em vigor, vários outros elementos de um plano de manejo podem ser desenvolvidos.

Melhores Práticas 2.2.2: Desenvolver planos de atividades baseados em objetivos de conservação em relação aos quais o progresso pode ser avaliado

Worboys e Trzyna (2015) fornecem uma boa introdução à arte do planejamento gerencial. Idealmente, os planos de atividades devem incluir cronogramas, responsabilidades, alocação de recursos (por exemplo, orçamento, equipamentos, etc.), programação, priorização e mapeamento (por exemplo: zonas).

Melhores Práticas 2.2.3: Realize uma avaliação de risco e desenvolva um plano de mitigação, para que, quando surgir um problema, haja um plano de ação pronto para implementar

Embora esse nível de planejamento possa parecer um fardo, particularmente para PPAs pequenas com pouca capacidade de manejo, são exatamente essas áreas que são menos capazes de lidar quando surgem problemas. O planejamento de mitigação (ou seja, o processo de desenvolvimento de opções e ações para aumentar as oportunidades e reduzir as ameaças aos objetivos de uma PPA) deve fazer parte do sistema geral de gestão e ser conhecido por todos os envolvidos na gestão da PPA. As avaliações devem considerar grandes riscos (por exemplo, ameaças potenciais aos objetivos do local, como incêndio (ver Quadro 2.5), caça ilegal, inundação, colapso de financiamento, etc. Outros tipos de avaliação de risco (por exemplo, riscos para quaisquer voluntários, parceiros trabalhando na área ou visitantes) também terão que ser avaliados e políticas de cobertura de seguro poderão ser necessárias. Assim como nos planos de manejo, os proprietários da PPA devem verificar se há planos similares disponíveis localmente que possam ser adaptados.

Princípio 2.3: Os custos e benefícios completos da PPA devem ser entendidos como a base para o manejo

Os custos associados ao manejo de PPAs irão variar dependendo dos fatores, incluindo o tamanho, características naturais e meta da PPA. Mesmo deixar a terra em seu estado atual pode incorrer em custos de manejo de incêndios, defesa legal, etc. (Rissman & Butsic, 2011). Algumas PPAs serão financiadas pelos proprietários, muitas vezes através de rendimentos auferidos (por exemplo, do turismo), enquanto outras de fundações, subsídios, etc. (ver Seção 3 sobre incentivos) ou uma combinação destes. Qualquer que seja a fonte de recursos, é importante vincular claramente as atividades no plano/sistema de manejo com orçamentos realistas. Desenvolver um plano de manejo detalhado que não pode ser implementado é um desperdício de recursos. Trabalhar dentro de redes de PPAs (veja a Seção 8) ou com áreas de conservação vizinhas pode ajudar a dividir tanto

cargas de trabalho quanto gastos financeiros (Melhor Prática 2.1.1). Além disso, a gestão de uma PPA pode exigir outros tipos de recursos, como equipamentos, recursos técnicos e humanos, e deve ser considerada na estruturação dos planos de manejo (Ojidos, 2017). Além dos custos, toda a gama de benefícios das PPAs precisa ser claramente entendida e atividades de compartilhamento de benefícios desenvolvidas sempre que possível.

Quadro 2.5

Mitigando o risco de incêndios: um exemplo do Brasil

Embora o fogo seja uma parte natural de muitos ecossistemas, os incêndios florestais podem representar um risco significativo para habitats, vida silvestre, funcionários da PPA, visitantes, infraestrutura e propriedades vizinhas. O manejo de incêndios é uma área onde muitos proprietários de PPAs sentem que não têm capacidade suficiente (por exemplo, Halliday et al., 2012). Em áreas propensas a incêndios, o planejamento de mitigação deve incluir a identificação de zonas de risco de incêndio, onde é provável que um incêndio comece e se espalhe. Uma avaliação precisa sobre os problemas de incêndios florestais e as decisões sobre respostas podem ser subsidiadas por um mapa de zonas de risco de incêndio. Os dados de satélite desempenham um papel vital na identificação e no mapeamento de incêndios florestais e no registro da frequência com que diferentes tipos/zonas de vegetação são afetados. Um sistema de informação geográfica (SIG) pode ser usado para combinar diferentes fatores causadores de incêndios florestais no mapa. Ferramentas que podem auxiliar no planejamento de incêndios incluem dados de incêndio globais em tempo real a partir de imagens de satélite, disponíveis através do Active Fire Data³⁷ da NASA e da plataforma Global Forest Watch Fires³⁸ (GFW Fires). No Brasil, duas PPAs, Salto Morato e Serra do Tombador, são mantidas por uma empresa brasileira de cosméticos, por meio da Fundação Grupo Boticário. As áreas possuem diversos procedimentos e padrões aplicados na avaliação e mitigação de riscos e segurança dos funcionários da empresa. Na Serra do Tombador, um mapa de zonas de risco de incêndio é desenvolvido todos os anos devido à alta ameaça de incêndio. Os mapas são desenvolvidos considerando uma análise integrada dos fatores de risco que influenciam diretamente a ignição e propagação do fogo (clima, vento e biomassa), bem como as condições de acesso dentro da PPA, o estabelecimento de áreas prioritárias para proteção e localização de ações protetoras que serão realizadas ao longo do ano. Além disso, como a ameaça de incêndio ocorre além dos limites da PPA, em 2014, a Fundação Grupo Boticário criou uma rede regional que monitora e otimiza ações de prevenção de incêndios e incentiva o governo a melhorar sua fiscalização. No Estado de São Paulo, a Associação de Reservas Particulares (FREPESP - Federação das Reservas Ecológicas Privadas do Estado de São Paulo³⁹) firmou parceria com o Governo do Estado

e a Polícia Militar para combater focos de incêndio. As PPAs no estado podem fazer planos de proteção, sabendo que contam com o apoio da polícia militar e da capacidade pública de combate a incêndio para ajudar a proteger suas reservas.

Autor: Flávio Ojidos, National Confederation of Natural Heritage Private Reserves, Brazil



O programa de educação no Chumbe Island Coral Park

Melhores Práticas 2.3.1: Vincule as atividades de manejo a um orçamento realista

Uma vez que um plano de manejo tenha sido desenvolvido, é importante vincular as atividades a um orçamento realista para entender os custos mínimos para a manutenção da PPA. Os riscos para a sustentabilidade financeira também precisam ser avaliados e é importante que os proprietários entendam os riscos e planejem paralisações (Melhores Práticas 2.2.3). É útil distinguir entre custos operacionais (por exemplo, os custos diários de manejo do local, como pessoal, equipamento, manutenção, fiscalização e atividades de combate à caça) e custos de ações de manejo específicas (por exemplo, projetos de restauração ou pesquisa específica). De acordo com a Fundação Grupo Boticário no Brasil, essa abordagem dupla também melhora a eficiência operacional e a avaliação, facilitando o planejamento de atividades estratégicas. O Santuário El Cañi⁴⁰ no Chile é administrado pelo Grupo de Guías Cañi (GGC), uma associação local que passou cinco anos preparando-se para financiar a manejo através do ecoturismo. No entanto, os crescentes impactos ambientais devido ao aumento do número de visitantes (visitantes aumentaram dez vezes entre 2007 e 2017), a falta de planejamento formal e recursos humanos e financeiros limitados deixaram claro que o GGC precisava criar um Plano de Manejo de Visitantes baseado na atual capacidade de manejo (duas pessoas) e recursos financeiros. (Veja o Gerenciamento de Turismo e Visitantes em Áreas Protegidas BPG (Leung et al., 2018) para obter mais informação sobre o planejamento de visitantes.)

Melhores Práticas 2.3.2: A PPA deve contribuir com benefícios para a comunidade local

As PPAs, e em particular as PPAs com fins lucrativos, devem, sempre que possível, contribuir para a comunidade local, por meio de empregos diretos, fornecimento/compra local, apoio à capacidade da comunidade (por exemplo, saúde, educação, finanças ou segurança) e trazer benefícios paralelos como o aumento do número de visitantes de restaurantes, hotéis e guias turísticos (ver Estudo de Caso 6 do Quênia) A realização de tais atividades deve ser cuidadosamente planejada, mercados e clientes em potencial avaliados e cuidados devem ser tomados para evitar expectativas irrealistas.

As empresas, sempre que possível, devem manter os desenvolvimentos apropriados ao ambiente local, construindo tradições, etc. (ver Estudo de Caso 4 da Costa Rica). O turismo baseado em PPAs pode atuar como um catalisador para aumentar a conscientização sobre questões sociais e de conservação enfrentadas pelos hóspedes ou outras partes interessadas e alavancar o apoio para o desenvolvimento de infraestrutura, programas de saúde ou outros programas de educação etc. (ver Quadro 2.6). As PPAs também podem ser campos de treinamento eficazes para o envolvimento da comunidade local em desenvolvimento vinculado à conservação. Uma das lojas do Makuleke Contractual Park⁴¹ na África do Sul, por exemplo, é administrada pela empresa “Seasons in Africa” em uma concessão de 30 anos da comunidade local proprietária do terreno. No final deste período, a propriedade do alojamento passará para a comunidade que terá sido treinada com as habilidades necessárias para operá-la com lucro. Finalmente, mas criticamente importante, qualquer envolvimento de comunidades locais e povos indígenas na tomada de decisões, bem como na distribuição de quaisquer custos e benefícios associados, deve ser equitativo (Franks et al., 2016).

Quadro 2.6 Apoiando comunidades costeiras na Indonésia

Um empreendimento de ecoturismo apoia a conservação dos 15 ha da ilha de Nikoi, na Indonésia. O manejo concentra-se na conservação marinha, tanto para sustentar o negócio como para ajudar a restaurar a saúde dos recifes da área, que foram ameaçados pela sobrepesca. Por muitos anos, Nikoi tem trabalhado para o estabelecimento de uma área marinha protegida. A adesão da população local é um elemento essencial de sucesso, tanto para aumentar a conscientização sobre o uso de recursos sustentáveis quanto para fortalecer a capacidade da população local de se engajar no turismo como meio de subsistência. Em 2010, os fundadores fundaram a *The Island Foundation* Fundação estabeleceu sete centros educacionais focados no fornecimento de educação de alta qualidade por meio de um currículo inovador que apoia programas de alfabetização e uma gama de desenvolvimento de habilidades. Até o momento, 1.100 professores de 25 escolas estaduais foram treinados e 2.300 crianças participaram dos programas. Além disso, através da revitalização da tradição cultural das corridas de barcos Jong e das limpezas comunitárias das praias, a Nikoi é capaz de aumentar a conscientização sobre a saúde do ecossistema marinho com os pescadores locais, criando novos benefícios para o desenvolvimento de uma área protegida.

Autor: Delphine Malleret King, The Long Run e Andrew Dixon, Nikoi Island



Produtos da Fundação Nikoi Island © Nikoi Island, Indonésia

Quadro 2.7**Monitoramento no Haller Park, Mombaça, Quênia**

O Haller Park⁴³ (antigo Bamburi Nature Trail) está localizado ao sul da fábrica de cimento Bamburi da Lafarge, ao longo da rodovia Mombaça/Malindi. A história do parque, que combina uma PPA e um zoológico, remonta à década de 1970, quando o Dr. Rene Haller começou a experimentar técnicas para reabilitar extensas pedreiras de calcário em desuso aberto. Ao longo das décadas, a paisagem árida tornou-se um ecossistema diversificado de florestas, pastagens e zonas úmidas. Esta restauração no longo prazo é particularmente importante nesta região; as florestas costeiras da África Oriental têm alto valor de biodiversidade e são classificadas como um dos 21 hotspots globais de biodiversidade, mas grande parte da floresta costeira foi destruída e apenas alguns fragmentos permanecem. Uma parceria de longo prazo entre a WWF e a Lafarge concentrou-se em uma série de questões, incluindo um sistema de gerenciamento de reabilitação de pedreiras. Devido a essa longa experiência no desenvolvimento de restauração, orientações genéricas sobre monitoramento (Lafarge, 2007) também foram desenvolvidas, juntamente com planos de monitoramento específicos para vários locais restaurados, incluindo Bamburi. O pessoal da Lafarge estava interessado em ter um sistema de monitoramento mais abrangente, em parte, para aprender sobre a efetividade de diferentes indicadores, para fornecer informações a outros locais de pedreiras tropicais. A Tabela 4 abaixo resume o sistema de monitoramento desenvolvido.

	Meta	Indicador	Método de coleta	Coletor	Observações
1	Floresta autossustentável	Plantação de árvores	Número plantado por ano	Equipe do Lafarge Eco Systems	Já coletado
2		Biomassa	Biomassa total das árvores	A ser definido (ASD)	
3		% (ou número) de espécies de árvores nativas	Dados do plantio, mas também levantamentos	Equipe do Lafarge Eco Systems	
4		Espécies invasoras	Focar em 1-2 espécies	ASD	(por exemplo, Nim)
5		% sob reabilitação	GIS	Precisaria de imagens regulares	
6		Qualidade da água		Equipe do Lafarge Eco Systems	Já coletado
7		Perfil do solo	Ou profundidade do húmus ou número de milípedes	Equipe do Lafarge Eco Systems	
8	Biodiversidade	Aves	Talvez focar em aves mais raras	Equipe do Lafarge já coletou os dados	Por exemplo, o retorno dos calaus
9		Morcegos	Número de espécies	ASD	Demonstra aumento
10		Lagartos-monitores	Abundância	ASD	Ainda não está certo o que irá demonstrar
11		Saúde animal	Condição física, vermes, carrapatos	Equipe do Lafarge já coletou os dados	Provavelmente mais útil em animais silvestres
12		Espécies raras	Monitorar o retorno		
13	Paisagem variável	% água (ou outra paisagem)	GIS	Precisaria de imagens de forma regular	
14	Valor educacional	Visitantes (estrangeiros, Quenianos, escola)	Números por ano	Equipe do Lafarge coleta os dados	Também é bom obter feedback [dos visitantes]
15	Valores sociais	Árvores Baobá	Manutenção das árvores por razões culturais	Equipe do Lafarge coleta os dados	
16		Valores dos produtos das áreas	Por exemplo, madeira, PFNM		Este indicador não está inteiramente desenvolvido
17	Pesquisa científica	Número de estudantes trabalhando			A ser desenvolvido
18	Restauração com custos viáveis	Redução nos custos para alcançar uma Floresta autossustentável			Precisaria de metas claras

Princípio 2.4: O manejo deve ser adaptativo

Toda boa administração envolve “aprender fazendo” porque a incerteza é comum no manejo ecológico, de modo que as intervenções de manejo podem produzir resultados inesperados (tanto sucessos quanto fracassos). Isso é particularmente verdadeiro, dado que as condições ecológicas futuras permanecem incertas sob a mudança climática (Gross et al., 2016). Os gestores de PPAs devem tomar medidas para entender como as ações de manejo afetarão as metas de conservação, coletar dados sobre como as metas responderam e modificar as ações futuras com base nessa aprendizagem. Esse manejo adaptativo visa assegurar que os profissionais incorporem a reflexão na ação para melhorar a prática de conservação e aprendizagem (Groves & Game, 2016).

Melhores Práticas 2.4.1: Aprenda com sucessos e fracassos e adapte os sistemas de manejo conforme necessário

Um sistema de monitoramento deve ser desenvolvido para avaliar quaisquer mudanças no status e tendências de fatores relacionados aos objetivos da PPA (por exemplo, tendências de populações de espécies, condição do habitat, qualidade da água, voluntários trabalhando no local, números de turistas, visitas educacionais etc.). Os resultados do monitoramento devem alimentar diretamente o manejo. O Quadro 2.7 fornece um exemplo de um sistema de monitoramento simples desenvolvido para uma PPA no Quênia e o Quadro 2.8 fornece detalhes do monitoramento em ampla rede na Austrália. Sempre que possível e apropriado, os gestores da PPA devem envolver povos indígenas, comunidades locais, trabalhadores da empresa (ver Quadro 2.7), voluntários (ver Quadro 2.10) ou grupos mais amplos de atores (por exemplo, visitantes, convidados em PPAs voltadas para o turismo) no monitoramento.

Melhores Práticas 2.4.2: Estabeleça autoavaliações da efetividade do manejo

A realização de autoavaliações regulares da efetividade do manejo de áreas protegidas (PAME) trará benefícios em termos de identificação de fraquezas e ineficiências. Há uma orientação considerável sobre as ferramentas e a implementação do PAME (ver Quadro 2.9). No Chile, a Associação de Iniciativas de Conservação em Terras Privadas e Indígenas (Así Conserva Chile⁴⁸) desenvolveu uma ferramenta para avaliar a situação atual das PPAs que desejam ingressar na associação. A Ferramenta de Rastreamento da Efetividade do Manejo (Stolton et al., 2007) foi adaptada para a Avaliação “HEEM” para criar uma ferramenta que reúne seis aspectos fundamentais: gestão, proteção, pessoal, planejamento, orçamento e envolvimento da comunidade. O questionário rápido permite que os proprietários compreendam seu contexto, estabeleçam prioridades e desenvolvam o planejamento de ações. Ajuda a Associação a compreender a situação dos candidatos locais, fazer recomendações e apoiar aspectos de manejo que são fracos ou que requerem assistência.

A Associação também usa o HEEM como uma linha de base para medir o progresso das ações tomadas. A África do Sul também desenvolveu um sistema de avaliação anual baseado no METT (ver Quadro 2.2) e a Colômbia tem uma metodologia para avaliar a efetividade de gestão de PPAs na Rede da Associação Colombiana de Reservas Naturais da Sociedade Civil (RESNATUR) desenvolvida e testada pelo WWF Colômbia (Mayorquín et al., 2010 e ver Quadro 2.2).

Quadro 2.8

Bush Heritage Australia reportando os impactos usando a métrica IRIS

*Bush Heritage Australia*⁴⁴ relata os dados da PPA ao CAPAD (Banco de Dados Colaborativo da Área Protegida da Austrália, consulte Melhores Práticas 7.1.3) e, além disso, rastreia e relata seu impacto na conservação dentro de suas PPAs em seu Relatório Anual. Utiliza uma série de indicadores estratégicos adaptados dos padrões internacionalmente aceitos da Global Impact Investment Network, conhecidos como IRIS (Impact Reporting and Investment Standards ou Padrões de Investimento e Relatoria de Impactos)⁴⁵. O uso dos Padrões Abertos para a Prática de Conservação (*Using the Open Standards for the Practice of Conservation*)⁴⁶ e do software Miradi⁴⁷ permite que *Bush Heritage Australia* faça o planejamento, implementação, monitoramento e avaliação da gestão de PPAs ao longo do tempo. Usando dados derivados do uso do processo Padrões Abertos, *Bush Heritage* relata os dados agregados de resultados, realizações e impactos em todo o portfólio de seus PPAs. O uso de métricas padronizadas do IRIS permite que os doadores/ financiadores avaliem o desempenho organizacional. Juntamente com indicadores financeiros e sociais detalhados, *Bush Heritage* reporta-se anualmente comparando as seguintes métricas ambientais da IRIS:

- Área de terras protegidas e geridas de forma sustentável por *Bush Heritage* e/ou seus parceiros (total de hectares sob proteção).
- Porcentagem de terras com avaliações de base de biodiversidade adequadas (conhecimento do que é protegido).
- Porcentagem de reservas em áreas mal representadas das metas do Sistema da Reserva Nacional e Biodiversidade de Aichi (proteção nas áreas de maior necessidade).
- Comprimento do limite com terras protegidas adjacentes (alavancando o impacto através do trabalho com outras pessoas).
- Área de terra protegida adjacente (alavancando o impacto através do trabalho com outros).
- Número de espécies e comunidades ameaçadas em reservas e terras de parceiros (proteção nas áreas de maior necessidade).
- Classificação anual de status das principais ameaças em comparação com a classificação de linha de base original (resultado de conservação).

- Classificação anual da saúde dos principais alvos de conservação em comparação com a classificação de linha de base original (impacto de conservação).

Autor: Kate Fitzherbert, Bush Heritage Australia

Quadro 2.9

A estrutura da efetividade do manejo de áreas protegidas

A WCPA da UICN define a Efetividade do Manejo da Área Protegida (PAME) como uma avaliação de quão bem uma área está sendo manejada - principalmente na medida em que protege valores naturais e culturais e alcança objetivos e metas. A Comissão desenvolveu uma estrutura de seis elementos a serem considerados na avaliação do PAME (Hockings et al., 2006). Isso fornece uma estrutura para realizar avaliações (veja a Figura 1) e aconselhamento sobre todos os aspectos das avaliações. Mais informação sobre sistemas PAME (incluindo a Ferramenta de Rastreamento da Eficácia da Gestão, METT) e informações sobre onde o PAME foi realizado podem ser encontradas em protectedplanet.net (ver Quadro 7.1)⁴⁹



Figura 1: A Estrutura PAME da WCPA da UICN

Melhores Práticas 2.4.3: Complementar a autoavaliação com avaliações independentes da efetividade do manejo

Revisões externas e certificação da efetividade do manejo podem ser particularmente importantes para as PPA por uma série de razões, incluindo: reconhecimento (Melhores Práticas 1.1.3), acesso ao conhecimento especializado não disponível na PPA (Melhores Práticas 2.2.4) e acesso ao financiamento. Existem sistemas internacionais, regionais e nacionais para avaliação independente (Melhores Práticas 1.1.3). A Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas da UICN (ver Quadro 1.1) é um padrão global relativamente novo para áreas protegidas e conservadas sob todos os tipos de governança. Ela é executada nacionalmente ou sub-nacionalmente e muitos países estão agora montando processos de Lista Verde. Duas PPA no Quênia, Lewa e Ol Pejeta, participaram da fase piloto da Lista Verde em 2014 (ver Estudo de Caso 6 do Quênia). A *Land Trust Alliance*,⁵⁰ com sede nos EUA (ver Quadro 8.2), também oferece um sistema de acreditação que reconhece altos padrões de conservação da terra. Outros sistemas de certificação estão

disponíveis, com foco na criação e manutenção de PPA, por exemplo, a certificação LIFE⁵¹ no Brasil, que se concentra nos sistemas de gestão ambiental de uma ampla gama de empresas. As empresas podem documentar contribuições para a conservação da biodiversidade, como, por exemplo, através do estabelecimento e manutenção de PPA, e assim melhorar sua pontuação de avaliação. O Long Run⁵² credencia PPA apoiadas pelo turismo através do *Global Ecosphere Retreats®* (ver Quadro 8.3).

Princípio 2.5: Construir uma equipe deve ajudar a desenvolver a capacidade de gestão da PPA

Diversas PPA pequenas terão muito poucos funcionários remunerados permanentes, se houver algum, que possam se concentrar em tempo integral na gestão. No entanto, a capacidade de gestão pode ser construída através da ajuda de outros proprietários de terras, vizinhos, voluntários, pesquisadores ou alianças com outras instituições. Em algumas áreas, a participação de povos indígenas e membros da comunidade local que vivem dentro no entorno de PPA pode ser particularmente importante (ver os Quadros 2.6 e 2.11).

Melhores Práticas 2.5.1: Diferentes atividades de manejo podem ser realizadas por diferentes organizações

Em alguns casos, os proprietários podem optar por executar alguns aspectos do manejo enquanto encontra associados para realizar outros, por exemplo, concentrando-se na conservação e contratando atividades com fins lucrativos, como o turismo (ver Estudo de Caso 4 da Costa Rica). Por exemplo, a Reserva Natural Osununú, com 168 hectares, na Argentina, pertence à Fundação Temaikèn e é legalmente reconhecida no Sistema de Áreas Protegidas do governo da Província de Misiones. Para garantir o cumprimento dos objetivos de conservação da área e sua zona de amortecimento, um programa de trabalho conjunto (apoiado por acordos) foi estabelecido com o vizinho Parque Provincial (administrado pelo governo de Misiones). Desde 2010, ações como planos de contingência contra incêndios, treinamento em interpretação do patrimônio, educação ambiental e disseminação (por exemplo, programas de rádio, visitas guiadas para estudantes) e manutenção de acesso foram planejadas e executadas em conjunto. Em outros casos, entidades específicas de gestão, por exemplo, uma ONG, podem ser organizadas para gerir uma área (ver Estudo de Caso 3 da China).

Melhores Práticas 2.5.2: Incentivar redes colaborativas de proprietários de PPA

As redes de PPA podem ajudar a desenvolver a capacidade de proprietários/gerentes e aumentar a efetividade do manejo (ver Seção 8, Estudo de Caso 8 do Peru e Estudo de Caso 9 de Samoa). O suporte pode incluir o compartilhamento de equipamento (por exemplo, armadilhas fotográficas),

experiência e perícia (por exemplo, orçamentação) e manejo prático (por exemplo, técnicas de manejo/restauração de incêndios, ver Quadro 2.5).

Melhores Práticas 2.5.3: Programas de voluntários podem ajudar a apoiar as atividades de manejo

Os voluntários podem fornecer ajuda muito necessária na realização de atividades delineadas nos planos de manejo da PPA. Entretanto, desenvolver e gerenciar um programa de voluntariado requer trabalho e experiência (ver Quadro 2.10). O aconselhamento sobre o desenvolvimento de programas de voluntariado (por exemplo, como criar um programa de voluntariado⁵³) pode ser um ponto de partida útil. É fundamental que a permissão seja obtida dos proprietários de PPAs antes que os voluntários tenham acesso às terras privadas. No Reino Unido, 85% das pessoas que trabalham para a *Royal Society for the Protection of Birds*⁵⁴ são voluntárias, representando quase 1 milhão de horas de trabalho voluntário por ano. Da mesma forma, no Canadá, o programa Conservação de Voluntários da *Nature Conservancy of Canada*⁵⁵ realizou mais de 200 eventos de voluntários em 2017, envolvendo cerca de 2.750 canadenses, contribuindo com quase 13.200 horas de ações dedicadas à natureza. Na África do Sul, os Guardiões de Flores Silvestres Raras e Ameaçadas⁵⁶ trabalham com proprietários de terras privadas para realizar pesquisas botânicas de propriedades, bem como projetos de ciência cidadã (Ellwood et al., 2017), como o 2º Projeto Atlas de Aves da África Austral.

Melhores Práticas 2.5.4: Desenvolva alianças/acordos de trabalho com parceiros externos

Selinske et al. (2015) descobriram que uma meta primordial, mas muitas vezes não explicitamente reconhecida, dos proprietários individuais de PPAs é aprender a gerenciar sua propriedade. Dado que muitos gestores de PPAs terão pouco treinamento formal em ecologia ou biologia de conservação, o desenvolvimento de parcerias com instituições de ensino (Shackleton et al., 2009) é muitas vezes um elemento criticamente importante do manejo. As parcerias podem melhorar os resultados do manejo da PPA. Os parceiros podem incluir universidades, institutos de pesquisa, empresas e povos indígenas e comunidades locais, governos e organizações com e/ou sem fins lucrativos (ver Estudo de Caso 6 do Quênia, Estudo de Caso 8 do Peru e Estudo de Caso 9 de Samoa). Diferentes entidades de PPAs podem ter conjuntos de habilidades diferentes, mas complementares. Por exemplo, PPAs de empresas podem trazer habilidades comerciais para uma parceria, enquanto as ONGs podem apoiar o trabalho de conservação da empresa, trazendo conhecimento e habilidades, fornecendo credibilidade, ajudando a economizar custos e, às vezes, garantindo continuidade (ver Quadro 2.5). A busca de parceria com especialistas em conservação também pode ser uma maneira muito econômica de adquirir habilidades e implementar atividades de conservação, particularmente para PPAs com capacidade limitada. A Fundación Jocotoco⁶⁰ no Equador, por exemplo, administra sua reserva de 18.000

hectares com base em pareceres científicos externos, o que provou ser a abordagem com melhor relação custo-benefício para essa ONG local. As instituições de pesquisa geram informações que podem ser amplamente disseminadas, incorporando ainda mais a PPA dentro de abordagens de conservação mais amplas. No Peru, a ONG Conservamos por Naturaleza⁶¹ promove a campanha “Doe seu Talento”⁶², que busca profissionais de diferentes áreas, como economia, arquitetura, biologia ou turismo, para doar tempo e conhecimento a uma PPA para resolver um problema específico. Até hoje, mais de cem profissionais e estudantes aderiram. As universidades podem apoiar as atividades científicas dos cidadãos para coletar dados relevantes para o manejo e criar um senso de apoio e organização. Um bom exemplo de trabalho colaborativo é através de um ‘BioBlitz’ (ou seja, um período intenso de levantamento que tenta registrar todas as espécies vivas dentro de uma área designada). O conceito BioBlitz foi desenvolvido no final da década de 1990 para reunir cientistas, naturalistas e voluntários para conduzir um estudo de campo intensivo, geralmente em 24 horas. Os BioBlitzes foram realizados em todo o mundo, em todos os tipos de áreas de conservação, incluindo as PPAs.

Princípio 2.6: Informação sobre o manejo de PPAs deve ser comunicada de forma ampla

A comunicação é importante para todas as áreas protegidas, mas são particularmente vitais para muitos tipos de PPAs, como aquelas pertencentes a ONGs com grande número de associados com os quais precisam se comunicar. Os provedores de turismo com fins lucrativos nas PPAs também precisam se promover, às vezes contra a forte concorrência de atividades de férias mais convencionais. O uso das mídias sociais, por exemplo, encorajando os visitantes satisfeitos a dar apoio, é uma das principais formas de publicidade.

Melhores Práticas 2.6.1: Desenvolver comunicação eficaz para informar o público sobre o manejo e sucesso da PPAs

Atualizar as pessoas (vizinhos, grupos de interesse, o público em geral) sobre como está o andamento de uma área é fundamental para obter apoio e engajamento para a conservação. A comunicação com povos indígenas e comunidades que vivem dentro e em torno da PPA é particularmente importante, assim como em outros casos com doadores e funcionários do governo. Isso pode incluir atualizações regulares sobre avistamentos de vida silvestre, mas também informações sobre manejo, projetos e convocações para voluntários. A internet oferece uma infinidade de oportunidades virtualmente gratuitas para transmitir a mensagem da PPA. A WCPA da UICN produziu algumas orientações gerais (Cohen et al., 2015) sobre o uso de oportunidades relacionadas à comunicação científica e relacionamento com a mídia. A comunicação entre os proprietários da PPA também é importante (ver Seção 8 sobre redes). As informações devem ser mantidas atualizadas

sobre, por exemplo, eventos especiais ou avistamentos de animais selvagens incomuns. Será necessário ter cuidado ao determinar se é oportuno divulgar informações baseadas em espécies, pois isso pode aumentar o risco de perturbação ou mesmo de caça de espécies altamente valorizadas ou seus ninhos, ovos ou filhotes. O Conservamos por Natureza no Peru é um grande esforço de comunicação que fornece uma plataforma para proprietários e PPAs para demonstrar sua conservação e experiências de vida através de vídeos e histórias.⁶³ A plataforma conecta doadores com campanhas específicas⁶⁴ como PPAs individuais que buscam fundos para reflorestamento, habitat e sobrevivência de espécies etc.

Quadro 2.10

Lições aprendidas trabalhando com voluntários: Namíbia, Brasil e Canadá

Voluntários de todas as origens visitaram a Namíbia para ajudar na conservação através da Fundação N/a'an ku sé⁵⁷ desde seu início em 2006. As principais lições aprendidas incluem:

1. **Satisfação no trabalho:** é importante que os voluntários saibam que o trabalho que estão fazendo é vital para o projeto e eles podem ver o impacto direto que está tendo no meio ambiente.
2. **Fornecimento de conhecimentos:** Especialmente quando se trabalha com espécies frequentemente incompreendidas (por exemplo, hienas-malhadas, (*Crocuta crocuta*), é importante assegurar que os voluntários aprendam a importância das espécies para o ecossistema e por que o trabalho está sendo realizado.
3. **Sentido de propriedade:** os voluntários são encorajados a levar para casa o conhecimento que aprendem e as experiências que adquirem para se tornarem embaixadores internacionais de conservação. Os voluntários são um ponto-chave nas iniciativas públicas e internacionais de conservação.

Mais de 500 pessoas participaram do Programa de Voluntários da Reserva Natural Salto Morato⁵⁸ no Brasil desde sua criação em 1996. O programa foi reformulado recentemente com base em uma avaliação dos 20 anos de experiência.

1. **Expectativas claras:** os objetivos do trabalho voluntário devem ser totalmente compreendidos.
2. **Integração com outras atividades da PPA:** é muito importante que os voluntários compreendam seu papel na consecução dos objetivos da PPA.
3. **Alinhamento:** todo o pessoal da PPA deve estar ciente do papel do voluntário na PPA.
4. **Medir os resultados:** recomenda-se que as áreas realizem uma avaliação da experiência do voluntário.
5. **Segurança em primeiro lugar:** os programas devem considerar o fornecimento de voluntários com seguro contra acidentes.
6. **Atenção ao cumprimento legal:** cada país tem uma estrutura legal sobre trabalhadores e condições de trabalho do qual as PPAs devem estar cientes. Em alguns casos, também existem regulamentos específicos para o trabalho voluntário.

No Canadá, a *Nature Conservancy of Canada* (NCC)⁵⁹ oferece uma variedade de eventos voluntários em áreas de conservação prioritárias em todo o país. Cada evento voluntário é projetado para garantir um impacto significativo na conservação. Se o evento é direcionado à remoção de espécies invasoras, realização de inventários, monitoramento de espécies, melhoria da experiência do visitante via manutenção de trilhas e atualizações de sinalização, ou plantio de árvores, arbustos e gramíneas nativas, os eventos são planejados para tratar de ações urgentes, necessárias e benéficas originadas nos planos de manejo da propriedade do NCC. Ano após ano, as pesquisas indicam que as duas principais motivações para os voluntários escolherem se engajar na programação dos *Conservation Volunteers* são:

- Contribuir para a proteção de espécies e espaços naturais através de ações significativas e estratégicas.
- Engajar-se com pessoas afins.

Como um entrevistado voluntário declarou: “*Fiquei impressionado com o senso de comunidade, a reunião de pessoas com um objetivo comum de contribuir para o bem maior da natureza, vida silvestre e meio ambiente.*”

Autores: Georgina Hockings e Karl Fester, N/a'an ku sé Foundation, Marion Letícia B. Silva, Grupo Boticario Foundation e Lisa McLaughlin, Nature Conservancy of Canada



Voluntários removendo cercas antigas em Kanaan N/a'an ku se Desert Retreat, Namíbia, para abrir rotas migratórias para a vida selvagem. É importante que os voluntários vejam seu impacto, neste caso, quantos metros de cerca eles removeram © Boel Nilsson

Quadro 2.11

Construindo a conscientização da comunidade para a conservação no Canadá

A Galiano Conservancy Association⁶⁵ na Colúmbia Britânica, foi fundada em 1989 como um dos primeiros consórcios comunitários de terras do Canadá. Possui várias parcelas de terra, totalizando 185 hectares, e convênios cobrindo mais de 200 ha, na Ilha Galiano, nas Ilhas do Sul do Golfo. Galiano tem um ecossistema de floresta tropical temperada dominado pelo pinheiro-do-mato (*Pseudotsuga menziesii*), localizado dentro da zona biogeoclimática Coastal Douglas Fir. Os objetivos da Associação são: conservação da terra e do mar, manejo e restauração, educação ambiental e conscientização pública.

A meta de educação e conscientização foi alcançada principalmente por meio de programas de educação baseados na natureza para alunos de todas as idades, incluindo alunos do ensino fundamental, professores, estudantes universitários canadenses e internacionais, grupos comunitários e o público interessado. Suas propriedades servem como um laboratório de campo para cursos de restauração ecológica e muitos projetos

de pesquisa de pós-graduação. O anual 'Musical Walkalong for Learning'⁶⁶ tem músicos fazendo serenata aos caminhantes ao longo de trilhas na floresta e no litoral, em uma mistura única de música, natureza e uma celebração da educação ambiental, que arrecada fundos para bolsas de estudo que apoiam grupos escolares como crianças carentes que não podem, de outra forma, pagar para participar em seus programas. Os programas da Associação de Conservação de Galiano não apenas atraem a comunidade e os visitantes da ilha para compartilhar objetivos de conservação, mas também fornecem um incentivo importante para os proprietários de terra doarem áreas para conservação (Melhores Práticas 3.1.1). Como declarou um proprietário de terras: *"Dar à próxima geração de cientistas e tomadores de decisão oportunidades para desenvolver uma ética de conservação e o amor à natureza é algo que eu estou muito feliz em apoiar."*

Autor: Risa Smith, Galiano Conservancy Association



Conservação de Galiano © Galiano Conservancy Association

Seção 3: Incentivos para áreas sob proteção privada

Quem deve ler esta seção?

Qualquer pessoa que esteja envolvida no estabelecimento ou gestão de uma PPA, tanto um proprietário como autoridade governamental, com mandato para ajudar a estabelecer as PPAs. Embora nem todas as melhores práticas abaixo sejam aplicáveis a todo tipo e tamanho de PPA, os exemplos são extraídos de experiências ao redor de todo o mundo para fornecer orientação sobre alguns dos elementos mais importantes do estabelecimento da PPAs.

Os incentivos para a criação de PPAs envolvem a prestação de benefícios aos proprietários de terras ou potenciais proprietários (por exemplo, ONGs, fundações, etc.) para motivá-los a criar PPAs e/ou apoiar sua gestão de longo prazo. Diversos tipos de incentivos mostraram-se eficazes (ver Quadro 3.1), incluindo o reconhecimento e a construção de relacionamentos, o apoio à gestão e comercialização da PPA e incentivos financeiros diretos e indiretos (Selinske et al., 2016). Diferentes incentivos podem ser necessários para diferentes proprietários de terras, pois as pessoas são motivadas por uma variedade de motivações, crenças e sistemas de valores. Esta seção fornece orientação geral sobre a criação e implementação de incentivos e sobre alguns dos tipos mais comuns de incentivos, bem como apresenta algumas das melhores práticas aprendidas ao longo dos anos ao redor do mundo relacionadas a tipos específicos de incentivos. Não procura fornecer uma visão abrangente de todos os diferentes incentivos que podem ser oferecidos aos proprietários de terras.

Princípio 3.1: Os incentivos para PPAs devem ser elaborados, comunicados e implementados de forma cuidadosa para assegurar sua efetividade

Pensar e projetar incentivos adequados deve ocorrer quando um programa de PPA estiver sendo desenvolvido por um governo ou outra entidade e continuar à medida que o programa evoluir. Há muitas coisas a serem consideradas, tanto do lado da demanda, como quais incentivos seriam mais atraentes para os proprietários de terras, quanto do lado da oferta, como quais incentivos são acessíveis, práticos, justos e sustentáveis para oferecer e quais incentivos funcionam dentro da estrutura legal e institucional (veja o Estudo de Caso 1 da Austrália e o Estudo de Caso 10 da África do Sul).

Melhores Práticas 3.1.1: Os incentivos devem ser vinculados ao cumprimento dos resultados de conservação desejados e ser compreendidos de forma clara por todas as partes

Quadro 3.1

Diferentes tipos de incentivos para PPAs

Existe uma variedade ampla de diferentes tipos de incentivos, incluindo:

- Alinhamento e apoio à ética de conservação, identidade cultural e senso de lugar do indivíduo através da educação e conscientização (ver Estudo de Caso 7 da Nova Zelândia).
- Reconhecimento dos esforços dos proprietários e conexão com redes de PPAs (ver Estudo de Caso 4 da Costa Rica, Estudo de Caso 7 da Nova Zelândia e Estudo de Caso 8 do Peru).
- Assistência administrativa, que pode ser benéfica para os proprietários de terra, cria bons contatos e melhora as conexões, e podem aumentar o aprendizado e conscientização.
- Melhores oportunidades de marketing e acesso a mercados para produtos ecológicos.
- Incentivos financeiros, inclusive pagamentos diretos, incentivos fiscais e subsídios verdes (ver estudo de caso 1 da Austrália e estudo de caso 10 da África do Sul).
- Melhorar o cumprimento da lei para os proprietários de terras (por exemplo, intervenção do governo para supervisão, proteção e repressão de crimes ambientais por parte dos governos brasileiro (Estado de SP) e mexicano, bem como o estudo de caso 6 do Quênia).

Os incentivos devem estar ligados à gestão de conservação em andamento e ao desempenho de uma PPA (ver Princípio 1.5 e Quadro 3.2). Eles devem fornecer orientações claras sobre a elegibilidade para o acesso a incentivos, bem como orientação sobre quaisquer penalidades associadas à quebra de acordo por parte da PPA. Em alguns casos, a motivação dos proprietários de terras para se concentrar na conservação pode ser reforçada por uma ameaça externa a uma área (por exemplo, desenvolvimento de infraestrutura, mineração etc.), que pode ser interrompida quando o status de PPA é alcançado. Incentivos também podem ser

desenvolvidos para incentivar proprietários de terra vizinhos a desenvolver uma gestão mais favorável à conservação para ajudar a assegurar conectividade, corredores etc. Nos EUA, por exemplo, a Reserva da Pradaria Americana⁶⁷ pretende criar a maior reserva natural nos Estados Unidos continental principalmente por meio de aquisição de terras. Este objetivo ambicioso inevitavelmente leva a um mosaico de áreas de conservação dentro da paisagem-alvo maior. A Reserva da Pradaria Americana desenvolveu, portanto, um incentivo, o Programa Wild Sky⁶⁸, que oferece um prêmio aos pecuaristas que estão dispostos a tornar suas terras hospitaleiras para a vida silvestre e criar corredores de migração de vida silvestre.

Quadro 3.2

O primeiro incentivo fiscal efetivo para a biodiversidade da África do Sul

A Lei do Imposto de Renda da África do Sul faz referência a um incentivo fiscal específico para a biodiversidade (seção (S) 37D) que visa a sustentabilidade financeira de áreas protegidas em terras privadas ou comunais, além de motivar e recompensar o comprometimento dos proprietários. O S 37D permite que o valor da terra de uma Reserva Natural ou Parque Nacional seja deduzido do lucro tributável, reduzindo o imposto devido por um proprietário de terras, garantindo assim maior fluxo de caixa para a gestão do local. Este incentivo fiscal é uma novidade nacional e a sua inclusão bem-sucedida na declaração de imposto de um proprietário de terras da PPA em 2016 criou a primeira recompensa fiscal pela conservação privada da biodiversidade na África do Sul. Os dois principais benefícios deste incentivo fiscal específico para a biodiversidade incluem: 1) Apoio robusto à criação de PPA's e 2) A criação de uma ferramenta inovadora para a sustentabilidade financeira de PPA's. Os benefícios incluem: 1) As exigências da Lei do Imposto de Renda se correlacionam precisamente às exigências da Lei de Áreas Protegidas, garantindo que as PPA's qualificadas para essa dedução fiscal sejam declaradas formalmente áreas protegidas que possam atestar a segurança jurídica, permanência, gerenciamento e intenção de longo prazo e 2) S 37D cria um benefício financeiro substancial e tangível que ajuda os proprietários a cumprir as responsabilidades de gestão, aumenta a motivação de proprietários de médio e longo prazo e facilita a eficiência tributária essencial para o sucesso sustentado das atividades econômicas compatíveis com as PPA's.

Autor: Candice Stevens, BirdLife South Africa

Melhores Práticas 3.1.2: Elabore “graus” de incentivos

A elegibilidade para incentivos pode ser mais sutil do que simplesmente ter status de PPA. Diferentes graus de incentivos podem ser oferecidos. Por exemplo, recompensas maiores podem ser oferecidas para PPA's de maior valor

social e de conservação, como na Austrália, onde os incentivos são maiores para áreas com alta biodiversidade e identificadas como prioritárias para proteção ampliada de conservação, ou para aqueles que fornecem benefícios adicionais à conservação como a segurança da água ou a criação de empregos. Incentivos também podem ser usados para aumentar o comprometimento, como mais restrições ao uso da terra e maior duração da proteção, como oferecido na África do Sul (ver Estudo de Caso 10).

Melhores Práticas 3.1.3: Ofereça uma mistura de opções de incentivo

Quanto maior o leque de tipos de incentivos oferecidos, e quanto mais flexível o programa da PPA, maior o apelo a um proprietário de terras (Cumming, 2007; Selinske et al., 2017).

Melhores Práticas 3.1.4: Incentivos podem vir de múltiplas fontes

A principal entidade implementadora envolvida com as PPA's não precisa fornecer todos os incentivos. Organizações como ONGs, entidades corporativas ou outros programas governamentais podem ser incluídos como parceiros para oferecer incentivos, tais como orientação sobre governança ou treinamento em manejo de incêndios. A agência implementadora precisaria encontrar esses outros parceiros e facilitar seu apoio. Da mesma forma, as redes de proprietários de terra poderiam apoiar-se mutuamente, conforme demonstrado nas Melhores Práticas 3.5.1 (ver também a Seção 8). Melhores Práticas 3.1.5: Abordar os desincentivos que os proprietários de terra podem enfrentar para estabelecer ou administrar PPA's Tente entender as barreiras que os proprietários de terra enfrentam ao criar e administrar PPA's, às vezes chamados de desincentivos. Algumas dessas barreiras podem ser abordadas pela criação de incentivos “positivos”. Por exemplo, um proprietário de terra, intimidado pela perspectiva de gerenciar ativamente uma área protegida, pode ser incentivado pelo apoio administrativo oferecido pelo estado, ONG ou outras PPA's (Princípio 2.5). As barreiras podem ser de natureza financeira, como a falta de financiamento para gestão de longo prazo ou não financeira, como falta de conhecimento do ecossistema ou acesso a mercados para produtos verdes, como o turismo sustentável baseado na natureza (ver Leung et al., 2018). Barreiras também podem ser penalidades legais ou fiscais, como aumento da taxa de terras, aluguel de terras “pelo não desenvolvimento” ou a perda de subsídios que podem estar disponíveis para outros setores, por exemplo, indústrias primárias (Smith et al., 2016).

Melhores Práticas 3.1.6: Trabalhe com os proprietários de terras para adaptar e revisar os incentivos

Pense nos incentivos, desincentivos e como lidar com incentivos perversos ao elaborar um programa de PPA e à medida que o programa evolui. Ouça o feedback dos proprietários de terras e esteja disposto a ajustar os

incentivos conforme necessário. Os incentivos fiscais originais criados na África do Sul não se mostraram eficazes para os proprietários de terras. Como resultado, novos trabalhos foram realizados para alterar a legislação tributária relevante para melhorar sua efetividade (ver Estudo de Caso 10 da África do Sul).

Princípio 3.2: Os incentivos devem ser planejados para encorajar tanto o estabelecimento da PPA quanto a governança e manejo de longo prazo

A criação de incentivos para o estabelecimento de uma PPA pode exigir incentivos diferentes daqueles que ajudam a garantir a gestão em longo prazo (ver Quadro 3.3). Embora os proprietários de terra possam ser motivados por uma ética de conservação a firmar contratos de longo prazo para proteger sua terra/água, sua probabilidade de permanecer comprometido com o programa pode ser baseada em sua experiência com, por exemplo, as agências de conservação que oferecem apoio ou assistência na gestão (Selinske et al., 2015).

Quadro 3.3

Banco de Conservação Table Top, EUA

A propriedade Table Top está localizada na parte norte da Front Range do Colorado, nos EUA. É reconhecido habitat crítico para o ameaçado rato de salto do prado de Preble (*Zapus hudsonius preblei*). O Conselho da Terra do Estado do Colorado (CSLB)⁶⁹ possui a propriedade. O CSLB é uma agência pública com a missão de administrar suas terras para gerar receitas razoáveis e consistentes ao longo do tempo voltadas ao ensino público, da pré-escola até o Ensino Médio, e para fornecer uma boa administração de seus ativos fiduciários. A terra foi usada anteriormente para pastagem de gado, o que afetou as áreas ribeirinhas críticas para o rato. *Table Top Conservation Company*, empresa de responsabilidade limitada (LLC), subsidiária da *Conservation Investment Management LLC* (CIM), uma empresa de consultoria em finanças de conservação, e CSLB firmaram uma parceria público-privada inovadora para desenvolver um banco de conservação sob a Lei de Espécies Ameaçadas dos EUA. A CIM, trabalhando com um grupo de consultoria e investidores individuais, espera dedicar mais de USD 2.000.000 para o desenvolvimento e gerenciamento do banco de conservação, incluindo a restauração das áreas ribeirinhas e a implementação de estratégias para equilibrar a conservação com as necessidades dos pecuaristas. Os investidores compartilham a receita gerada pela venda de créditos de mitigação com o CSLB em troca do uso da terra e a obrigação de proteger permanentemente a terra. Essa estrutura permite que a CSLB cumpra sua dupla missão de gerar receita e administração de longo prazo sem assumir riscos financeiros significativos ou ter que desenvolver expertise interna em serviços de conservação (Colorado State Board, 2017).

Autor: Ben Guillon, WRA, Inc.

Melhores Práticas 3.2.1: Incentivos destinados a encorajar o compromisso de longo prazo devem ser sustentáveis por um período de tempo semelhante

A existência de estruturas de incentivo ineficazes ou impermanentes pode levar ao risco de criação de PPAs “temporárias” que desaparecem quando os incentivos somem, mesmo quando o objetivo inicial era a proteção permanente. Fundos dedicados com um plano de investimento de longo prazo, como fundos de dotação, são uma ferramenta valiosa para apoiar as PPAs (ver Quadro 3.3). Os incentivos devem ser flexíveis e ajustáveis às mudanças de condições. No Brasil, por exemplo, há um projeto piloto em desenvolvimento chamado Conservação em Ciclo Contínuo modelo de gestão para o financiamento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural⁷⁰, que visa desenvolver projetos e ações para gerar recursos financeiros, parte dos quais são alocados à formação de um fundo patrimonial. Este fundo apoia a gestão e proteção da reserva em longo prazo. Na Austrália, uma condição para financiar ONGs para aquisição de terras por meio do *David Thomas Challenge*, da The Nature Conservancy,⁷¹ era o estabelecimento de um fundo patrimonial para administração futura.

Princípio 3.3: Identificar e evitar incentivos perversos

Incentivos perversos são incentivos que são desenvolvidos com outro objetivo em mente, como estimular a agricultura ou a produção de energia, mas têm consequências negativas não intencionais sobre a conservação da biodiversidade (Gordon et al., 2015). Para evitar tais consequências não intencionais, devem ser cuidadosamente consideradas as maneiras pelas quais incentivos diferentes podem interferir uns com os outros na entrega de resultados de conservação.

Melhores Práticas 3.3.1: Abordar os subsídios perversos que desestimulam o estabelecimento e a gestão de PPAs

A remoção de subsídios que criam incentivos perversos pode ser feita pelo lobby direto contra o subsídio, criando um subsídio ‘igual, mas oposto’ para apoiar a conservação, como foi feito na África do Sul com o desenvolvimento de incentivos fiscais e de propriedade para as PPAs para compensar a perda de incentivos agrícolas, ou ‘esverdeando’ o subsídio original (como o esverdeamento de subsídios agrícolas). Esta última abordagem é frequentemente a mais eficaz.



Table Top Conservation Bank © Ben Guillon

Princípio 3.4: Reconhecimento e apoio são incentivos poderosos para PPAs

Sentir-se parte de uma comunidade fazendo algo que é reconhecido como benéfico para a conservação pode ser um poderoso incentivo para os proprietários de PPAs (ver Estudo de Caso 7 da Nova Zelândia). Relacionamentos entre proprietários de terras, ONGs e autoridades de conservação do governo são importantes motivadores para a criação de uma PPA. Os incentivos não financeiros podem ser tão ou mais importantes quanto os financeiros para certos proprietários. (Selinske et al., 2015). No entanto, é importante perceber que nem todos os proprietários da PPA desejam ter reconhecimento externo de seus esforços.

Melhores Práticas 3.4.1: Proprietários de PPA devem ser reconhecidos e devem sentir-se conectados à comunidade mais ampla de áreas protegidas

O reconhecimento e a conexão entre pares podem ser incentivos importantes, particularmente quando as PPAs são estabelecidas por um único indivíduo (ver Estudo de Caso 9 de Samoa). No Brasil, por exemplo, o governo declarou o dia 31 de janeiro como o Dia Nacional das [RPPNs] PPAs. Isso reconhece o esforço que todos os proprietários de PPA empreendem para preservar a natureza, destaca a importância do investimento privado na manutenção da biodiversidade e reconhece os esforços públicos para a conservação. Anualmente, vários eventos acontecem em comemoração e geralmente novas reservas são criadas, novos programas de apoio anunciados e a mobilização positiva em torno do tema da PPA gera interesse da mídia. A Rede Argentina de Reservas Naturais Privadas implementa um 'Dia Aberto da Reserva' para seus membros, que consiste em uma visita em grupo a uma PPA (com outros proprietários e membros) para entender melhor como é manejada, trocar experiências, aprender e passar um dia com outros proprietários de terras da Rede. Essa prática gerou reconhecimento, motivação e aprendizado para todo o grupo. No Peru, receber a "Resolução Ministerial" governamental¹⁷², que reconhece as PPAs individuais, é um grande incentivo e uma questão de orgulho para os proprietários locais, mesmo que esta Resolução tenha provado não agregar nenhum valor extra aos incentivos ou benefícios diretos (SERNANP, 2014).

Pesquisas na África do Sul mostraram que relacionamentos positivos formados entre proprietários de terras, agências de conservação e ONGs desempenham um papel importante na motivação do comprometimento dos proprietários, particularmente no incentivo aos proprietários de terra a permanecer em acordos de longo prazo (Selinske et al., 2015). Na Nova Zelândia, os convênios se tornaram uma norma social para os proprietários de terras (ver Estudo de Caso 7). Sentir-se conectado a uma comunidade de mentes afins ajuda a manter as pessoas em acordos de PPA.

Princípio 3.5: O manejo direto e o suporte técnico são um incentivo para o manejo da PPA, apoiando o compromisso de longo prazo

A gestão direta e o suporte técnico aos proprietários de terras são motivadores poderosos, combinando os benefícios da economia de custos tangíveis com a criação de um senso de pertencer a uma comunidade maior. Tais ligações podem construir relacionamentos e melhorar a consciência ambiental. Desenvolver planos de manejo com os proprietários de terras e ajudar com questões práticas e especializadas, como manejo de incêndios e controle de espécies invasoras, são abordagens úteis (Melhores Práticas 2.5.4, Estudo de Caso 8 do Peru e Estudo de Caso 9 de Samoa). O apoio ao manejo poderia incluir a gestão da biodiversidade, bem como o apoio à governança, o apoio à obtenção da certificação, o tratamento de processos burocráticos e as operações de gestão de forma mais geral. As oportunidades de treinamento e aprendizagem entre pares também são valiosas. O planejamento financeiro e as provisões para garantir a proteção de longo prazo das propriedades exigem a cobertura do custo total das necessidades de manejo. Nos casos em que somente os direitos específicos de uso da terra a uma propriedade (por exemplo, servidões ou restrições) são adquiridos pela organização, enquanto o proprietário ainda ocupa e usa a terra, os custos da administração podem ser inferiores aos da simples titulação da propriedade. No entanto, é necessário fazer provisões financeiras para monitorar as despesas e os custos de defesa jurídica no caso dos acordos de conservação existentes serem violados.



Uma reunião regional do representante do QEII com um parceiro apoiador em um povoamento da árvore de Kauri (*Agathis australis*) em Waikato © QEII National Trust

Melhores Práticas 3.5.1: O apoio ao manejo pode vir de uma variedade de atores

Os clubes de ‘parceiros apoiadores’, como na Nova Zelândia, oferecem mentoria e viagens de campo, e os membros trabalham coletivamente na terra um do outro (Melhores Práticas 8.2.1). Nos programas de gestão da biodiversidade da África do Sul, os planos de manejo são desenvolvidos pela autoridade estadual de conservação em colaboração com o proprietário, muitas vezes com a participação das ONGs participantes. No Estado de São Paulo, Brasil, os proprietários de reservas preparam o Plano de Proteção juntamente com a polícia ambiental que apoiará as ações de proteção e fiscalização.

Princípio 3.6: A assistência de marketing é um incentivo eficaz para as PPAs que têm potencial de geração de renda

As PPAs podem ter diferentes oportunidades de geração de renda do que as áreas protegidas do estado, por exemplo, apelando para um mercado de ecoturismo diferente. Em geral, as PPAs estão em melhor posição para manter a renda do que as áreas protegidas estaduais, onde a renda, como as taxas de entrada, é frequentemente canalizada para fundos estatais gerais e não retida para o manejo de áreas protegidas.

Melhores Práticas 3.6.1: Criar incentivos que forneçam reconhecimento e valor de marketing para as PPAs geradoras de renda com base no status de PPA e práticas amigáveis à biodiversidade

As PPAs que são combinadas com operações de geração de receita podem se beneficiar do valor de marketing agregado do reconhecimento formal como uma PPA (ver Seção 5, que analisa especificamente as PPAs com fins lucrativos que geram renda como um subtipo). Isso proporciona uma oportunidade para que as PPAs que ganham dinheiro usem o reconhecimento ‘verde’; para melhorar seu acesso ao mercado, como os do setor de ecoturismo (ver Quadro 8.3).



Perico Heredia, proprietário da PPA Milpuj-La Heredad, no Amazonas, extraíndo o mel que é vendido nas lojas do Peru graças à promoção de marketing da rede de PPAs © Conservamos por Naturaleza / SPDA



O governo australiano ajudou a financiar muitas PPAs, inclusive para a proteção do casuar do sul (Casuarus casuarus) © James Fitzsimons

Princípio 3.7: Incentivos financeiros são importantes para o estabelecimento e manejo de PPAs

Incentivos financeiros incluem pagamentos diretos, incentivos fiscais e alavancagem de fundos equivalentes. Alguns são projetados para incentivar o estabelecimento de PPAs, tais como a compra de terras, outros compensam os proprietários de terras por custos relacionados ao manejo da PPA ou fornecem benefícios financeiros adicionais além dos custos incorridos.

Melhores Práticas 3.7.1: Busque oportunidades para alavancar fundos adicionais para complementar o investimento na PPA

O status da PPA pode ajudar a dar credibilidade a projetos que estejam buscando doadores para investir em conservação. A proteção formal de uma PPA pode tornar mais fácil para um proprietário de terras atrair fundos, já que o status da PPA pode dar credibilidade a financiadores que queiram investir em conservação. A alavancagem de fundos e fundos de contrapartida por organizações da PPA (como as *land trusts*) são fatores importantes para facilitar o desenvolvimento da PPA. Por exemplo, o governo australiano, como parte de seu Programa do Sistema de Reserva Nacional, forneceu a *land trusts* privados até dois terços do preço de compra para terras com alto valor de conservação e preencheu lacunas na representatividade do sistema de áreas protegidas de 1996-2013 (Fitzsimons, 2015). O Plano de Ação para Conservação de Aves Aquáticas da América do Norte⁷³, uma fonte de financiamento trilateral entre o Canadá, os EUA e o México, também fornece fundos correspondentes para as PPAs.

Melhores Práticas 3.7.2: Pagamentos diretos podem ser usados para compensar proprietários pelos custos reais ou custos de oportunidade

Possivelmente, as duas formas mais conhecidas de pagamentos diretos para as PPAs são compras de servidões de conservação e pagamentos por serviços ecossistêmicos (ver Quadro 3.4). Muitas vezes, as servidões de conservação são doadas pelos proprietários, mas às vezes são compradas por uma organização pública ou privada. Nos EUA, por exemplo, a The Nature Conservancy ocasionalmente compra servidões de conservação quando o proprietário não pode usufruir os benefícios fiscais relacionados e a terra é considerada de alta prioridade. Outro tipo de servidão é um recibo dividido, em que o proprietário recebe algum dinheiro e doa o restante do valor.

Quadro 3.4

Usando pagamentos por serviços ecossistêmicos para financiar PPAs

Os pagamentos por serviços ecossistêmicos (PSE) são baseados em um modelo no qual os beneficiários, ou usuários, de um serviço ecossistêmico, como a regulamentação da água, fazem um pagamento direto ou indireto ao prestador desse serviço em troca da prestação de serviços e manutenção (Greiber, 2009). No Brasil, esse arranjo também é conhecido por PSA ou Pagamento por Serviços Ambientais. O provedor é tipicamente um proprietário ou entidade responsável pela gestão da terra. O comprador é o usuário no final da cadeia, que pode ser público ou privado e local, nacional ou internacional. A escala de um sistema de PSE depende do serviço ecossistêmico. Exemplos comuns de serviços ecossistêmicos em arranjos de PSE são o armazenamento de carbono, quantidade de água e qualidade da água. Esquemas de PSE são baseados em arranjos voluntários. Existem muitos sistemas de PSE que não necessariamente resultam em PPAs ou beneficiam PPAs (por exemplo, quando acordos com proprietários de terras resultam em contratos de curto prazo para proteger a terra). No entanto, podem ser usados para fornecer pagamentos diretos aos proprietários de PPAs. Por exemplo, alguns estados no Brasil direcionam programas de PSE para as PPAs, como em São Paulo. Nesse caso, os proprietários de terras são pagos pela conservação da biodiversidade e produção de água. Um plano de ação deve ser elaborado para a PPA, e a verificação da prestação desses serviços é necessária. Outro exemplo é em Fiji, onde a Conservação Internacional se associou à Fiji Water⁷⁴ para financiar os 16.340 ha da Área Protegida da Bacia do Sovi⁷⁵, através de um arrendamento de 99 anos com o iTaukei Lands Trust Board e proprietários da bacia do Sovi. Para gerar receita para os proprietários de terras, um fundo patrimonial foi criado e financiado pela empresa de água engarrafada Fiji Water. Os juros acumulados por este fundo facilitam o pagamento de bonificação de arrendamento, compensam royalties de madeira perdidos, proporcionam oportunidades de desenvolvimento comunitário e implementam o plano de manejo (Keppel et al., 2012). O programa de PSE do México, implementado pela Comissão Nacional Florestal (CONAFOR), oferece apoio de cinco anos para evitar a mudança do uso da terra em áreas florestais. As propriedades beneficiadas não são consideradas PPAs, devido à curta duração do apoio e ao fato de que, embora esses acordos sejam renováveis, os proprietários precisam se submeter novamente para continuar sua inclusão no programa e competir com muitos outros proprietários que também desejam participar. Uma pequena parcela do programa de PSE do México, no entanto, evoluiu para a permanência de longo prazo através do estabelecimento de um fundo patrimonial de apoio à terra, o Fundo de Biodiversidade, também administrado pela CONAFOR. O fundo foi capitalizado para fornecer apoio usando apenas os juros, mantendo o principal e está orientado a proteger a

biodiversidade crítica presente em um conjunto limitado de propriedades (privadas e comunitárias) fora das áreas protegidas governamentais, tornando-se um incentivo efetivo para o estabelecimento de um número limitado de PPAs permanentes. Há uma grande quantidade de literatura disponível sobre PSE (Grêt-Regamey et al., 2017; Neugarten et al., 2018).⁷⁶

Melhores Práticas 3.7.3: Incentivos financeiros devem encorajar a adicionalidade

Recursos financeiros extras poderiam ser canalizados para a PPA se ela oferecesse serviços ecossistêmicos além da conservação da biodiversidade, como a adaptação e a mitigação das mudanças climáticas, ou a gestão de bacias para um importante suprimento de água. Se isso for uma possibilidade, o acordo ou convênio inicial da PPA deve ser preparado para permitir isso. Por exemplo, na Nova Zelândia, proprietários de terras com convênios em suas terras podem se beneficiar diretamente do comércio de carbono relacionados à regeneração de florestas e em algumas áreas também podem se beneficiar da comercialização de nutrientes para proteger a qualidade de água de lagos e rios.

Melhores Práticas 3.7.4: Incentivos fiscais devem ser desenvolvidos cooperativamente entre os departamentos de finanças do governo, outras agências governamentais relevantes, ONGs e proprietários de terras

Os incentivos fiscais referem-se ao uso de impostos e subsídios para mudar o comportamento. Os exemplos incluem o fornecimento de incentivos fiscais aos proprietários da PPA (ver Estudo de Caso 10 para a África do Sul e Estudo de Caso 11 para os EUA) ou para obter subsídios para a prestação de serviços ambientais, como no México. A criação de incentivos fiscais, muitas vezes liderados por um departamento ambiental do governo ou por ONGs, precisa ser feita em colaboração com outros departamentos governamentais e/ou ONGs relevantes. Esses incentivos de negociação devem demonstrar ao governo a importância e o valor de apoiar as PPAs por meio do uso de incentivos fiscais. (Incentivos não precisam parar nas fronteiras. American Friends (AF) do *Canadian Land Trusts*⁷⁷ foi estabelecido para permitir a proprietários americanos de terras no Canadá doar propriedades para a organização dos EUA e se qualificar para incentivos fiscais, enquanto a AF transfere a propriedade para um fundo de terras canadense para administração em longo prazo.)

Melhores Práticas 3.7.5: Os incentivos fiscais devem ser projetados para serem aplicáveis ao maior número de PPAs

Por exemplo, projetar incentivos fiscais que possam ser realizados apenas por alguns indivíduos de alto patrimônio líquido e não por outros proprietários de PPAs com importância de biodiversidade semelhante pode ser problemático. Nestes casos, outros incentivos precisam estar disponíveis para esses proprietários de terra.

Seção 4: Assegurando a permanência das áreas sob proteção privada

Quem deve ler esta seção?

Esta seção é relevante tanto para aqueles que desenvolvem políticas/incentivos para PPAs (por exemplo, governos, ONGs, fundações privadas, etc.) quanto para proprietários de terra no processo de criação ou formalização de PPAs. O foco, como em todas as outras seções dessas diretrizes, é em áreas que são desenvolvidas e manejadas para atender à definição de uma PPA da UICN.

A “conservação da natureza no longo prazo” está no centro da definição da área protegida da UICN. Para áreas protegidas administradas pelo governo, isso geralmente está embutido no processo de estabelecer uma área protegida em políticas e legislação. Para outros tipos de governança de áreas protegidas, o conceito de “longo prazo” nem sempre é tão simples. Em “O Futuro das Áreas sob Proteção Privada” (Stolton et al., 2014), a “intenção de longo prazo” foi proposta como uma alternativa à “conservação em longo prazo”, para abranger um conjunto mais amplo de situações. O relatório propunha que as PPAs demonstrassem uma intenção de conservação “perpétua”, ou pelo menos “em longo prazo”. A definição de longo prazo para quaisquer áreas protegidas é repleta de dificuldades e algumas áreas protegidas administradas pelo governo podem não ser seguras em longo prazo (Mascia et al., 2014). Com as PPAs, entende-se que pode levar tempo para implantar acordos (convênios, contrato de posse, etc.) que garantam proteção permanente. A orientação da UICN é que as PPAs devem demonstrar a conservação em perpetuidade ou, pelo menos, a intenção de conservação em longo prazo, sendo esta última definida neste caso por um mínimo de 25 anos (Stolton et al., 2014).

Princípio 4.1: A governança de PPAs deve incorporar a intenção de longo prazo de alcançar a conservação

As PPAs podem não ter a mesma proteção legal que as áreas protegidas controladas pelo Estado (Lausche, 2011; Bingham et al., 2017). Embora este princípio seja um pré-requisito de uma área protegida, por definição, vale a pena repetir. Quando as PPAs não são legalmente protegidas, a intenção de longo prazo (e outros meios eficazes) torna-se um componente central de sua permanência. Uma ONG ambiental cujo Estatuto Social prevê a finalidade de conservação e políticas apropriadas de disposição da terra para conservação também devem servir como uma demonstração de intenção de longo prazo. Confiar em acordos estabelecidos com doadores da terra ou o

financiamento necessário para adquiri-la também pode servir para demonstrar a intenção de conservação de longo prazo. Em alguns países, a declaração da PPA traz obrigações legais de proteção de longo prazo (ver Estudo de Caso 2 do Brasil), colocando as PPAs em pé de igualdade com as áreas protegidas administradas pelo Estado. Quando este não é o caso, a intenção de longo prazo pode ser demonstrada através de um ou mais dos seguintes procedimentos:

- Demonstrar que o status da PPA transcenderá as mudanças de propriedade, por meio de servidão, convênios, testamentos, transferência de direitos de desenvolvimento e outras medidas legais apropriadas.
- Onde os acordos formais relativos a PPAs são de curto prazo, demonstrar um compromisso com a proteção de longo prazo (por exemplo, acordos renováveis ou objetivos declarados em longo prazo) pode demonstrar intenção de longo prazo. O término dos contratos com prazo definido nunca deve proibir especificamente a continuação de uma PPA. Alguma forma de monitoramento sistemático de longo prazo que demonstre a aderência à intenção de conservação original deve ser estabelecida e tornar-se disponível, enquanto medidas de conservação de longo prazo podem ser estabelecidas.
- Práticas de manejo ativo ou passivo aplicadas para salvaguardar a integridade dos recursos naturais presentes na PPA, validados por governos ou unidades locais ou regionais de uma associação nacional de PPAs com diretrizes e um inventário nacional.

No caso de PPAs mantidas com titulação simples por organizações com missão de conservação, uma restrição de conservação dada a uma terceira parte (órgão do governo ou outra organização não-governamental) ou legislação específica que garanta legalmente o status de conservação fornece proteção. No entanto, pode ser suficiente para uma organização com uma missão de conservação documentar a intenção por meio de planos de manejo.



A DBU possui a maior parte da rede do Patrimônio Natural Nacional na Alemanha. As áreas de pedreira em Ruegen costumavam fazer parte de um campo de treinamento militar © Norbert Rosing

Melhores Práticas 4.1.1: A permanência é melhor assegurada através de instrumentos legais que empoderem a governança

Conservação em longo prazo de PPAs é frequentemente alcançada com mais efetividade com um instrumento de conservação legal vinculado a um agente de conservação institucionalizado ou status legal por meio de uma agência governamental apropriada (ver Estudo de Caso 11 dos EUA). No Brasil, as PPAs são criadas perpetuamente por uma lei que garante a conservação da terra, mesmo que a propriedade ou a governança mude com o tempo. No Reino Unido, as PPAs de propriedade do *National Trust* são inalienáveis, o que significa que a terra não pode ser vendida ou hipotecada contra os desejos do Fundo sem um procedimento parlamentar especial (Crofts et al., 2014). A Nova Zelândia tem acordos semelhantes (veja o Estudo de Caso 7). As disposições legalmente vinculantes dentro dos alvarás de incorporação de *land trusts* que incluem práticas adequadas de disposição da terra de conservação para instituições com a mesma opinião, garantindo a persistência de objetivos de conservação em caso de falha institucional imprevisível, também são consideradas como um instrumento de conservação legal apropriado. Na Alemanha, o governo federal, por meio da iniciativa National Natural Heritage⁷⁸, isenta as terras de propriedade federal de alto valor de conservação natural da privatização e as transfere gratuitamente para os Estados (Länder), organizações de conservação da natureza ou fundações, para serem permanentemente protegidas para conservação da natureza (veja o Estudo de Caso 5 da Alemanha). Além de serem vinculantes para futuros proprietários, mecanismos apropriados devem ter medidas de proteção que assegurem a permanência contínua de PPAs (por exemplo, usando múltiplas partes em um convênio de conservação, ver

Hardy et al., 2017), como na Austrália (ver Estudo de Caso 1). No Quênia, em 2012, a *Lewa Wildlife Conservancy* (ver Estudo de Caso 6) comprou a maioria das terras em que a conservação foi estabelecida. Este acordo, o primeiro do tipo no Quênia, transferiu a propriedade da terra de indivíduos privados para propriedade institucional, garantindo a existência e o papel de Lewa como base para a conservação centrada no desenvolvimento e na comunidade. Outra experiência pioneira na Costa Rica viu a PPA da Lapa Rios assinar a primeira servidão aplicada a uma empresa privada para garantir o futuro da reserva (ver Estudo de Caso 4). Muitos instrumentos privados diferentes são empregados para a conservação de terras privadas em todo o mundo, cada um com implicações jurídicas exclusivas derivadas da legislação nacional ou regional. Definições para algumas dessas ferramentas aparecem no glossário. O Chile, por exemplo, foi pioneiro em um novo instrumento legal para a proteção de terras privadas, o Derecho Real de Conservación ou DRC. Anteriormente, o sistema legal exigia que um acordo de conservação (servidumbre) só pudesse ser feito entre duas propriedades adjacentes. Aprovada pela legislatura em 2016, o DRC muda fundamentalmente a lei para permitir a proteção de terras particulares em qualquer lugar. O Chile estabeleceu rapidamente o primeiro DRC entre uma iniciativa privada de conservação e um serviço público, entre a Hacienda El Durazno e o Serviço Florestal Nacional (CONAF). Este desenvolvimento significativo pode servir como um precedente para outros países cujo sistema de posse da terra é baseado no código civil.



As áreas pertencentes ao National Trust no Reino Unido, como partes da Península Land's End em Cornwall, são alguns dos locais mais protegidos do Reino Unido © Sue Stolton

Melhores Práticas 4.1.2: Quando um instrumento legal não é possível, os acordos devem ser renováveis e a intenção de conservação deve ser em perpetuidade

Assegurar a permanência da PPA é crucial para obter benefícios de conservação em longo prazo. No entanto, as melhores práticas para a permanência da PPA não devem inibir o desenvolvimento de uma ampla gama de iniciativas e práticas de conservação de terras privadas, que no futuro poderiam ser formalmente incorporadas como PPAs. Em muitos casos, acordos permanentes não são possíveis, ou os proprietários de terras estão apenas começando a experimentar a conservação de suas terras/água e compromissos. Enquanto os acordos de conservação de prazo fixo devem ser renováveis e a intenção deve ser a renovação perpétua (Melhores Práticas 3.2.1), em alguns países, incentivos financeiros governamentais de curto prazo, como o PES (ver Quadro 3.4), tornam-se o ponto de entrada às práticas de conservação em terras privadas de curto prazo, medidas que poderiam evoluir para iniciativas de longo prazo. Em outros casos, o financiamento fornecido por agências governamentais ou ONGs de conservação para proteger valores ambientais críticos em propriedades privadas só pode ser fornecido por períodos limitados, enquanto uma solução mais permanente é procurada. Nesses casos, o término de um acordo não significa necessariamente o fim do status de PPA, se a intenção é encontrar um mecanismo alternativo para a conservação em longo prazo (Stolton et al., 2014).

Melhores Práticas 4.1.3: Quando um instrumento ou status legal não estiver disponível ou viável, alguma prova transparente de intenção de “longo prazo”

Se um instrumento legal não for alcançável, as áreas que desejam ser formalmente reconhecidas como PPAs (ver Princípio 7.1) devem ter uma prova de intenção de conservação por escrito em longo prazo disponível às partes interessadas, juntamente com uma descrição de como a intenção será implementada ao longo do tempo. Exemplos incluem planos de manejo de longo prazo. Qualquer processo para alterar esta documentação precisa ser transparente, para que seja evidente que uma área não deve mais ser considerada uma PPA. A transparência não significa que as informações estejam disponíveis para todos, mas essas informações devem ser fornecidas a uma instituição de conservação de terras reconhecida, a uma rede de PPAs estabelecida ou a uma agência governamental apropriada. Documentação legal ou formal de intenção de longo prazo para conservar é atualmente difícil de alcançar em muitos países. Essa prática deve ser vista como uma característica de um sistema de PPAs em maturação e um objetivo para o desenvolvimento de sistemas. As restrições contemporâneas à obtenção dessas melhores práticas não devem, por si só, inibir a expansão de PPAs nos países com potencial para desenvolver tais sistemas. Agentes nacionais ou regionais de conservação de terras institucionalizados podem ajudar a fornecer prova de intenção e transparência, mantendo o anonimato (Melhores Práticas 7.1.4). A transparência pode ser um desafio em áreas onde as estruturas de governança central ou rural são fracas ou se deterioraram devido a atividades ilegais. Por exemplo, durante a compilação de um banco de dados de PPAs para o México (Bezaury-Creel et al., 2012), alguns proprietários de terras aumentaram as preocupações de que o uso indevido de informações por outros poderia levar a instâncias de incursões. (Em partes do México, há uma percepção de que as terras não cultivadas ou não utilizadas para pecuária são “desperdiçadas” e, portanto, outros tem o “direito” de invadir e usar a terra.) Em

outros casos, os proprietários questionam se as PPAs podem ser percebidas pelas comunidades locais como terra em desuso ou improdutivo, que poderia ser melhor utilizada para fornecer benefícios de curto prazo para as populações locais, sem a devida atenção à ampla gama de serviços ambientais potencialmente fornecidos pelas PPAs em longo prazo (Bingham et al., 2017).

Melhores Práticas 4.1.4: A intenção de conservação individual deve ser assegurada para futura propriedade

Os proprietários devem pensar em sucessão e como a intenção de conservação de sua PPA é mantida quando a propriedade muda. Portanto, as PPAs devem ser estruturadas de modo que a intenção de conservação seja de responsabilidade de todos os futuros proprietários (ver também Princípio 1.5, Melhores Práticas 3.2.1 e Estudo de Caso 1 para a Austrália). Um plano claro de sucessão para a continuação da PPA deve ser necessário, incluindo restrição do uso da terra, financiamento e transferência de propriedade. Nos casos em que os sucessores não estiverem dispostos ou não puderem defender a intenção de conservação, a opção deve estar disponível para transferir a PPA para uma instituição de conservação confiável. Em sua forma mais básica, uma iniciativa de conservação individual pode resultar da intenção de um proprietário privado independente de proteger a terra por razões espirituais, estéticas, práticas ou outras. Essas iniciativas podem proporcionar uma conservação eficaz ao longo da vida de um indivíduo e, talvez, em períodos mais longos, caso se torne um projeto de geração familiar. No entanto, se não houver instrumentos legais para obter proteção de longo prazo da terra, e nenhum planejamento para os recursos financeiros necessários para a gestão, essas iniciativas provavelmente falharão com o passar do tempo. Essas iniciativas independentes geralmente não são verificáveis por terceiros e, portanto, sua transparência de intenção nem sempre é evidente. Se os instrumentos legislativos não são adequados ou disponíveis, as melhores práticas neste caso vão desde o estabelecimento de uma declaração de conservação verificável (Melhores Práticas 4.1.3) até mecanismos de apoio financeiro de longo prazo, como fundos patrimoniais dedicados que fornecem custos futuros de administração. Uma outra alternativa é fazer provisão legal para transferir a governança e/ou propriedade para uma instituição de gestão conservacionista (por exemplo, ONG ou *land trusts*) se o proprietário fundador desocupar a propriedade, e se houver falta de interesse de seus herdeiros em continuar protegendo a terra (ver Estudo de Caso 4 da Costa Rica).



A Espanha tem várias redes de conservação privadas bem estabelecidas; a reserva do Desfiladeiro Montrebei foi comprada pela Fundació Catalunya-La Pedrera em 1999 © Fundació Catalunya La Pedrera



Pradaria Glassons, Trust for Nature, Northern Victoria, Austrália

Melhores Práticas 4.1.5: Fazer parte de uma rede privada de conservação pode ajudar a garantir a conservação em longo prazo

A permanência da proteção pode ser mais provável quando os proprietários se organizam formalmente com a intenção de conservar e administrar suas terras em longo prazo (ver Seção 8).

Melhores Práticas 4.1.6: As PPAs devem ter mecanismos para garantir que a intenção de conservação não mude com a liderança

Proprietários de PPAs com ciclos de planejamento de curto prazo, ou onde liderança e posse de terra possam mudar rapidamente (por exemplo, algumas empresas), podem afetar a continuidade necessária para a conservação em longo prazo (Veja Melhores Práticas 1.5.1). (Por exemplo, na Eslovênia, uma empresa estabeleceu uma PPA por motivos filantrópicos, mas depois abandonou seu compromisso para reduzir custos.) Garantir que seja mantido o foco na conservação também pode ser feito por outros meios, como uma política aprovada pelo Conselho da empresa ou reservando assentos no Conselho a serem ocupados por membros com foco em conservação. Essas medidas podem ajudar a manter o foco conservacionista das empresas para suas PPAs.

Melhores Práticas 4.1.7: Os programas do governo que permitem ou incentivam a conservação

Muitos governos nacionais e subnacionais em todo o mundo exploraram os esforços de colaboração de várias maneiras, incorporando PPAs em suas estratégias de conservação (Melhores Práticas 1.2.1) ou fornecendo incentivos econômicos e/ou fiscais específicos para apoiar práticas de conservação em terras privadas (Melhores Práticas 4.1.1 e Estudo de Caso 2 do Brasil). Terras incorporadas nas estratégias de conservação do governo foram integradas a

sistemas mais amplos de proteção da biodiversidade, por meio de uma série de ferramentas que incluem convênios juridicamente estabelecidos entre um governo e o proprietário da terra como na Nova Zelândia (Estudo de caso 7), onde o convênio é registrado com o título da terra (ver também Estudo de Caso 11 dos EUA). No México, os proprietários podem declarar voluntariamente as PPAs por um mínimo de 15 (muito menos do que os 25 anos recomendados nestas Diretrizes) para um máximo de 99 anos; eles são considerados equivalentes às áreas protegidas do governo. Em ambos os casos, as PPAs estão integradas ao sistema nacional de áreas protegidas. Na Europa, a aquisição de terras para fins de conservação com a ajuda do dinheiro da LIFE⁷⁹ da União Europeia só é elegível se a terra for dedicada à conservação em perpetuidade. Na Austrália, o financiamento do governo federal para terras adquiridas por ONGs para inclusão no Sistema de Reserva Nacional exige que um convênio de conservação seja estabelecido logo após a compra (Fitzsimons, 2015).

Princípio 4.2: Diferentes instrumentos de conservação privada podem contribuir para a permanência da PPA

O número de PPAs está crescendo globalmente, assim como o número de pessoas envolvidas e a variedade de práticas. À medida que a diversidade de tipos de PPA se desenvolve, há uma gama crescente de abordagens que podem contribuir para garantir a permanência dos resultados de conservação.

Quadro 4.1

‘Compra–proteção–revenda’: Uma estratégia de conservação da The Nature Conservancy

O Programa de Comprador de Conservação é uma das estratégias usadas pela The Nature Conservancy para obter conservação em longo prazo, enquanto libera recursos financeiros para adquirir novas PPAs, particularmente nos EUA. Esta estratégia é aplicada através de três etapas básicas: a terra é adquirida em áreas críticas de conservação; servidões de conservação apropriadas são projetadas para a terra para proteger características naturais; e, finalmente, a terra é vendida a indivíduos que concordam com os termos da servidão de conservação protetora, conseguindo assim a permanência da PPA (TNC, 2018). O Programa de Comprador de Conservação faz parte de uma abordagem mais ampla de conservação, a “compra-proteção-revenda”, que inclui o uso de fundos rotativos, fundos de empréstimos rotativos e grandes fundos de capital para comprar, proteger e revender terras privadas com valores de conservação em todo o mundo. (Hardy et al., 2018 a, b, c).

Autor: James Fitzsimons, The Nature Conservancy

Quadro 4.2

Controlando os direitos, assegurando a conservação: Reserva Karukinka, Chile

A Reserva Karukinka⁸⁰ (300.000 ha) em Tierra del Fuego, Chile, é de propriedade e administrada pela Wildlife Conservation Society (WCS). Embora a WCS seja a proprietária, os direitos minerais para extrair turfa (25% da terra está coberta de turfeiras) estavam disponíveis para qualquer pessoa interessada em minerar esse recurso. Após anos de pesquisa e compartilhamento do valor de conservação global de turfa com diferentes interessados, a WCS conseguiu que Karukinka declarasse uma Área de Interesse Científico pelo governo chileno em 2015. Isso significa que o Chile, através do Ministério de Mineração, declara que a pesquisa científica será uma prioridade sobre a mineração dentro da Reserva Karukinka. Assim, a mineração de turfa está proibida, protegendo a terra dessa ameaça para a perpetuidade (Saavedra et al., 2011, Gobierno de Chile, 2015).

Autora: Melissa Carmody, Wildlife Conservation Society

Melhores Práticas 4.2.1: Restrições de conservação que limitam alguns usos enquanto permitem outros, podem ser ferramentas de conservação eficazes e, às vezes, podem atender à definição de uma PPA

A propriedade da terra e da água inclui vários tipos distintos de direitos de uso, por exemplo, o direito de desenvolver a terra, empreender atividades agrícolas, administrar a produção florestal, a pesca, a caça ou a recreação. Os convênios de conservação estabelecidos legalmente incluem vários tipos de instrumentos com força legal suficiente para excluir alguns ou a maioria dos direitos de uso, enquanto outros direitos continuam sendo utilizados (ver Estudo de Caso 11 dos EUA). Os proprietários de terras nem sempre terão controle sobre todos os direitos à terra e à água conservados quando estabelecidos. Essas áreas ainda podem ser consideradas PPAs se houver planos em vigor para garantir direitos que possam impactar o sucesso da conservação e, assim, garantir a conservação em longo prazo (ver Quadro 4.2).

Melhores Práticas 4.2.2: Processos devem ser colocados em prática para lidar com potenciais violações da restrição de conservação

Onde quer que surjam problemas de conformidade, deve haver um plano de mitigação e ação preparado. Por exemplo, esse plano deve indicar quando a organização executora deve negociar as violações das obrigações ou quando recorrer legalmente (inclusive com terceiros) (Rissman & Butsic, 2011; Hardy et al., 2017).

Seção 5: Questões relacionadas aos subtipos específicos de áreas sob proteção privada

Quem deve ler esta seção?

Esta seção é destinada principalmente a PPAs geridas por empresas e PPAs que são geridas em um modelo com fins lucrativos, principalmente por meio do turismo. Outros subtipos específicos de PPAs, por exemplo, instituições de pesquisa ou entidades religiosas também podem considerar essa seção relevante.

Nem todas as PPAs são administradas por indivíduos ou ONGs/fundos de conservação. Algumas são de propriedade e gerenciadas por instituições geralmente não associadas à conservação, como empresas de mineração ou combustíveis fósseis, operadores de turismo, operações florestais e agrícolas, instituições religiosas e instituições de pesquisa. Embora menos conhecidas que as PPAs individuais e não governamentais, as PPAs de corporações, empresas com fins lucrativos (incluindo empreendedores sociais), instituições de pesquisa ou entidades religiosas podem ser igualmente valiosas. As PPAs administradas por essas diferentes instituições podem enfrentar desafios específicos, mas também fornecem oportunidades importantes, inclusive envolvendo novos setores da sociedade na gestão da conservação. Quando as empresas possuem áreas conservadas, às vezes optam por estabelecer PPAs nas áreas mais retiradas. Alguns países também obrigam as empresas a compensar danos causados por suas operações, o que pode levá-las a comprar terras em outros lugares para estabelecer uma PPA. As instituições religiosas podem dedicar parte de suas terras a uma área protegida como uma expressão prática de fé e cooperação. Instituições de pesquisa e universidades (Levitt, 2014) podem separar áreas especificamente para proteção como parte do mandato de pesquisa da instituição (ver Quadro 5.1). Leis e políticas individuais podem agir como um encorajamento. Finalmente, um número crescente de PPAs está sendo estabelecido explicitamente como empreendimento gerador de renda, por exemplo, através do turismo, onde as pessoas vão para visitas diárias ou pernoites. Em um contexto em que a lacuna de financiamento para áreas protegidas restringe tanto a expansão da cobertura de áreas protegidas quanto a manutenção da rede existente, as PPAs com fins lucrativos fornecem potencialmente um modelo financeiro sustentável onde o lucro subscreve em longo prazo a biodiversidade e os resultados de desenvolvimento. Ampliar o tipo de interessados engajados também traz dinamismo, novas habilidades e novas ideias para o setor de PPAs. No

entanto, os sistemas e as melhores práticas precisam estar implementados para assegurar que lucros suficientes sejam gerados para sustentar os resultados de conservação e desenvolvimento em longo prazo, e que o motivo do lucro não prejudique a conservação. Assim como com todos os exemplos de PPAs nestas diretrizes, de acordo com a UICN, estas áreas precisariam atender à definição de uma PPA (consulte a Seção A) e idealmente fariam o manejo de sua PPA de acordo com as melhores práticas relevantes neste volume. Outros sítios locais que possuam um objetivo de conservação, mas que não sejam PPAs, poderiam se enquadrar na definição em desenvolvimento de uma “Outras Medidas Efetivas de Conservação baseadas em área (OMECE)” (ver Apêndice 1).

Princípio 5.1: Subtipos específicos de PPAs podem exigir formas personalizadas de reconhecimento, apoio e incentivo

Embora as PPAs administradas por grandes ONGs sejam frequentemente bem integradas a estratégias nacionais ou regionais de conservação mais amplas, as governadas por empresas, universidades e organizações religiosas podem estar mais isoladas da conservação convencional. Além disso, alguns desses proprietários/gestores de PPAs podem ter relativamente pouco conhecimento prático de conservação, experiência ou acesso a informações científicas. Enquanto os mesmos padrões se aplicam aqui como em todas as PPAs, os gestores podem precisar de diferentes tipos de ajuda e incentivos para acumular conhecimento e experiência. As melhores práticas, portanto, abordam tanto as necessidades da PPA individual quanto seu lugar na comunidade de conservação mais ampla em termos de divulgação e engajamento.



Arara azul © Brent A. Mitchell

Melhores Práticas 5.1.1: Incentivar as empresas que possuem/gerenciam PPAs a listá-las no Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (WDPA)

Orientações específicas sobre como listar e cadastrar as PPAs são fornecidas na Seção 7. No entanto, as entidades que gerenciam locais fora da comunidade de conservação podem precisar de incentivo ou orientação específica para ajudar a obter seus locais listados como parte da área protegida nacional e internacional. Em alguns países, avaliações e assessoria externas podem ser necessárias para verificar se as áreas se encaixam na definição de uma PPA e fornecer assistência para serem adicionadas às listas nacionais de áreas protegidas. A ligação com ONGs que também gerenciam PPAs pode fornecer um bom ponto de partida ou trabalhar com órgãos nacionais da UICN, como os Comitês Nacionais e Regionais⁸¹ (ver Estudo de Caso 12 do Reino Unido). O *Long Run* (ver Quadro 8.3), que representa uma rede de PPAs pertencentes ou gerenciadas por empresas de turismo, atua como um provedor de dados para o WDPA (Melhores Práticas 7.1.4). Pode propor uma PPA a ser listada desde que a definição da PPA (ver Seção A) seja atendida, atue como um ponto de contato para o WDPA e ajude seus membros a reunir as informações necessárias. Essas informações são verificadas por um especialista local ou por um órgão governamental para confirmar a adequação da área e aprovar a listagem. Por exemplo, a Reserva da Lapa Rios, na Costa Rica (ver Estudo de Caso 4), decidiu ser listada no WDPA, fortalecendo ainda mais o reconhecimento de seu foco de conservação. O desenvolvimento de PPAs sob instrumentos juridicamente vinculantes (ver Seção 4) geralmente também garantirá o reconhecimento nacional,

como às vezes também será o caso quando se tornar parte de uma rede de PPAs (ver Seção 8).

Melhores Práticas 5.1.2: Investigar parcerias com ONGs, acadêmicos ou outros especialistas para maximizar o valor da PPA

Nem todos os proprietários ou gestores de PPAs terão os conhecimentos necessários para administrar uma PPA, nem poderão investir na contratação de pessoal especializado. A ajuda pode estar disponível, formal ou informalmente, por ONGs locais, cidadãos interessados, outros especialistas ou acadêmicos dispostos a ajudar em troca de um lugar para realizar pesquisas (Melhores Práticas 2.5.4). O tipo de ajuda pode ser um conselho sobre práticas de conservação, por exemplo, elaborar um plano de manejo simples, pesquisas de espécies presentes e monitoramento de longo prazo. Em alguns casos, os voluntários podem até estar disponíveis para ajudar no manejo, como a restauração ou remoção de espécies invasoras. Essas parcerias não apenas fortalecem a capacidade das PPAs, mas também as incorporam no âmbito mais amplo da conservação.

Existem muitos exemplos, incluindo:

- Em Laikipia, no Quênia, os projetos Lion Landscapes e Living with Lions realizam pesquisas com o objetivo de reduzir o conflito predador-humano. A parceria entre eles ajudou a Borana Conservancy,⁸² uma instituição privada sustentada pela receita do turismo, a fortalecer sua gestão para melhorar a conservação dos leões e reduzir os conflitos entre humanos e predadores com os vizinhos pastores.
- O empreendimento de ecoturismo Refúgio Ecológico Caiman⁸³ no Brasil (Melhores Práticas 1.5.2) contribuiu durante muitos anos para a conservação da arara-azul (*Anodorhynchus hyacinthinus*), e colaborou com o Projeto Onçafari focado na conservação da onça-pintada (*Panthera onca*). Ambos os projetos permitiram que a Caiman se tornasse um refúgio para as duas espécies, aumentou o tamanho das populações dessas espécies, contribuiu com um conhecimento significativo e ajudou a Caiman a desenvolver uma oportunidade única de turismo. Da mesma forma, no Rio de Janeiro, uma parceria com o INEA, o Instituto Estadual de Meio Ambiente, apoia a empresa de turismo Sinal do Vale⁸⁴ para acompanhar o progresso da restauração na floresta da Mata Atlântica, no Brasil.
- Nas Maldivas, biólogos marinhos de duas ONGs do Reino Unido apoiaram o resort Six Senses Lamuu⁸⁵ no desenvolvimento de uma reserva marinha.
- A empresa florestal UPM administra a Floresta Griffin, de 1.400 ha,⁸⁶ localizada ao lado do Parque Nacional Repovesi, no sul da Finlândia. A área é gerida como um todo pelo Comitê Administrativo da Floresta de Aarnikotka, composto por representantes da UPM, da Metsähallitus Parks and Wildlife (a agência nacional de áreas protegidas) e do Centro de Desenvolvimento Econômico, Transportes e Ambiente do Sudeste da Finlândia.

Quadro 5.1

PPAs de Instituições de Pesquisa: Nanya Station, Austrália

Nanya Station,⁸⁷ no oeste de New South Wales, na Austrália, foi comprada pela Universidade de Ballarat (atualmente Federation University Australia) em 2004 para conservação, pesquisa e educação. A propriedade de 40.000 ha foi comprada com fundos do Programa do Sistema de Reservas Nacionais do governo australiano (veja Estudo de Caso 1 da Austrália) e contém um sistema único de lagos salgados naturais, áreas com Mallee de crescimento antigo (espécies de eucalipto com múltiplos caules) e uma variedade de ecossistemas intactos. Todas as atividades de conservação têm projetos de pesquisa associados e incluem:

- Redução da pressão de pastoreio na terra, fechando o fornecimento de água artificial (tanques de solo), controle de cabras e retirando as coelheiras.
- Regeneração de comunidades ameaçadas de flora e fauna usando cercas de exclusão em comunidades críticas.

- Proteção da população de faisão australiano (*Leipoa ocellata*) com o controle de predadores exóticos e monitoramento de seus locais de nidificação.

Autor: James Fitzsimons, The Nature Conservancy



Nanya Station © Jamie McDonald

Quadro 5.2

Misturando vinho e conservação: um exemplo do sul da Austrália

A propriedade Banrock Station⁸⁸ no sul da Austrália é administrada por um grande agronegócio privado (Accolade Wines Ltd). Além de operar 250 ha de vinhas, a empresa comprometeu-se por mais de 25 anos a restaurar terras úmidas e bosques circundantes através da remoção de pressão de pastoreio, controle de espécies invasoras e de ervas daninhas, restabelecimento de um regime hidrológico natural, reintrodução de espécies ameaçadas nativas e revegetação. Devido às suas credenciais ambientais e status como um local da Convenção Internacional de Ramsar, o local foi selecionado em 2013 pela agência de meio ambiente do governo do estado para reintroduzir uma planta considerada extinta há muito tempo: a margarida espinhosa (*Acanthocladium dockeri*) em sua antiga cobertura. Acolhendo em média 60.000 visitantes por ano, até duas turmas universitárias por mês e grupos voluntários (como Voluntários Estudantis Internacionais)⁸⁹ desde 2005, a Estação Banrock tornou-se um local de demonstração para um trabalho de conservação local por uma empresa privada atuando para o bem comum (Tourenq et al., 2016).

Autor: Banrock Station

Princípio 5.2: As PPAs corporativas oferecem benefícios específicos para empresas e vice-versa

As razões para a criação de PPAs de empresas são variadas, como acontece com qualquer outra PPA (ver Seção 1):

- Eles podem ser um interesse pessoal do diretor da empresa.
- Para aumentar as credenciais verdes, por exemplo, os produtores de vinho da Austrália do Sul (ver Quadro 5.2) usam credenciais verdes obtidas por possuir áreas protegidas para acessar mercados de exportação adicionais.
- Para fazer o melhor uso da terra e da água, mas que não são mais necessários para a empresa (como ex-pedreiras ou minas, veja os Quadros 2.7 e 5.3).
- Ser área descartada porque não são adequadas para exploração.
- Ser área particularmente valiosa de uma perspectiva de conservação (e possivelmente exigindo proteção sob esquemas de certificação).
- Ser área sob restauração.

As áreas reservadas para a conservação agora, mas com a intenção de exploração futura, não se qualificariam como PPAs, pois não poderiam demonstrar intenção de longo prazo, conforme descrito na Seção 4.

As empresas podem se beneficiar de maneiras diferentes da criação de áreas protegidas, incluindo:

- Demonstrar compromisso com o bem social.
- Desenvolver uma imagem mais positiva, gerando apoio do público em geral.
- Atrair equipes inovadoras para trabalhar na gestão da PPA, trazendo novas mentalidades e conjuntos de habilidades para a empresa.
- Fortalecer a credibilidade de seus esforços de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e engajamento ambiental, resultando em diferenciação no mercado, muitas vezes reforçada pela verificação de terceiros.
- Proteger recursos e serviços ecossistêmicos nos quais a empresa pode contar para suas operações, como quantidade de água, qualidade da água, polinizadores, controle natural de pragas.
- Proporcionar oportunidades para gerar outras fontes de receita, por exemplo, através de visitação, venda de créditos de carbono.
- Criar oportunidades para integrar a empresa ainda mais com as comunidades locais, por exemplo, através de pesquisas ou incentivando passeios educacionais.
- Fornecer um local inspirador e/ou recreativo para os funcionários da empresa, que pode ser usado para uma série de benefícios, incluindo a formação de equipes.

Melhores Práticas 5.2.1: As empresas e outros subtipos de PPAs podem instalar pontos fortes como habilidades de gerenciamento, capital, resiliência financeira e capacidade de gerenciamento de conserva o

As PPAs que são mantidas por uma empresa podem se beneficiar das ferramentas e habilidades gerenciais usadas nos principais negócios que ajudam a incrementar a constru o de capacidades, suprimentos, TI, habilidades legais, orçamentárias, entre outros. Além disso, as PPAs podem se beneficiar do espírito empreendedor, da eficácia da gestão, da inova o e da tomada de riscos. Se as empresas se tornarem parte da rede de PPAs mais ampla em uma região ou país, podem ser criadas oportunidades para transferir essas habilidades para outras PPAs de diferentes setores e para outros tipos de áreas protegidas. Organiza es de pesquisa que gerenciam PPAs podem ser líderes em gestão de áreas protegidas globalmente. A Cedar Creek Ecosystem Science Reserve⁹⁰, no centro de Minnesota, EUA, pertence e   operada pela University of Minnesota em coopera o com a Minnesota Academy of Science. Pesquisadores do local foram os primeiros a usar coleiras de rádio para rastreamento de animais, têm pesquisado queimadas controladas desde a década de 1960, e a PPA tem uma das comunidades de insetos mais intensamente estudadas do mundo.

Quadro 5.3

Recriando o habitat após a extra o de areia e cascalho: Reserva Natural Attenborough, Reino Unido

A Reserva Natural de Attenborough,⁹¹ de propriedade e administrada pela *Nottinghamshire Wildlife Trust*,   uma PPA no local de uma jazida de cascalho abandonada em Trent Valley, em Nottinghamshire, no Reino Unido. O local funcionou entre 1929 e 1966 (quando a reserva foi formada) e a empresa CEMEX ainda está extraindo areia e cascalho das áreas vizinhas. Suas barcas passam pela reserva para chegar   usina de processamento.   medida que as se es do local são trabalhadas, elas são restauradas para áreas úmidas, com uma série de grandes lagos pontilhados de ilhas onde a floresta nativa se regenera. Canaviais, plataformas de ninho flutuantes, caixas-ninho e bancos de ninhos artificiais estimulam o retorno de espécies como a best ria (*Botaurus stellaris*), andorinhas-do-mar, andorinha-do-barranco (*Riparia riparia*) e corujas. A reserva agora cobre 226 ha com casas de pássaros, trilhas e um centro de natureza premiado. O rio Trent flui ao longo de uma borda, trazendo ocasionais águas de inunda o e agindo como um corredor de vida silvestre. Há visita o intensa, por observadores de pássaros, caminhantes e corredores, mas o planejamento cuidadoso significa que grandes áreas não perturbadas permanecem para a vida silvestre. De origem profundamente não natural, a área agora substitui os pântanos de várzea que foram perdidos em centenas de anos de agricultura e   um habitat importante para as aves aquáticas, especialmente durante o inverno: mais de 25 espécies de aves tem sido registradas desde a cria o da reserva (Dudley, 2011).

Autor: Nigel Dudley, Equilibrium Research



Attenborough Nature Reserve   Nigel Dudley



© Project Oncafari

Princípio 5.3: As PPAs geridas pelas indústrias extrativas devem demonstrar contribuições para a conservação da biodiversidade

As indústrias extrativas, como empresas florestais, mineradoras e de combustíveis fósseis, têm operações complexas. Elas frequentemente possuem grandes extensões de terra que não são utilizadas para extração e/ou áreas onde a extração não está mais operacional (por exemplo, Quadros 2.7 e 5.5), que podem ser restauradas para conservação e se tornar importantes PPAs (especialmente em cenários culturais), ou áreas de herança geológica e geoturismo.

Melhores Práticas 5.3.1: Uma PPA gerenciada como parte de uma operação extrativa deve ser separada desta operação

As PPAs ligadas a operações de extração (ou seja, manejo que não é focado na conservação), como mineração ou silvicultura, devem ter limites claramente separados e delimitados entre o uso extrativo e de conservação. Isso significa que a PPA não inclui o uso de terra incompatível dentro de seus limites. Por exemplo, a primeira PPA do Sistema Nacional de Áreas Protegidas do Uruguai (SNAP), Esteros e Algarrobales del Río Uruguay (EARU) Floresta de Alto Valor de Conservação, certificada pelo FSC, de propriedade e administrada pela empresa florestal UPMForestal Oriental. Somado ao sistema nacional em 2015, a paisagem protegida de 1.550 ha inclui estuários, alfarrobeiras (*Ceratonia siliqua*), florestas nativas e faz parte de um Sítio Ramsar maior.

Princípio 5.4: As PPAs estabelecidas como empresas/empreendimentos com fins lucrativos devem garantir que atinjam seus resultados de conservação específicos

Empresas com fins lucrativos podem fornecer um modelo financeiro sustentável para as PPAs, potencialmente garantindo sua longevidade. No caso do turismo sustentável baseado na natureza, por exemplo, existe uma ligação intrínseca e direta entre o lucro da empresa e a conservação, onde o lucro depende da conservação e a conservação geralmente depende dos lucros (ver Estudo de Caso 4 da Costa Rica).

No entanto, no turismo baseado na natureza, e mais ainda em usos da terra menos compatíveis, é essencial que a tensão que pode surgir entre a exigência de lucro de curto prazo e o resultado da conservação seja abordada. Da mesma forma, é importante amortecer os resultados de conservação de uma desaceleração da economia, ou de colapsos repentinos no mercado, o que reduz o elemento de lucro da PPA (por exemplo, grande desaceleração do turismo devido a fatores econômicos globais, questões de segurança, surtos de doenças, etc.).

Melhores Práticas 5.4.1: As PPAs construídas como empreendimentos com fins lucrativos devem desenvolver modelos financeiros resilientes para garantir resultados de conservação sustentáveis

Todas as PPAs devem construir modelos de negócios que incorporem os custos de gerenciamento de manutenção de seus resultados de conservação da natureza (ver Princípio 2.3); este é particularmente o caso de empreendimentos com fins lucrativos. O apoio direto por operações comerciais de atividades de conservação deve ser visto como uma estratégia de reinvestimento prudente. É útil decidir sobre uma proporção definida de renda ou lucro a ser reinvestido nas atividades de conservação. Isso ajuda a garantir um orçamento previsível para atividades básicas. Existem muitas opções para mecanismos de financiamento direto, incluindo taxas de conservação de leitos noturnos no caso do turismo. Por exemplo, os visitantes hospedados no Segera Retreat no Quênia, pagam uma taxa por noite e por pessoa dedicada a apoiar a conservação. Fatores externos podem afetar a rentabilidade das operações, ameaçando as atividades de conservação. É, portanto, uma boa estratégia e útil, ao longo do tempo, para diversificar as fontes de receita. No caso do turismo, pode ser útil pensar em desenvolver produtos turísticos que expandam os mercados. Onde a empresa tem como alvo os turistas internacionais e é altamente sazonal, o desenvolvimento de pacotes especiais para turistas locais na entressafra pode ajudar a reduzir os problemas de fluxo de caixa. Produtos não baseados em turismo, mas compatíveis, também podem ser considerados. Por exemplo, a Tahii⁹⁴ na Nova Zelândia desenvolveu uma marca única e sustentável de mel de Manuka como forma de fortalecer a viabilidade financeira de sua PPA. A construção de um fundo de reserva é uma boa prática e garante a continuidade da gestão de uma PPA se o principal fluxo de financiamento entrar em colapso (ver Quadro 5.4). Finalmente, a criação de um veículo sem fins lucrativos para aumentar o financiamento externo para atividades específicas ou para criar uma reserva também poderia ser considerado.



© Wolwedans, Reserva Natural NamibRand, Namíbia

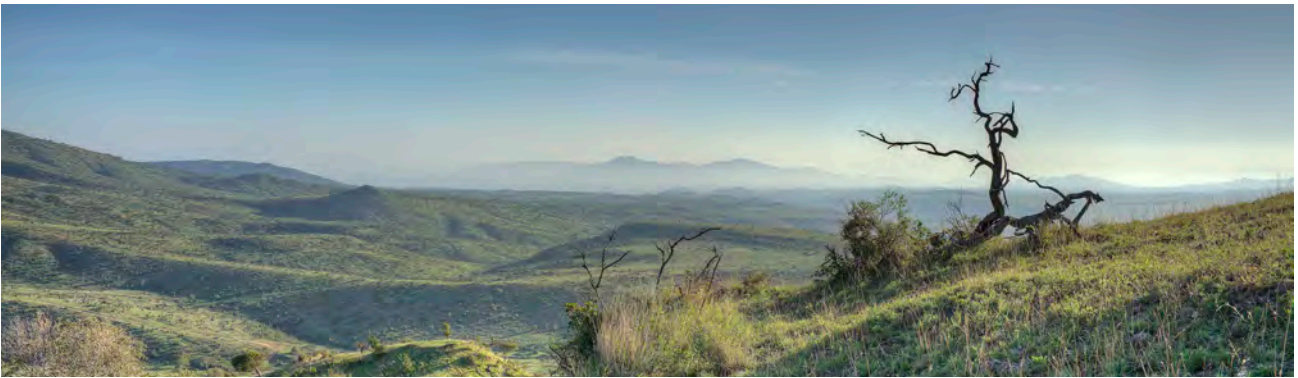
Quadro 5.4

Criando segurança financeira de longo prazo para o manejo do Borana Conservancy, Quênia

Borana⁹⁷ está localizado em Laikipia, Quênia. Faz parte de uma das maiores paisagens de rinoceronte negro no Quênia (veja também Estudo de Caso 6 para o Quênia). Borana criou uma entidade sem fins lucrativos com um claro propósito de conservação para gerir a PPA de 14.000 hectares. Turismo e uma empresa pecuária sustentável são os principais contribuintes para os custos de gestão. Recentemente, Borana estabeleceu uma fazenda de permacultura fornecendo produtos para as operações de turismo, expandindo a experiência do hóspede e criando oportunidades para a educação. Como uma entidade sem fins lucrativos, Borana busca fundos de doadores para ajudar a conservação de rinocerontes e apoiar programas de extensão para fornecer educação e cuidados de saúde, bem como desenvolvimentos de microempresas que

garantam o apoio contínuo da comunidade em geral. Para reduzir a vulnerabilidade das atividades de conservação a uma queda nos negócios de turismo, Borana também estabeleceu uma reserva financeira com a venda de ações na área de conservação. Os acionistas comprometem-se a subscrever os custos de gestão proporcionalmente à sua participação. Finalmente, o capital arrecadado através da participação acionária foi usado para estabelecer um fundo de doações para amortecer a conservação contra qualquer queda súbita nos retornos das empresas.

Autores: Delphine Malleret King, The Long Run e Michael Dyer, Borana



© Borana Conservancy, Kenya

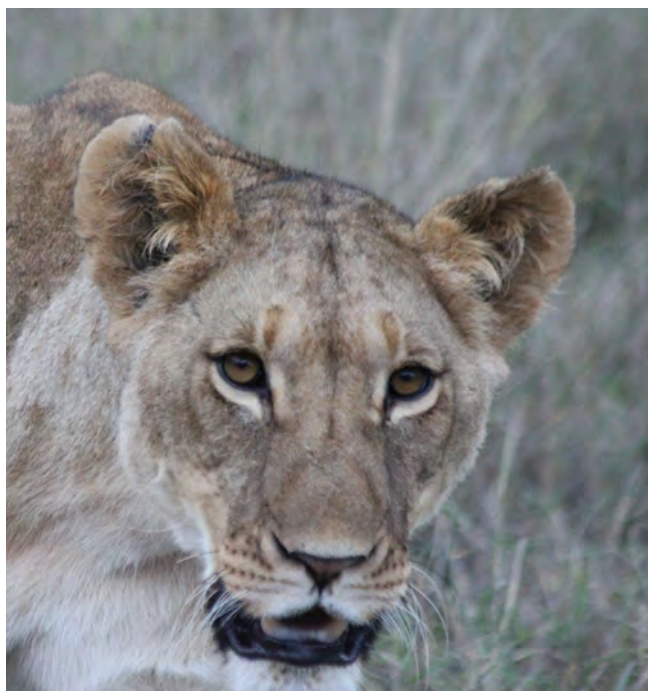
Melhores Práticas 5.4.2: Qualquer tensão inerente entre lucro e conservação deve ser abordada através de objetivos bem articulados

As operações da empresa não devem afetar negativamente as atividades de conservação e os valores de uma PPA, nem prejudicar quaisquer considerações sociais e econômicas (ver Estudo de Caso 4 da Costa Rica, e Estudo de Caso 6 do Quênia). Para garantir isso, é útil que as empresas tenham uma compreensão clara dos impactos de suas atividades

e de como mitigá-las. Também é importante ter objetivos de conservação bem articulados (ver Princípio 1.2), em consonância com a definição da PPA (ver Princípio 1.1), que apoiam elementos comerciais, mas não são ditados por eles. O turismo pode ter impactos ambientais negativos se não for bem administrado. Por exemplo, os visitantes podem afetar

o comportamento animal (por exemplo, padrões de caça aos predadores), degradar o habitat (por exemplo, atropelando a vegetação) e até mesmo afetar o próprio negócio. Para garantir que os objetivos de conservação sejam alcançados, é útil aplicar estruturas de gerenciamento baseadas em

padrões. Estes podem ser usados para estabelecer indicadores e padrões para o gerenciamento de visitantes e estabelecer limites de uso do visitante, se necessário. Essas ferramentas podem ajudar a identificar as vulnerabilidades do sistema e tomar precauções para minimizar os impactos nos habitats ou na vida silvestre (ver Quadro 3.4 em Leung et al., 2018). Por exemplo, os códigos de conduta para guiar podem incluir distância mínima para a observação da vida silvestre, número mínimo de carros de uma vez em uma área, manutenção dos trilhos e potencialmente o estabelecimento de zonas proibidas onde se localizam áreas de reprodução ou de desova. Em Mara Conservancies Quênia, formado por terras arrendadas de proprietários de comunidades e administradas por operadores de turismo, o número de leitões (ou seja, visitantes) é limitado. A regra geral é a cama de uma pessoa por 350 acres (pouco mais de 140 ha). Isso está integrado na regra de conservação para evitar ameaçar os objetivos de conservação por metas de lucro de curto prazo. Processos de certificação ou credenciamento, como o reconhecimento The Long RunGER® (ver Quadro 8.3), podem ajudar as empresas a garantir um ótimo equilíbrio entre os resultados de lucro, conservação e sociais.



Leão, Ol Pejeta Conservancy (c) Brent A. Mitchell

Melhores Práticas 5.4.3: Incentivar os vizinhos da PPA e outras partes interessadas a adotarem usos da terra compatíveis com a conservação, compartilhando conhecimento e lições aprendidas

O sucesso das PPAs baseadas em turismo, bem como o de outras PPAs, pode depender muito da natureza do uso das terras no entorno. Em muitos casos, a degradação ambiental, a fragmentação da terra e o uso insustentável podem afetar as populações e o habitat dos animais selvagens e, portanto, impactar o valor do turismo. Assegurar uma atitude colaborativa e disseminar informações e conhecimento sobre conservação como um uso da terra economicamente competitivo através do turismo poderia expandir a cobertura de áreas protegidas e melhorar o patrimônio natural da empresa (ver Estudo de Caso 6 do Quênia). Por exemplo, ao demonstrar o valor do turismo baseado na conservação como competitivo com a agricultura no Maasai Mara do Quênia, o *Cottars 1920 Camp*⁹⁹ apoiou o desenvolvimento da *Olderkesi Conservancy*¹⁰⁰ de 2.670 ha, que protege o movimento da vida silvestre, melhora a experiência do hóspede e fornece renda para a Comunidade Olderkesi. *Grootbos Private Reserve*,¹⁰¹ demonstrou o valor ambiental e econômico do sistema floral Fynbos da África do Sul e, assim, convenceu os vizinhos a converter suas terras de criação de gado em conservação. Os 121 hectares originais de terras para conservação em 1991 foram expandidos para 19.000 ha até 2015 e formalizados como *Walker Bay Fynbos Conservancy*.¹⁰² Por fim, as PPAs podem ajudar a aumentar a conscientização e compartilhar informações com o público.

Por exemplo, o Refúgio Ecológico Caiman¹⁰³ no Brasil apoiou a criação de uma ONG, a SOS Pantanal,¹⁰⁴ que tem sido fundamental na conscientização do público, da pesquisa e das partes interessadas do governo sobre o Pantanal e seus desafios. Isso resultou na criação de uma Carta Caiman para o Pantanal e no reconhecimento do Pantanal como um bioma crítico.

Princípio 5.5: Entidades religiosas podem contribuir para a conservação através do desenvolvimento de PPAs em suas próprias terras

As PPAs pertencentes a organizações religiosas/baseadas em fé podem incluir áreas ao redor de edifícios sagrados (por exemplo, templos, mosteiros), terras pertencentes e administradas por autoridades religiosas e locais naturais sagrados que possuem vínculos com a fé e podem ser objeto de peregrinação. Muitos locais naturais sagrados têm altos valores de conservação (Dudley et al., 2010) e terras religiosas também protegem importantes ecossistemas fragmentados. Essa relação entre as PPAs e a fé também cria um forte desincentivo para a venda dessas terras, que podem ser prioritárias para a conservação da natureza. As PPAs baseadas na fé são importantes porque alcançam pessoas que, de outra forma, poderiam estar completamente desconectadas do pensamento conservacionista.

Melhores Práticas 5.5.1: Incentivar grupos religiosos a integrar seus objetivos filosóficos mais amplos com a conservação local

A maioria dos principais grupos religiosos do mundo tem declarações que ligam explicitamente seus sistemas de crença aos objetivos de conservação, geralmente por meio de referências às escrituras (Palmer & Finlay, 2003). Muitas outras terras próprias que são arrendadas para conservação (ver Quadro 5.5) ou são ativamente gerenciadas pelo grupo religioso. No Brasil, por exemplo, o Instituto Soka Gakkai¹⁰⁵ mantém uma PPA pertencente a uma entidade budista voltada para ações de restauração e educação ambiental, incluindo a distribuição de mudas para mais de 87 mil pessoas em 35 comunidades da Amazônia brasileira.

Melhores Práticas 5.5.2: Apoie grupos religiosos por meio de parcerias e conselhos ativos

Muitos grupos religiosos podem ter um compromisso com a conservação, mas pouca experiência em gerenciamento prático. O apoio da comunidade conservacionista pode fortalecer os laços com a conservação por meio de mecanismos como o auxílio em comitês consultivos. O grupo A Rocha¹⁰⁶ trabalha com igrejas para desenvolver reservas naturais em igrejas e outras propriedades religiosas na Europa; esses lugares podem, por exemplo, manter espécimes extremamente antigos de teixo (*Taxus baccata*) que desapareceram do restante da paisagem. Da mesma forma, muitas igrejas no Reino Unido administram a totalidade ou parte de seus cemitérios como reservas naturais (por exemplo, em parceria com o Norfolk Wildlife Trust¹⁰⁷) e incentivam os paroquianos a se envolverem diretamente na gestão, monitoramento e outras atividades que geralmente trabalham com o 'Caring for God's Acre',¹⁰⁸ que orienta os administradores de cemitérios sobre a gestão do local para a conservação da natureza.

Quadro 5.5

Trabalhando com doações religiosas para estabelecer uma PPA: Jabal Moussa, Líbano

Com o rio Adonis, famoso por sua mitologia, em sua fronteira, a área montanhosa conhecida como Jabal Moussa no Monte Líbano foi descrita em 1861, pelo historiador francês Ernest Renan em sua “Missão de Phénicie”, como a mais “selvagem” e “mais notável” região no Líbano. Propriedade em grande parte do Patriarcado Maronita (Católica Romana) e de várias doações da Igreja, a área permaneceu protegida durante séculos, testemunhando uma relação simbiótica com aldeias vizinhas nas áreas de silvicultura, carvão vegetal e atividade pastoril e agrícola de pequena escala. No entanto, no final do século XX, a pressão da expansão da atividade de construção, abertura de estradas e várias atividades predatórias ilegais (corte de árvores, exploração de pedreiras, caça) começaram a ameaçar este santuário de animais e plantas rico em biodiversidade.

Em 2007, após uma tentativa de abrir uma estrada no coração da montanha, perto da famosa Estrada Romana e das inscrições da floresta do Imperador Adriano, um grupo de amantes da natureza locais e seus amigos urbanos formaram a ‘Associação para a Proteção de Jabal Moussa’ 109 (APJM) para conservar o patrimônio cultural e natural da área. No entanto, a legislação libanesa não reconhecia Reservas Naturais em terras privadas. A APJM negociou e financiou um contrato de arrendamento de 10 anos com as doações religiosas para alugar grandes áreas das montanhas. A APJM recorreu então a várias organizações e convenções internacionais para convencer o governo libanês da importância de o local se tornar uma Reserva da Biosfera da UNESCO em 2008, uma área global importante para aves (de acordo com os critérios da BirdLife International). Em 2009 tornou-se membro da

UICN e no mesmo ano foi reconhecida como uma Área Importante de Plantas e Área Chave para a Biodiversidade (Melhores Práticas 1.3.1).

Hoje, Jabal Moussa é um conhecido destino de ecoturismo local e regional que oferece diversos pacotes de caminhada guiados por jovens locais, pousadas operadas por moradores locais e uma série de produtos artesanais e alimentícios típicos feitos por mulheres locais em uma oficina/cozinha central financiada pela APJM. Esses produtos são vendidos nas entradas das reservas e, cada vez mais, em vários pontos de venda em todo o Líbano (as especialidades mais renomadas são o mel e o tomilho). De menos de mil visitantes no início, a reserva hospedou 22 mil ecoturistas em 2017. As atividades socioeconômicas também incluem apicultura e viveiros de árvores nativas, que contribuem para o esforço de conservação. Dez anos neste esforço estimulante, arqueólogos internacionais estão documentando importantes remanescentes que vão desde a Idade do Bronze da Cananéia (2500 anos antes de Cristo) até a Idade Média dos Mamelucos, os botânicos estão estudando um número crescente de espécies endêmicas e a APJM está negociando um contrato renovável de 50 anos nas propriedades da Igreja, ao mesmo tempo que fortalece seus laços com os habitantes locais para dar ao maior número possível uma participação na conservação de longo prazo. Esta PPA está se tornando cada vez mais uma área protegida para a natureza, cultura, habitantes e visitantes internacionais.

Autor: Pierre Doumet, Association for the Protection of Jabal Moussa



Alimentos e produtos artesanais, Jabal Moussa © Association for the Protection of Jabal Moussa



Guia local, Jabal Moussa © Association for the Protection of Jabal Moussa

Seção 6: Coordenação com os sistemas nacionais de áreas protegidas

Quem deve ler esta seção?

Esta seção é relevante tanto para aqueles que desenvolvem políticas/incentivos para PPAs (por exemplo, governos, ONGs, fundações privadas, etc.) quanto para proprietários de terra no processo de criação ou formalização de PPAs. O foco, como em todas as outras seções dessas diretrizes, é em áreas que são desenvolvidas e manejadas para atender à definição de uma PPA da UICN.

As PPAs devem ser reconhecidas por sua contribuição aos sistemas nacionais de áreas protegidas (Melhores Práticas 1.2.1), tanto por seu valor próprio quanto pelas diferenças e diversidade (para gestão, governança, atores e valores ecológicos) que elas trazem. Elas são uma contribuição vital e ainda subvalorizada para os esforços nacionais e globais de conservação, cuja contribuição precisa ser reconhecida e fortalecida.

Os governos e o setor de conservação estão demonstrando cada vez mais interesse em incorporar as PPAs aos sistemas nacionais de áreas protegidas, tanto para atingir as metas internacionais de conservação quanto para um planejamento de conservação mais abrangente em escala de paisagem. Para muitos países, o conceito de incorporar tipos de governança de áreas protegidas não estatais em sistemas nacionais de áreas protegidas é relativamente novo. No entanto, a experiência nas últimas duas décadas com áreas protegidas governadas por povos indígenas e locais mostrou a necessidade de incluir todos os tipos de governança. Em alguns casos, as PPAs terão sido estabelecidas independentemente do sistema nacional de áreas protegidas, em outros casos elas podem ser ativamente encorajadas por governos e ONGs a preencher lacunas importantes na cobertura da conservação (Melhores Práticas 1.2.1). A diversidade de proprietários de PPAs e de seus objetivos pode trazer desafios para a coordenação de um sistema nacional de áreas protegidas, mas essa diversidade também pode ser um ponto forte.

Uma pré-condição para a inclusão bem-sucedida de PPAs em sistemas nacionais de áreas protegidas é a confiança entre os órgãos nacionais de coordenação (geralmente o governo) e os proprietários/gestores das PPAs. Essa confiança deve se basear em um claro entendimento mútuo sobre o que é uma PPA (ver Seção 1), como ela é manejada (ver Seção 2), financiada (ver Seção 3) e assegurada para o futuro (ver Seção 4). Tanto os gestores nacionais do sistema de áreas protegidas quanto os proprietários da PPA devem entender os benefícios e obrigações de inclusão em sistemas nacionais de áreas protegidas.

Princípio 6.1: Benefícios de conservação quando as PPAs são coordenadas com outros tipos de áreas protegidas como parte de um sistema nacional de áreas protegidas

A coordenação de PPAs como parte dos sistemas nacionais de áreas protegidas pode criar uma série de benefícios de conservação para áreas protegidas do governo, PPAs e outros tipos de áreas protegidas. Esses benefícios poderiam ser na forma de melhor priorização para a expansão da rede de área protegida, melhor compreensão dos corredores ecológicos e uma gestão mais coordenada em toda a paisagem.

Melhores Práticas 6.1.1: A inclusão de PPAs nos sistemas nacionais só deve ocorrer com o consentimento dos proprietários de terras

O Congresso Mundial de Conservação da UICN aprovou uma resolução apoiando as PPAs (ver Quadro 1.5), que clame aos membros da UICN a “*incluir áreas protegidas que atendam aos requisitos dos Padrões de Áreas Protegidas da UICN ao relatar sobre a cobertura de áreas protegidas e outras informações relacionadas, inclusive Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas e para a CDB, em colaboração e acordo com os proprietários de tais áreas*” (UICN, 2016a). A inclusão de PPAs nos sistemas nacionais só deve ocorrer com o consentimento dos proprietários (ver Clements et al., 2018); por exemplo, através de um processo colaborativo desenvolvido para reportar PPAs como no Reino Unido (ver Estudo de Caso 12).

Melhores Práticas 6.1.2: A afiliação com os sistemas nacionais não deve impor obrigações legais ou administrativas

Nos casos em que as PPAs existentes estejam incluídas ou sejam afiliadas a sistemas nacionais após sua criação, é importante que isso não imponha inadvertidamente

obrigações legais ou administrativas adicionais aos proprietários de terras, além das condições já existentes da sua PPA.

Princípio 6.2: As PPAs podem complementar outros tipos de governança de áreas protegidas para desenvolver sistemas nacionais de áreas protegidas efetivos

As PPAs podem proporcionar múltiplos benefícios aos sistemas nacionais, aumentando não apenas a área total sob proteção, mas também a representação de tipos de habitat nos sistemas nacionais; melhorar a conectividade ou proteger outros tipos de áreas protegidas; e proteção dos serviços ecossistêmicos (Fitzsimons & Wescott, 2008a, b). As PPAs também podem ser o mecanismo mais lógico para proteger determinados ecossistemas ou espécies que ocorrem predominantemente ou apenas em terras privadas. Por exemplo, metade da população em risco do rinoceronte negro da África Central (*Diceros bicornis michaeli*) no Quênia está localizado em PPAs (Leménager et al., 2014 e veja o Estudo de Caso 6). No entanto, os sistemas nacionais devem reconhecer tanto as PPAs que têm valores naturais altamente priorizados quanto aquelas consideradas potencialmente menos valiosas. (ver Princípio 1.2).

Melhores Práticas 6.2.1: O reconhecimento das PPAs pelo governo é um importante primeiro passo para a incorporação de PPAs nos sistemas nacionais.

O reconhecimento pode ser em vários níveis, incluindo: PPAs individuais, grupos de PPAs da mesma organização (por exemplo, ONGs locais, nacionais ou regionais, grupos de pesquisa, negócios ou instituições religiosas) ou um mecanismo de PPA (por exemplo, convênio ou servidão) por uma autoridade de área protegida (por exemplo, um governo jurisdicional) (ver Princípio 1.3). Idealmente, a definição do que constitui uma PPA no nível jurisdicional relevante deve estar explicitamente indicada em um documento ou diretriz de política pública para assegurar a transparência, bem como deve estar alinhada com a definição da UICN de uma PPA (ver Seção A). O reconhecimento tem um elemento espacial; PPAs formalmente reconhecidas podem ser incorporadas nos mapas do sistema, com o consentimento do proprietário, e assim contribuir plenamente para o planejamento local, nacional e regional de conservação. Por exemplo, a *Estratégia para o Sistema Nacional de Reserva da Austrália 2009-2030* reconhece claramente a importância de diferentes tipos de governança de áreas protegidas para contribuir com os objetivos de um sistema de reserva abrangente, adequado e representativo na Austrália (NRMCC, 2009 e veja o Estudo de Caso 1 para Austrália). No Peru, os mapas oficiais da agência governamental SERNANP incluem todas as PPAs existentes, juntamente com as áreas protegidas nacionais e subnacionais.

Quadro 6.1

Fazendo conexões: o corredor Biológico do Nordeste de Belize

Recentemente, Belize assegurou um importante corredor de conectividade de habitat, um dos três identificados como críticos para a conservação da biodiversidade por meio do planejamento nacional. O Corredor Nordeste conecta uma área protegida do governo, a Reserva Florestal de Freshwater Creek, com duas PPAs: a Área de Conservação e Gerenciamento de Shipstern e a Reserva de Fireburn. Algumas das terras entre elas são de propriedade da Balam Jungle Estate, uma organização de manejo de madeira. Um fundo está sendo negociado pelos gestores de reservas de ONGs e pela empresa, com a aprovação do governo. A empresa está honrando um acordo anterior para separar uma parte de suas terras para conservação, e em troca espera garantir uma taxa favorável de tributação sobre suas terras. Do ponto de vista do Governo de Belize, a provisão de serviços ambientais para comunidades próximas e terras agrícolas, das florestas e zonas úmidas dentro do Corredor NE, foi um fator chave na designação do Corredor. Além do valor para a manutenção da segurança hídrica, a manutenção da conectividade florestal entre os principais nós florestais sustenta a sobrevivência em longo prazo de espécies extensas, como o queixada (*Tayassu pecari*) e a onça-pintada (*Panthera onca*). O Corredor NE de Belize permite a expansão do altamente bem-sucedido programa de reintrodução do macaco bugio preto de Yucatán (*Alouatta pigra*) e logo também do macaco-aranha Geoffroy (*Ateles geoffroyi*), ambos usando animais reabilitados resgatados do comércio ilegal de animais selvagens (Mitchell et al., 2017).

Autor: Paul Walker, Wildtracks Conservation e Wildlife Rehabilitation Centre, Belize



Bugio preto do Yucatán © E. Gissis/Wildtracks



Reserva Natural Kasaguadua, Colômbia © Sue Stolton

Melhores Práticas 6.2.2: O reconhecimento e o apoio de PPAs podem ocorrer em diferentes escalas (nacional, regional, local)

O suporte para as PPAs pode ser disponibilizado em diferentes níveis jurisdicionais. Por exemplo, na Austrália, embora o reconhecimento nacional possa ser importante para o inventário nesta escala, a legislação estadual pode ser exigida para proteger legalmente o local e as autoridades regionais podem fornecer incentivos financeiros. Na Argentina, não há lei de área protegida em nível nacional (embora uma tenha sido proposta); isso é retomado no nível subnacional. Das 23 províncias do país, 12 incluem PPAs em suas leis de áreas protegidas. A lei de Misiones, por exemplo, exige um compromisso de 20 anos e estabelece diretrizes para planos de manejo. Em outros países, pode haver diferentes jurisdições nacionais e subnacionais que sejam importantes para o reconhecimento da PPA. Muitas PPAs são reconhecidas pelo sistema nacional de áreas protegidas (SINAP) na Colômbia; no entanto, muitas áreas protegidas municipais não são. Mais de 80 municípios estabeleceram sistemas municipais (Sistema Municipal de Áreas Protegidas SIMAP¹¹⁰) ou locais (Sistema Local de Áreas Protegidas SILAP¹¹¹) de áreas protegidas. Na falta de diretrizes centrais, esses sistemas variam, mas as reservas privadas são um componente importante de muitos sistemas locais de conservação. O SIMAP e o SILAP têm o potencial de estabelecer ligações entre os planos municipais de zoneamento territorial (que designam áreas municipais de conservação e proteção ambiental), o planejamento estadual e sistemas subnacionais de áreas protegidas.

Melhores Práticas 6.2.3: O sistema nacional de áreas protegidas deve coordenar estratégias para incorporar as PPAs

Estratégias para incorporação de PPAs em sistemas nacionais de áreas protegidas podem ser conduzidas pelo governo, como é o caso na Austrália (ver Estudo de Caso 1) e na África do Sul (Estudo de Caso 10), setor privado/ ONG (ver Estudo de Caso 4 da Costa Rica), ou uma abordagem híbrida com iniciativa de ambos os lados (veja Reserva Natural Kasaguadua, Colômbia © Sue Stolton Estudo de Caso 12 do Reino Unido). Independentemente da abordagem, garantir a confiança mútua e benefícios duplos articulados de forma transparente provavelmente resultará em maior sucesso em longo prazo. O Brasil, a Colômbia e o Peru¹¹² estão entre os poucos países da América Latina que incluem as PPAs em seus sistemas oficiais de áreas protegidas. Na Colômbia, em alguns casos, a coordenação das PPAs com o sistema nacional de áreas protegidas (SINAP) está sendo feita por meio da Rede de Reservas Naturais da Sociedade Civil.¹¹³ Várias dessas ONGs estão baseadas localmente e também são os principais meios para a implementação de planos de manejo das reservas privadas.

Melhores Práticas 6.2.4: A coordenação de PPAs e sistemas nacionais traz uma série de benefícios para a conservação que devem ser promovidos a agências e gestores de todos os tipos de governança de áreas.

Os benefícios da integração com o sistema nacional incluem maior capacidade de atender às metas globais de

conservação e sua implementação local nas escalas nacional e regional (como representação, conectividade, serviços ecossistêmicos); definição mais eficiente de futuras áreas protegidas de vários tipos de governança, o que beneficia os proprietários de terra existentes, aumentando a viabilidade de seus ativos de conservação; o potencial de gestão coordenada de ameaças ou processos ecológicos que ocorrem em terras públicas e privadas; coordenação da conservação de espécies ameaçadas e, se necessário, a reintrodução; e aumento do público para áreas protegidas e sistemas nacionais através da incorporação de proprietários comprometidos. Em última análise, uma melhor compreensão da localização, ativos e direções dos respectivos tipos de governança leva a um planejamento de conservação mais bem informado.

Quadro 6.2

Colaboração entre tipos de governança de áreas protegidas para salvar o crocodilo do Orinoco na Colômbia

A conservação do crocodilo do Orinoco (*Crocodylus intermedius*) é um exemplo de coordenação entre as PPAs e o sistema nacional para beneficiar uma espécie em sério risco de extinção. A Fundação Palmarito¹¹⁴ é uma ONG colombiana que trabalha desde 2011 na conservação de uma das espécies mais ameaçadas do mundo. Estima-se que menos de 2.000 crocodilos sobrevivem em toda a área de distribuição da espécie, a região de Llanos que é compartilhada pela Colômbia e Venezuela. Desde 2008, Palmarito promoveu mais de 20 PPAs cobrindo cerca de 76.000 ha. Com um plano de conservação em escala de paisagem, a Fundação Palmarito reintroduziu 102 crocodilos criados em cativeiro em diferentes locais dentro de sua área de distribuição histórica, incluindo o Parque Nacional El Tuparro (41 crocodilos), PPA La Aurora (32) e o rio Cravo Norte (29), uma futura área pública protegida¹¹⁵ (Balaguera-Reina et al., 2017).

Autor: Rafael Antelo, Palmarito Foundation

Melhores Práticas 6.2.5: A incorporação oficial de PPAs como parte dos sistemas nacionais de áreas protegidas deve incluir reconhecimento e apoio

A inclusão de uma PPA em um sistema nacional pode variar desde o reconhecimento formal de sua contribuição para a conservação da biodiversidade até incentivos financeiros aprimorados para empreender proteção e gerenciamento (ver Seção 3). No entanto, é importante reconhecer que nem todos os proprietários de PPAs desejam que suas terras sejam “incorporadas” aos sistemas nacionais. Essa relutância pode derivar de uma preocupação de que os governos poderiam reportar as PPAs em vez de investir em novas áreas protegidas (governamentais) em outros lugares, o que é visto por alguns como uma maneira de os governos cumprirem suas obrigações internacionais, evitando

decisões difíceis (Fitzsimons & Wescott, 2007). É essencial que os coordenadores das redes nacionais comuniquem aos proprietários da PPA se suas propriedades serão contadas para as metas. Alguns proprietários de terras podem também querer que suas terras sejam reconhecidas, mas não incluídas em metas (ver Clements et al., 2018 e Seção 7).

Melhores práticas 6.2.7: Criar um sistema nacional de áreas protegidas que incorpore vários tipos de governança requer uma coordenação ativa e abrangente com todos os gestores de áreas protegidas

Alcançar um sistema nacional coordenado de áreas protegidas envolve mais do que simplesmente compilar uma lista. A construção da comunicação e discussão para alcançar um sistema coordenado pode incluir fóruns anuais, oficinas estratégicas e reuniões práticas para discutir questões comuns e resolver barreiras para uma melhor coordenação. Em alguns países, conferências nacionais para a conservação de terras privadas (por exemplo, Rally da *US Land Trust Alliance*; Conferência Nacional de Terras Privadas da Austrália; Conferência Nacional de RPPNs no Brasil) ajudam a identificar problemas comuns e fortalecer o setor de PPA. A conferência da *International Land Conservation Network* é um novo fórum global para o fortalecimento do setor. As comissões nacionais da UICN podem desempenhar um papel importante no desenvolvimento de boas ligações entre as PPAs e o governo (ver Estudo de Caso 12 para o Reino Unido). Em algumas ocasiões, uma abordagem mais formal da coordenação tem sido bem-sucedida. Por exemplo, no Quênia, um conselho formalmente constituído se reúne diversas vezes por ano com representantes de todos os tipos de governança de áreas protegidas para discutir questões.

Isso inclui reunir todas as unidades de conservação, dando-lhes uma contribuição direta para a formulação de políticas governamentais, por exemplo, no desenvolvimento de legislação para conservação.

Melhores Práticas 6.2.8: Os representantes da PPA devem ser incluídos quando as estratégias e planos nacionais das áreas protegidas estiverem sendo desenvolvidos

Para melhorar a efetividade dos planos de conservação de áreas protegidas ou de nível jurisdicional e sua implementação, as autoridades de governança da PPA devem ser envolvidas desde os estágios iniciais do processo de planejamento estratégico. Incluir redes de PPAs ou ONGs em comitês nacionais de áreas protegidas é uma maneira lógica de se fazer isso. Por exemplo, por meio de legislação, a Associação de Áreas Particulares Protegidas de Belize (BAPPA) tem um assento no Conselho Consultivo de Áreas Protegidas Nacionais.

Seção 7: Registrando áreas sob proteção privada

Quem deve ler esta seção?

Agências governamentais responsáveis por registros nacionais sobre áreas protegidas, bem como proprietários de terras. Ambos os grupos têm a opção de registrar as PPAs.

O registro nacional de áreas protegidas é um elemento chave dos acordos internacionais, permitindo que os países demonstrem progresso em direção às metas acordadas, como as da Convenção sobre Diversidade Biológica¹¹⁶ (CDB) e certas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 14 e 15¹¹⁷ (ver Estudo de Caso 10 a África do Sul). No nível global, essas metas são rastreadas usando indicadores derivados em grande parte do Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (WDPA), que compila dados de governos nacionais e outras fontes.

Quase todos os governos nacionais em todo o mundo relatam áreas protegidas ao WDPA (ver Quadro 7.1), mas atualmente apenas 28 governos relatam PPAs (UNEP-WCMC e IUCN, 2018). Alguns governos não reconhecem PPAs dentro de seu sistema nacional e alguns proprietários não desejam que suas PPAs sejam listadas (Boas Práticas 6.2.5 e 6.2.6). O registro no WDPA pode, no entanto, ser um caminho para um maior reconhecimento do papel das PPAs, destacando, assim, a posição de PPAs individuais como parte de uma comunidade global de iniciativas de conservação privadas e seu papel em sistemas de áreas protegidas. Ao se reportar ao WDPA, os proprietários de terras participam da produção de conhecimento que informa o planejamento internacional, a colaboração e a ambição. No nível nacional, o aumento da visibilidade das PPAs pode facilitar o desenvolvimento de redes de conservação mais coordenadas e estimular o aumento do apoio dos governos.

Princípio 7.1: As PPAs devem ser registradas no Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas

As PPAs representam uma oportunidade significativa para fortalecer a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos nacional e globalmente. Para que esses múltiplos benefícios perdurem, as PPAs precisam ser reconhecidas, apoiadas e incentivadas. Um aspecto importante é garantir que as PPAs sejam mapeadas e documentadas, permitindo que sua extensão e contribuições sejam compreendidas. As PPAs documentadas com precisão podem contribuir para exercícios de planejamento, tanto para iniciativas de conservação como para outros planejamentos de uso da terra. Por exemplo, o governo do México¹²⁰ fez um bom progresso no registro de áreas protegidas sob todos os tipos de governança da UICN para o WDPA.

Quadro 7.1

O Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas e o Banco de Dados Global sobre Eficácia na Gestão de Áreas Protegidas

Protected Planet¹¹⁸ é uma iniciativa gerenciada pelo UNEP-WCMC em colaboração com a UICN e a ONU Meio Ambiente. Inclui o WDPA e o Banco de Dados Global sobre Eficácia do Gerenciamento da Área Protegida (GD-PAME). O UNEP-WCMC tem o mandato, através da CDB, para coletar dados sobre as áreas protegidas de todos os países e detém o mais abrangente banco de dados global de áreas protegidas. Para ser incluída no WDPA, a PPA deve atender à definição da UICN de uma área protegida. Ao reportar uma área protegida ao WDPA, todos os provedores de dados devem fornecer:

- Limite espacial da área protegida em um formato SIG (por exemplo, *shapefile*).
- Informações descritivas no formato do esquema WDPA.
- Contrato de Contribuinte de Dados Assinado.
- Informações da fonte.

Detalhes sobre os itens acima estão disponíveis no Manual do WDPA¹¹⁹. As submissões para qualquer banco de dados, ou pedidos de informações adicionais, devem ser enviadas para protectedareas@unep-wcmc.org

Melhores Práticas 7.1.1: Governos, proprietários privados ou partes interessadas podem fornecer dados sobre PPAs ao WDPA e ao GD-PAMEE

O WDPA pode ser dividido entre os dados que foram fornecidos e/ou verificados por governos ('Verificado pelo Estado') e os dados que foram fornecidos por provedores de dados não governamentais e verificados por especialistas não governamentais ('Verificado por Especialistas') (Melhores práticas 7.1.5). Portanto, as PPAs podem ser relatadas ao WDPA e ao GD-PAMEE por governos, proprietários de terras ou terceiros (por exemplo, ONGs ou redes interessadas) (Bingham et al., 2017, Estudo de Caso 2 do Brasil, Estudo de Caso 12 do Reino Unido e Melhores Práticas 5.1.1). As PPAs



A Chumbe Island Coral Park Limited negociou com sucesso com o governo semiautônomo de Zanzibar, na Tanzânia, para que a ilha fosse indicada e registrada como Área Marinha Protegida (ver Quadro 1.7) © Chumbe Island Coral Park

atualmente não reconhecidas pelos governos ainda podem ser informadas ao WDPA, embora permaneçam facilmente distinguíveis daqueles que são. Os usuários do WDPA podem, portanto, selecionar facilmente informações sobre áreas protegidas reconhecidas pelo governo ou outras áreas protegidas verificadas, dependendo de suas necessidades (Bingham et al., 2017).

Melhores Práticas 7.1.2: Os governos devem relatar as PPAs somente com a concordância dos proprietários privados

Os governos são encorajados a informar sobre todas as áreas em seus países que atendam à definição da UICN de uma área protegida, incluindo as PPAs. Ao relatar as PPAs, é importante que os governos o façam somente com o acordo das partes interessadas relevantes (por exemplo, o indivíduo ou organização responsável pela PPA) (Melhores Práticas 6.1.1, Melhores Práticas 6.2.6 e Estudo de Caso 1 da Austrália). Ao firmar acordos que envolvam compartilhamento de dados (por exemplo, convênios de conservação), é importante que os proprietários tenham plena consciência de como os dados serão usados e concordem com isso. Os governos devem revisar os dados sobre as PPAs previamente relatados ao WDPA e buscar o acordo dos proprietários de terras que ainda não consentiram que suas informações sejam compartilhadas. Se os proprietários de terras não concordarem, os governos devem solicitar ao UNEP-WCMC que remova os dados relevantes do WDPA. O engajamento com redes nacionais existentes ou em desenvolvimento de proprietários de terras privadas pode ser uma maneira eficiente de facilitar as discussões sobre a notificação ao WDPA (ver Seção 8) (Clements et al., 2018).

Melhores Práticas 7.1.3: Os dados da PPA devem ser padronizados pela entidade que relata

Na maioria dos casos, os governos se reportam ao UNEP-WCMC através de um único ponto focal. Em situações em que um ponto focal do governo é encarregado de coletar dados de várias jurisdições, essas jurisdições devem relatar as PPAs de maneira padronizada. A realização de testes com provedores de dados específicos pode ajudar a desenvolver sistemas eficazes para facilitar isso (ver Estudo de Caso 12 do Reino Unido). Isso significa que todas as jurisdições devem ter um entendimento compartilhado da definição de uma PPA e processos consistentes para garantir o consentimento do proprietário antes de compartilhar dados (consulte a Seção 6). Isso também é verdade na minoria dos casos em que o reporte ao UNEP-WCMC é realizado por mais de um ponto focal. Por exemplo, o *Collaborative Australian Protected Area Database (CAPAD)*,¹²¹ através do qual o governo australiano se reporta ao WDPA, é coletado em grande parte a partir de bancos de dados mantidos por governos estaduais e territoriais. Sob a Estratégia para o Sistema Nacional de Reserva da Austrália 2009-2030 (*Commonwealth of Australia*, 2010), todos os governos subnacionais do país concordaram com um padrão comum para áreas protegidas, incluindo o alinhamento com a definição de uma área protegida da UICN, ajudando a estabelecer um padrão compartilhado para reportar ao CAPAD. Os governos que coletam dados dessa maneira devem assegurar que as diretrizes sobre registro de PPAs sejam incorporadas aos seus conselhos fornecidos a autoridades governamentais subnacionais e outras ONGs parceiras.

Melhores Práticas 7.1.4: Se o governo não for capaz ou não quiser relatar sobre PPAs, outra autoridade competente deve ser designada para fazê-lo

Nos casos em que o governo nacional não tem capacidade para reportar as PPAs (por exemplo, onde não existe uma base de dados centralizada sobre áreas protegidas), é aconselhável que o governo nomeie outra autoridade competente para reportar ao WDPA e ao GD-PAME (veja o Estudo de Caso 12 do Reino Unido). Os dados comunicados através dessas autoridades são considerados "Verificados pelo Estado" se a autoridade tiver sido oficialmente nomeada por escrito pelo governo. No caso das PPAs, as redes nacionais de proprietários privados ou grandes ONGs proprietárias de terras podem desempenhar um papel importante no relato em nome do governo. Por exemplo, nas Bahamas foi nomeado o Fundo Nacional das Bahamas, uma ONG, como provedor nacional de dados para o WDPA. Os dados fornecidos pelo Fundo Nacional das Bahamas são rotulados como "Verificados pelo Estado" no banco de dados.

Melhores Práticas 7.1.5: Os proprietários de PPAs devem considerar se devem reportar de forma direta, através do governo nacional ou por meio de terceiros, e estar cientes das opções para a verificação de dados

Os provedores de dados não governamentais podem optar por se reportar diretamente ao UNEP-WCMC, ou através de seu governo nacional. Se optarem por reportar diretamente, o UNEP-WCMC providenciará que seus dados sejam verificados pelo governo nacional ou por especialistas não governamentais relevantes. O provedor de dados é aquele que decide qual caminho de verificação é tomado. Existem vantagens para ambas as opções e os proprietários devem considerar cuidadosamente qual opção é a mais adequada para suas PPAs. A verificação de especialistas pode ser mais apropriada nos casos em que a PPA não é reconhecida pelo governo nacional, mas a verificação do estado pode atuar como um trampolim para um maior apoio nacional às PPAs. Embora os proprietários de terras possam desejar relatar individualmente, eles também poderiam considerar a notificação por meio de um terceiro não governamental. Por exemplo, as redes nacionais de proprietários podem desempenhar um papel no cadastro eficiente de conjuntos de dados maiores (consulte a Seção 8). O agrupamento de dados em escala nacional por redes organizadas e o subsequente cadastro no WDPA podem revelar-se eficazes para gerar o reconhecimento de PPAs de outras partes interessadas. Essas redes podem ser particularmente eficazes quando incluem indivíduos que têm capacidade e habilidades para apoiar outros a relatar (por exemplo, habilidades SIG). As redes também podem estar melhor posicionadas do que os indivíduos para levantar fundos para revisões e mapeamentos sistemáticos e para obter apoio externo quando necessário.

Melhores Práticas 7.1.6: Provedores de dados de terceiros devem relatar PPAs apenas com o acordo de proprietários privados

Tal como acontece com os provedores de dados do governo, os provedores de dados não governamentais devem garantir o consentimento de todos os proprietários de terras relevantes antes de fornecer dados. Em particular, os proprietários devem considerar se a localização e os limites de sua PPA são sensíveis (por exemplo, devido à presença de recursos valiosos) antes de decidir contribuir para o WDPA (Melhores práticas 7.1.7). Organizações que consideram revisões de PPAs em escala nacional podem achar informativo o projeto *Putting Nature on the Map*, que mapeou as PPAs no Reino Unido (ver Estudo de Caso 12). O projeto envolveu colaboradores do Comitê Nacional da UICN, do Reino Unido, do Governo do Reino Unido e ONGs proprietárias de terra, facilitando o acordo entre múltiplos interessados sobre a extensão das PPAs no país (Crofts et al., 2014; Bingham et al., 2017).

Melhores práticas 7.1.7: Os provedores de dados devem se familiarizar com as opções disponíveis para restringir dados confidenciais

Restrições podem ser aplicadas nos casos em que os dados são considerados confidenciais pelo provedor de dados. Esta pode ser uma opção útil para as PPAs em que espécies particularmente vulneráveis ou recursos naturais estão sendo gerenciados. Os dados são úteis mesmo quando restrições são aplicadas porque podem ser usadas pelo UNEP-WCMC para informar estatísticas nacionais e globais sem serem mais compartilhadas. Dois níveis de restrição estão disponíveis:

1. Os dados estão disponíveis para todos os usuários e para todos os usos, exceto para uso por ou em nome de uma entidade comercial.
2. Os dados são disponibilizados apenas para UNEPWCMC, ONU Meio Ambiente e UICN, e não são compartilhados de outra forma.

Melhores práticas 7.1.8: Os provedores de dados devem se familiarizar com os princípios do processo de verificação de dados

As informações de provedores de dados não governamentais podem passar por um processo de verificação de estado ou de especialista. Esta é a escolha do provedor de dados. A verificação do estado é realizada pelos pontos focais do WDPA dentro das agências do governo. Para a verificação de especialistas de PPAs, o WDPA conta com o apoio voluntário de membros da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN (WCPA). Nesses casos, os membros da WCPA são solicitados a receber assistência com base em seus conhecimentos sobre PPAs e conhecimento do país ou região em questão. O objetivo principal do processo de verificação é confirmar que as áreas em questão atendem à definição de uma PPA e, portanto, são elegíveis para inclusão no WDPA. Os verificadores estaduais e especialistas são encorajados a se envolver com outros especialistas locais e partes interessadas para garantir que compreendam totalmente o contexto local.

A partir de 2018, o UNEP-WCMC implementou uma política de fornecimento de dados resumidos aos governos anualmente. Este resumo incluirá detalhes do número e da extensão de áreas protegidas verificadas por especialistas em seu país.

Seção 8: O papel das redes de áreas sob proteção privada

Quem deve ler esta seção?

Proprietários e detentores de terra que estão mantendo, ou que pretendem manter, sua própria PPA; organizadores/gestores de redes; e representantes de ONGs que apoiam estratégias de conservação biológica.

As redes de PPAs são geralmente alianças de proprietários e profissionais, às vezes incluindo o apoio a organizações privadas e ONGs. As redes têm um papel importante na criação de uma voz para as PPAs. Elas variam muito em escopo, escala e força. As associações de land trusts e as coalizões de proprietários de terras de conservação, por exemplo, representam um fenômeno de conservação de terras amplamente difundido e institucionalizado em muitos países. The Land Trust Alliance¹²², baseada nos EUA, está em operação desde 1982 e representa mais de 1.000 *land trusts* de todo o país. Uma rede similar está sendo desenvolvida na Europa.¹²³ A Aliança Australiana de Conservação da Terra¹²⁴ expandiu-se recentemente de ONGs primordialmente voltadas aos convênios de conservação para uma gama mais ampla de *land trusts* e ONGs interessadas na conservação de terras privadas. Muitos países também possuem redes nacionais de PPAs, como na Costa Rica, Chile, Argentina e Brasil. Em alguns casos, estão sendo desenvolvidas redes baseadas mais localmente (por exemplo, baseadas em estado ou região), que são reunidas em fóruns nacionais. Por exemplo, na Amazônia Peruana (ver Estudo de Caso 8), as várias redes regionais são reunidas na Conferência Amazônica de Conservação Privada e Comunitária ('Amazônia que Late') e está sendo desenvolvida uma Rede de Conservação Voluntária da Amazônia.

As redes de PPA são geralmente projetadas para fortalecer as capacidades dos membros em uma série de questões, incluindo financiamento, gestão e proteção legal da terra (Ruseva et al., 2016). Em alguns países, as redes também têm um papel no registro de PPAs (ver Seções 6 e 7). Na maioria dos casos, as redes organizam reuniões para compartilhar experiências e desafios, e têm sido cruciais para capacitar os proprietários, desenvolver suas capacidades e garantir melhores condições junto ao governo. O papel das redes pode contribuir para o sucesso das PPAs, aumentando as mensagens e os resultados, bem como facilitando o diálogo entre proprietários de terras e governos. As redes de PPAs também podem abranger outras redes envolvendo múltiplos tipos de posses especificamente configuradas para realizar conectividade paisagística (por exemplo, Crosthwaite et al., 2013).



Bosque Pehuen, Chile © Juan Pablo Miranda

Princípio 8.1: Redes podem ser mecanismos eficientes para representar os interesses e preocupações dos proprietários

Funcionalmente equivalente a uma associação industrial, as redes de PPAs podem criar uma plataforma para expressar as necessidades das PPAs e fazer advocacy coletivamente para reduzir as barreiras e criar incentivos para estabelecer e gerenciar as PPAs.

Melhores práticas 8.1.1: As redes nacionais e regionais de PPAs devem desempenhar um papel na representação, comunicação e defesa dos interesses dos proprietários em público e no particular

As redes de PPAs podem criar mensagens e conteúdos transparentes e consistentes com base em estratégias de comunicação e defesa coletivamente desenvolvidas (Melhores práticas 2.6.1). Os pontos fortes dos membros individuais podem ser maximizados, por exemplo, selecionando porta-vozes que tenham fortes habilidades de comunicação. Eles também devem gerar publicidade positiva para seu comprometimento com a gestão da PPA. No Peru, um bom exemplo é Karina Pinasco, proprietária de uma PPA em San Martin e também detentora de uma concessão de conservação, através de sua ONG “Amazônicos por la Amazonia”¹²⁵. Durante anos, Karina foi líder em representação e voz de centenas de proprietários de terras em sua região, alcançando a mídia e o governo, bem como doadores e investidores (Melhores práticas 1.3.2).

Melhores práticas 8.1.2: As redes podem ser defensores eficazes para aumentar o apoio às PPAs

Incentivos fiscais e econômicos geralmente vêm de decisões governamentais ou legislativas (ver Seção 3). As redes de PPAs podem gerar apoio público para a conservação da biodiversidade e serviços ambientais. As redes atuam como facilitadoras, ajudando a obter apoio para pedidos de financiamento a governos, ONGs, agências doadoras bilaterais, etc. Em São Paulo, o trabalho de advocacy da rede de proprietários de PPAs¹²⁶ foi um fator decisivo na criação dos programas de Pagamento por Serviços Ambientais e Plano de Proteção e muitas outras estruturas de suporte para proprietários de PPAs. Esses programas funcionam como um incentivo aos proprietários de terra para criar PPAs, outro incentivo é a isenção do imposto sobre a propriedade da terra, que o governo federal cobra dos imóveis rurais. O mesmo programa permite a possibilidade de os proprietários da PPA acessar um Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e ter prioridade para empréstimos para créditos agrícolas (Monteferri & Coll, 2009).

Quadro 8.1

Land Trust Alliance, USA

Fundada em 1982, a *Land Trust Alliance* (LTA) é a maior e mais antiga rede de organizações de PPA do mundo.¹²⁷ A LTA é uma organização nacional de conservação da terra que representa mais de 1.000 land trusts de membros apoiados por mais de cinco milhões de membros em todo o país. A rede fornece materiais educativos, promulga normas e convoca praticantes (o *Land Trust Rally* atrai 1.800 pessoas por ano). É importante ressaltar que o LTA defende o financiamento para a conservação e defende incentivos fiscais para as PPAs. Também fornece credenciamento¹²⁸ por meio de um programa separado (ver Quadro 8.2) e realiza um censo a cada cinco anos, fornecendo um retrato do crescimento

Autor: Brent A. Mitchell, QLF

Princípio 8.2: Redes podem proporcionar estruturas de apoio para proprietários de PPAs

As redes podem se beneficiar de economias de escala, desenvolvendo capacidade de assistência técnica e legal que a maioria dos membros não poderia pagar por conta própria (Princípio 2.5). O fornecimento de tais serviços ajuda a garantir a consistência ao longo do sistema efetivo das PPAs em um país e incentiva os proprietários de terra a criar PPAs. Por exemplo, através do apoio a proprietários individuais, a Rede Argentina de Reservas Naturais Privadas¹²⁹ aumentou o número de PPAs na província de Misiones em mais de 30% em três anos.

Melhores Práticas 8.2.1: As redes de PPAs ajudam a centralizar uma gama de serviços técnicos e jurídicos para os membros, através de equipe dedicada, experiência externa e/ou apoio de parceiros

Esses serviços podem incluir:

- Treinar e assessorar os proprietários de PPAs em questões administrativas, jurídicas e técnicas (ver Estudo de Caso 8 para o Peru).
- Reduzir o ônus da burocracia sobre os proprietários/gestores da PPA (tanto para as PPAs existentes quanto para aquelas que estão sendo implantadas), fornecendo conselhos sobre organizações que podem ajudar e dando aos proprietários acesso ao financiamento, ajudando a preencher formulários etc.
- Fornecer salvaguardas quando surgirem problemas, por exemplo, defesa legal, assistência, alcance da mídia.
- Facilitar o cadastro de PPAs individuais com órgãos públicos (ver Seção 7), através do desenvolvimento de formatos padronizados (Melhores Práticas 8.3.1) e capacitação.
- Preparar a orientação e a revisão pelos membros dos planos de manejo, estratégico e de trabalho anual, incluindo monitoramento, avaliações da efetividade do manejo (ver Princípio 2.4) e auditoras da rede.
- As redes podem ajudar os proprietários de terras com questões práticas, como a prevenção e o combate de incêndios, o controle de espécies invasoras, etc. Pode ser uma vantagem ter acesso a “especialistas” para apoio tanto aos proprietários quanto às organizações/instituições.
- Elaborar para as PPAs manuais e diretrizes sobre atividades como planos de negócios, fundos patrimoniais, ecoturismo, esquemas de Pagamento por Serviços Ambientais, marketing e produtos sustentáveis.
- Facilitar a orientação, o apoio e a troca de informações entre pares (ver o Estudo de Caso 2 do Brasil e o Estudo de Caso 8 do Peru).
- Desenvolver projetos conjuntos entre várias PPAs ou redes de PPAs (ver Estudo de Caso 6 do Quênia e Estudo de Caso 8 do Peru).

O envolvimento em redes de PPAs, ou terras de conservação de forma mais ampla, pode ter uma série de benefícios positivos para o apoio social e gerencial. Por exemplo, em

redes de reserva multi-propriedades no sudeste da Austrália, mais da metade (55%) dos gestores de terras públicas e privadas em contato estavam em correspondência regular com outros gerentes dentro de suas redes, um pouco menos da metade (48%) dos gestores indicaram que haviam alterado seus regimes de gestão como resultado da participação em sua rede, e 54% dos gestores sugeriram que as decisões gerenciais em sua área foram influenciadas pelas ações de outras áreas dentro de sua rede (Fitzsimons Wescott, 2007).

Princípio 8.3: Redes podem ter um papel no monitoramento e verificação de PPAs

Redes podem ajudar a identificar, verificar e monitorar os objetivos de conservação das PPAs (Princípio 2.4).

Melhores Práticas 8.3.1: Onde as normas sobre PPA são exigidas pelo governo, as redes podem ajudar a estabelecer e certificar a conformidade

As redes podem ajudar a desenvolver formatos para identificar valores de conservação (Melhores Práticas 1.1.3), bem como protocolos de monitoramento e avaliação (Melhores Práticas 2.4.1) que podem ser seguidos por proprietários ou especialistas em redes (ver Quadro 8.1). Por exemplo, na Colômbia,¹³⁰ é uma prática comum para as redes apoiar o monitoramento e resumir os dados de verificação das PPAs.

Quadro 8.2 Credenciamento de *Land Trusts*

Antecipando a regulamentação por parte do governo, a *Land Trust Alliance* estabeleceu um programa de certificação voluntária nos Estados Unidos e uma comissão para administrá-lo. A Comissão¹³¹ desenvolveu normas específicas e um sistema de documentação rigoroso para que os grupos recebam Credenciamento de *Land Trusts*. O sistema de credenciamento é baseado em 65 indicadores organizados em quatro temas: governança, finanças, transações e gestão. A Comissão funciona como um programa independente da *Land Trust Alliance*. Em fevereiro de 2018, havia 398 fundos de terras credenciados em 46 estados e territórios dos EUA.

Autor: Brent A. Mitchell, QLF

Princípio 8.4: Redes podem ter um papel importante na promoção de produtos das PPAs

As PPAs individuais estão frequentemente ligadas a práticas de pequenas empresas para produtos e serviços sustentáveis. As redes podem facilitar a comercialização desses produtos e a conexão de PPAs a fornecedores e mercados.

Melhores Práticas 8.4.1: As redes podem centralizar a promoção de produtos e serviços de PPAs individuais, bem como fornecer orientação para o desenvolvimento de produtos e serviços

Produtos e serviços de marketing podem criar espaços para mostrar produtos e resultados de PPAs (ver Quadro 8.3), mas também podem criar competição entre os membros se os processos não forem claros. Produtos artesanais sendo vendidos na PPA Paraíso Natural Iwirati, em Loreto, Peru © Conservamos por Naturaleza / SPDA Quando o sucesso é alcançado, as lições aprendidas devem ser registradas e acompanhadas de orientações claras sobre como esse sucesso pode ser replicado. As redes podem desenvolver marcas centralizadas ou sistemas de certificação de produtos. No entanto, antes de desenvolver marcas ou certificados individuais, as redes devem promover e apoiar os sistemas e padrões de certificação nacionais ou internacionais existentes. Para o turismo, os padrões devem basear-se em critérios internacionalmente reconhecidos, como os Critérios de Destino¹³² do *Global Sustainable Tourism Council*. No Peru (veja o Estudo de Caso 8), a rede de PPAs publicou um guia sobre os serviços de turismo fornecidos pelos membros. A Rede Argentina de Reservas Naturais Privadas (RARNAP) desenvolveu um panfleto com PPAs que oferecem oportunidades de ecoturismo, promovido pela RARNAP nas redes sociais todo feriado. As redes podem apenas promover as PPAs com base nas informações fornecidas pelos proprietários, por isso é importante que os membros estejam engajados e participem de atividades conjuntas quando possível e apropriado.

Princípio 8.5: Redes de PPAs devem alinhar suas estruturas e governança à sua missão e objetivo

O desenho e a governança da rede devem ser proporcionais e adequados para alcançar os objetivos esperados, considerando, por exemplo, o número de membros, o escopo geográfico e a complexidade das tarefas.



Produtos artesanais sendo vendidos na PPA Paraíso Natural Iwirati, em Loreto, Peru © Conservamos por Naturaleza / SPDA

Quadro 8.3

The Long Run: apoiando PPAs voltadas para o turismo

*The Long Run*¹³⁷ é uma das poucas redes globais de empresas de turismo que apoia plenamente as PPAs. É uma ONG sediada no Reino Unido que reúne proprietários/gestores de PPAs de turismo baseados na natureza, comprometidos em usar o negócio como veículo para a conservação e o empoderamento social. O objetivo do *The Long Run* é “conservar ecossistemas globalmente para serem usados de forma sustentável para o desenvolvimento econômico usando uma abordagem holística”, abrangendo os 4Cs de Conservação, Comunidade, Cultura e Comércio.

A organização foi criada para apoiar e inspirar as PPAs de turismo a expandir continuamente seus impactos sociais e de conservação. *The Long Run* conecta seus membros para facilitar o aprendizado entre pares, o compartilhamento de experiências e a inovação e fornece assistência técnica no local e remotamente. Reunindo as pessoas, facilitando o planejamento estratégico, documentando e disseminando o conhecimento, o *The Long Run* ajuda a polinização cruzada, acelera o aprendizado e fornece o apoio moral de uma comunidade com a mesma opinião. Também fortalece a voz coletiva das PPAs voltadas para o turismo e mostra as melhores práticas disseminando informações

para inspirar outros a seguir. Para avaliar o desempenho de seus membros, o *The Long Run* desenvolveu um padrão Global Ecosphere Retreats® (GER), reconhecendo a necessidade de adotar uma abordagem equilibrada em torno dos 4Cs para as PPAs voltadas para o turismo, a fim de impulsionar mudanças positivas. O padrão fornece uma referência, bem como uma estrutura estratégica para integrar considerações sociais e de biodiversidade em todos os aspectos das operações de negócios e para adotar modelos financeiros resilientes que sustentam os resultados de conservação de PPAs em longo prazo. Os membros comprometem-se a cumprir os requisitos padrão, apoiados pelo *The Long Run*, no prazo de cinco anos após a adesão à rede. Uma vez atingido o padrão, os membros são reconhecidos como centros de excelência das PPAs voltadas para o turismo. Os membros do *The Long Run* pretendem proteger mais de 8 milhões de hectares da natureza e impactar positivamente a vida de dois milhões de pessoas até 2020 (World Tourism Organization, 2016).

Autor: Delphine Malleret-King, The Long Run



Vista aérea Ilha Chumbe, Zanzibar, Tanzânia © Ilha Chumbe

Melhores Práticas 8.5.1: Desenvolver uma declaração de propósitos e objetivos e definir a geografia para estabelecer a rede (ou seja, local, regional, nacional)

Embora os propósitos e objetivos possam mudar, a qualquer momento, a rede deve ter certeza de seus parâmetros. As redes podem ser estabelecidas nos níveis internacional, continental, nacional, subnacional e local. Por exemplo, redes continentais como a Rede Latino-Americana de Reservas Voluntárias trabalham principalmente com uma abordagem regional, enquanto muitos países da rede possuem redes nacionais e até mesmo redes de PPAs locais, que são a base das atividades cotidianas. Todos eles são funcionais, mas é importante ter um escopo e propósitos claros de cada tipo. As redes locais geralmente reúnem proprietários com problemas e metas comuns, por isso é mais fácil definir os objetivos, a governança e a gestão da rede e planejar e realizar atividades. Recentemente, formou-se uma rede internacional, a Rede Internacional de Conservação da Terra¹³³ Com base na *US Land Trust Alliance*, ela busca capacitar uma comunidade global para a conservação da terra e opera como um projeto do *Lincoln Institute of Land Policy*.¹³⁴

Melhores Práticas 8.5.2: Institucionalizar a rede para que não seja dependente de um indivíduo

Quem estabelece a rede é importante. Liderança e direção organizacional, no entanto, podem mudar com o tempo. É uma boa prática confiar nos membros da rede, e não em pessoas de fora, e rotacionar papéis entre eles; então a liderança é compartilhada e distribuída. Uma fórmula usada na Colômbia encoraja os proprietários a envolver seus filhos em seus próprios espaços de coordenação em um programa para as PPAs denominados “herederos de la naturaleza” (herdeiros da natureza).

Melhores Práticas 8.5.3: As redes podem começar informalmente, mas podem ser mais robustas se elas progredirem para organizações formais

Revisar os objetivos e a finalidade é importante à medida que a rede evolui, pois as redes geralmente respondem a necessidades específicas à medida que surgem. Um plano estratégico e planos de trabalho anuais são altamente recomendados; eles ajudam a construir uma visão, definem prioridades e estabelecem atividades de acordo com um orçamento. Embora as redes informais possam ser eficazes em curto prazo, é mais provável que as redes formalizadas persistam ao longo do tempo e de forma mais inclusiva (ver Estudo de Caso 9 de Samoa).

As opções variam, dependendo se a rede é uma organização lucrativa ou sem fins lucrativos; muitos começam com um simples acordo de boa vontade, sob um Memorando de Entendimento (MdE) ou similar. À medida que a rede avança, eles frequentemente desenvolvem alguma forma de entidade legal (por exemplo, Fundação, ONG, etc.). Existem diferentes modelos para o estabelecimento de redes:

governo registrado, definido privativamente sob o status legal de código civil, definido privativamente sob o MdE, etc. Este status legal é independente do sucesso de uma rede. Cada um deles provou ser válido e bem-sucedido quando os objetivos são claros e a governança é definida.

Melhores Práticas 8.5.4: As redes devem definir os direitos, deveres e responsabilidades dos associados

As redes devem definir claramente como a associação funciona em conjunto. Por exemplo, o propósito da Associação de Paisagem da Grande Sossusvlei Namib,¹³⁵ que abrange um milhão de hectares na Namíbia, é promover e melhorar a colaboração e cooperação entre seus membros e, quando relevante e acordado, harmonizar seu planejamento, gerenciamento e desenvolvimento na escala de paisagem. Isto é conseguido através de uma visão compartilhada, objetivos e princípios contidos em uma Constituição assinada e em um Plano de Cogestão e Desenvolvimento. As redes às vezes distinguem diferentes categorias de membros, incluindo não proprietários e outras partes interessadas, como ONGs, que podem ter direitos e responsabilidades diferentes. É muito importante manter um diretório de membros e a associação deve, idealmente, estar disponível publicamente.

Melhores Práticas 8.5.5: As redes devem ser, idealmente, organizações independentes para reduzir a influência indevida e preservar a objetividade

As redes precisam ser percebidas como uma iniciativa dos proprietários de terras; assim, as partes interessadas não se confundem com os interesses que as redes representam quando surgem problemas ou oportunidades. No entanto, as organizações existentes podem desempenhar funções importantes de incubação para redes. Por exemplo, o *Lincoln Institute of Land Policy*¹³⁶ desempenhou esse papel para a Land Trust Alliance nos Estados Unidos e, atualmente, para a *International Land Conservation Network*. O apoio de tais organizações será, na maioria dos casos, temporário.

Princípio 8.6: As redes de PPAs, como qualquer organização, devem sempre encontrar formas de sustentar suas atividades

As redes precisam de um orçamento para operar. É crucial deixar claro aos membros desde o início quais são suas obrigações financeiras e ser transparente quanto ao uso de fontes externas.

Melhores Práticas 8.6.1: As redes podem estabelecer programas de geração de renda, embora em alguns países estas devam ser estabelecidas como entidades separadas com fins lucrativos

Algumas redes de PPAs estabelecem uma empresa para vender produtos das PPAs voltadas para o turismo ou atividades sustentáveis (Melhores Práticas 3.6.1). Em outros casos, os membros podem pagar taxas, embora raramente sejam suficientes para cobrir os custos de funcionamento da rede.

Quadro 8.4**Reserva Natural NamibRand, Namíbia: uma associação de proprietários**

A Reserva Natural NamibRand,¹³⁸ no sudoeste da Namíbia, é composta por 17 fazendas de criação de animais que foram anteriormente exploradas e que foram reabilitadas em uma área de conservação contígua. A Reserva agora cobre mais de 200.000 ha e visa administrar o ecossistema Pro-Namib criticamente importante para a conservação melhorada da paisagem e da biodiversidade. A terra é de propriedade de 10 indivíduos ou empresas diferentes que mantêm seus títulos de propriedade individuais, mas assinaram estatutos e prometeram suas propriedades a uma única associação de conservação sem fins lucrativos. Os proprietários de terras são diretores desta Associação para garantir que a governança geral e a equipe sejam designadas para implementar os planos de manejo de conservação e a administração diária da reserva. A reserva é financeiramente autossuficiente e todas as

despesas operacionais e de capital são cobertas pelas taxas do parque pagas pelos hóspedes que visitam os estabelecimentos turísticos na reserva. O zoneamento do uso da terra, como a designação de áreas selvagens e outras limitações, como uma regra declarando que pode não haver mais de 25 leitos por local, garantem ainda mais a sustentabilidade ambiental. A Reserva Natural NamibRand é vista pelo governo como um parceiro ambiental importante, uma vez que a área forma uma zona tampão para o vizinho Parque Nacional Namib-Naukluft (Odendaal & Shaw, 2010).

Autor: Nils Odendaal, NamibRand Nature Reserve



© Wolwedans, Reserva Natural NamibRand, Namíbia

Olhando para o futuro:

Oportunidades para identificar o potencial das PPAs



Ao nível global, a atenção à governança de áreas protegidas é um fenômeno relativamente recente. Até cerca de duas décadas atrás, era amplamente assumido que as áreas protegidas são de responsabilidade dos governos. Esse pensamento persiste em muitas partes do mundo, apesar do fato de os primeiros terrenos privados serem tão antigos quanto os primeiros parques nacionais. A administração privada de recursos naturais é muito mais antiga. Mas à medida que a valorização dos diferentes tipos de áreas protegidas cresce e aumenta o reconhecimento dos benefícios de tal diversidade, o potencial para o sucesso na conservação da biodiversidade também se expande.

Necessidade de uma diversidade de governança

A diversidade biológica sustenta o funcionamento do ecossistema e a prestação de serviços ecossistêmicos essenciais para o bem-estar humano (CBD, 2010). A *diversidade de governança* em áreas protegidas sustenta nossos sistemas de conservação *in situ* da biodiversidade. Áreas protegidas de diferentes tipos têm diferentes pontos fortes e desafios que influenciam sua efetividade na conservação de longo prazo da natureza. Por exemplo, geralmente as áreas protegidas do governo não são suscetíveis a mudanças na propriedade, enquanto as PPAs podem ser. Por outro lado, sendo privadas, as PPAs podem ser menos vulneráveis a mudanças políticas do que os seus homólogos do governo. Assim, uma diversidade de tipos de governança confere resiliência a qualquer sistema de área protegida (Leménager et al., 2014).

As PPAs também contribuem para uma boa cidadania. Como uma ação privada e voluntária, o estabelecimento e gerenciamento de uma PPA é uma forma de os indivíduos participarem da conservação. Isso é verdade quer a pessoa atue como proprietário individual ou familiar, como membro de uma ONG, diretor, executivo ou mesmo funcionário de uma empresa com um PPA. De vastas áreas selvagens a minúsculos terrenos particulares abrigando espécies ameaçadas, as PPAs fornecem um caminho para o envolvimento direto de pessoas de várias esferas da vida.

Meios privados para benefícios públicos

A UICN adotou o termo “áreas sob proteção privada” (em inglês *privately protected areas*) para ajudar a expressar a realidade de que as PPAs têm muitos benefícios públicos, apesar de serem estabelecidas e gerenciadas por entidades privadas. Esses benefícios incluem: conservação da biodiversidade *in situ*; conservação, restauração e conectividade de habitats; funções do ecossistema, como

o abastecimento de água; conservação do patrimônio geológico; servir para pesquisas; práticas religiosas; realização pessoal e, frequentemente, acesso público.



Plantio de árvores em Món Sant Benet © Fundació Catalunya La Pedrera

As PPAs geralmente oferecem benefícios públicos a um custo menor do que os órgãos públicos que gerem áreas protegidas. Administrados por meios privados, as PPAs reduzem os custos públicos de compra e gestão de terras e de água pelos governos e, conseqüentemente, pelos contribuintes. Os países podem maximizar esses benefícios incentivando e apoiando as PPAs.

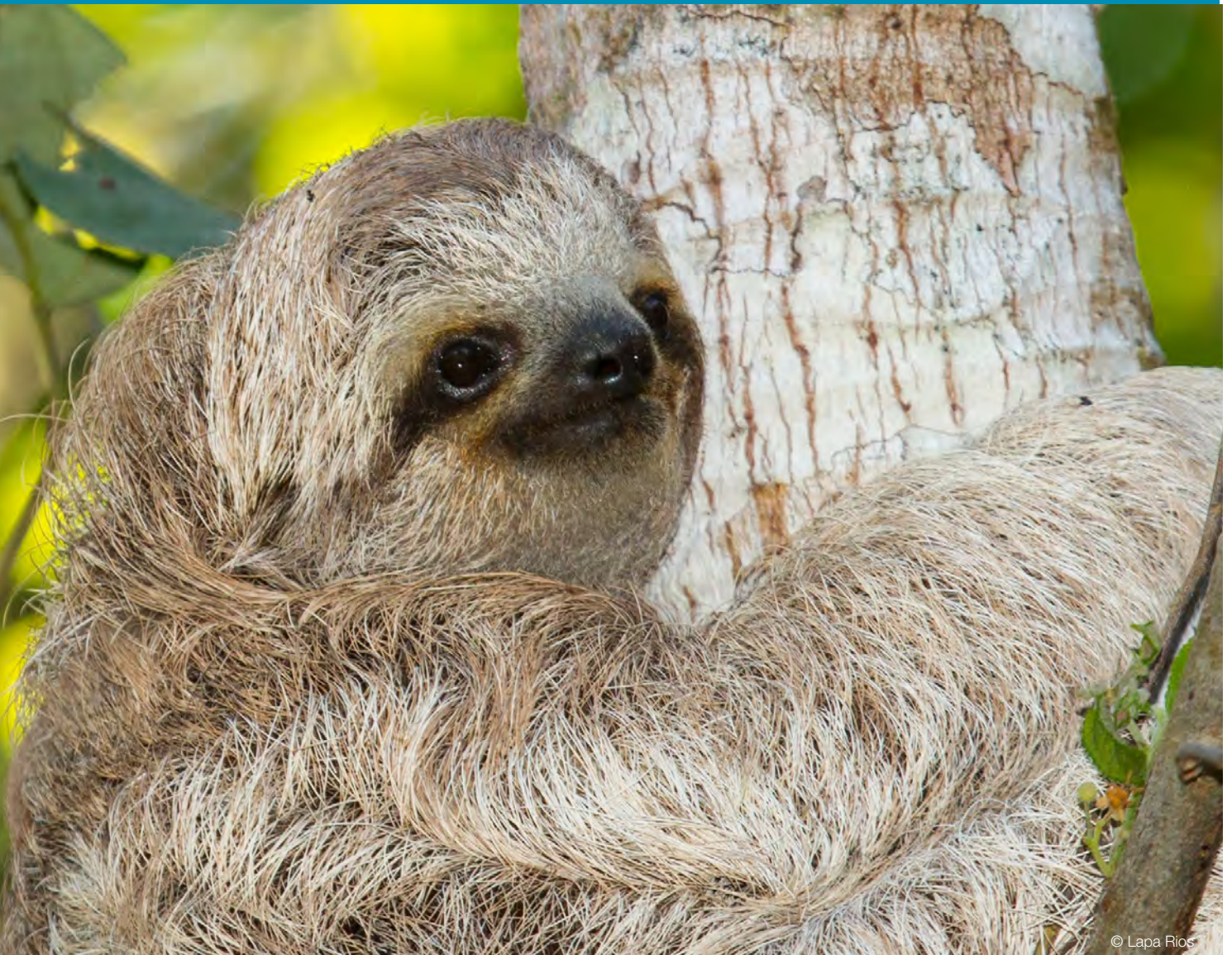
Os futuros das PPAs

Como em todas as áreas protegidas, ainda existem muitos desafios para garantir que as PPAs cumpram suas promessas e o ideal estabelecido pela UICN em suas diretrizes para áreas protegidas (Dudley, 2008). O relatório O Futuro das Áreas sob proteção privada da WCPA UICN destacou esses desafios e incluiu oito recomendações abrangentes para desenvolver ainda mais as PPAs, incluindo a produção dessas diretrizes (Stolton et al., 2014). Ainda temos muito a aprender sobre a propriedade da PPA globalmente, tanto o que funciona como o que não funciona. E da mesma forma que precisamos que as PPAs sejam melhor registradas, também precisamos de sistemas para identificar onde as áreas estão falhando (Mascia & Pailler, 2011).

À medida que as sociedades enfrentam as maiores crises ambientais do nosso tempo, como as mudanças climáticas e o colapso da biodiversidade, as PPAs, juntamente com outros tipos de áreas protegidas e conservadas, oferecem soluções naturais duradouras (Lopoukhine et al., 2012).

Estudos de Caso

D



Esta seção final apresenta 12 estudos de caso ao redor do mundo. Cada um foi escolhido para ilustrar uma gama das melhores práticas apresentadas neste documento. O foco principal para cada um foi ilustrado na Tabela 1 e é reiterado no parágrafo de abertura de cada estudo. Encorajamos todos os interessados em PPAs a lerem todos os estudos de caso, pois juntos representam a diversidade das PPAs globais.

Estudo de Caso 1 O Sistema Nacional de Reservas da Austrália de áreas protegidas públicas, privadas e indígenas

James A. Fitzsimons, The Nature Conservancy e Deakin University

A extensão à qual as PPAs estão integradas em redes nacionais de áreas protegidas varia em todo o mundo e até mesmo dentro dos países. A Austrália é um exemplo onde as PPAs são reconhecidas como importantes para o sistema nacional (ver Parte B, Seção 6), onde o encorajamento ativo para a inclusão ocorreu, mas onde ainda é necessário considerar mais fortemente a variedade de tipos de PPAs.

Visão Geral

A Austrália é uma nação com responsabilidade pelo manejo em seu território, incluindo as áreas protegidas públicas e remanescentes dos seus 6 territórios estaduais e 2 continentais. Até meados da década de 1990, cada estado criou suas próprias áreas protegidas, principalmente públicas, com pouca coordenação nestes processos. Ao ratificar a Convenção sobre Diversidade Biológica, o governo nacional australiano e os estados concordaram em trabalhar juntos para criar um Sistema de Reserva Nacional baseado na ciência usando os princípios de abrangência, adequação e representatividade (AAR). Isso procurou garantir que amostras representativas de ecossistemas em cada uma das mais de 80 biorregiões da Austrália fossem reservadas em áreas protegidas.

No entanto, foi reconhecido que isso não poderia ser alcançado apenas com o aumento do patrimônio público da área protegida e que o incentivo à incorporação de arranjos de proteção em terras privadas e indígenas melhoraria o sistema. Além do reconhecimento na política (por exemplo, JANIS, 1997; NRMMC, 2005, 2009), o governo australiano financiou dois programas, o Programa para o Sistema Nacional de Reservas (NRSP), que forneceu até dois terços do preço de compra para aquisições estratégicas de terras privadas por ONGs e governos estaduais e o Programa de Áreas Protegidas Indígenas para facilitar a incorporação dessas posses no sistema de reserva. Para as aquisições de terras no âmbito do Programa do Sistema da Reserva Nacional, um critério fundamental para o financiamento foi que as áreas melhorassem a representação do sistema de reservas (com foco em regiões biogeográficas e ecossistemas sub-representados).



Um gambá comum (*Trichosurus vulpecula*) em uma caixa ninho no convênio de conservação de Creighton Hills

Incorporando PPAs no Sistema Nacional de Reservas

De 1996 a 2013, o NRSP do governo australiano ofereceu até dois terços do preço de compra para terras privadas que foram adquiridas por governos estaduais ou *land trusts*/ grupos comunitários para novas áreas protegidas públicas ou PPAs, respectivamente. O acordo de financiamento entre o governo australiano e o comprador de terras declara expressamente que a terra é comprada para inclusão no Sistema de Reserva Nacional (NRS) (Fitzsimons, 2006). O terço restante do preço de compra precisava ser obtido em outro lugar, e para *land trusts* isso era principalmente de fontes filantrópicas, que eram frequentemente estimuladas pelo potencial inerente a esse modelo (Humann, 2012). Os terrenos privados comprados através do NRSP exigiam que os contratos vinculassem o título dessas áreas e fossem transferidos para futuros proprietários em perpetuidade, ou cumprir o prazo mínimo de 99 anos para qualificação (NRMMC, 2005; Fitzsimons, 2006).



Cerimônia de defumação; parte do repatriamento de artefatos de Budjiti para a Reserva de Estação Naree de Bush Heritage na Austrália, Nova Gales do Sul, abril de 2018 © Sarah Eccles

A incorporação de PPAs na NRS da Austrália resultou em um aumento na representação de biorregiões e ecossistemas (Taylor et al., 2014). As *land trusts* foram encorajadas a discutir antecipadamente possíveis compras com o governo australiano de antemão para garantir que a propriedade pudesse se qualificar para financiamento antes que um pedido fosse feito.

No estado da Tasmânia, o governo australiano também forneceu AU\$ 30 milhões (cerca de US\$ 22 milhões) para uma abordagem direcionada para assinar convênios de conservação em terras privadas, voltando a enfocar os ecossistemas sub-representados. Aos proprietários de terras foi oferecido um pagamento antecipado e assistência administrativa para conservar a floresta em suas propriedades, com um claro entendimento (Melhores Práticas 7.1.2) de que eles estavam contribuindo formalmente para o NRS (Gilligan & Syneca Consulting Pty Ltd, 2007).

Desafios

A maioria dos convênios de conservação não foi estabelecida com o propósito explícito de contribuir ou incorporar-se ao Sistema da Reserva Nacional, nem a maioria dos proprietários de terras expressamente permitiu que suas propriedades fossem incluídas. No entanto, alguns estados australianos incluíram todos os seus convênios de conservação no Banco de Dados Colaborativo de Áreas Protegidas da Austrália (Fitzsimons, 2015), que é de fato uma representação do NRS, sem ter solicitado explicitamente sua permissão para inclusão no NRS (Melhores Práticas 7.1.2). Para cumprir a resolução da UICN sobre os proprietários de PPAs que dão permissão para inclusão em bancos de dados nacionais e internacionais, esta situação necessita ser solucionada.

Resumo

- Uma forte orientação científica e política ajudou a orientar as prioridades para a futura expansão de áreas protegidas, incluindo as PPAs estabelecidas através do NRSP (Melhores Práticas 1.2.1).
- Um orçamento de aquisição de terras mantido ao longo de vários anos permitiu a confiança no processo de aquisição de terras, que muitas vezes se estendeu por vários anos de negociação (Princípio 1.4 e Melhores Práticas 1.2.1).
- As novas PPAs potenciais só seriam financiados se atendessem as metas nacionais de aumento dos níveis de reserva para biorregiões ou ecossistemas sub-representados (Melhores Práticas 1.2.1).
- A maioria dos convênios de conservação, estabelecidos por meio de programas de convênios, enquanto qualificados como PPAs, não foi explicitamente estabelecida para incorporação ao sistema nacional de áreas protegidas. Mais esforços são necessários para que os proprietários sejam formalmente considerados parte desta rede. (Melhores Práticas 6.1.1 e 6.2.7).



Um coala (*Phascolarctos cinereus*) no convênio de conservação de Creighton Hills © James Fitzsimons

Estudo de caso 2 As Reservas Particulares do Patrimônio Natural do Brasil: iniciativa privada como política pública

Renata Bomfim, RPPN Eluz, **Beto Mesquita**, consultor independente, **Flávio Ojidos**, Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN) e **Maria Cristina Weyland Viera**, Associação de RPPNs e Outras Reservas em Minas Gerais

No Brasil, as PPA's são reconhecidas por lei em perpetuidade; uma vez declaradas, elas não podem ser rescindidas pelo proprietário ou pelo governo (Melhores Práticas 4.1.1). A proteção permanente é o principal benefício para o proprietário. O sistema também é apoiado por uma rede forte e crescente que fornece suporte técnico e de relacionamento entre os seus pares (Princípio 8.2).

Visão Geral

O Brasil possui um sistema bem estabelecido e em crescimento para as chamadas Reservas Particulares do Patrimônio Natural, ou RPPNs (Pellin; Lima Ranieri, 2016). As RPPNs são protegidas perpetuamente e criadas por iniciativa dos proprietários de terras (De Vasconcellos Pegas & Castley, 2015). As atividades permitidas nessas áreas incluem pesquisa científica, turismo, recreação e educação, desde que tais atividades não sejam incompatíveis com a proteção dos recursos na área. A RPPN surgiu em 1990 e foi incorporada ao sistema nacional de áreas protegidas por lei federal desde 2000. Isso é significativo porque fornece proteção permanente; o uso da terra não pode ser alterado, nem mesmo pelo governo, exceto em casos excepcionais. A terra permanece sendo uma propriedade privada. Ela pode ser vendida ou transferida, mas o certificado da área protegida é transferido para um novo proprietário.

Preenchendo as lacunas em uma rede de áreas protegidas

Existem cerca de 1.500 PPA's no Brasil, totalizando 772.000 ha. Esta não é uma área grande em comparação com mais de 76 milhões de hectares de áreas protegidas federais, mas as RPPNs estão frequentemente bem posicionadas para proteger áreas de alta biodiversidade. Uma RPPN também pode ser melhor gerida do que as áreas protegidas públicas. Em média, há apenas um gestor por cada 45.000 ha de área protegida federal. Assumindo um mínimo de um gestor por RPPN, a média é de um por 550 ha. Estas são apenas médias de um país de grande extensão, mas essa métrica fornece algum senso de escala. Uma avaliação recente da efetividade da gestão no estado de Mato Grosso do Sul constatou que as RPPNs são de fato mais bem gerenciadas do que suas contrapartes do governo, embora ambas precisem de melhorias (Pellin & Lima Ranieri, 2016). As RPPNs podem ser certificadas por qualquer nível de governo, federal, estadual ou municipal, mas não recebem muitos incentivos financeiros do governo que as reconhecem. Um dos incentivos é a redução do imposto



Andorinha-do-mato-de-neve-coroada (*Sterna trudeaui*) na RPPN Costão do Santinho

sobre a propriedade, mas, ao contrário dos EUA (veja o Estudo de Caso 11), isso não é um fator determinante, exceto no bioma Pantanal, onde estão as maiores RPPNs. Os proprietários de RPPNs apoiam uns aos outros através de uma rede nacional, incluindo conselhos sobre como alcançar a sustentabilidade financeira. Por exemplo, nos estados de São Paulo e Paraná, as associações de proprietários de RPPN defenderam com sucesso a criação de um sistema de Pagamento por Serviços Ambientais. Diversas lideranças da rede estão trabalhando em um guia sobre esse assunto e as habilidades de gestão dentro da rede estão crescendo. Do ponto de vista do sistema nacional, existe um projeto de lei tramitando no poder legislativo que pretende trazer mais benefícios e incentivos às RPPNs.

As RPPNs não estão distribuídas uniformemente pelo país. Existem relativamente poucas dessas PPA's no Pantanal, mas em média elas são bem grandes. Em contraste, embora agora existam PPA's em todos os estados brasileiros, de longe o maior número de RPPNs individuais está no bioma da Mata Atlântica. Mas, em média, elas são muito menores em tamanho.

As RPPNs chamaram a atenção internacional por meio da reintrodução do mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*) por programas de reprodução em cativeiro em zoológicos ao redor do mundo. As RPPNs fornecem habitats para a conservação *in situ*. A Mata Atlântica é um hotspot de biodiversidade, onde vivem dois terços da população do país. Assim, apenas cerca de 16% da floresta original permanece e mais de 80% é de propriedade privada. Portanto, é difícil criar novas áreas protegidas públicas. Este é um excelente exemplo de como as PPA's podem lidar com a fragmentação de habitats e fornecer conectividade em áreas onde outras abordagens são menos eficazes.



Jaguar (*Panthera onca*) © Project Oncafari

Resumo

- As RPPNs são protegidas em perpetuidade; seu status como áreas protegidas não pode ser alterado, nem mesmo pelo governo (exceto em casos de desenvolvimento de utilidade pública onde nenhuma outra alternativa local esteja disponível) (Melhores Práticas 4.1.1).
- As RPPNs desempenham um papel desproporcionalmente grande na conservação, uma vez que frequentemente existem em biomas que estão sub-representados em áreas protegidas públicas e/ou fornecem conectividade em mosaicos de áreas protegidas de diferentes tipos de governança (Princípio 6.2).
- As redes de RPPNs nos níveis estadual e federal estão comprometidas em fornecer apoio técnico e de pares aos proprietários individuais (Melhores Práticas 8.2.1).
- A rede nacional mantém um banco de dados e as RPPNs são consideradas parte do sistema nacional de áreas protegidas. Atualmente, existe uma força-tarefa nacional para aumentar o cadastro de RPPNs no Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (Melhores Práticas 7.1.1).

Estudo de Caso 3 As reservas de *Land Trust* da China

Jin Tong, The Nature Conservancy, Programa China

Tradicionalmente, na China, todas as terras pertencem ao “povo” e não há terra “privada”, como tal. Desde 2008, uma série de políticas sobre a reforma da posse da floresta, defendendo a separação da propriedade da terra dos direitos de gestão contratados, abriu as portas para que indivíduos e organizações privadas mantivessem os direitos de gestão sem mudar a propriedade da terra. Entretanto, tem havido um pedido de diversificação dos canais de financiamento para a conservação para incluir o investimento de capital social. O rápido crescimento da economia chinesa e a crescente filantropia nacional também possibilitam que cidadãos particulares apoiem a conservação financeiramente. Estes últimos levaram ao nascimento de um novo modelo de conservação privado na China durante a última década, trazendo financiamento privado e manejo para os sistemas de áreas protegidas no país. Este novo modelo é adaptado das ‘land trusts’ clássicos americanos, portanto denominado “Land Trust Reserve”. O estudo de caso fornece um exemplo de estabelecimento de uma PPA (ver Parte B, Seção 1) em um país onde até recentemente as PPA não eram consideradas viáveis.

Visão Geral

Atualmente, mais de 15% das terras da China foram designadas como áreas protegidas, dentro das quais 2.750 reservas naturais têm o nível mais alto de proteção legal. No entanto, ainda existem muitas lacunas de conservação no sistema existente de áreas protegidas no país, enquanto a maioria das reservas locais e provinciais do sistema é essencialmente “parque de papel”, com muita falta de fundos, pessoal de fiscalização e manejo, e enfrentando conflitos frequentes com o desenvolvimento econômico local. Por exemplo, quase metade (46%) do habitat do panda gigante (*Ailuropoda melanoleuca*) ainda não foi coberto por reservas naturais existentes. Laohegou foi uma dessas lacunas de conservação. Localizada no condado de Pingwu, província de Sichuan, Laohegou é um corredor chave para os pandas e conecta duas reservas de pandas nacionais existentes. Abrange cerca de 11.000 ha de florestas antigas, incluindo uma fazenda florestal estatal e floresta coletiva ao redor e tem uma população estimada de 10 pandas. A exploração madeireira comercial foi proibida por causa do programa de proteção natural das florestas, mas apenas atividades limitadas de conservação, como a prevenção de incêndios, foram realizadas e a extração insustentável de recursos naturais por aldeões vizinhos incluiu a caça, pesca e coleta de produtos florestais não madeireiros. Em 2011, o Programa China da The Nature Conservancy (TNC) iniciou uma colaboração com o governo local para explorar o estabelecimento da primeira *Land Trust* Reserve do país, seguindo o modelo das *land trusts* dos EUA. A TNC China desenvolveu uma nova entidade, a Fundação de Conservação da Natureza de Sichuan (SNCF) (que mais tarde foi rebatizada como a Fundação Paraíso¹³⁹), com o



Reserva Natural Laohegou @ TNC

apoio de 22 importantes empresários chineses. Um ano mais tarde, a SNCF assinou o primeiro contrato de arrendamento de conservação da nação, permitindo-lhe administrar uma parcela florestal de 11.000 ha nos próximos 50 anos (Melhores Práticas 1.4.2). Para consolidar ainda mais suas salvaguardas legais para proteção, Laohegou foi oficialmente declarada como uma reserva natural em nível de condado em setembro de 2013, com a SNCF como seu financiador e detentor de direitos de gestão sob supervisão do governo local (Melhores Práticas 1.1.1). A SNCF investiu cerca de USD 3,3 milhões para o estabelecimento de reservas nos primeiros três anos e um custo operacional anual de cerca de USD 500.000 depois (Stolton et al., 2014). Para administrar a reserva, a SNCF patrocinou a criação de uma ONG local, o Centro de Conservação da Natureza Laohegou (LNCC), que contratou ex-funcionários de fazendas florestais e residentes nas proximidades para a gestão do dia-a-dia e recebeu apoio técnico da TNC China (Best Practice 2.5.1). Liderado pela TNC China e por um grupo de cientistas das principais instituições de pesquisa, Laohegou realizou pesquisas completas de linha de base e, em seguida, desenvolveu seu plano de manejo usando a estrutura de Padrões Abertos (Melhores Práticas 2.5.4). A estrita gestão de entrada e saída, para evitar distúrbios humanos, bem como um sistema de patrulha e policiamento abrangendo toda a extensão, trabalhando em estreita colaboração com a Polícia Florestal para detectar e lidar com atividades ilegais, são regularmente realizados dentro da reserva. Um sistema de monitoramento ecológico relativamente simples, porém confiável, que utiliza armadilhas fotográficas foi implementado desde o segundo semestre de 2014 para ajudar a avaliar a efetividade da conservação (Melhores Práticas 2.4.1). Além da conservação, Laohegou também está testando mecanismos para aumentar a renda nas comunidades próximas (Melhores Práticas 2.3.2), bem como para financiar a gestão da reserva de forma sustentável (Melhores Práticas



Apicultura na Reserva Natural Laohegou © Nick Hall

3.2.1). Uma área de expansão foi criada para incluir as comunidades próximas e um plano mestre está em vigor para orientar o desenvolvimento favorável ao meio ambiente nessa área. A SNCF ajudou a criar um sistema para vincular os produtos agrícolas ecológicos da comunidade a mercados externos de alta qualidade a preços mais altos do que antes. As receitas das vendas aumentam a renda da comunidade e reduzem a pressão dos moradores locais que querem caçar e estabelecer pastagens dentro da reserva. Em 2015, a SNCF financiou uma empresa social para produzir e vender hidromel, usando o mel da apicultura na reserva, e o lucro deste negócio contribuirá para financiar as operações da reserva.

Mudanças muito positivas ocorreram desde o estabelecimento da *Land Trust Reserve* de Laohegou. Equipado com financiamento adequado, pessoal qualificado e um sólido plano de gestão, a PPA eliminou quase todas as atividades humanas destrutivas, e hoje a população de pandas aumentou para 13, segundo o último censo populacional nacional, e peixes endêmicos voltaram aos rios. Entretanto, mais de um terço das famílias dentro da área de expansão conseguiram duplicar o seu rendimento através de uma agricultura ecológica. O modelo de *land trusts* tem sido amplamente reconhecido por diferentes agências governamentais, organizações conservacionistas e empresas, e demonstrou que esse modelo poderia ser um complemento eficaz ao atual sistema de áreas protegidas liderado pelo governo.

Além de Laohegou, a TNC China e seus parceiros também estão explorando outros modelos para demonstrar a flexibilidade dessa abordagem, como organizações da sociedade civil que assumem responsabilidades de gestão completas ou parciais de uma reserva mal administrada existente. *“Estamos testando esse modelo de terras como forma de expandir a capacidade da sociedade de proteger e manejar de forma sustentável as terras e águas mais importantes da China, fornecendo soluções de meios de subsistência para as comunidades locais e criando um mecanismo para financiar a gestão de reservas de longo*

prazo através de contribuições privadas. Acreditamos que este novo modelo pode se tornar um complemento importante para o atual sistema de áreas protegidas da China”, disse o Diretor de Ciência da TNC China, Dr. Jin Tong. Tomando emprestada a ideia do movimento de *land trusts* dos EUA, 23 ONGs/fundações ambientais internacionais e nacionais lançaram a Aliança de Áreas Protegidas Cívicas da China em novembro de 2017, com o objetivo de catalisar o “movimento chinês de *land trusts*” fornecendo uma plataforma para comunicações, financiamento, padrões, políticas e capacitação (ver Parte B, Seção 8). A visão de longo prazo da Aliança é proteger colaborativamente 1% das terras da China por organizações e indivíduos cívicos e privados.

Resumo

- O estabelecimento da SNCF foi fundamental para o modelo de *land trust*; ela serve como um veículo de financiamento para receber recurso filantrópico para apoiar o estabelecimento e a gestão de reservas, e também é um órgão apropriado para assinar o contrato ou arrendamento de conservação para manter o direito de manejo da terra (Melhores práticas 8.2.1).
- Uma equipe gerencial administrada pela população local em Laohegou é muito importante para assegurar a administração em longo prazo da reserva (Melhores práticas 2.5.6).
- O conceito de uma “área de expansão” ao redor da área protegida conecta a conservação dentro da reserva com o desenvolvimento da comunidade ecologicamente correta em torno da reserva (Melhores Práticas 2.3.2).
- Um plano financeiro sustentável e diversificado para financiar o manejo da terra é vital para a estabilidade e viabilidade em longo prazo do modelo de PPA (Princípios 2.3 e 3.2).

Estudo de Caso 4 As PPAs e o turismo: um exemplo de Lapa Rios, Costa Rica

Delphine King, The Long Run e **Karen Lewis**, Lapa Rios

A Lapa Rios, uma importante iniciativa de turismo de conservação na Costa Rica, mostra o poder de uma empresa de turismo como veículo de conservação, com objetivos de conservação bem articulados e integrados que permeiam os negócios (Princípio 5.4), a importância da colaboração (Melhores Práticas 5.1.2) em diferentes níveis, e como usar uma abordagem como a estrutura 4Cs (Quadro 8.3) que integra Conservação, Comunidade, Cultura e Comércio para fortalecer os impactos de conservação do negócio para assegurar o futuro da biodiversidade (Princípio 1.5).

Visão Geral

A Reserva da Lapa Rios está localizada perto do ponto onde o Golfo Dulce encontra o Oceano Pacífico, na Península de Osa de Costa Rica. A Península contém alguns dos mais altos níveis de biodiversidade nas florestas mais densas em carbono do mundo (Taylor et al., 2015). Na década de 1990, em um momento de aumento da população humana quando práticas comerciais insustentáveis e extrativistas ameaçaram a península, John e Karen Lewis compraram 420 ha de terra, que se estendia do oceano até a espinha de Osa. Eles se propuseram a demonstrar que “*Não importa como você explora, uma floresta tropical em pé sempre vale mais*”. Seu objetivo era proteger os mais de 300 ha de floresta primária, regenerar 80 hectares de pastagens e “*fornecer oportunidades de sustento às comunidades locais e melhorar a conscientização sobre conservação e gestão ambiental sustentável*” (Karen Lewis, fundadora). Usando uma abordagem que liga Conservação, Comunidade, Cultura e Comércio (os 4Cs), eles conseguiram exatamente isso. Houve uma recuperação fenomenal da floresta; o crescimento vigoroso da floresta secundária abrange agora todas as áreas anteriormente degradadas. A área abriga 400 espécies de aves, 500 espécies de árvores, quatro espécies de macacos e onças, antas e bichos-preguiça, para citar alguns (Toft & Larsen, 2010). Isso demonstra que o ecoturismo pode ser um fator econômico competitivo para a conservação. Pensamento criativo, persistência, valores fundamentais e colaboração estratégica foram todos os ingredientes que contribuíram para esse sucesso.

O turismo responsável como oportunidade para conservar a Península de Osa

As motivações dos proprietários para a compra de terra eram de estabelecer uma pousada e uma reserva como meio de proteger as florestas tropicais contíguas na Península. Eles perceberam que era necessária uma alternativa competitiva aos fatores econômicos existentes; tanto para fornecer opções sustentáveis de subsistência local quanto financeiramente para apoiar a reserva. A localização e a



A Lapa Rios foi incluída no WDPA após ser verificada por especialistas da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN @ Protected Planet, UNEP-WCMC

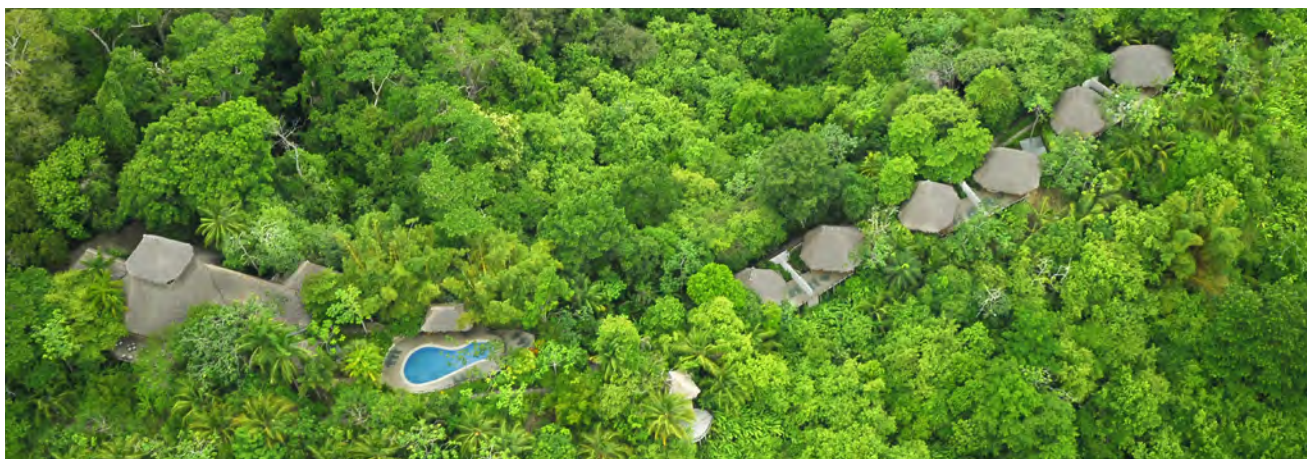
rica biodiversidade da Lapa Rios criaram uma oportunidade única para o turismo. Desde o início, as metas integraram a conservação da terra, a comunidade e os objetivos comerciais. Essa combinação permitiu que a conservação fizesse parte do DNA do negócio (Melhores Práticas 5.4.2). Assim, paralelamente ao seu objetivo de conservação, a Lapa Rios buscou demonstrar as melhores práticas de gestão ambiental para o ecoturismo. Seus bangalôs e edifícios foram inspirados pela cultura indígena da região, materiais renováveis foram usados, a água é aquecida por energia solar e a comida é típica do local (ver Melhores Práticas 2.3.2). O design aberto permite que o ar circule, eliminando a necessidade de ar condicionado e proporcionando aos hóspedes uma experiência de vida selvagem separada apenas por telas. As experiências dos visitantes giram em torno da natureza e da existência de baixo impacto da pousada. O Plano Diretor de Sustentabilidade 2010 cria uma estrutura para novos desenvolvimentos para o negócio. Ao longo dos anos, a operação conseguiu investir mais de USD 1 milhão na conservação da reserva.

Um sucesso inclusivo

Para alcançar sucesso em longo prazo, a empresa de turismo teve que ser inclusiva (Melhores Práticas 2.3.2). Assim, a Lapa Rios focou em:

- Proporcionar emprego preferencial e oportunidades de negócios para os residentes da Península de Osa.
- Criar capacitação básica através de treinamentos em serviço.
- Fornecer educação ambiental contínua para funcionários, membros da comunidade e visitantes.

Todos os 55 funcionários da Lapa Rios são da região (Melhores Práticas 2.5.6), e a maioria dos alimentos é adquirida localmente. Os proprietários investiram ativamente em sua equipe, oferecendo treinamento contínuo e um ambiente de trabalho estimulante. Como resultado, há uma rotatividade muito baixa de funcionários (2 a 4 anos) e mais de 10 membros trabalham lá há mais de 20 anos. Os funcionários fazem parte de todos os esforços da comunidade da Lapa Rios. Como tal, eles ganham



© Lapa Rios, Península de Osa, Costa Rica

tempo para apoiar iniciativas comunitárias de sua escolha e são considerados líderes comunitários. Isso fortaleceu a relevância das ações comunitárias da Lapa Rios e o engajamento dos funcionários nos objetivos de conservação da Lapa Rios. Os investimentos em educação e capacitação assumiram diversas formas, desde o desenvolvimento de infraestrutura escolar até a educação ambiental, e o início de uma escola de guias ambientais em 2017. Em 1991, a Lapa Rios construiu a primeira escola primária da região e expandiu seus impactos para mais de 600 crianças e em 13 outras escolas de Osa. Muitas oportunidades são criadas para a população local e os hóspedes da pousada para experimentar, aprender e cuidar da natureza. Um exemplo é o programa “Caminhadas em Família” em que os membros da equipe são levados em uma caminhada guiada com suas famílias, para vivenciar a floresta, sua flora e fauna com uma interpretação guiada; e ao fazer a visitação “Twigs, Pigs and Garbage”³, eles obtêm melhor percepção sobre maneiras de reduzir o desperdício, o consumo de água e energia. Durante o almoço, os membros da equipe e sua família discutem o que foi vivenciado, bem como sua relevância para suas vidas. Como resultado, os funcionários têm orgulho do que fazem e, emocionadas com esta experiência, as crianças se tornam defensoras da conservação desde cedo.

Lidando com desafios

A colaboração tem sido particularmente significativa para garantir o futuro da Lapa Rios (Melhores Práticas 5.4.2). Conscientes do desafio de proteger a biodiversidade da Lapa Rios além de sua propriedade, a família Lewis convocou uma conferência sobre os “Dilemas dos Proprietários de Pousadas Ecológicas”, convidando ONGs conservacionistas, advogados ambientais e especialistas em turismo em 1999.

A reunião teve como objetivo discutir: “*Como os proprietários poderiam proteger a terra e as pessoas que apoiam os seus negócios de turismo depois que se forem*” (Princípio 4.1). Várias soluções foram exploradas, e as respostas óbvias foram garantir a terra legalmente e vender apenas para compradores ambientalmente e socialmente conscientes.

Os proprietários da Lapa Rios aprenderam sobre a oportunidade de criar servidões/convênios de conservação para restringir o desenvolvimento e a divisão de terras, o os negócios emblemáticos de conservação. Na época, a opção de servidão estava disponível no sistema legal da

Costa Rica, mas não foi testada dentro de um contexto de terras privadas. Após a reunião, a família Lewis encontrou numerosos potenciais compradores, alguns dos quais estavam alinhados à sua visão. A maioria estava focada no resultado financeiro. Embora eles percebessem que isso não era algo que todos os compradores queriam, os proprietários assinaram a servidão em 2013 “Para tornar o processo de venda mais fácil e remover a necessidade de negociar a conservação versus expansão ou desenvolvimento.” Isso se tornou a primeira servidão da Costa Rica aplicada a uma empresa privada (Melhores Práticas 4.1.1).

O segundo resultado da conferência levou os proprietários a trazer a *Cayuga Sustainable Hospitality*, uma empresa de gestão totalmente alinhada com sua visão. A empresa de gestão trouxe profissionalismo, melhorou habilidades, satisfação do hóspede, conectividade da comunidade e economias de escala. Isso permitiu que os proprietários recuassem do dia-a-dia da pousada, mas permitiram que os elementos da conservação e da comunidade continuassem a sustentar os negócios, até o momento em que pudessem encontrar um comprador adequado. Os processos de reconhecimento GER® do (Quadro 8.3) e o processo de certificação turística da Costa Rica garantiram que os requisitos dos proprietários continuassem a ser cumpridos (Melhores Práticas 1.1.3).

Resumo

- O sucesso econômico da operação de ecoturismo da Lapa Rios é fundamental para a sustentabilidade da PPA (Melhores Práticas 5.4.1).
- Para reduzir a tensão entre lucro e conservação, metas claras para os negócios que integram conservação, comércio, bem como considerações de comunidade e cultura são úteis (Melhores Práticas 5.4.2).
- A inclusão da comunidade é importante para assegurar os resultados da biodiversidade no futuro (Melhores Práticas 2.3.2 e 2.5.6).
- As parcerias trazem habilidades para as PPAs, apoiam a defesa de direitos, ampliam os impactos e oferecem soluções para questões específicas (Melhores Práticas 2.5.4).
- A proteção da terra com uma servidão para conservação em perpetuidade trouxe paz de espírito aos proprietários e tornou o processo de venda mais claro (Melhores Práticas 4.1.1).

Estudo de Caso 5 O Patrimônio Natural Nacional: contribuir para o envolvimento privado na conservação da natureza na Alemanha



O Lago Guelph é manejado pela NABU-Stiftung Nationales Naturerbe, a parceira alemã da BirdLife International @ Thomas Stephan / Bundesamt für Naturschutz

Gisela Stolpe, BfN Vilm, **Karin Reiter**, BfN Bonn e **Tilmann Disselhoff**, NABU

Em 2005, a Alemanha iniciou um projeto nacional para transferir grandes extensões de terras de propriedade federal para os estados federais (Länder), ONGs de conservação e fundações, a fim de proteger essas propriedades para a conservação da natureza em perpetuidade. Esta transferência de terras em larga escala, chamada de Patrimônio Natural Nacional (NNH), avançou consideravelmente o papel das ONGs e fundações ambientais como gestoras de terras de conservação na Alemanha. Este estudo de caso ilustra uma série de melhores práticas, principalmente da Seção 2 das diretrizes relacionadas a mecanismos para assegurar e monitorar a qualidade, a efetividade e a coerência das abordagens de conservação.

História do Patrimônio Natural Nacional

Com o fim da Guerra Fria e a reunificação da Alemanha na década de 1990, muitos locais militares e de exploração de carvão mineral e outras áreas ao longo da fronteira interna alemã entre o leste e o oeste (“Cinturão Verde”) não tinham mais uso. A falta de usos agrícolas ou outros usos intensivos da terra resultou em grande parte desta área tendo um alto valor de conservação com muitas

espécies raras e/ou ameaçadas. Além disso, o uso da terra para exercícios militares causou distúrbios no habitat (por exemplo, incêndios, trilhas de tanques, etc.) que permitiram que espécies pioneiras ameaçadas colonizassem os locais. Em consequência, o governo federal da Alemanha decidiu criar um projeto para a transferência gratuita de terras de propriedade federal de alto valor de conservação da natureza para os estados federais, ONGs de conservação e fundações (Melhores Práticas 1.2.1). Essa abordagem do chamado Patrimônio Natural Nacional¹⁴¹ (NNH) era única, pois por lei as terras de propriedade federal precisam ser privatizadas se não houver mais necessidade ou uso. Entre 2005 e 2013, o governo transferiu gratuitamente cerca de 156.000 hectares de terras federais (120.000 ha dos quais eram antigas terras militares) para a conservação da natureza (BMUB, 2017). O programa foi renovado no acordo de coligação de 2018 e acabará por incluir cerca de 186.000 ha de terras de conservação no total. O uso de um conjunto estratégico de critérios de seleção, juntamente com as outras medidas descritas abaixo, ajudou a aumentar a integridade das áreas protegidas existentes, conservar locais de alto valor de conservação e contribuir para o estabelecimento de corredores de vida silvestre em toda a Alemanha. O maior proprietário de áreas da NNH é a Fundação Federal Ambiental Alemã (Deutsche Bundesstiftung Umwelt, DBU). A

DBU foi fundada pelo governo alemão em 1990 com fundos obtidos da privatização de uma empresa siderúrgica estatal. O DBU agora possui cerca de 70.000 ha de terras NNH. As ONGs e fundações de conservação possuem 25.000 ha, enquanto 28.000 ha foram transferidos para os estados federais e 33.000 ha permaneceram sob propriedade federal sob a supervisão do Ministério Federal do Meio Ambiente. Todas essas áreas são agora gerenciadas de acordo com os rigorosos requisitos de conservação da natureza. Os proprietários de NNH assinam contratos que os obrigam a aderir aos objetivos do projeto, a implementar medidas de gestão adequadas e a estabelecer procedimentos de relatórios regulares (veja abaixo).

Objetivos, manejo e monitoramento

O principal objetivo das áreas do NNH é que qualquer uso comercial de florestas seja descontinuado, com a velocidade da descontinuidade dependendo do estado das florestas. Embora o manejo florestal ativo seja encerrado imediatamente a partir da data de transferência em todas as florestas (quase) naturais, em outros habitats florestais, é permitido que o manejo de “conversão” de curto e médio prazo ajude a restabelecer as comunidades de vegetação natural. Isso apoia as metas estabelecidas para áreas silvestres na Estratégia Alemã de Biodiversidade (para alcançar uma área de superfície de 2% para grandes áreas silvestres e 5% para áreas florestais sem uso florestal, respectivamente até o ano 2020). Alguns tipos de florestas que desenvolveram valores de conservação específicos devido a antigas práticas tradicionais de manejo, como antigas plantações de madeira, algumas florestas de carvalhos ou florestas de capoeira, precisam de manejo ativo contínuo. Além disso, algumas medidas de segurança são mantidas para proteger os visitantes. Enquanto os processos e dinâmicas naturais são a visão de conservação em longo prazo para todas as florestas, zonas úmidas e habitats de água doce requerem manejo ativo contínuo e o uso apropriado de terras (por exemplo, pastoreio extensivo) é requerido em todos os habitats “artificiais” valiosos (por exemplo, pastagens) para preservar seu valor de conservação. Como alguns locais do NNH foram impactados e/ou parcialmente degradados ou poluídos por usos anteriores da terra, medidas de restauração ou preservação são frequentemente necessárias para acelerar sua transformação em habitats mais valiosos ou para conservá-los.

Os proprietários do NNH têm que desenvolver uma visão para cada local (Melhores Práticas 2.2.1), realizar relatórios anuais e desenvolver planos de gestão para grandes áreas da NNH em consulta com o Ministério do Meio Ambiente e a Agência Federal para a Conservação da Natureza (Melhores Práticas 2.5.4 e Princípio 3.5). O monitoramento está incluído nos planos de manejo, a fim de avaliar o sucesso de todas as medidas de manejo e permitir ajustes na gestão do local, quando necessário (Melhores Práticas 2.2.2 e Princípio 2.4) Uma metodologia de monitoramento “modular” está atualmente em desenvolvimento e permite que os proprietários de NNH escolham entre protocolos de

monitoramento básicos e mais detalhados para diferentes habitats e grupos de espécies naturais e artificiais.

Em muitos locais do NNH (em particular aqueles pertencentes a ONGs de conservação), os voluntários estão envolvidos neste monitoramento do local (Melhores Práticas 2.5.3).

Resumo

- Uma janela de oportunidade foi usada para transferir terras de propriedade federal gratuitamente para os estados federais (Länder), ONGs de conservação e fundações, resultando em áreas sendo efetivamente conservadas em toda a Alemanha, das quais algumas podem ser consideradas como PPA (Melhores Práticas 1.2.1).
- A terra transferida é conservada em perpetuidade, em contratos e em servidões (para ONGs e fundações de conservação) (Melhores Práticas 4.1.1).
- Diretrizes detalhadas e obrigatórias são dadas pelo governo aos novos proprietários com relação à gestão da conservação da natureza (Melhores Práticas 2.1.1).
- O governo mantém um forte papel na governança das áreas, uma vez que existem obrigações de relatórios anuais pelos proprietários das áreas do NNH (Melhores Práticas 2.4.1).



Cerca de 6.000 ha do Patrimônio Natural Nacional pertencem ao Cinturão Verde ao longo da antiga fronteira Alemã © Klaus Leidorf

Estudo de Caso 6 Um modelo bem-sucedido de gestão da conservação: Lewa Wildlife Conservancy, Quênia

Tuqa Jirmo, Lewa Wildlife Conservancy

O que começou como um santuário de rinocerontes de 2.000 ha em 1984 cresceu e se tornou um modelo líder de proteção da vida silvestre e um catalisador para a conservação e o desenvolvimento da comunidade na África Oriental. O Lewa Wildlife Conservancy funciona como um modelo para a conservação da vida silvestre e seu habitat. Isso é feito através da proteção e manejo de espécies, a iniciação e apoio de programas comunitários de conservação e desenvolvimento, e a educação de vizinhos sobre o valor da vida silvestre. O Lewa Conservancy é um exemplo para muitas das diretrizes da Parte B, Seção 2, e especificamente de uma PPA que atendeu aos padrões da Lista Verde da UICN de Áreas Protegidas e Conservadas (Quadro 1.1).

Visão Geral

A família Craig veio pela primeira vez a Lewa Downs na década de 1920 e administrou a área como uma fazenda de gado por mais de 50 anos. No início dos anos 1980, uma mulher chamada Anna Merz se aproximou da família com um pedido: horrorizada pelo declínio populacional do rinoceronte negro (*Diceros bicornis*) por toda a África, Anna queria

estabelecer um santuário de rinoceronte negro para proteger os últimos remanescentes dessa espécie em extinção. Isso eventualmente levou a família Craig a dedicar toda a sua fazenda de 16.000 ha à formação da *Lewa Wildlife Conservancy*, que mais tarde seria aumentada em mais de 3.000 ha de propriedade de outros agricultores e mais de 5.500 ha de floresta nacional. Hoje, a Conservancy detém mais de 12% da população silvestre global da ameaçada zebra de Grevy (*Equus grevyi*), mais de 12% do rinoceronte negro, em perigo de extinção, e mais de 14% do rinoceronte branco do Quênia (*Ceratotherium simum*), uma abundância de outras 70 espécies de mamíferos de grande porte nativos da África Oriental e mais de 440 espécies de aves. Em 2013, Lewa recebeu reconhecimento global, sendo listada como parte do Patrimônio Mundial da UNESCO e foi selecionada pela UICN como uma das áreas pioneiras da “Lista Verde”, que reconhece organizações que lideram como exemplos na gestão de áreas protegidas (veja o Quadro 1.1). Desde seus primeiros dias como um santuário de rinocerontes, Lewa cresceu e desenvolveu sua prática de conservação. Agora, não só protege espécies ameaçadas, mas também transloca animais para repovoar novas áreas de conservação e parques nacionais de propriedade do governo, além de compartilhar suas melhores práticas em áreas de



Rinoceronte negro © Lewa Wildlife Conservancy

conservação comunitárias e outras áreas de conservação privadas no Quênia. Os limites de Lewa têm corredores bem estabelecidos para o Parque Nacional do Monte Quênia e grandes áreas do norte do Quênia, permitindo a conectividade para o movimento da vida silvestre com paisagens circundantes. Lewa trabalha com seus vizinhos para incentivar o manejo coletivo dos ecossistemas. Um exemplo-chave e primeiro passo crucial para demonstrar isso é o acordo para remover cercas de fronteira entre Lewa e seu vizinho ocidental, Borana Conservancy (ver Quadro 5.4), permitindo a livre movimentação de animais selvagens em mais de 37.000 ha. Lewa apoia empreendimentos comunitários de ecoturismo e turismo cultural e é um destino para aqueles que buscam as melhores práticas em turismo sustentável, manejo de espécies ameaçadas de extinção e turismo e conservação de base comunitária.

O Ambiente em mudança e questões de conservação em torno de Lewas

O drástico declínio das populações de animais silvestres em todo o Quênia resultou em uma chamada para o melhor gerenciamento da Conservação, ao mesmo tempo garantindo a paisagem para as pessoas e a vida selvagem. Isso significava uma alocação efetiva de recursos (Melhores Práticas 2.3.1); promoção de responsabilidade e transparência; abraçando a participação da comunidade na conservação (Melhores Práticas 2.1.3); estabelecimento de parcerias com constituintes relevantes; e promoção de valores de áreas protegidas (Melhores Práticas 2.5.2 e 2.5.5).

O Programa de Desenvolvimento Comunitário de Lewa evoluiu para se tornar um exemplo importante de conservação com base comunitária, que gera benefícios diretos e indiretos para as comunidades locais por meio da saúde, educação, desenvolvimento de água e empresas, entre outros (Melhores Práticas 2.3.2). Atualmente, Lewa apoia 21 escolas, administra quatro clínicas, 13 sistemas comunitários de abastecimento de água, mantém um programa de educação para adultos, um programa de microcrédito para mulheres e programas de extensão agrícola. Através desta ampla gama de projetos de desenvolvimento comunitário, Lewa está alavancando uma agenda de conservação para atender às necessidades das comunidades ao redor da Conservação, contribuindo assim diretamente para a melhoria dos meios de subsistência. Lewa reconhece que o envolvimento de seus vizinhos na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais é fundamental para sua viabilidade de longo prazo como uma área central de conservação (Melhores Práticas 2.1.3). O trabalho comunitário de Lewa levou ao estabelecimento do Northern Rangelands Trust,¹⁴² uma estrutura 'guarda chuva' de 33 áreas de conservação comunitárias cujo objetivo é desenvolver comunidades resilientes, transformar vidas, garantir a paz e conservar os recursos naturais no norte do Quênia e além. A Lewa também é parceira do Serviço de Vida Silvestre do Quênia (KWS), associações florestais

comunitária vizinhas e parceiros conservacionistas que compartilham da mesma opinião que são essenciais para a abordagem e o sucesso de Lewa (Melhores Práticas 2.5.2). Lewa adota uma abordagem rigorosa de pesquisa e monitoramento, com pessoal qualificado e experiente, cobrindo pesquisa aplicada em tópicos como pastagens, carnívoros, ungulados, rinocerontes, elefantes, insetos e pássaros. Tem uma unidade veterinária de animais silvestre de pleno direito, liderada por um veterinário da KWS contratado de forma permanente (Melhores Práticas 2.5.5). As operações de segurança e combate à caça ilegal combinam tecnologia de monitoramento de ponta com o envolvimento das comunidades vizinhas. A força de segurança de Lewa protege não apenas a vida silvestre dentro da Conservancy, mas aumenta a segurança para pessoas e animais selvagens em toda a paisagem. Os membros da Equipe de Combate à Caça Ilegal também são Reservistas da Polícia Nacional, com um mandato do governo queniano para responder e investigar casos de insegurança na Conservação, bem como nas comunidades vizinhas (Melhores Práticas 2.5.5). Como observa o CEO da Lewa Wildlife Conservancy, Mike Watson: *"Ao longo dos anos, a conservação continuou sendo a melhor maneira de administrar um presente e um futuro que beneficia tanto as pessoas quanto a vida silvestre. Através da conservação, as espécies ameaçadas que protegemos têm um futuro e as pessoas que dependem dessa paisagem podem agregar valor direto à vida silvestre"*.

Resumo

- O Programa de Desenvolvimento Comunitário de Lewa é projetado para criar um relacionamento de colaboração próxima com as comunidades locais e diminuir a pressão da comunidade sobre os recursos naturais (Melhores Práticas 2.1.3).
- Lewa aprimora sua efetividade de gestão organizacional por meio da implementação contínua de planos de manejo, melhores práticas e planejamento estratégico organizacional (Melhores Práticas 2.2.3) com base na evolução dos desafios de conservação e subsistência da comunidade, bem como na diversificação de fluxos de geração de renda (Melhores Práticas 2.3.1).
- Parceria com braços relevantes do governo nacional e do condado, conservadores comunitários e privados, órgãos de conservação locais e internacionais, comunidades e instituições acadêmicas incluem censo de animais silvestres, patrulhas de segurança, vigilância de doenças e gerenciamento de laboratórios de diagnóstico, entre outros. Lewa também administra conjuntamente duas florestas governamentais em parceria com o Serviço Florestal do Quênia e associações de florestas comunitárias (Melhores Práticas 2.5.5).

Estudo de Caso 7 A conservação de terras privadas na Nova Zelândia como um movimento social

Mike Jebson, QEII National Trust

O modelo do Queen Elizabeth II National Trust (QEII) provou ser uma fórmula vencedora para a conservação cooperativa de terras privadas na Nova Zelândia, construindo e apoiando as aspirações dos proprietários privados de criar um legado. O modelo fornece um excelente exemplo do Princípio 3.4 (Parte B, Seção 3), que observa que o reconhecimento e o apoio são poderosos incentivos para as PPAs. O sucesso do QEII também é sustentado por muitos dos aspectos de melhores práticas em relação às PPAs, incluindo permanência (Melhores Práticas 4.1.1 e 4.1.7), estruturas legais e institucionais robustas (Melhores Práticas 1.1.1), e o reconhecimento dos resultados que os proprietários privados estão gerando.

Visão Geral

Nos últimos 40 anos, a conservação de terras privadas transformou-se de um conceito não testado promovido por alguns líderes agrícolas preocupados com o impacto dos subsídios da produção agrícola do governo da época sobre o patrimônio natural da Nova Zelândia, em um movimento de PPA altamente bem-sucedido. O movimento tem sido adotado por muitos proprietários de fazendas e outras terras rurais, apesar da limitação na disponibilidade de incentivos financeiros. O movimento foi liderado pelo *Queen Elizabeth II National Trust (QEII)*. O QEII opera em grande parte independentemente do governo sob sua própria legislação (Lei Nacional do *Queen Elizabeth II National Trust*, de 1977), mas com apoio financeiro do governo da Nova Zelândia. Como parte do acordo de financiamento com o Governo, o QEII se concentra em garantir convênios que satisfaçam as prioridades nacionais para proteção da biodiversidade em terras privadas e/ou adicionar corredores ou paisagens protegidas. Esta tem sido uma prática de longa data como parte da estratégia de biodiversidade da Nova Zelândia (Melhores Práticas 1.2.1). A Lei Nacional do *Queen Elizabeth II National Trust*, de 1977, estabeleceu uma estrutura legal e institucional robusta para apoiar os convênios como parte do sistema de áreas protegidas da Nova Zelândia para complementar as terras de conservação pública (Melhores Práticas 1.1.1). No entanto, os convênios não são vistos pelos proprietários de terras como uma ferramenta de regulamentação do governo ou das ONGs ambientais para impulsionar a conformidade dos proprietários de terra. Em vez disso, eles são vistos como uma ferramenta de parceria para apoiar as aspirações dos proprietários rurais pelo futuro da terra que querem zelar. Ao apoiar os proprietários privados a proteger suas áreas especiais, o QEII conseguiu uma média de dois novos convênios por semana (com uma média de 40 ha) nos últimos quarenta anos em todas as principais ilhas da Nova Zelândia. Atualmente, esta rede de PPAs sob a tutela perpétua do QEII tem mais de 4.450 convênios (180.000 ha) e está se expandindo a uma taxa de cerca de 110 novos



Kea (*Nestor notabilis*), um papagaio alpino nativo, em voo sobre Mahu Whenua, o maior convênio de QEII (53.000 ha) em Central Otago © Bill Wallace, National Trust

convênios (média de 3.800 ha) a cada ano, sem sinais de desaceleração. Uma vez registrados no título de terras privadas, os convênios do QEII fornecem permanência, protegendo as áreas como “espaço aberto” para fins de conservação para sempre (Melhores Práticas 4.1.1). Os convênios do QEII fornecem proteção legal robusta contra: interferência governamental/ministerial; mineração; pedreiras; desenvolvimento de petróleo e gás; silvicultura comercial; desenvolvimento habitacional; ou qualquer outro uso ou desenvolvimento comercial não compatível. Convênios sobre terras agrícolas também restringem o uso agrícola, exceto por um pequeno número de casos onde o estoque de gado permanece consistente com os objetivos de patrimônio natural e proteção da paisagem. Embora rara, e usada apenas como última opção, a ação de cumprimento das condições do convênio na Corte comprovou a robustez legal do convênio. Essa ação de execução foi bem recebida por outros proprietários de convênios, uma vez que lhes deu confiança na proteção oferecida.

Todos os convênios registrados são monitorados regularmente (aproximadamente a cada dois anos) com o custo de monitoramento apoiado pelo QEII. As visitas de monitoramento são usadas principalmente para apoiar os proprietários de terra com conselhos de gerenciamento para auxiliar a gestão e para inspirar novos proprietários de terras que adquiriram terras conveniadas (Melhores Práticas 8.2.1). Todos os proprietários de terra conveniados tornam-se membros vitalícios do *QEII National Trust*, são convidados para eventos de aliança em sua região, recebem sinalização para reconhecer sua área protegida, são reconhecidos na revista QEII “*Open Space*” e recebem conselhos sobre a gestão de seu convênio como parte do relacionamento de



O Bloco Stephenson no Waikato, o primeiro bloco legalmente protegido do QEII na fazenda de Gordon e Celia Stephenson, líderes no estabelecimento de QEII e na conservação de terras privadas na Nova Zelândia © QEII National Trust.

trabalho com o pessoal regional do QEII e se orgulhando do que conquistaram, esses proprietários de convênios frequentemente encorajam seus vizinhos a também proteger áreas naturais adjacentes, resultando em agrupamentos de convênios para proteger as características e habitats naturais remanescentes na paisagem mais ampla.

Responsabilidade social para a conservação

O modelo da QEII abrange a maioria dos elementos de melhores práticas de PPAs, mas é incomum internacionalmente devido à ausência de incentivos financeiros significativos (como incentivos fiscais ou subsídios) para impulsionar seu sucesso. O modelo QEII também exige que os proprietários de terras contribuam com alguns dos custos de garantir proteção legal sobre suas terras.

Os proprietários de terras continuam a ser responsáveis pela maior parte dos custos contínuos de administração e manejo da terra (exceto para os custos de monitoramento bienais regulares que são apoiados pelo QEII). A maioria dos proprietários de terra conveniados na Nova Zelândia protegeu áreas especiais de suas terras porque eles acreditam que

“é a coisa certa a fazer” e são justificadamente orgulhosos e são reconhecidos pelo legado que criaram por meio de seus convênios de QEII (Melhores Práticas 3.4.1). É sob esse sentimento de orgulho e legado que o modelo de QEII é construído, e não em incentivos financeiros.

Entre os principais produtores rurais da Nova Zelândia, o convênio é considerado por algo socialmente responsável a ser feito para ajudar a proteger suas áreas de florestas nativas, áreas úmidas naturais e outros importantes patrimônios naturais como parte de boas práticas e planejamento agrícola. Até o momento, cerca de 20% de todas as fazendas de ovelhas e bovinos da Nova Zelândia têm um acordo de QEII que protege as áreas naturais de suas fazendas e isso está aumentando o tempo todo. Alguns

indivíduos ambientalmente conscientes também compraram terras ricas em patrimônio natural com a intenção de manejá-las e protegê-las para fins de conservação. Esses proprietários de terras então trabalham com o QEII para garantir suas terras e investimentos com convênios para fornecer proteção permanente.

Resumo

- Líderes agrícolas com visão de futuro foram a força motriz por trás do estabelecimento do QEII. Essas raízes rurais deram a muitos proprietários de terra a confiança de trabalhar em parceria com o QEII em situações em que eles podem não estar preparados para trabalhar com representantes do governo central ou local (Melhores Práticas 8.5.6 e 4.1.5). Este modelo também teve apoio bipartidário duradouro de todos os governos desde a sua criação, há quarenta anos.
- Todos os convênios têm um propósito e um objetivo acordados, e um conjunto de termos e condições que podem ser adaptados para se adequarem à situação única de cada proprietário (Melhores Práticas 1.2.1).
- Convênios fornecem proteção legal robusta e duradoura (Melhores Práticas 4.1.1 e 4.1.7).
- Os representantes regionais do QEII que trabalham com proprietários de terras rurais são conservacionistas práticos que vivem em suas comunidades locais (Melhores Práticas 8.2.1).
- Alguns dos melhores defensores do QEII para proteção de contratos são os atuais proprietários de convênios (Melhores Práticas 8.1.2).

Estudo de Caso 8 As redes de conservação privada no Peru

Christel Scheske e Bruno Monteferri, Sociedade Peruana de Direito Ambiental

As PPAs no Peru recebem relativamente pouco apoio do governo e atualmente não existe uma organização ou associação de nível nacional para todas as PPAs no país. Como resultado, em várias regiões do Peru, redes foram formadas, geralmente com a ajuda de uma ONG como a Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (SPDA) ou Amazónicas por la Amazonía (AMPA), que reúne as PPAs em uma rede. Apesar da falta de uma rede de PPAs nacional oficial, as iniciativas lideradas por ONGs vinculam as PPAs em nível nacional. Durante a última década, muitas ideias foram reunidas em relação aos pontos fortes, fracos e desafios destas redes de PPAs, que são aqui discutidas e refletidas quanto aos princípios e melhores práticas da Parte B, Seção 8.

Visão Geral

A estrutura para as PPAs foi estabelecida no Peru entre o final da década de 1990 e o início da década de 2000. Ela permite uma série de mecanismos legais, através dos quais os cidadãos podem fazer compromissos de conservação oficialmente reconhecidos para um pedaço de terra, incluindo: áreas de conservação privadas, estabelecidas em terras privadas ou comunitárias, concessões de conservação ou ecoturismo em terras públicas e acordos de conservação. Existem atualmente cinco redes de PPAs no Peru (ver Tabela 5). Iniciativas privadas de conservação são possíveis através de várias ferramentas legais diferentes e, em muitos casos, as redes incorporam exemplos de vários ou de todos eles. Como resultado, as necessidades dos membros podem ser muito diferentes: no Amazonas, por exemplo, algumas PPAs são propriedade de empreendedores urbanos que sabem financiar efetivamente a conservação por meio do ecoturismo, enquanto outras são grandes áreas administradas por comunidades rurais cuja subsistência depende da agricultura e da pecuária, e que conservam as florestas para manter seu fornecimento de água. Enquanto no primeiro caso, o(s) gestor(es) da PPA tendem a ser a mesma pessoa durante muitos anos, no caso das comunidades, os gestores da PPA dependem de conselhos democraticamente eleitos que mudam a cada poucos anos, levando à falta de continuidade administrativa internamente e para a rede. Esses dois grupos têm diferentes visões de mundo, prioridades e necessidades. Contudo, a heterogeneidade de membros em redes de PPA também traz uma diversidade e representatividade à rede que permite o diálogo e a aprendizagem entre partes interessadas de conservação muito diferentes. As redes melhoraram a efetividade da PPA de várias maneiras. Por exemplo, a rede Amazonas recebeu duas pequenas doações em 2017 e 2018, que pela primeira vez lhes proporcionaram fundos autônomos para implementar atividades já priorizadas, como treinamento em prestação de serviços de ecoturismo. A rede Amazonas também está criando circuitos turísticos, incluindo



Pedro Gamboa, chefe do Serviço Nacional de Áreas Protegidas do Peru, agradece a membros da RED AMA, a rede de PPAs do Amazonas, por seu trabalho na conservação privada © Conservamos por Naturaleza / SPDA

várias PPAs membros, que são promovidos em conjunto. Em San Martín, um subgrupo de membros da rede criou uma cooperativa para permitir a venda de produtos florestais não madeireiros de suas PPAs. Em vários casos (por exemplo, áreas de conservação privadas Milpuj La Heredad e Bosque Berlin, no Amazonas), a combinação da visibilidade pública com a participação em uma rede de PPA motivou os gestores a se envolver novamente com a conservação com vigor renovado, criar novos projetos, atuar como líderes locais e expandir seus esforços.

Desafios

Embora haja uma miríade de guias de melhores práticas para a conservação (como observado na Parte B, Seção 2), pouquíssimos gestores de PPAs no Peru fazem uso deles; as barreiras de idioma e a lacuna entre pesquisa/implementação são problemas bem conhecidos na ciência da conservação (Knight et al., 2008). As redes de PPAs permitem o compartilhamento de conhecimento entre as PPAs (Melhores Práticas 2.5.2) e também facilitam para as ONGs e outros atores a construção de capacidades, visando o grupo inteiro de membros (Melhores Práticas 8.2.1). Por exemplo, a SPDA forneceu à rede Amazonas uma série de oficinas sobre ferramentas legais para combater ameaças às suas respectivas PPAs e membros da rede de San Martín treinados pelo AMPA na elaboração e gerenciamento de projetos. No Amazonas, a SPDA contratou um coordenador que trabalhou diretamente para a rede regional. Em Loreto, o SPDA e o AMPA forneceram apoio à rede regional, como financiamento para reuniões regulares e espaço de escritório. Da mesma forma, embora as redes peruanas de PPAs lutem por fundos e tenham acesso limitado a bolsas nacionais ou internacionais e programas de bolsas de estudo, as redes de San Martín, Amazonas e Madre de Dios foram capazes de conseguir fundos para pequenos projetos, graças ao apoio de ONGs maiores na elaboração de projetos.

Tabela 5: Panorama das redes de PPAs no Peru (em referência a junho de 2018)

	Amazonas	Madre de Dios	San Martín	Loreto	Ucayali
Nome da rede	Red de Conservación Voluntaria de Amazonas (RED AMA)	Red de Conservación de la Biodiversidad de Madre de Dios	Red de Conservación Voluntaria y Comunal de San Martín	Red Amazónica de Conservación Loreto (RACOL)	Asociación de Concesionarios Conservacionistas de la Biodiversidad BioRed Ucayali
Número de PPAs afiliadas	14	16	34	23	13
Número total de ha protegidos	125.316,96	6.543	700.000	5.431,7	110.125,73
Tipos de PPA representadas	Áreas de conservação privadas	Áreas de conservação privadas, concessões de ecoturismo, concessões de conservação	Áreas de conservação privadas e concessões de conservação	Áreas de conservação privadas e concessões de conservação	Concessões de ecoturismo e concessões de conservação
Ativo Atualmente	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Constituído Formalmente	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Possui orçamento próprio	Sim	Não	Não	Não	Não
Presença em website/online	Redes sociais	Nenhuma	Redes sociais	Redes sociais	Redes sociais

No geral, apesar dos muitos desafios, as redes provaram a sua capacidade de fornecer espaços importantes para o diálogo e a colaboração, enquanto atuam como defensores locais da conservação para as autoridades regionais e outros grupos de interesse. Por exemplo, os membros de PPAs frequentemente reclamam da lentidão ou falta de ação das autoridades em resposta a crimes ambientais, como a extração ilegal de madeira, que afetam as PPAs. Experiências em San Martín, Amazonas e Loreto mostraram que as autoridades reagem mais rapidamente quando são pressionadas a agir pelas redes de PPAs. Fortalecer essas redes e ajudar a garantir sua independência e sustentabilidade em longo prazo deve ser uma prioridade tanto para o governo quanto para as ONGs que trabalham com conservação.



Proprietário da PPA Bahujaja, que fica ao lado da Reserva Nacional Tambopata e do rio Tambopata, gerando um corredor de paisagem para a biodiversidade amazônica © Conservamos por Naturaleza / SPDA

Resumo

- As redes podem atuar como um poderoso motivador para os gestores de PPAs, trazendo reconhecimento e proporcionando um senso de pertencimento a uma comunidade de pessoas com a mesma opinião (Melhores Práticas 8.1.2).
- As redes de PPAs fornecem plataformas para ação política pró-ambiental. No Peru, muitas autoridades ambientais regionais são afetadas pela corrupção, ineficiência e falta de recursos e, como resultado, os crimes ambientais são cometidos abertamente e com impunidade (Melhores Práticas 8.1.1).
- As redes de PPAs permitem importantes plataformas de compartilhamento de conhecimento (Melhores Práticas 8.2.1).
- As redes fornecem oportunidades para projetos conjuntos e financiamento quando as redes se tornam formalmente constituídas como organizações sem fins lucrativos ou organizações semelhantes (Melhores Práticas 8.2.1).
- As redes fornecem plataformas para abordagens de negócios conjuntos (Melhores Práticas 8.4.1).
- O envolvimento de ONGs maiores é muitas vezes um elemento importante para o funcionamento das redes (Melhores Práticas 2.5.4).

Agradecimentos especiais para: José Vargas, Martín Vasquez, Fernando Arévalo e Karina Pinasco por suas contribuições a este estudo de caso.

Estudo de Caso 9 A Reserva Recreativa Malololelei: uma colaboração bem-sucedida em Samoa

Moeumu Uili, Ministério de Recursos Naturais e Meio Ambiente

Em 2010, uma área de 12 ha foi comprada pela Bluebird Lumber and Hardware Ltd (BBL) da Igreja Católica através do Conselho de Imóveis da Igreja. A condição da floresta no momento da compra era muito degradada. De acordo com o proprietário, mais da metade da floresta foi destruída, tendo sido derrubada e substituída por seringueiras e árvores de tulipas africanas (*Spathodea campanulata*). O proprietário da empresa BBL, Sr. Tuiaopo Faamausili Andrew Ah Liki, começou a plantar parcelas de árvores nativas e frutíferas. Todas as terras adjacentes são de propriedade da Igreja Católica, com algumas áreas residenciais particulares isoladas próximas. O proprietário aproveitou todas as oportunidades para colaborar com outros atores, inclusive alinhando os esforços de manejo com os proprietários de terras adjacentes, garantindo os melhores resultados para a biodiversidade (Melhores Práticas 2.5.2 e 2.5.4).

Visão Geral

Malololelei é uma pequena comunidade de terras altas a cerca de 7 km de Apia, a capital de Samoa. Ela está localizada em uma das áreas recém-desenvolvidas da ilha central de Upolu, onde um número crescente de novos moradores está comprando terras nas áreas mais frias da ilha. O terreno é relativamente plano na sua maior altitude (aprox. 600 m), decaindo nos vales que limitam a reserva tanto a leste como a oeste, com dois riachos que correm para a costa. A área abriga aves nativas, incluindo algumas espécies ameaçadas de extinção. O local também integra fragmentos de floresta nativa remanescentes, em algumas partes da reserva, que são protegidos de ventos fortes durante a temporada de ciclones, o que de outra forma devastaria a floresta nativa nas terras altas da ilha. As motivações do proprietário são: *“aumentar a resiliência da Reserva Malololelei pelo manejo sustentável do local [e] garantir apoio à nossa fauna nativa e à biodiversidade trabalhando de forma colaborativa com nossos parceiros. Apoiamos os esforços de Samoa para aumentar nossas terras protegidas pela preservação de nossas espécies e ecossistemas raros e endêmicos”*.

Desafios

No momento da compra, a terra degradada tinha muitas áreas abertas e campos agrícolas. Espécies de plantas invasoras eram predominantes, assim como espécies exóticas invasoras, como ratos. Duas aves altamente ameaçadas e endêmicas estão presentes na reserva, o ma’o ou gigante melífero (*Gymnomyza samoensis*) e o manumea (*Didunculus strigirostris*), e levantamentos em andamento



Um ma’o macho (*Gymnomyza samoensis*) capturado e libertado durante um estudo de pesquisa na aldeia de Magiagi em 2008 © Rebecca Stirnemann

identificaram que as espécies estão em risco de predação por ratos.

Encontrando soluções por meio de parcerias

O sucesso da Reserva Recreativa Malololelei foi baseado na colaboração com uma variedade de outros grupos. Antes da criação da reserva, o atual proprietário da área, Faamausili, havia se envolvido na pesquisa de avaliação rápida da Biodiversidade de Planalto Central do Savaii (BIORAP) em 2012, devido à sua estreita associação familiar com as terras sendo avaliadas. Esse processo foi eficaz no envolvimento dos proprietários de terras, despertando seu interesse em sustentar a biodiversidade e o papel que eles poderiam desempenhar para garantir que o conhecimento e os benefícios resultantes fossem compartilhados com a comunidade local. As histórias de sucesso do BIORAP em 2012 contribuíram para a decisão do BBL de preservar seus 12 ha de propriedade privada em Malololelei, conservados para a vida silvestre e a biodiversidade em geral. Em 2015, a Reserva Malololelei foi estabelecida pela primeira vez como Reserva Nacional, durante a comemoração do Dia da Biodiversidade, em parceria entre o Ministério de Recursos Naturais e Meio Ambiente (MNRE) e o BBL. O evento foi em reconhecimento de que a Reserva Malololelei é a casa do ma’o e do manumea. Desde a criação da área, o MNRE trabalhou lado a lado com o BBL em um Memorando de Entendimentos assinado por ambas as partes em 2015. Avaliações de biodiversidade foram realizadas em 2016 para



Vista do noroeste de Apia a partir da plataforma na Reserva Recreativa de Malololelei © Moeumu Uili

reunir informações básicas sobre o local, e os resultados indicaram a presença do ma' o e o manumea, que agora estão listados na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da UICN. As principais preocupações sobre o status crítico da população dessas espécies e a presença de ratos inspiraram vários parceiros interessados a colaborar em uma solução. Através desta parceria, um projeto foi desenvolvido para controlar pragas invasoras na área e proteger ainda mais a vida silvestre, incluindo as espécies de aves.

Em setembro de 2017, o Projeto de Manejo de Pragas Malololelei começou com o apoio financeiro do Zoológico de Auckland e do Fundo Fiduciário de Conservação do Desenvolvimento Público do Governo da Nova Zelândia, com assistência técnica da PelGar International, Sociedade de Conservação de Samoa e BBL. O MNRE está atualmente liderando e gerenciando a implementação deste projeto, que continuará pelos próximos dois anos a depender da disponibilidade de recursos.

A BBL está empenhada em continuar a trabalhar em estreita colaboração com vários parceiros e atores relevantes. Isto inclui o Conselho de Imóveis da Igreja Católica (Princípio 5.5), o Ministério de Recursos Naturais e Meio Ambiente, ONGs como a Sociedade de Conservação de Samoa, organizações regionais e agências doadoras para apoiar e melhorar a gestão da reserva.

O Chefe Executivo do MNRE ecoou este sentimento, dizendo: *“O Governo de Samoa, através do Ministério de Recursos Naturais e Meio Ambiente (MNRE), aprecia o tremendo apoio e esforços de nossos principais parceiros para conservar e proteger nossa biodiversidade nativa*

através de parcerias com o governo. É nossa missão garantir que todos os nossos principais interessados se envolvam efetivamente na gestão sustentável de nossa paisagem crítica e na preservação de nossos recursos marinhos e terrestres, através dessa parceria com a BBL, aplaudimos a contribuição dos nossos proprietários de terras privadas, como a BBL, em alcançar este marco para Samoa.

Resumo

- Engajar e valorizar o apoio da comunidade no desenvolvimento sustentável de áreas protegidas (Melhores Práticas 2.1.4).
- Incluir todos os diferentes grupos em uma sociedade, garantindo que haja um equilíbrio entre os gêneros ao promover questões de conservação da biodiversidade: vozes diversas levam a decisões mais resilientes e eficazes (Melhores Práticas 2.5.4).
- Não espere pelo financiamento para agir, se possível, faça algo primeiro e receba recursos para apoiar onde for relevante (Melhores Práticas 3.7.1).
- Comece pequeno e faça crescer: as áreas protegidas podem ser uma série de muitas áreas menores que, juntas, formam uma rede bem manejada maior (Melhores Práticas 8.2.1 e 8.5.3).
- Proporcionar oportunidades às comunidades locais e proprietários de terras para liderar ações de conservação (Princípio 1.3), de forma que governo, agências doadoras e especialistas possam, então, fornecer apoio e assessoramento para manter os esforços.

Estudo de Caso 10 Estabelecendo PPAs: lições aprendidas na África do Sul

Candice Stevens, BirdLife África do Sul

A África do Sul é reconhecida como um dos 17 países megadiversos do mundo, abrigando aproximadamente 60 milhões de pessoas e enfrentando várias necessidades e oportunidades de desenvolvimento. Seus diversos ecossistemas sustentam a saúde e o bem-estar de seu povo e de sua economia. O Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo da África do Sul 2030 reconhece a “necessidade de proteger o ambiente natural em todos os aspectos” (Governo da África do Sul, 2015a) e identificou a expansão das áreas protegidas como uma ferramenta chave para alcançar isso na Estratégia Nacional de Biodiversidade e Plano de Ação (Governo da África do Sul, 2015b). A Estratégia Nacional de Expansão da Área Protegida da África do Sul (Government of South Africa, 2010) observa que cumprir objetivos de políticas nacionais e metas internacionais, como a Meta de Biodiversidade de Aichi 11, exige a expansão de áreas protegidas em terras estatais, privadas e comunitárias. O estudo de caso a seguir examina como as PPAs sul-africanas são estabelecidas mediante os principais regulamentos listados na Parte B, Seção 3 destas Diretrizes, e analisa brevemente como as melhores práticas de gestão e os incentivos inovadores são incorporados a esse processo.

Visão Geral

África do Sul prevê a declaração formal de áreas protegidas por meio de legislação nacional sobre terras estatais ou privadas, com o consentimento do proprietário, sem diferenciação no status legal, direitos ou responsabilidades da terra com base na propriedade. As áreas protegidas da África do Sul em terras de propriedade privada são, acima de tudo, áreas protegidas, e são um exemplo claro do reconhecimento confiável e oficial de uma PPA (Melhores Práticas 1.1.1). Atualmente, 35% da propriedade de área protegida terrestre na África do Sul é de propriedade privada e 5% de propriedade comunal (ver Figura 2).

A África do Sul define uma área protegida como uma área geograficamente definida de terra ou mar que é formalmente protegida nos termos da Lei de Áreas Protegidas e manejada principalmente para a conservação da biodiversidade (SANBI, 2016). O planejamento espacial detalhado é usado na África



Proprietários de terras na PPA Ambiente Protegido de Sneeuwberg constituem a autoridade gestora e formulam e implementam o plano de manejo © BirdLife South Africa

do Sul para determinar as estratégias de expansão das áreas protegidas nos níveis nacional e local (Melhores Práticas 1.2.1). A extensa estrutura política e legislativa da África do Sul ilustra a distinção entre áreas protegidas e áreas de conservação. As áreas protegidas têm como objetivo primordial a conservação da natureza, enquanto as áreas de conservação definidas na África do Sul não o fazem (SANBI, 2016). Áreas protegidas e áreas de conservação na África do Sul são reconhecidas e relatadas separadamente e fornecem um exemplo concreto da diferença entre uma PPA e outras medidas de conservação efetiva (ver Apêndice 1 e Mitchell et al., 2018).

Expansão de áreas protegidas através da gestão privada e comunitária de terras

A principal ferramenta da África do Sul para a expansão de áreas protegidas em terras privadas e comunitárias é a Iniciativa Nacional de Administração da Biodiversidade. O acordo de gestão da biodiversidade é uma abordagem para garantir terras em áreas prioritárias de biodiversidade através da celebração de acordos com proprietários de terras privadas e comunitárias, liderados por autoridades de conservação e apoiados por ONGs de conservação (SANBI, 2015). Os acordos de gestão (stewardship) da biodiversidade estabelecem uma hierarquia de acordos de áreas protegidas formalmente declaradas, conforme definido acima, com duração de 30 a 99 anos ou em perpetuidade, para acordos não vinculantes (ver Figura 3 e Melhores Práticas 3.1.2). Essa hierarquia demonstra uma variedade de mecanismos legais que podem ser usados para estabelecer uma PPA. Notavelmente, os níveis crescentes de proteção e permanência legal correspondem a níveis crescentes de restrições ao manejo do uso da terra e ao aumento dos benefícios e incentivos aos proprietários de terra, como incentivos fiscais à biodiversidade (ver Quadro 3.2). Os acordos de gestão da biodiversidade utilizam três tipos principais de PPA para declarar como formalmente reconhecidas as áreas protegidas em terras privadas ou comunais na eleição voluntária do proprietário: Parques Nacionais (conhecidos como Parques Nacionais Contratados), Reservas Naturais e Ambientes Protegidos. Cada um desses tipos de PPA também exige planos de

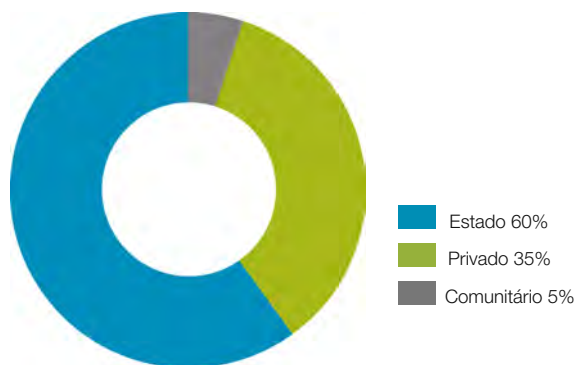


Figura 2: Posse das áreas protegidas na África do Sul (%)

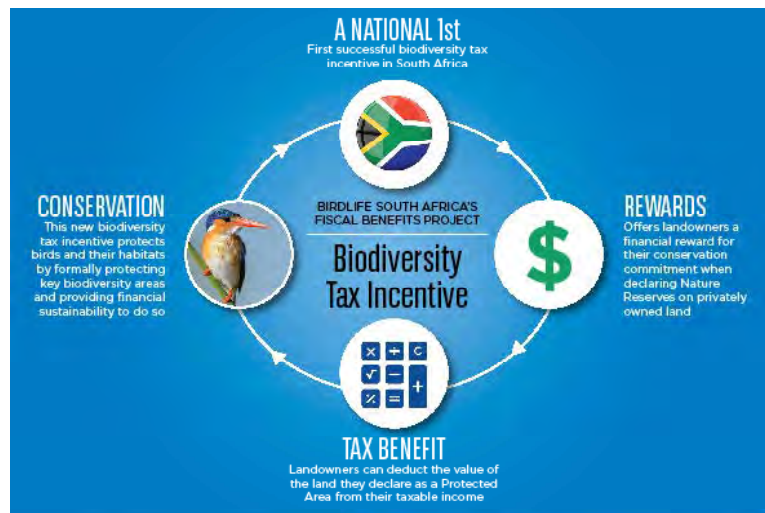


Figura 3: Hierarquia dos acordos de gestão da biodiversidade. Os acordos de gestão da biodiversidade representam a estrutura institucional detalhada da África do Sul e a estrutura de implementação prática que permite o estabelecimento de PPAs.

manejo detalhados e auditorias anuais de gestão sob a legislação (Melhores Práticas 2.1.1). Os Parques Nacionais Contratados e as Reservas Naturais são áreas geográficas com o maior valor de biodiversidade e infraestrutura ecológica e são formalmente declaradas principalmente para a conservação da biodiversidade (Melhores Práticas 1.2.1). Os Parques Nacionais se enquadram no mandato da agência Parques Nacionais da África do Sul (SANParks), órgão responsável pela gestão dos parques nacionais da África do Sul, conforme a Lei de Áreas Protegidas, os quais se comprometem a declarar esse tipo de área protegida em terras privadas ou comunais em processos concorrentes que se assemelham aos definidos pela abordagem de manejo da biodiversidade. As melhores Práticas na África do Sul determinam que o termo de declaração destes acordos defina um mínimo de 99 anos, ou em perpetuidade. Os acordos envolvem regulamentações de manejo mais rigorosas, incluindo a proibição do uso insustentável da terra, como atividades extrativistas. Esta categoria superior de PPA na África do Sul também obtém acesso a um incentivo fiscal dedicado à biodiversidade por meio da Lei do Imposto de Renda (ver Quadro 3.2). As Reservas Naturais também exigem um endosso de escritura obrigatória através da lei de propriedade, garantindo o status da área protegida da terra, independentemente de mudanças subsequentes na propriedade da terra. Ambientes protegidos são áreas protegidas que podem ser declaradas em várias propriedades privadas. Esta forma de PPA possui áreas ligeiramente maiores, com valor de biodiversidade e funcionamento ecológico ao nível da paisagem, e devido à sua natureza ligeiramente flexível, reduziu as restrições de manejo, permitindo a conservação da biodiversidade nas paisagens de produção. As melhores práticas determinam que os Ambientes Protegidos sejam declarados por um período mínimo de 30 anos a até 99 anos, ou em perpetuidade. O modelo é desenvolvido para a área em conjunto com as partes interessadas e é implementado

pelos proprietários de terras com o apoio de autoridades de conservação e ONGs de conservação (ver Quadro 2.2).

Resumo

A comunidade envolvida na prática dos acordos de gestão da biodiversidade, em conjunto com os quadros legislativos e políticos da África do Sul, são as estruturas fundamentais e institucionais que apoiam a criação de PPAs e foram essenciais para o sucesso do estabelecimento de PPAs robustas na África do Sul. As lições mais notáveis apreendidas da abordagem dos acordos de gestão da biodiversidade sul-africana incluem as seguintes:

- As áreas protegidas, seja em terras estatais, privadas ou comunais na África do Sul, são todas formalmente reconhecidas pela legislação nacional como áreas protegidas e são registradas como tal (Melhores Práticas 1.1.1 e 7.1.2).
- As PPAs na África do Sul são estabelecidas com o objetivo principal de conservação da natureza por meio de compromissos voluntários e de longo prazo por proprietários (Melhores Práticas 1.2.1, 3.1.1 e 3.2.1).
- Os acordos de gestão (*stewardship*) da biodiversidade representa a abordagem mais bem-sucedida da África do Sul para o estabelecimento da PPA, por meio da qual as PPAs são facilitadas por uma estrutura institucional e uma comunidade de prática (Melhores Práticas 3.4.1 e 3.7.4).
- As PPAs exigem planos de manejo detalhados que devem ser auditados anualmente (Melhores Práticas 2.1.1 e 2.4.2).
- As PPAs da África do Sul recebem acesso a financiamento inovador para conservação através do primeiro incentivo fiscal efetivo para a biodiversidade do país, o que ajuda diretamente a sustentabilidade financeira (Melhores Práticas 3.1.1, 3.1.2 e 3.2.1).

Estudo de Caso 11 O Cinturão Verde do Condado de Essex: uma ‘típica’ *land trust* americana

Brent A. Mitchell, Presidente do Grupo de Especialistas em Áreas sob Proteção Privada e Gestão da Natureza da UICN WCPA e **Ed Becker**, Associação Essex County Greenbelt

As PPAs nos Estados Unidos são frequentemente estabelecidas, monitoradas e, às vezes, geridas por organizações especializadas, chamadas ‘land trusts’. A permanência é assegurada através de meios legais incorporados no sistema de posse da terra (Melhores Práticas 4.1.1), enquanto os incentivos são em grande parte derivados da entrega voluntária de direitos de desenvolvimento, da redução de impostos sobre imóveis, renda e outros associados ao valor desses direitos. (Melhores práticas 3.7.4).

Uma *land trust* ‘típica’ americana

A Associação Essex County Greenbelt (‘Greenbelt’) leva o nome de uma jurisdição norte e leste da cidade de Boston, em Massachusetts, e um esforço inicial para proteger florestas e campos remanescentes de uma área metropolitana em expansão. Desde 1961, esse fundo de terras privadas protegeu mais de 7.000 ha em toda a região. O modo como essas áreas foram protegidas é indicativo da forma na qual o Greenbelt funciona, que é semelhante a outras *land trusts* nos Estados Unidos. Em aproximadamente 1.600 ha, a Greenbelt auxiliou na conservação de terras privadas, a serem adquiridas e gerenciadas por outras ONGs, governos municipais ou agências de conservação

estaduais. Mas para os cerca de 5.500 ha restantes, a organização mantém um interesse legal na terra, de duas formas muito diferentes. Apenas menos da metade da terra está em reservas “privadas”; de propriedade livre, totalizando 362 áreas no total. Isso significa que elas são totalmente de propriedade da ONG, uma organização “privada” com propósito público (“privada” entre aspas porque a Greenbelt mantém acesso público a todas elas). A maioria dessas propriedades atende à definição da UICN de uma PPA, pois elas têm um objetivo primordial de conservação, juntamente com recreação, educação, etc. A expectativa é que a Greenbelt venha a possuir, proteger e gerir essas áreas em perpetuidade. Um exemplo é a *Allyn Cox Reservation*, que foi doada para a Greenbelt em 1974 e serve como sede da ONG. Uma área de 12 hectares de planaltos costeiros e pântanos salgados, a Reserva é um destino público muito popular para caminhadas, observação da vida silvestre e eventos ao ar livre.

Outros 2.800 ha estão protegidas em servidão de conservação. Servidões, ou restrições como são chamadas em Massachusetts, restringem os usos permitidos de uma propriedade, mas a mantém em propriedade privada. Frequentemente, as servidões são descritas em termos da analogia do “monte de gravetos” referente à propriedade de imóveis (Melhores Práticas 4.2.1). As servidões de propriedade geralmente se referem apenas a uma proporção dos direitos que um proprietário de terras pode ter: por exemplo, direitos minerais, direitos de acesso, direitos de construir casas e assim por diante. As servidões de conservação tratam de direitos que raramente, ou nunca,



© Essex County Greenbelt Association



Equipe de avaliação de propriedades © Essex County Greenbelt Association

havia sido transferidos antes, como o poder de impedir ou proibir certas atividades na propriedade, e assim as servidões pelas quais eram concedidos eram chamadas de “servidões negativas”. (Nem todas as servidões satisfariam todos os critérios das PPAs, mas muitos o fazem).

Tradicionalmente, a lei nos Estados Unidos era avessa a restrições perpétuas sobre o uso da terra (isto é, restrições que seriam permanentes, ou efetivas em perpetuidade) e essa extensão do conceito de servidão exigia modificações estatutárias na lei comum, incorporada na Lei de Uniforme de Conservação, que foi adotada pela Conferência Nacional de Leis Estaduais Uniformes em 1981. Esta lei previa que as servidões de conservação sairiam em perpetuidade e que seriam obrigatórias para todos os proprietários subsequentes (Melhores Práticas 4.1.7). Também removeu a exigência da lei comum de que a entidade a quem a servidão é concedida detenha outro terreno adjacente ou próximo à parcela restrita. Embora as servidões de conservação possam “tomar” certos direitos para sempre, sendo registradas no título da terra, os direitos não podem simplesmente desaparecer, eles devem ser mantidos por outra entidade. Assim, esse é o papel de Greenbelt e outras *land trusts* como essa. A Greenbelt mantém restrições sobre 222 propriedades para as quais eles devem monitorar a conformidade e, se for o caso, impor os termos da servidão. Uma vez que as servidões de conservação reduzem o valor teórico do imóvel de uma propriedade, os benefícios podem chegar ao proprietário de terras sob a forma de redução de impostos de propriedade e renda. Os doadores de reservas de propriedade livre, bem como doadores para apoiar operações de crédito imobiliário, podem se qualificar para benefícios de imposto de renda também. Esses são incentivos poderosos (ver Princípio 3.7).

PPAs nos EUA

A Greenbelt é uma das mais de 1.300 *land trusts* em todo o país (*Land Trust Alliance*, 2015). Apesar do título deste estudo de caso, não existe um “típico” perfil de *land trust*. Greenbelt tem 14 pessoas em sua equipe permanente. Algumas *land trusts*, como *The Nature Conservancy*, são organizações muito maiores, mas a maioria é menor que Greenbelt.

Algumas *land trusts* não têm funcionários pagos. A maioria das *land trusts* adotaram “Normas e Práticas” promulgadas pela *Land Trust Alliance*, e até hoje mais de 400 *land trusts* foram certificadas dentro de altos padrões pela Comissão de Certificação de *Land trusts*. Naturalmente, há muitos tipos de PPAs além das *land trusts* nos EUA. Alguns resultam da iniciativa inteiramente individual e, de fato, todos os subtipos de PPA são representados. Particularmente digno de nota são as áreas de pesquisa acadêmica permanente. Muitas universidades foram criadas por concessões de terras no início da história do país. A terra foi doada pelo estado para ser vendida ao longo do tempo para financiar a faculdade, mas algumas áreas foram reservadas para a pesquisa ecológica e permanecem como PPAs hoje.

A conservação de terras privadas nos Estados Unidos é caracterizada por uma ênfase na perpetuidade da proteção e alimentada por uma série de incentivos, em grande parte na forma de benefícios fiscais que podem advir para o proprietário da terra. No entanto, seria errado concluir que a conservação da terra é uma decisão inteiramente econômica. Muitos estudos mostraram que as principais motivações dos proprietários de terra não são econômicas, mas intrínsecas, com incentivos que possibilitam atuar no senso de colaboração (ver Princípio 3.4) (por exemplo, Farmer et al., 2016). Como declarado pelo proprietário de terras George Leonhard sobre por que ele e seu irmão protegeram sua fazenda com uma servidão de conservação concedida à Greenbelt, “*Eu não suportava a ideia de olhar para a propriedade com casas por toda parte*”.

Resumo

- Mecanismos e incentivos de proteção da terra podem ser adaptados de leis e regulamentos existentes (Melhores Práticas 3.7.4).
- Com um sistema de posse da terra altamente desenvolvido, a proteção permanente pode ser assegurada pela anexação de restrições ao título da terra em si, em vez de qualquer proprietário de terra em particular (Melhores Práticas 4.1.1).
- Os incentivos podem ser duráveis quando baseados em valores e integrados a sistemas de mercado (Melhores Práticas 3.2.1).
- Organizações de gestão pessoal e organizações profissionais intermediárias são importantes para estabelecer, gerenciar e monitorar áreas protegidas de forma privada (Melhores Práticas 8.2.1).

Estudo de Caso 12 Colocando PPAs no mapa: incluindo PPAs ao WDPA no Reino Unido

Sue Stolton, Comitê Nacional do Reino Unido da UICN

O Reino Unido foi um dos primeiros países do mundo a desenvolver um sistema para avaliar todas as áreas de conservação da natureza e da paisagem, cobrindo todos os tipos de governança, usando a definição de áreas protegidas, categorias e tipo de governança da UICN (as “Diretrizes de 2008”). O projeto do Reino Unido Colocando a Natureza no Mapa (PNOTM) também criou um sistema para as áreas de conservação comunitárias, privadas e locais, até então não reconhecidas, para ter suas áreas avaliadas de acordo com as Diretrizes de Áreas Protegidas de 2008 da UICN e relatados no WDPA. Este estudo de caso fornece um exemplo de como alcançar as melhores práticas estabelecidas na Parte B, Seção 7 destas Diretrizes.

Visão Geral

As origens da conservação da natureza e da proteção da paisagem no Reino Unido remontam a mais de cem anos a três movimentos bastante distintos: um apelo a medidas para proteger a natureza em bases científicas e ecológicas; uma preocupação com os danos estéticos causados pela industrialização; e uma demanda por pessoas que trabalham para ter acesso ao campo para recreação. Essas preocupações surgiram nos Parques Nacionais de 1949 e na Lei de Acesso ao Campo. Eles também deram origem e, desde então, sustentaram o poderoso movimento de conservação das organizações não governamentais do Reino Unido, o qual ajudou a proteger muitas áreas para a natureza e a paisagem através da propriedade da terra e do exercício de influência política. O desenvolvimento de áreas sob proteção privada (PPAs) no Reino Unido tem sido dominado pelo envolvimento de ONGs que trabalham pela proteção da natureza e da paisagem. Órgãos como o *National Trust* (NT), agora com mais de cinco milhões de membros, e a *Royal Society for the Protection of Birds* (RSPB), com mais de um milhão de membros, foram fundados no século XIX. Ambos



O National Trust possui uma das maiores propriedades privadas do Reino Unido e administra cerca de 600 PPAs © Nigel Dudley

começaram a criar reservas naturais antes de 1900 e o número de locais que eles protegem para a paisagem e a natureza cresceu quase todo ano desde então. O primeiro dos *Wildlife Trusts* focados geograficamente foi estabelecido em 1926: hoje, há 47 deles no Reino Unido (principalmente baseados em condados da Inglaterra e do País de Gales, enquanto a Escócia e a Irlanda do Norte contam com uma única unidade cada). Coletivamente, esses *Trusts* têm mais de 800.000 membros e uma rede de mais de 1.000 reservas naturais. Outras ONGs com um foco mais específico em zonas úmidas, florestas, bosques, plantas e aves de rapina, por exemplo, também adquiriram e desenvolveram seus próprios sistemas de reserva natural. Todos esses atores são organismos de afiliação operando sob as leis nacionais como instituições de caridade e totalmente independentes do governo. Além disso, muitos milhares de fazendeiros e proprietários de terras estão envolvidos na proteção local por meio da legislação nacional. Terrenos de propriedade comunal, em particular “*commons*”, também oferecem uma série de benefícios de conservação.

Aplicando a definição da UICN à conservação no Reino Unido

Embora registrados localmente por organizações individuais e, em certa medida, por órgãos governamentais, os dados sobre áreas protegidas do Reino Unido relatados no Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (WDPA) eram deficientes em vários aspectos. Não foram coletados usando as Diretrizes de 2008 como padrão; não eram abrangentes; incluíram algumas áreas que podem não atender à definição da UICN; omitiram outras áreas que deveriam ser incluídas; algumas áreas não foram categorizadas pelas finalidades para as quais as áreas foram gerenciadas; e, em muitos casos, o tipo de governança não foi registrado corretamente. Em 2010, o então presidente da WCPA desafiou o Comitê Nacional da UICN no Reino Unido a assumir a liderança de um projeto para aplicar as Diretrizes de 2008 a todos os tipos de governança no Reino Unido, o que poderia servir como um exemplo para outros países que têm um grande número de PPAs e áreas comunitárias conservadas não reportadas atualmente no WDPA. O projeto Colocando a Natureza no Mapa (PNOTM) foi o resultado deste processo. Seus objetivos eram identificar todos os locais no Reino Unido que atendiam à definição de área protegida da UICN e atribuir-lhes a categoria apropriada de gestão e o tipo de governança da UICN. Para fazer isso, o PNOTM desenvolveu um processo de cinco etapas:

1. Identificar todas as áreas que possivelmente podem ser áreas protegidas.
2. Desenvolver orientação específica para o Reino Unido com base nas Diretrizes de 2008.
3. Determinar o que é, e o que não é, uma área protegida sob a definição da UICN.



O Slimbridge Wetland Centre é administrado pela Wildfowl Wetlands Trust, uma das muitas ONGs que gerenciam PPAs no Reino Unido. © Nigel Dudley

4. Atribuir categorias de manejo e tipos de controle.
5. Coletar e relatar dados, inclusive para o WDPA.

À medida que o PNOTM evoluiu, ficou claro que havia necessidade de espalhar a compreensão sobre o projeto e assegurar que padrões consistentes fossem adotados. Para fazer isso, o projeto desenvolveu três inovações:

1. **A produção de um manual do Reino Unido.** Mostrando como as Diretrizes de 2008 poderiam ser aplicadas no contexto do Reino Unido (IUCN NCUK, 2012).
2. **Declarações de conformidade (SoCs).** Uma declaração descrevendo uma avaliação de áreas protegidas em relação a um conjunto padrão de perguntas para examinar sistematicamente se os locais individuais ou designações específicas estão de acordo com a definição da UICN. Essas declarações foram desenvolvidas pelos proprietários de terras em cooperação com o projeto PNOTM, e os proprietários de terras foram plenamente informados de que o objetivo era incluir seus dados no WDPA (Melhores práticas 7.1.6). Esse processo ajudou a identificar os principais problemas ao decidir quando uma área ou conjunto de áreas individuais, por tipo de designação, atendia ou não às Diretrizes de 2008. As SoCs são um recurso transparente disponível no site da IUCN NCUK para qualquer parte interessada analisar.
3. **Um Painel Nacional de Avaliação.** O painel, composto por especialistas do WCPA do Reino Unido familiarizados com os padrões internacionais da UICN para áreas protegidas, analisou cada SoC detalhadamente e indicou quais áreas/designações atendiam às Diretrizes de 2008. Isso cumpriu o requisito do WDPA para verificação de dados (Melhores Práticas 7.1.8).

Desafios

Uma vez confirmado o status da área protegida, os fornecedores de dados foram convidados a compilar listas de suas áreas protegidas, com categorias de gestão e tipos de governança propostas. No caso de órgãos estatutários de conservação da natureza, os protocolos de dados estabelecidos foram respeitados; mas com os conjuntos de dados das ONGs, que nunca haviam sido incluídos antes, foram coletados grandes conjuntos de dados novos sobre áreas protegidas do Reino Unido, revisados pelo Painel de Avaliação e depois transmitidos ao Centro de Monitoramento da Conservação Mundial da ONU (WCMC-PNUMA), o qual gerencia o Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (WDPA) (Melhores Práticas 7.1.4). A coleta de dados continua sendo um desafio. Os padrões de dados do WDPA eram novos para muitos interessados e as tarefas adicionais nem sempre eram bem-vindas pela equipe que já era responsável por muitas outras tarefas de gerenciamento de dados. Para superar isso, o PNOTM investiu em um esquema piloto com a Scottish Wildlife Trust para testar e demonstrar a praticidade do que estava sendo pedido, realizou reuniões presenciais com a equipe de dados de várias ONGs e apoiou uma oficina de treinamento do UNEP-WCMC e webinar para gestores de dados (Melhores Práticas 7.1.3). O PNOTM resultou em mudanças nos fluxos de dados de área protegida do Reino Unido para o WDPA, bem como forneceu uma visão da rede de área protegida do Reino Unido que é bem diferente daquela anteriormente relatada no WDPA. Especificamente no contexto deste documento, vários milhares de PPAs pertencentes ou gerenciadas por ONGs, protegendo quase 500.000 ha, foram identificadas, além de uma diversidade de tipos de governança que não haviam sido previamente registradas com precisão. Numa época em que os recursos para a conservação no setor público estão em declínio e o comprometimento com a política em algumas áreas enfraqueceu, entender essa contribuição para a conservação é particularmente importante (Crofts & Phillips, 2013; Crofts et al., 2014).

Resumo

- O cadastramento de PPAs é uma importante contribuição para o entendimento das redes nacionais de áreas protegidas (Melhores Práticas 6.2.1).
- Processos nacionais executados em cooperação, porém de forma independente do governo (Melhores Práticas 7.1.1) podem ser úteis para ajudar os proprietários/gestores de PPAs a entender e aplicar as Diretrizes de 2018 e esses padrões em um contexto nacional.
- A coleta de dados nem sempre é fácil e a cooperação próxima com o WCMC-PNUMA é necessária para ajudar as organizações que fornecem dados pela primeira vez (Princípio 7.1).

Recursos

E



Referências

- Avalon Marshes Landscape Partnership (2011). Supplementary Document – Full Project List. Available at: http://www.somersetwildlife.org/hres/Microsoft%20Word%20-%201.11%20-%20Full%20Project%20List%2010%2011%2011_SML.pdf
- Balaguera-Reina, S.A., Espinosa-Blanco A.S., Morales-Betancourt, M.A., Seijas, A.E., Lasso, C.A., Antelo, R. and Densmore III, L.D. (2017). 'Conservation status and regional habitat priorities for the Orinoco crocodile: Past, present, and future'. *PLoS ONE* 12(2): e0172439. Available at: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0172439>
- Bernstein, J. and Mitchell, B.A. (2005). 'Land trusts, private reserves and conservation easements in the United States'. *PARKS* 15(2):48–60. Available at: http://parksjournal.com/wp-content/uploads/2017/07/parks_15_2.pdf
- Bezaury-Creel, J.E., Ochoa-Ochoa, L.M. and Torres-Origel, J.F. (2012). *Base de Datos Geográfica de las Reservas de Conservación Privadas y Comunitarias en México Versión 2.1 Diciembre 31, 2012*. The Nature Conservancy. 2 Capas ArcGIS 9.2 + 1 Capa Google Earth KMZ + 1 Archivo de Metadatos en texto. Unpublished, available in CD format.
- Bingham, H., Fitzsimons, J.A., Redford, K.H., Mitchell, B.A., Bezaury-Creel, J. and Cumming, T.L. (2017). 'Privately protected areas: advances and challenges in guidance, policy and documentation'. *PARKS* 23(1):13–28. Available at: <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2017.PARKS-23-1HB.en> (Accessed: 26 September 2018).
- BMUB (2017). *Das Nationale Naturerbe. Naturschätze für Deutschland*. Berlin, Germany: Bundesministerium für Umwelt, Naturschutz, Bau und Reaktorsicherheit (BMUB). Available at: https://www.bmu.de/fileadmin/Daten_BMU/Pool/Broschueren/nat_naturerbe_bf.pdf (Accessed: 26 September 2018).
- Borrini-Feyerabend, G., Dudley, N., Jaeger, T., Lassen, B., Pathak Broome, N., Phillips, A. and Sandwith, T. (2013). *Governance of Protected Areas: From understanding to action*. Best Practice Protected Area Guidelines Series no. 20. Gland, Switzerland: IUCN. Available at: <https://portals.iucn.org/library/node/29138> (Accessed: 26 September 2018).
- Clements, H.S., Selinske, M.J., Archibald, C.L., Cooke, B., Fitzsimons, J.A., Groce, J.E., Torabi, N. and Hardy, M.J. (2018). 'Fairness and transparency are required for the inclusion of privately protected areas in publicly accessible conservation databases'. *Land* 7: 96. Available at: <https://doi.org/10.3390/land7030096>. (Accessed: 26 September 2018).
- Cohen, S., Dengate, J., Morrell, L. and Lee, K. (2015). 'The media and protected areas'. In: G.L. Worboys, M. Lockwood, A. Kothari, S. Feary and I. Pulsford (eds.) *Protected Area Governance and Management*, pp. 441–472. Canberra, Australia: ANU Press. Available at: <http://press-files.anu.edu.au/downloads/press/p312491/pdf/CHAPTER15.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- Colorado State Land Board (2017). Conservation Bank for Preble's Meadow Jumping Mouse. Available at: http://www.glo.texas.gov/wslca/downloads/conferences/2017/winter/surface-committee/CO_Prebles-Meadow-Jumping-Mouse-Conservation-Bank.pdf (Accessed: 6 October 2018)
- Commonwealth of Australia and each of its States and Territories (2010). *Australia's Strategy for the National Reserve System 2009-2030*. Canberra. Available at: <https://www.environment.gov.au/system/files/resources/643fb071-77c0-49e4-ab2f-220733beb30d/files/nrsstrat.pdf>. (Accessed: 26 September 2018).
- Commonwealth of Massachusetts and the Nature Conservancy (2010). *BioMap2 Conserving the Biodiversity of Massachusetts in a Changing World*. Massachusetts Department of Fish & Game and The Nature Conservancy. Available at: <https://www.mass.gov/files/documents/2016/08/wi/biomap2-summary-report.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- Conservation Measures Partnership (CMP) (2013). Open Standards for the Practice of Conservation. Available at <http://cmp-openstandards.org/wp-content/uploads/2017/06/CMP-OS-V3.0-Final-minor-update-May-2107.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- Convention on Biological Diversity (CBD) (2010). *Convention on Biological Diversity Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020*. UNEP/CBD/COP/DEC/X/2. Available at: <https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-10/cop-10-dec-02-en.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- Cowan, G.I., Mpongoma, N. and Britton, P. (eds.) (2010). *Management effectiveness of South Africa's protected areas*. Pretoria: Department of Environmental Affairs.
- Crofts, R., Dudley, N., Mahon, C., Partington, R., Phillips, A., Pritchard, S. and Stolton, S. (2014). *Putting Nature on the Map: A Report and Recommendations on the Use of the IUCN System of Protected Area Categorisation in the UK*. UK: IUCN National Committee UK. Available at: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2014-040.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- Crofts, R. and Phillips, P. (2013). 'Putting Nature on the Map: Applying the IUCN Protected Areas Management Categories in the UK'. *PARKS* 19.1. Available at: <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2013.PARKS-19-1.RC.en>
- Crosthwaite, J., Fitzsimons, J., Stanley, J. and Greacen, J. (2013). "'Networking the networks": coordinating Conservation Management Networks in Victoria'. In: J. Fitzsimons, I. Pulsford, and G. Wescott (eds.) *Linking Australia's Landscapes: Lessons and Opportunities from Large-scale Conservation Networks*, pp. 209–220. Melbourne, Australia: CSIRO Publishing.
- Cumming, T.L. (2007). 'Conservation incentives for private commercial farmers in the Thicket Biome, Eastern Cape, South Africa'. MSc thesis. Grahamstown, South Africa: Rhodes University. Available at: <http://vital.seals.ac.za/vital/access/manager/Repository/vital:4745> (Accessed: 26 September 2018).
- De Vasconcellos Pegas, F. and Castley, G. (2015). 'Private reserves in Brazil: Distribution patterns, logistical challenges, and conservation contributions'. *Journal for Nature Conservation* 29:14–24. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.jnc.2015.09.007>
- Dinerstein, E., Olson, D., Joshi, A., Vynne, C., Burgess, N.D., Wikramanayake, E., Hahn, N., Palminteri, S., Hedao, P., Noss, R., Hansen, M., Locke, H., Ellis, E.C., Jones, B., Barber, C.V., Hayes, R., Kormos, C., Martin, V., Crist, E., Sechrest, W., Price, L., Baillie, J.E.M., Weeden, D., Suckling, K., Davis, C., Sizer, N., Moore, R., Thau, D., Birch, T., Potapov, P., Turubanova, S., Tyukavina, A., De Souza, N., Pintea, L., Brito, J.C., Llewellyn, O.A., Miller, A.G., Patzelt, A., Ghazanfar, S.A., Timberlake, J., Klöser, H., Shennan-Farpón, Y., Kindt, R., Lillesø, J.-P.B., van Breugel, P., Graudal, L., Voge, M., Al-Shammari, K.F. and Saleem, M. (2017). 'An ecoregion-based approach to protecting half the terrestrial realm'. *BioScience* 67:534–545. Available at: <https://doi.org/10.1093/biosci/bix014> (Accessed: 26 September 2018).
- Dodds, R. (2012). 'Eco-tourism for Education and Marine Conservation: the Chumbe Island Coral Park in Zanzibar'. *TEOROS Special Issue*: 91–97. Available at: <https://journals.openedition.org/teoros/1990> (Accessed: 26 September 2018).

- Dudley, N. (ed.) (2008). *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories*. Gland, Switzerland: IUCN. Available at: <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2008.PAPS.2.en> (Accessed: 26 September 2018).
- Dudley, N. (2011). *Authenticity in Nature: Making choices about the naturalness of ecosystems*. London, UK: Earthscan.
- Dudley, N., Bhagwat, S., Higgins-Zogib, L., Lassen, B., Verschuuren, B. and Wild, R. (2010). 'Conservation of biodiversity in sacred natural sites in Asia and Africa: a review of scientific literature'. In: B. Verschuuren, R. Wild, J. McNeely and G. Oviedo (eds.) *Sacred Natural Sites*, pp. 19–31. London, UK: Earthscan.
- Ellwood, E., Crimmins, T. and Miller-Rushing, A. (eds.) (2017). 'The role of citizen science in biological conservation'. *Biological Conservation*. 208:1–188. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2016.10.014>
- Farmer, J.R., Brenner, J.C., Drescher, M., Dickinson, S., and Knackmuhs, E.G. (2016). Perpetual private land conservation: the case for outdoor recreation and functional leisure. *Ecology and Society* 21(2):46. Available at: <https://doi.org/10.5751/ES-08515-210246>
- Farmer, J.R., Knapp, D., Meretsky, V.J., Chancellor, C. and Fischer, B.C. (2011). 'Motivations influencing the adoption of conservation easements'. *Conservation Biology* 25:827–834. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2011.01686.x> (Accessed: 26 September 2018).
- Fitzsimons, J.A. (2006). 'Private Protected Areas? Assessing the suitability for incorporating conservation agreements over private land into the National Reserve System: A Case Study of Victoria'. *Environmental and Planning Law Journal* 23:365–385.
- Fitzsimons, J.A. (2015). 'Private protected areas in Australia: Current status and future directions'. *Nature Conservation* 10:1–23. Available at: <https://doi.org/10.3897/natureconservation.10.8739> (Accessed: 26 September 2018).
- Fitzsimons, J.A. and Wescott, G. (2007). 'Perceptions and attitudes of land managers in multi-tenure reserve networks and the implications for conservation'. *Journal of Environmental Management* 84:38–48. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2006.05.009> (Accessed: 26 September 2018).
- Fitzsimons, J.A. and Wescott, G. (2008a). 'Ecosystem conservation in multi-tenure reserve networks: The contribution of land outside of publicly protected areas'. *Pacific Conservation Biology* 14: 250–262. Available at: <https://doi.org/10.1071/PC080250> (Accessed: 26 September 2018).
- Fitzsimons, J.A. and Wescott, G. (2008b). 'The role of multi-tenure reserve networks in improving reserve design and connectivity'. *Landscape and Urban Planning* 85:163–173. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2007.11.001> (Accessed: 26 September 2018).
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) (2017). *Free, Prior and Informed Consent: An indigenous peoples' right and a good practice for local communities: Manual for project practitioners*. Rome: FAO. Available at: <http://www.fao.org/3/a-i6190e.pdf>. (Accessed: 26 September 2018).
- Franks, P, Martin, A. and Schreckenber, K. (2016). From livelihoods to equity for better protected area conservation. *Briefing*. International Institute for Environment and Development (IIED). Available at: <http://pubs.iied.org/pdfs/17370IIED.pdf> (Accessed: 5 October 2018)
- Gilligan, B. and Syneca Consulting Pty Ltd (2007). *Review and Evaluation of the Tasmanian Private Forest Reserves Program*. Report for the Tasmanian Department of Primary Industries and Water, Hobart. Available at: <https://dpiw.tas.gov.au/Documents/PFRP-Evaluation-Report.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- Gobierno de Chile (2015). Declara lugar de interés científico para efectos mineros area ubicada en Región de Magallanes, Provincia de Tierra del Fuego, Comuna de Timaukel. Diario Oficial No. 41.219
- Gordon, A., Bull, J.W., Wilcox, C. and Maron, M. (2015). 'Perverse incentives risk undermining biodiversity offset policies'. *Journal of Applied Ecology*. 52:532–537. Available at: <https://doi.org/10.1111/1365-2664.12398> (Accessed: 26 September 2018).
- Government of South Africa (2010). *National Protected Area Expansion Strategy for South Africa 2008. Priorities for expanding the protected area network for ecological sustainability and climate change adaptation*. Pretoria, South Africa: Department of Environmental Affairs. Available at: https://www.environment.gov.za/sites/default/files/docs/nationalprotected_areasexpansion_strategy.pdf (Accessed: 26 September 2018).
- Government of South Africa (2015a). *The National Development Plan*. Pretoria: Department: The Presidency.
- Government of South Africa (2015b). *National Biodiversity Strategy and Action Plan*. Pretoria, South Africa: Department of Environmental Affairs. Available at: <https://www.cbd.int/doc/world/za/za-nbsap-v2-en.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- Greiber, T. (ed.) (2009). *Payments for Ecosystem Services. Legal and Institutional Frameworks*. Gland, Switzerland: IUCN. Available at: <https://portals.iucn.org/library/node/9497> (Accessed: 26 September 2018).
- Grêt-Regamey, A., Sirén, E., Brunner, S.H. and Weibel, B. (2017). 'Review of decision support tools to operationalize the ecosystem services concept'. *Ecosystem Services* 26:306–315. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2016.10.012>
- Gross, J.E., Woodley, S., Welling, L.A. and Watson, J.E.M. (eds.) (2016). *Adapting to Climate Change: Guidance for protected area managers and planners*. Best Practice Protected Area Guidelines Series no. 24. Gland, Switzerland: IUCN. Available at: <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2017.PAG.24.en> (Accessed: 26 September 2018).
- Groves, C.R. and Game, E.T. (2016). *Conservation planning: informed decisions for a healthier planet*. Greenwood Village, Colorado: Roberts and Co.
- Halliday, L., Castley, J.G., Fitzsimons, J.A., Tran, C. and Warnken, J. (2012). 'Fire management on private conservation lands: Knowledge, perceptions and actions of landholders in eastern Australia'. *International Journal of Wildland Fire* 21:197–209. Available at: <https://doi.org/10.1071/WF10148> (Accessed: 26 September 2018).
- Hardy, M.J., Bekessy, S.A., Fitzsimons, J.A., Mata, L., Cook, C., Nankivell, A., Smillie, K. and Gordon, A. (2018a). 'Protecting nature on private land using revolving funds: Assessing property suitability'. *Biological Conservation* 220:84–93. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2018.01.026> (Accessed: 26 September 2018).
- Hardy, M.J., Fitzsimons, J.A., Bekessy, S.A. and Gordon, A. (2017). 'Exploring the permanence of conservation covenants'. *Conservation Letters* 10:221–230. Available at: <https://doi.org/10.1111/conl.12243> (Accessed: 26 September 2018).
- Hardy, M.J., Fitzsimons, J.A., Bekessy, S.A. and Gordon, A. (2018b). 'Factors influencing property selection for conservation revolving funds'. *Conservation Biology* 32:276–286. Available at: <https://doi.org/10.1111/cobi.12991> (Accessed: 26 September 2018).
- Hardy, M.J., Fitzsimons, J.A., Bekessy, S.A. and Gordon, A. (2018c). 'Purchase, protect, resell, repeat: an effective approach for conserving biodiversity on private land?' *Frontiers in Ecology and the Environment* 16:336–344. Available at: <https://doi.org/10.1002/fee.1821> (Accessed: 26 September 2018).
- Hockings, M., Stolton, S., Leverington, F., Dudley, N. and Courrau, J. (2006). *Evaluating Effectiveness: A framework for assessing*

- management effectiveness of protected areas*, 2nd Edition. Gland, Switzerland: IUCN WCPA and Brisbane, Australia: University of Queensland. Available at: <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2005.PAG.14.en> (Accessed: 26 September 2018).
- Hora, B., Marchant, C. and Borsdorf, A. (2018). 'Private Protected Areas in Latin America: Between conservation, sustainability goals and economic interests. A review'. *eco.mont* 1:87–94. Available at: <https://doi.org/10.1553/eco.mont-10-1s87> (Accessed: 26 September 2018).
- Humann, D. (2012). 'A personal journey to innovation'. In: P. Figgis, J. Fitzsimons and J. Irving (eds.) *Innovation for 21st Century Conservation*, pp. 16–23. Sydney, Australia: Australian Committee for IUCN. Available at: https://www.iucn.org/sites/dev/files/import/downloads/innovation_for_21st_century_conservation_low.pdf (Accessed: 26 September 2018).
- International Union for Conservation of Nature (IUCN) (2016a). *A Global Standard for the Identification of Key Biodiversity Areas*, Version 1.0. First edition. Gland, Switzerland: IUCN. Available at: <https://portals.iucn.org/library/node/46259>. (Accessed: 27 September 2018).
- International Union for Conservation of Nature (IUCN) (2016b). *WCC-2016-Res-036-EN Supporting privately protected areas*. Gland, Switzerland: IUCN. Available at: https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/resrecfiles/WCC_2016_RES_036_EN.pdf (Accessed: 6 February 2018).
- International Union for Conservation of Nature and World Commission on Protected Areas (IUCN/WCPA) (2016). *IUCN Green List of Protected and Conserved Areas: User Manual*, Version 1.0. Gland, Switzerland: IUCN. Available at: https://www.iucn.org/sites/dev/files/content/documents/iucn_green_list_user_manual_version_1.0_september_2016_nov.pdf. (Accessed: 26 September 2018).
- International Union for Conservation of Nature National Committee UK (IUCN NCUK) (2012). *Putting nature on the map identifying protected areas in the UK: A handbook to help identify protected areas in the UK and assign management categories and governance types to them*. Mold, UK: IUCN National Committee UK. Available at: <https://iucnuk.files.wordpress.com/2017/05/pnotm-handbook-small.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- Joint ANZECC/MCFFA National Forest Policy Statement Implementation Sub-Committee (JANIS) (1997). *Nationally agreed criteria for the establishment of a comprehensive, adequate and representative reserve system for forests in Australia*. Canberra, Australia: Joint ANZECC/MCFFA National Forest Policy Statement Implementation Sub-Committee. Available at: http://www.agriculture.gov.au/SiteCollectionDocuments/rfa/publications/nat_nac.pdf (Accessed: 26 September 2018).
- Jonas H.D., Barbuto, V., Jonas, H.C., Kothari, A. and Nelson, F. (2014). 'New steps of change: looking beyond protected areas to consider other effective area-based conservation measures'. *PARKS* 20(2):111–128. Available at: <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2014.PARKS-20-2.HDJ.en> (Accessed: 26 September 2018).
- Jonas, H.D., MacKinnon, K., Dudley, N., Hockings, M., Jesses, S., Laffoley, D., MacKinnon, D., Matallana-Tóbon, C.L., Sandwith, T., Waithaka, J. and Woodley, S. (2018). 'Editorial essay: Other Effective Area-based Conservation Measures: From Aichi Target 11 to the post-2020 biodiversity framework'. *PARKS* 24 (Special issue):9–16. Available at: https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2018.PARKS_24_SIHJ.en
- Keppel, G., Morrison, C., Hardcastle, J., Rounds, I.A., Wilmott, I.K., Hurahura, F. and Shed, P.K. (2012). 'Conservation in tropical Pacific island countries: case studies of successful programmes'. *PARKS* 18(1):111–123. Available at: <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2012.PARKS-18-1.GK.en> (Accessed: 26 September 2018).
- Knight, A.T., Cowling, R.M., Difford, M. and Campbell, B.M. (2010). 'Mapping human and social dimensions of conservation opportunity for the scheduling of conservation action on private land'. *Conservation Biology* 24(5):1348–1358. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2010.01494.x>
- Knight, A.T., Cowling, R.M., Rouget, M., Balmford, A., Lombard, A.T. and Campbell, B.M. (2008). 'Knowing but not doing: selecting priority conservation areas and the research-implementation gap'. *Conservation Biology* 22:610–617. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2008.00914.x> (Accessed: 26 September 2018).
- Knight, A.T., Grantham, H., Smith, R.J., McGregor, G.K., Possingham, H.P. and Cowling, R.M. (2011). 'Land manager willingness-to-sell defines conservation opportunity for protected area expansion'. *Biological Conservation* 144:2623–2630. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2011.07.013> (Accessed: 26 September 2018).
- Knight, A.T., Sarkar, S., Smith, R.J., Strange, N. and Wilson, K.A. (2011c). 'Engage the hodge-podge: management factors are essential when prioritising areas for restoration and conservation opportunity'. *Diversity and Distributions* 17(6):1234–1238. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.1472-4642.2011.00789.x> (Accessed: 26 September 2018).
- Lafarge (2007). *Driving Quarry Restoration*, Paris: Lafarge. Available at: <https://www.cbd.int/financial/privatesector/france-privatewwflafarge.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- Land Trust Alliance (2015). *National Land Trust Census Report*. Washington, DC, USA: Land Trust Alliance. Available at: <http://s3.amazonaws.com/landtrustalliance.org/2015NationalLandTrustCensusReport.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- Lausche, B. (2011). *Guidelines for Protected Areas Legislation*. Gland, Switzerland: IUCN. Available at: <https://portals.iucn.org/library/node/10133> (Accessed: 26 September 2018).
- Leménager, T., King, D., Elliott, J., Gibbons, H. and King, A. (2014). 'Greater than the sum of their parts: environmental complementarity between public, private and communities protected areas'. *Global Ecology and Conservation* 2:238–247. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.gecco.2014.09.009> (Accessed: 26 September 2018).
- Leung, Y.-F., Spenceley, A., Hvenegaard, G. and Buckley, R. (eds.) (2018). *Tourism and Visitor Management in Protected Areas: Guidelines for Sustainability*. IUCN Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 27. Gland, Switzerland: IUCN. Available at: <https://portals.iucn.org/library/node/47646>
- Levitt, J.N. (ed.) (2014). *Conservation catalysts. The academy as nature's agent*. Cambridge, USA: Lincoln Institute of Land Policy. Available at: https://www.lincolnst.edu/sites/default/files/pubfiles/conservation-catalysts-full_0.pdf (Accessed: 26 September 2018).
- Lopoukhine, N., Crawhall, N., Dudley, N., Figgis, P., Karibuhoye, C., Laffoley, D., Miranda Londoño, J., MacKinnon, K. and Sandwith, T. (2012). 'Protected areas: providing natural solutions to 21st Century challenges'. *S.A.P.I.EN.S*: 5(2).
- Maphisa, D.H., Smit-Robinson, H., Underhill, L.G. and Altwegg, R. (2017). 'Management factors affecting densities of common grassland birds of high elevation grasslands of eastern South Africa: Ingula as a Case Study'. *Avian Research* 8(5). Available at: <https://doi.org/10.1186/s40657-017-0063-8> (Accessed: 26 September 2018).
- Marnewick, M.D., Retief, E.F., Wright, D.R. and Theron, N.T. (2015). *South Africa's Important Bird and Biodiversity Areas Status Report 2015*. Johannesburg, South Africa: BirdLife South Africa. Available at: <https://www.birdlife.org.za/images/IBA/Documents/IBA%20Status%20Report%20low%20res.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- Mascia, M.B. and Pailler, S. (2011). 'Protected area downgrading, downsizing, and degazettement (PADDD) and its conservation

- implications'. *Conservation Letters* 4:9–20. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.1755-263X.2010.00147.x> (Accessed: 26 September 2018).
- Mascia, M.B., Pailler, S., Krithivasan, R., Roshchanka, V., Burns, D., Mlotha, M.J., Murray, D.R. and Peng, N. (2014). 'Protected area downgrading, downsizing, and degazettement (PADD) in Africa, Asia, and Latin America and the Caribbean, 1900–2010'. *Biological Conservation* 169:355–361. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2013.11.021> (Accessed: 26 September 2018).
- Mayorquín, A., Valenzuela, S. and Orlando Rangel Ch, J. (2010). 'Evaluación de la efectividad de manejo en reservas naturales de la sociedad civil: una propuesta metodológica' (Assessing management effectiveness in Natural Reserves of Civil Society: a methodological proposal) *Caldasia* 32:381–397. Available at: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/cal/article/view/36230> (Accessed: 26 September 2018).
- Mesquita, C.A.B. and Weyland Vieira, M.C. (2004). *Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica*. São Paulo, Brazil: Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Available at: http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/caderno_28.pdf (Accessed: 26 September 2018).
- Mitchell, B.A. (2005). Editorial. *PARKS* 15(2):1–5. Available at: http://parksjournal.com/wp-content/uploads/2017/07/parks_15_2.pdf (Accessed: 26 September 2018).
- Mitchell, B.A., Fitzsimons, J.A., Stevens, C.M.D. and Wright, D.R. (2018). 'PPA or OECM? Differentiating between privately protected areas and other effective conservation measures on private land'. *PARKS* 24 (Special Issue):49–60. Available at: <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2018.PARKS-24-SIBAM.en> (Accessed: 26 September 2018).
- Mitchell, B.A., Walker, Z. and Walker, P. (2017). 'A governance spectrum: Protected areas in Belize'. *PARKS* 23(1):45–60. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2017.PARKS-23-1BAM.en>
- Monteferrri, B. and Coll, D. (2009). *Conservación Privada y Comunitaria en los Países Amazónicos*. Lima, Peru: Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (SPDA).
- Natural Resource Management Ministerial Council (2005). *Directions for the National Reserve System: A partnership approach*. Canberra, Australia: Natural Resource Management Ministerial Council. Available at: <https://www.environment.gov.au/system/files/pages/35ded9a1-0a17-47fa-a518-05f7bfe045ce/files/directions.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- Natural Resource Management Ministerial Council (2009). *Australia's Strategy for the National Reserve System 2009–2030*. Canberra, Australia: Natural Resource Management Ministerial Council. Available at: <http://www.environment.gov.au/system/files/resources/643fb071-77c0-49e4-ab2f-220733beb30d/files/nrsstrat.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- Neugarten, R.A., Langhammer, P.F., Osipova, E., Bagstad, K.J., Bhagabati, N., Butchart, S.H.M., Dudley, N., Elliott, V., Gerber, L.R., Gutierrez Arrellano, C., Ivanić, K.-Z., Kettunen, M., Mandle, L., Merriman, J.C., Mulligan, M., Peh, K.S.-H., Raudsepp-Hearne, C., Semmens, D.J., Stolton, S. and Willcock, S. (2018). *Tools for measuring, modelling, and valuing ecosystem services: Guidance for Key Biodiversity Areas, natural World Heritage Sites, and protected areas*. Gland, Switzerland: IUCN. Available at: <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2018.PAG.28.en> (Accessed: 26 September 2018).
- Odendaal, N. and Shaw, D. (2010). 'Conservation and economic lessons learned from managing the NamibRand Nature Reserve'. *Great Plains Research* 20(1):29–36. Available at: <https://www.jstor.org/stable/23782173> (Accessed: 26 September 2018).
- Ojidos, F. (2017). *Conservação em ciclo contínuo: modelo de gestão para financiamento de Reserva Particular do Patrimônio Natural*. São Paulo, Brazil: Nazaré Paulista. Available at: <https://escas.org.br/download/produtos-finais/nazare-15/Flavio-Silva-Ojidos.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- Palmer, M. and Finlay, V. (2003). *Faith in Conservation: New approaches to religion and the environment*. Washington, DC, USA: The World Bank. Available at: <http://siteresources.worldbank.org/INTBIODIVERSITY/214584-1112712965549/20480342/FaithInConservationNewApproachesPreface2003.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- Pasquini, L., Fitzsimons, J.A., Cowell, S., Brandon, K. and Wescott, G. (2011). 'The establishment of large private nature reserves by conservation NGOs: key factors for successful implementation'. *Oryx* 45:373–380. Available at: <https://doi.org/10.1017/S0030605310000876> (Accessed: 26 September 2018).
- Pellin, P. and Lima Ranieri, V.E. (2016). 'Voluntary preservation on private land in Brazil: characterisation and assessment of the effectiveness of managing Private Reserves of Natural Heritage'. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium* 7(1):33–52.
- Pence, G.Q.K., Botha, M.A. and Turpie, J.K. (2003). 'Evaluating combinations of on- and off-reserve conservation strategies for the Agulhas Plain, South Africa: a financial perspective'. *Biological Conservation* 112(1-2):253–274. Available at: [https://doi.org/10.1016/S0006-3207\(02\)00413-5](https://doi.org/10.1016/S0006-3207(02)00413-5) (Accessed: 26 September 2018).
- Rissman, A.R. and Butsic, V. (2011). 'Land trust defense and enforcement of conserved areas'. *Conservation Letters* 4:31–37. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.1755-263X.2010.00136.x> (Accessed: 26 September 2018).
- Röttger, C., Strauss, A. and Horstmeyer, N. (eds.) (2016). *Nature Conservation in Eastern Europe, Caucasus and Central Asia*. Bonn, Germany: Bundesamt für Naturschutz. Available at: <https://www.bfn.de/fileadmin/BfN/service/Dokumente/skripten/Skript447.pdf> (Accessed: 5 October 2018)
- Ruseva, T., Farmer, J. and Chancellor, C. (2016). 'Networking for conservation: Social capital and perceptions of organizational success among land trust boards'. *Ecology and Society*, 21(2). Available at: <https://doi.org/10.5751/ES-08618-210250> (Accessed: 26 September 2018).
- Saavedra, B., Simonetti, J.A. and Redford, K.H. (2011). 'Private conservation: the example that the Wildlife Conservation Society builds from Tierra del Fuego'. In: E. Figueroa B. (ed.). *Biodiversity Conservation in the Americas: Lessons and Policy*, pp. 357–392. Editorial FEN-Universidad de Chile. Santiago, Chile: Besegraf Ltda.
- Sayre, R., Roca, E., Sedaghatkish, G., Young, B., Keel, S., Roca, R.L. and Sheppard, S. (eds) (2000). *Nature in Focus: Rapid Ecological Assessment*. Island Press, Washington, DC.
- Selinske, M.J., Coetzee, J., Purnell, K. and Knight, A.T. (2015). 'Understanding the motivations, satisfaction, and retention of landowners in private land conservation programs'. *Conservation Letters* 8:282–289. Available at: <https://doi.org/10.1111/conl.12154> (Accessed: 26 September 2018).
- Selinske, M.J., Cooke, B., Torabi, N., Hardy, M.J., Knight, A.T. and Bekessy, S.A. (2016). 'Locating financial incentives among diverse motivations for long-term private land conservation'. *Ecology and Society* 22(2):7. Available at: <https://doi.org/10.5751/ES-09148-220207> (Accessed: 26 September 2018).
- Selinske, M., Hardy, M., Gordon, A. and Knight, A. (2017). *Policy brief for Privately Protected Areas Futures 2017: Supporting the long-term stewardship of privately protected areas*. Available at: <https://osf.io/znsdq/download> (Accessed: 26 September 2018).
- Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado SERNANP, Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (2014).

- Documento de trabajo 10: Áreas de Conservación Privada. Peru: SERNANP. Available at: <http://www.sernanp.gob.pe/documentos/10181/255769/%C3%81reas-de-Conservaci%C3%B3n-Privada-Documento-de-trabajo-10.pdf/b77fd3a7-f235-40fa-839a-b60889e343fe> (Accessed: 26 September 2018).
- Shackleton, C.M., Cundill, G. and Knight, A.T. (2009). 'Beyond just research: experiences from Southern Africa in developing social learning partnerships for resource conservation initiatives'. *Biotropica* 41:563–570. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.1744-7429.2009.00559.x> (Accessed: 26 September 2018).
- Solano, P. and Wust, W. (2005). *Manos para mejores tiempos: experiencias exitosas de conservación en el Perú*. Peru: Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (SPDA). Available at: https://spda.org.pe/?wpfb_dl=103 (Accessed: 26 September 2018).
- South African National Biodiversity Institute (SANBI) (2015). *The business case for biodiversity stewardship. A report produced for the Department of Environmental Affairs*. Developed by Cumming, T., Driver, A., Pillay, P., Martindale, G., Purnell, K., McCann, and Maree, K. South African National Biodiversity Institute, Pretoria. Available at: <https://www.sanbi.org/wp-content/uploads/2018/04/sanbi-biodiversity-stewardship-business-case-factsheet.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- South African National Biodiversity Institute (SANBI) (2016). *Lexicon of Biodiversity Planning in South Africa*. Beta Version, June 2016. Pretoria, South Africa: South African National Biodiversity Institute. Available at: http://biodiversityadvisor.sanbi.org/wp-content/uploads/2016/06/2016_06_02-Lexicon.pdf (Accessed: 26 September 2018).
- Smith, F., Smillie, K., Fitzsimons, J., Lindsay, B., Wells, G., Marles, V., Hutchinson, J., O'Hara, B., Perrigo, T. and Atkinson, I. (2016). 'Reforms required to the Australian tax system to improve biodiversity conservation on private land'. *Environmental and Planning Law Journal* 33:443–450. Available at: <http://hdl.handle.net/10536/DRO/DU:30087854> (Accessed: 26 September 2018).
- Stolton, S., Hockings, M., Dudley, N., MacKinnon, K., Whitten, T. and Leverington, F. (2007). *Management Effectiveness Tracking Tool. Reporting Progress at Protected Area Sites*. 2nd Edition. Gland, Switzerland: WWF International.
- Stolton, S., Redford, K.H. and Dudley, N. (2014). *The Futures of Privately Protected Areas*. Gland, Switzerland: IUCN. Available at: <https://portals.iucn.org/library/node/44856> (Accessed: 26 September 2018).
- Tasos, H., Dieterich, M., Ibsch, P.L., Mihok, B. and Selva, N. (2014). The challenge of implementing the European network of protected areas Natura 2000. *Conservation Biology* 29(1):260–270. Available at: <https://doi.org/10.1111/cobi.12366>
- Taylor, M.F.J., Fitzsimons, J. and Sattler, P. (2014). *Building Nature's Safety Net 2014: A decade of protected area achievements in Australia*. Sydney, Australia: WWF-Australia.
- Taylor, P., Asner, G., Dahlin, K., Anderson, C., Knapp, D., Martin, R., Mascaro, J., Chazdon, R., Cole, R., Wanek, W., Hofhansl, F., Malavassi, E., Vilchez-Alvarado, B. and Townsend, A. (2015). 'Landscape-scale controls on aboveground forest carbon stocks on the Osa Peninsula, Costa Rica'. *PLoS One* 10: e0126748. Available at: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0126748> (Accessed: 26 September 2018).
- The Nature Conservancy (TNC) (2018). *Private Lands Conservation: Conservation Buyer Program*. Arlington, USA: The Nature Conservancy. Available at: <https://www.nature.org/en-us/about-us/who-we-are/how-we-work/private-lands-conservation/> (Accessed: 26 September 2018).
- The Nature Conservancy and Conservation International (TNC and CI) (2012). *Practitioner's Field Guide for Marine Conservation Agreements: Best Practices for Integrating Rights-based Incentive Agreements into Ocean and Coastal Conservation Efforts*. Final V2. Narragansett, Rhode Island: The Nature Conservancy. Available at: http://www.reefresilience.org/wp-content/uploads/Practitioners_Field_Guide_for_Marine_Conservation_Agreements_2012.pdf
- Thompson Jr., B.H. (2004.) The Trouble with Time: Influencing the Conservation Choices of Future Generations, *Natural Resources Journal*, 44:601. Available at: <http://digitalrepository.unm.edu/nrj/vol44/iss2/13> (Accessed: 26 September 2018).
- Toft, R. and Larsen, T.H. (2010). *Osa, where the Rainforest Meets the Sea*. Zona Tropical Publications.
- Tourenq, C., Field, T. and Searle, A. (2016). 'Restoration of Banrock Station Ramsar wetlands, South Australia: over 20 years of successful involvement by a private agribusiness'. In M.J. Mulongoy and J. Fry (eds.) *Restoring Life on Earth: Private-sector Experiences in Land Reclamation and Ecosystem Recovery*. CBD Technical Series no. 88, pp. 25–36. Montreal, Canada: SCBD. Available at: <https://www.cbd.int/doc/publications/cbd-ts-88-en.pdf> (Accessed: 26 September 2018).
- United Nations (UN) (2007). United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples. Available at: <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/declaration-on-the-rights-of-indigenous-peoples.html> (Accessed: 26 September 2018).
- UN Environment World Conservation Monitoring Centre (UNEP-WCMC) (2017). *World Database on Protected Areas User Manual 1.5*. Cambridge, UK: UNEP-WCMC. Available at: www.wcmc.io/WDPA_Manual (Accessed: 26 September 2018).
- UN Environment World Conservation Monitoring Centre and International Union for Conservation of Nature (UNEP-WCMC and IUCN) (2018). Protected Planet: The World Database on Protected Areas (WDPA) [On-line], October 2018, Cambridge, UK: UNEP-WCMC and IUCN. Available at: www.protectedplanet.net
- Wilson, K.A., Underwood, E.C., Morrison, S.A., Klausmeyer, K.R., Murdoch, W.W., Reyers, B., Wardell-Johnson, G., Marquet, P.A., Rundel, P.W., McBride, M.F., Pressey, R.L., Bode, M., Hoekstra, J.M., Andelman, S.J., Looker, M., Rondinini, C., Kareiva, P., Shaw, M.R. and Possingham, H.P. (2007). 'Conserving biodiversity efficiently: what to do, where and when'. *PLoS Biology*, 5: e223. Available at: <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.0050223>
- Worboys, G.L., Lockwood, M., Kothari, A., Feary, S. and Pulsford, I. (eds.) (2015). *Protected Area Governance and Management*. Canberra, Australia: ANU Press. Available at: <http://press-files.anu.edu.au/downloads/press/p312491/pdf/book.pdf?referer=372> (Accessed: 26 September 2018) Also available at: https://doi.org/10.26530/OAPEN_569111 and <https://doi.org/10.22459/PAGM.04.2015>.
- Worboys, G.L. and Trzyna, T. (2015). 'Managing protected areas'. In: G.L. Worboys, M. Lockwood, A. Kothari, S. Feary and I. Pulsford (eds) *Protected Area Governance and Management*, pp. 207–250. Canberra, Australia: ANU Press. Available at: https://doi.org/10.26530/OAPEN_569111 and <https://doi.org/10.22459/PAGM.04.2015>
- World Tourism Organization (UNWTO) (2016). *The Transformative Power of Tourism: a paradigm shift towards a more responsible traveller*. Affiliate Members Global Reports, Volume 14. Madrid, Spain: UNWTO.
- Young, M.D., Gunningham, N., Elix, J., Lambert, J., Howard, B., Grabosky, P. and McCrone, E. (1996). *Reimbursing the future: an evaluation of motivational voluntary, price-based, property-right, and regulatory incentives for the conservation of biodiversity*, Parts 1 and 2. Biodiversity series, Paper no. 9. Canberra: Department of the Environment, Sport and Territories.

Notas Finais

1. www.iucn.org/theme/protected-areas/publications/best-practice-guidelines
2. www.conservacionpatagonica.org/home.htm#
3. www.nps.gov/tappr/index.htm
4. www.iucn.org/theme/protected-areas/our-work/iucn-green-list
5. www.sneeuiberg.com/pages/conservation/
6. www.cbd.int/nbsap/
7. www.keybiodiversityareas.org/about
8. www.birdlife.org/worldwide/programme-additional-info/important-bird-and-biodiversity-areas-ibas
9. www.ramsar.org/
10. whc.unesco.org
11. www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/
12. www.conservamospomaturaleza.org/destino/reserva-ecologica-chaparri/
13. www.fpwc.org/
14. www.fpwc.org/caucasus-wildlife-refuge/
15. portals.iucn.org/library/node/46447
16. portals.iucn.org/library/node/44188
17. portals.iucn.org/library/node/44114
18. singita.com/region/singita-grumeti/
19. www.chumbeisland.com/
20. caiman.com.br/en/
21. portals.iucn.org/library/node/46476
22. www.eskom.co.za/news/Pages/2018Jun3.aspx
23. www.iucn.org/pa_guidelines
24. papaco.org/moocs/
25. www.environment.gov.za/sites/default/files/legislations/nema_amendment_act57.pdf
26. www.protectedplanet.net/
27. www.gbif.org/
28. www.iucnredlist.org/
29. www.nationalredlist.org/
30. www.keybiodiversityareas.org/home
31. earth.google.com/web/
32. earthengine.google.com/
33. www.globalforestwatch.org/
34. www.planet.com/
35. www.bushheritage.org.au/
36. www.bushheritage.org.au/places-we-protect/new-south-wales/naree
37. earthdata.nasa.gov/earth-observation-data/near-real-time/firms/active-fire-data
38. fires.globalforestwatch.org/home/
39. frepesp.org.br/sim-rppn/
40. www.theconservationlandtrust.org/eng/el_cani.htm
41. www.seasonsinafrica.com/lodges-in-south-africa/kruger-lowveld-lodges-the-outpost-kruger-national-park/makuleke-history/
42. www.theislandfoundation.com/
43. www.lafarge.co.ke/4_A_3-Haller_Park
44. www.bushheritage.org.au/
45. iris.thegiin.org/
46. cmp-openstandards.org/
47. www.miradi.org/
48. asiconservachile.cl/acch/
49. www.protectedplanet.net/c/protected-areas-management-effectiveness-pame
50. www.landtrustalliance.org/about-us
51. institutolife.org/en/
52. www.thelongrun.org/
53. knowhownonprofit.org/how-to/how-to-set-up-a-volunteering-programme
54. www.rspb.org.uk/
55. www.natureconservancy.ca/en/
56. www.facebook.com/CREWCitSciZA/
57. naankuse.com/
58. www.fundacaogrupoboticario.org.br/en/what-we-do/nature-preserves/pages/nature-preserver-salto-morato-public-usage.aspx
59. www.natureconservancy.ca/en/
60. www.fjocotoco.org/
61. www.conservamospomaturaleza.org/
62. www.conservamospomaturaleza.org/colabora/dona-tu-talento/
63. www.conservamospomaturaleza.org/explora/
64. www.conservamospomaturaleza.org/accion/dona/
65. galianoconservancy.ca/
66. galianoconservancy.ca/walkalong/
67. www.americanprairie.org/
68. www.americanprairie.org/wild-sky-beef
69. www.colorado.gov/statelandboard
70. escas.org.br/download/produtos-finais/nazare-15/Flavio-Silva-Ojidos.pdf
71. thomasfoundation.org.au/the-david-thomas-challenge/
72. busquedas.elperuano.pe/normaslegales/reconocen-el-area-de-conservacion-privada-las-naranjas-ub-resolucion-ministerial-no-147-2018-minam-1637750-1/
73. iwjv.org/funding-opportunity/north-american-wetlands-conservation-act-nawca
74. www.fijiwater.com/company.html
75. www.conservation.org/projects/Pages/sustainable-development-for-fiji-people-sovi-basin.aspx
76. www.ecosystemmarketplace.com/
77. www.afoclt.org
78. www.bfn.de/en/activities/national-natural-heritage.html
79. ec.europa.eu/environment/life/funding/lifeplus.htm
80. chile.wcs.org/Karukinka.aspx
81. www.iucn.org/about/members/national-and-regional-committees
82. www.borana.co.ke/
83. caiman.com.br/en/ecological-refuge/
84. www.sinaldovale.org/about-us
85. www.sixsenses.com/resorts/laamu/sustainability
86. www.upm.com/Responsibility/forests/Biodiversity/Pages/default.aspx
87. federation.edu.au/research/technology-parks-and-nanya-station/hanya-station
88. www.banrockstation.com.au/take-5-with-dr-christophe-tourenq/
89. www.isvolunteers.org
90. cedarcreek.umn.edu/about
91. www.attenboroughnaturecentre.co.uk/
92. www.mvotma.gub.uy/component/k2/item/10010680-area-de-manejo-de-habitats-y-oespecies-esteros-y-algarrobales-del-rio-uruguay-rio-negro-proyecto-de-ingreso
93. www.segura.com/
94. tahinz.com/our-story/
95. www.wolwedans.com/
96. www.wolwedans.org/
97. www.borana.co.ke/conservancy/
98. maasaimaraconservancies.co.ke/
99. cottars.com/
100. www.seedballskenya.com/cottars-wildlife-conservation/4594243181
101. www.grootbos.com/en
102. www.fynbos.co.za/
103. caiman.com.br/en/ecological-refuge/
104. www.sospantanal.org.br/
105. cepeam.org.br/
106. www.arocha.org/en/
107. www.norfolkwildlifetrust.org.uk/wildlife-in-norfolk/churchyards
108. www.caringforgodsacre.org.uk/
109. www.jabalmoussa.org/
110. For example see: www.cali.gov.co/dagma/publicaciones/131788/-sistema-municipal-de-areas-protegidas---simap/
111. www.yolombo-antioquia.gov.co/NuestraAlcaldia/SaladePrensa/Paginas/SISTEMAS-LOCALES-DE-%C3%81REAS-PROTEGIDAS-SILAP.aspx
112. geo.sernanp.gob.pe/geoserver/principal.php
113. www.resnatur.org.co
114. www.fundacionpalmaritocasanare.org/
115. www.fundacionpalmaritocasanare.org/proyecto/caiman-llanero/ and www.iucn.org/sites/dev/files/content/documents/palmaritoprivatepas.pdf
116. www.cbd.int/
117. sustainabledevelopment.un.org/
118. www.protectedplanet.net
119. English: wcmc.io/WDPA_Manual/; Français: wcmc.io/WDPA_Manual_FR/; Español: wcmc.io/WDPA_Manual_ES/; русский: wcmc.io/WDPA_Manual_RU/; العربية: www.wcmc.io/WDPA_Manual_AR
120. protectedplanet.net/country/MX
121. www.environment.gov.au/land/nrs/science/capad
122. www.landtrustalliance.org/
123. elcn.eu/elcn/summary
124. www.alca.org.au/
125. ampaperu.info/
126. See: fforestal.sp.gov.br/programa-estadual-de-apoio-as-reservas-particulares-do-patrimonio-natural-completa-10-anos/ and frepesp.org.br/representatividade-2/
127. www.landtrustalliance.org
128. www.landtrustaccreditation.org/index.php
129. reservasprivadas.org.ar
130. www.resnatur.org.co/sobre-resnatur/proyectos-alianzas/proyecto-gef-g5/
131. www.landtrustaccreditation.org/
132. www.gstcouncil.org/gstc-criteria/gstc-destination-criteria
133. www.landconservationnetwork.org
134. www.lincolninst.edu
135. www.landscapesnamibia.org/sossusvlei-namib/
136. www.lincolninst.edu/
137. www.thelongrun.org/
138. www.namibrand.org/
139. www.pfi.org.cn/en/board/
140. www.laparios.com/
141. www.bfn.de/en/activities/national-natural-heritage.html
142. www.nrt-kenya.org/
143. iucnuk.wordpress.com/projects/putting-nature-on-the-map/
144. www.cbd.int/convention/articles.shtm?l?a=cbd-02; Translations of the text are available in Arabic, Chinese, English, French, Russian, Spanish
145. www.cbd.int/doc/c/9b1f/759a/dfcee171bd-46b06cc91f6a0d/sbstta-22-l-02-en.pdf; other language versions can be found at: <https://www.cbd.int/meetings/SBSTTA-22>

Glossário

Adicionalidade: a ação de impactos que não teriam ocorrido sem uma intervenção (Definições da UICN). Quando usado no contexto de áreas sob proteção privada, refere-se às ações de atores não estatais que complementam em vez de completar os sistemas de áreas protegidas administrados pelo estado (isto é, governança pelo governo).

Áreas indígenas e comunitárias conservadas (ICCs): ecossistemas naturais e/ou modificados, contendo valores significativos de biodiversidade, benefícios ecológicos e valores culturais, voluntariamente conservados por povos indígenas e comunidades locais, tanto sedentários quanto nômades, por meio de leis usuais em vigor ou outros meios eficazes.

Atores/Partes interessadas: no contexto de áreas protegidas, nos referimos às “partes interessadas” como atores que possuem interesses diretos ou indiretos e preocupações sobre essas áreas, mas não necessariamente gozam de um direito legal ou socialmente reconhecido a eles.

Autoridade de governança: a instituição, indivíduo, povos indígenas ou grupo comunitário ou outro órgão reconhecido como tendo autoridade e responsabilidade pela tomada de decisões e gestão de uma área.

Benefícios equitativos: refere-se ao impacto final dos esforços de desenvolvimento em ambos os sexos. Isso implica que os resultados devem ser igualmente acessados e utilizados por homens e mulheres. A igualdade de oportunidades não implica, necessariamente, que ambos os gêneros gozem dos mesmos benefícios (Definições da UICN).

Ciência cidadã: coleta e análise de dados relacionados ao mundo natural por membros do público em geral, tipicamente como parte de um projeto colaborativo com cientistas profissionais (Ellwood et al., 2017).

Conhecimento Ecológico Tradicional (CET): é um corpo cumulativo de conhecimentos e crenças, transmitido através de gerações de transmissão cultural, sobre a relação dos seres vivos (incluindo seres humanos) entre si e com o meio ambiente. Além disso, o CET é um atributo de sociedades com continuidade histórica em práticas de uso de recursos; em geral, são sociedades não industriais ou menos avançadas tecnologicamente, muitas delas indígenas ou tribais (International Development Research Centre, Canadá).

Conservação da natureza: neste contexto, a natureza refere-se sempre à biodiversidade, ao nível genético, das espécies e do ecossistema, e refere-se frequentemente à diversidade geológica, relevo e valores naturais mais amplos. No contexto de áreas protegidas, a conservação refere-se à manutenção *in situ* de ecossistemas e habitats naturais e

seminaturais e de populações viáveis de espécies em seu ambiente natural e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, no entorno onde elas desenvolveram suas propriedades distintivas (Dudley, 2008).

Convênio (Covenant): um acordo, contrato ou promessa escrita entre dois indivíduos que frequentemente constitui um compromisso de fazer ou abster-se de fazer alguma coisa. O indivíduo que faz a promessa ou acordo é conhecido como o cedente (*covenantor*), enquanto o indivíduo a quem tal promessa é feita é chamado de cedido (*covenantee*). Os convênios são, na verdade, um tipo de acordo contratual que, se validamente alcançado, é exequível por um tribunal. Eles podem ser expressos de modo a proibir certas ações e, nesses casos, às vezes são chamados de convênios negativos. Existem duas categorias principais de convênios na lei que rege as transações de bens imóveis: convênios com a terra e convênios por título. Diz-se que uma aliança é vinculada à terra no caso em que a aliança é anexada à propriedade e não pode ser separada da terra ou da terra transferida sem ela. Tal convênio existe se o proprietário original, bem como cada sucessor do imóvel, estiver sujeito a seu ônus ou tiver direito a seu benefício.

Detentores de direitos: no contexto de áreas protegidas, nos referimos aos “detentores de direitos” como atores socialmente dotados de direitos legais ou consuetudinários em relação à terra, água e recursos naturais.

Diagnóstico Ecológico Rápido (DER): de uma área terrestre ou região é um levantamento flexível, acelerado e direcionado de espécies e tipos de vegetação. Os DERs utilizam uma combinação de imagens de sensoriamento remoto, sobrevoo de reconhecimento, coleta de dados de campo e visualização de informações espaciais para gerar informações úteis para o planejamento de conservação em múltiplas escalas (Sayre et al., 2000).

Diversidade biológica/biodiversidade: a variabilidade entre os organismos vivos de todas as origens, incluindo, entre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte; isso inclui a diversidade dentro das espécies, entre as espécies e dos ecossistemas.

Ecoturismo: viagem e visitação responsável a áreas naturais que conservam o meio ambiente, sustentam o bem-estar da população local e envolvem interpretação e educação (Leung et al., 2018).

Equidade: busca o acesso das pessoas à igualdade de oportunidades e ao desenvolvimento de capacidades básicas; isto significa que as barreiras que impedem as oportunidades econômicas e políticas, bem como o acesso à

educação e aos serviços básicos, devem ser eliminadas, para que as pessoas (mulheres e homens de todas as idades, condições e posições) possam aproveitar tais oportunidades e benefícios deles. Isso significa justiça; isto é, dando a cada pessoa ou grupo aquilo que lhes é de direito, reconhecendo as condições ou características específicas de cada pessoa ou grupo humano (sexo, gênero, classe, religião, idade). É o reconhecimento da diversidade, sem dar razão para a discriminação (Definições da IUCN).

Fundo Rotativo: um fundo operado por uma entidade (tipicamente uma organização conservacionista) com o propósito de comprar terras privadas e depois revendê-las a compradores com mentalidade conservacionista, no processo adicionando um acordo de proteção perpétuo (por exemplo, convênio de conservação ou servidão) para proteger o valor de conservação da propriedade. As receitas da venda de terras são usadas para reabastecer o fundo, permitindo reinvestimento contínuo na proteção da terra (ver Hardy et al., 2018 a, b, c).

Governança: no contexto das áreas protegidas, a governança tem sido definida como: “as interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder é exercido, como as decisões são tomadas em questões de interesse público e como os cidadãos ou outras partes interessadas podem opinar” (Borrini- Feyerabend et al., 2013, p. 10). Os arranjos de governança são expressos por meio de estruturas legais e políticas, estratégias e planos de gestão; eles incluem os arranjos organizacionais para acompanhar políticas e planos e monitorar o desempenho. A governança abrange as regras de tomada de decisão, incluindo quem obtém acesso à informação e participa do processo de tomada de decisão, bem como as próprias decisões (Borrini- Feyerabend et al., 2004).

Land trust: uma instituição permanente de conservação da terra que visa proteger as terras e as águas que definem comunidades e enriquecem sua qualidade de vida. A land trust pode alcançar isso através do estabelecimento e monitoramento de servidões permanentes de conservação, garantindo que as proteções permaneçam em vigor, independentemente de quem possa possuir a terra no futuro. Uma land trust trabalha com os proprietários de terras para proteger os valores naturais de sua propriedade e garantir que a beleza cênica da área seja mantida para as gerações futuras. A propriedade protegida também pode ser doada por proprietários de terras, ou a land trust pode comprar a propriedade.

Proprietário da terra: no contexto dessas diretrizes, nos referimos aos proprietários de terras como os principais órgãos de governança responsáveis pela PPA. Como atualmente existem muito poucos exemplos de PPAs no bioma marinho, essas diretrizes usam esse termo predominantemente para abranger todas as PPAs, seja qual for o bioma ou ecossistema (marinho, terrestre ou de água doce) em que ocorrem. Usamos o termo “proprietário” quando a propriedade é claramente relevante para a melhor prática a ser discutida.

Redes: são usadas nestas diretrizes para discutir especificamente as muitas redes privadas de conservação de proprietários de PPAs que foram criadas em todo o mundo. As melhores práticas para essas redes são discutidas na Parte B, Seção 8 das diretrizes e ilustradas no Estudo de Caso 8 do Peru.

Servidão appurtenant/appendant: direito de usar uma propriedade adjacente que é transferida com a terra. A parcela de terra que se beneficia da servidão é a parte dominante. A parte serviente é a parcela de terra que fornece a servidão. A servidão contratante sempre é transferida com a terra a menos que o dono da parte dominante a libere. A terra sujeita à servidão é a propriedade servidora, a terra beneficiou a propriedade dominante. No entanto, se a servidão é realizada de forma incidente sobre a propriedade de alguma terra, é uma servidão appurtenant. As servidões appurtenant são geralmente as únicas ferramentas legais prontamente disponíveis para implementar servidões para as PPAs onde os sistemas de lei civil prevalecem. Os sistemas de direito civil são mais difundidos do que os sistemas de direito comum, que são encontrados apenas em países que são antigas colônias inglesas ou foram influenciados pela tradição anglo-saxônica.

Servidão de conservação: ato de transferência de um interesse em propriedade real para uma instituição de caridade qualificada que resulta em uma dedução fiscal em troca da contribuição. O objetivo é conservar ou proteger a terra ou seus recursos para as gerações futuras. No entanto, a servidão de conservação permite que os proprietários mantenham outros direitos de propriedade privada e vivam e usem suas terras. Uma servidão de conservação é juridicamente vinculativa. A servidão cria um acordo de preservação da terra legalmente aplicável entre um proprietário de terras e uma agência governamental. As restrições da servidão são vinculadas à terra. Servidões de conservação são obrigatórias para todos os futuros proprietários da propriedade. Para efeitos de PPAs, a servidão de conservação deve ser possibilitada pela legislação específica como um tipo de servidão em bruto (veja abaixo) que é transferido com a terra, ou criado entre duas parcelas de terra através de uma servidão complementar.

Servidão em bruto: uma servidão que beneficia um indivíduo e não está vinculada à terra. É um direito pessoal de seu detentor usar as terras de outra pessoa e isso não depende da propriedade de uma propriedade dominante. Uma servidão bruta não transfere com a propriedade quando é vendida. Além disso, o indivíduo que se beneficia da servidão não pode transferir a servidão. Uma servidão em valores brutos deve ser documentada para proteger ambas as partes. Colocar o acordo de servidão por escrito e definir a extensão e duração da servidão pode ajudar a evitar futuros mal-entendidos. As empresas de serviços públicos geralmente possuem servidões em bruto. Para fins de PPAs, as servidões de conservação em bruto precisam ser especificamente permitidas pela legislação como um

tipo especial de servidão que é transferida com a terra quando a propriedade muda.

Tipo de governança: os tipos de governança são definidos com base em “quem detém autoridade e responsabilidade administrativa e pode ser responsabilizado” por uma área protegida específica (Borrini-Feyerabend, 2004).

Título simples: título absoluto da terra, livre de quaisquer condições, limitações, restrições ou outras reivindicações contra o título, que pode vender ou passar para outro por vontade ou herança. Um título simples de taxa tem uma duração praticamente indefinida. É também chamado de título simples absoluto. Hoje, a lei pressupõe a intenção de conceder uma propriedade em título simples, a menos que uma indicação para impor condições ou limitações seja claramente indicada. É a forma mais comum de propriedade de imóveis em países de direito comum, e é o interesse de propriedade mais completo que se pode ter em imóveis. As iniciativas independentes baseadas em títulos simples em PPAs, por si só, geralmente não podem ser verificadas por terceiros e, portanto, sua transparência de intenção nem sempre é automaticamente evidente. As melhores práticas, neste caso, devem incluir o estabelecimento de restrições de conservação verificáveis publicamente que operam com a terra, e mecanismos de apoio financeiro de longo prazo, como fundos fiduciários dedicados que proporcionam custos futuros de administração.

Transferência de Direitos de Desenvolvimento

(TDD): uma técnica de zoneamento usada para proteger permanentemente recursos naturais e culturais, incluindo terras agrícolas, redirecionando o desenvolvimento que ocorreria nessas terras para áreas planejadas para acomodar o crescimento e o desenvolvimento. Os programas do TDD permitem que os proprietários de terras sejam compensados financeiramente pela escolha de não desenvolver algumas ou todas as suas terras. Esses proprietários de terras têm a opção de zonear o município para separar legalmente os “direitos de desenvolvimento” de suas terras e vender esses direitos a outro proprietário de terras para uso em outro local. A terra da qual os direitos de desenvolvimento foram cortados é permanentemente protegida através de uma servidão de conservação ou outra forma adequada de cláusula restritiva, e o valor de desenvolvimento da terra onde os direitos de desenvolvimento transferidos são aplicados é reforçado permitindo usos novos ou especiais, maior densidade ou intensidade, ou outra flexibilidade regulatória que o zoneamento sem a opção do TDD não teria permitido.

Turismo baseado na natureza: formas de turismo que usam recursos naturais de forma selvagem ou não desenvolvida. O turismo baseado na natureza é uma viagem com o propósito de desfrutar de áreas naturais não desenvolvidas ou vida silvestre (Leung et al., 2018).

Usufruto: direito em propriedade de outro, normalmente por tempo limitado ou até a morte. É o direito de usar a propriedade, aproveitar os frutos e a renda da propriedade, alugar a propriedade e cobrar as rendas, tudo isso com a

exclusão do proprietário subjacente. O usufrutuário tem todo o direito de usar a propriedade, mas não pode dispor da propriedade nem pode ser destruído. A extensão do usufruto é definida por acordo e pode ser por um prazo determinado, cobrindo apenas certas propriedades declaradas, pode ser definido para terminar se certas condições forem satisfeitas, como casamento de um filho ou novo casamento de um cônjuge, pode ser concedido para várias pessoas compartilharem em conjunto, e isso pode ser dado a uma pessoa por um período de tempo e a outra depois que algum evento declarado ocorrer. Como os usufrutos não são executados com a terra, mas referem-se apenas ao direito de uso e benefício da propriedade e têm duração e escopo limitados, seu uso em PPAs deve ser considerado como uma ferramenta de proteção transitória, até que uma ferramenta juridicamente vinculante mais robusta e permanente possa ser implementada.

Apêndice 1: PPAs e outras medidas de conservação efetiva baseadas em área

Na última década, surgiu uma nova designação de gestão para a conservação baseada na área. A Meta de Biodiversidade Aichi de 2020 da CDB refere-se a “*áreas protegidas ou outras medidas de conservação efetiva baseadas em área*”. A UICN tem estado envolvida centralmente na definição de Outras Medidas Efetivas de Conservação Baseadas em Áreas (OMECs). Conforme recomendado pelo CBD em 2018, o UNEP-WCMC começará a coletar dados sobre OMECs e integrá-los no WDPA ou em um banco de dados paralelo. Um resultado disso é que as iniciativas privadas de conservação que atendem à definição de um OMEC, mas não de uma PPA, serão elegíveis para serem relatadas ao WCMC-PNUMA sob a nova definição do OMEC.

O que é ‘Outra Medida Efetiva de Conservação Baseada em Área’?

Uma ‘Outra Medida Efetiva de Conservação Baseada em Área’ (OMEC) é definida na versão preliminar das recomendações à Conferência de Partes da CDB como: “uma área geograficamente definida que não seja uma Área Protegida, que é governada e gerenciada de forma a alcançar resultados positivos e sustentados em longo prazo para a conservação in situ da biodiversidade, com funções e serviços ecossistêmicos associados e, quando aplicável, valores culturais, espirituais, socioeconômicos e outros valores relevantes localmente”.¹⁴⁵

Distinção entre PPAs e OMECs privados

O relatório sobre os *Futuros das Áreas Particulares Protegidas* (Stolton et al., 2014) e as subsequentes orientações publicadas pelo Grupo Especialista em PPAs da WCPA (Bingham et al., 2017) deixaram muito claro que as PPAs são áreas que se encaixam na definição da área protegida da UICN. Uma PPA não pode ser uma OMEC e uma PPA; se satisfizer a definição de área protegida da UICN, é uma área protegida. Embora existam questões reconhecidas no cadastro de PPAs para bancos de dados nacionais e no Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (Bingham et al., 2017), isso não afeta a classificação de uma área. O esboço das Diretrizes da OMEC (IUCN, 2018) sugere que “*O critério diferencial é que as áreas protegidas devem ter um objetivo primário de conservação, enquanto uma OMEC deve garantir a conservação in-situ efetiva da biodiversidade, independentemente de seus objetivos*”. Algumas jurisdições, incluindo a Austrália e África do Sul, já determinaram os tipos de acordos de conservação de terras privadas que se qualificariam como PPA e OMEC em categorias de terras privadas (Mitchell et al., 2018). Tanto as áreas sob proteção privada quanto as OMECs privadas têm o potencial de se complementarem em paisagens terrestres e marinhas e contribuir significativamente para os

aspectos qualitativos e quantitativos da Meta Aichi 11. Além disso, as OMECs podem atuar como degraus para a obtenção de PPAs (ver Quadro 9).

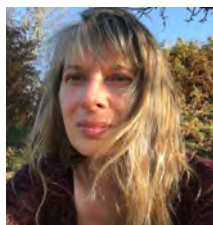
Quadro 9

Transição de uma OMEC para uma PPA: um exemplo da África do Sul

Embora exista uma clara distinção entre OMECs e PPAs, as OMECs podem ser usadas como degraus para a declaração da PPA. Um proprietário de terras privadas na África do Sul estava interessado em declarar sua propriedade, que incluía 1.900 ha de pastagens fragmentadas no sul de KwaZulu-Natal, como uma PPA sob o programa de gestão de biodiversidade (ver Estudo de Caso 10 da África do Sul). No entanto, ele estava hesitante em relação à capacidade do governo de cumprir suas obrigações de apoio à PPA. Facilitado através da BirdLife África do Sul, ele concordou em assinar primeiro um Acordo de Biodiversidade, que é uma categoria inferior sob a responsabilidade da biodiversidade e atende à descrição de uma OMEC. Após dois anos, durante os quais o proprietário de terras desenvolveu um relacionamento mais seguro com o governo e ONGs parceiras, ele se sentiu à vontade para começar a negociar uma declaração de reserva natural com o governo através da BirdLife África do Sul (Mitchell et al., 2018).



Brent A. Mitchell é vice-presidente sênior do Centro Atlântico para o Meio Ambiente da Fundação Quebec Labrador, com sede em Massachusetts, EUA. No início de sua carreira, ele trabalhou como biólogo de campo para a mais antiga land trust da América, o *The Trustees of Reservations*. Desde que ingressou na QLF em 1987, ele promoveu abordagens privadas para administração da natureza por meio de projetos e intercâmbios em mais de 50 países. Brent preside o Grupo de Especialistas em Áreas sob Proteção Privada e Gestão da Natureza da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN. Ele também é sócio-fundador do Stewardship Institute do Serviço Nacional de Parques (EUA).



Sue Stolton montou a Equilibrium Research com Nigel Dudley em 1991. O interesse da Sue em PPAs remonta a mais de 20 anos. Em 1999, ela coeditou com Nigel Dudley o livro *Parcerias para Proteção*, que destacou novas estratégias para o planejamento e gestão de áreas protegidas, enfatizando a necessidade de governança de áreas protegidas para abranger uma seção muito mais ampla da sociedade. Isto foi seguido por um relatório sobre PPAs de empresas para o WWF. Em 2013-2014, ela liderou, com Kent Redford e Nigel Dudley, o relatório *Os Futuros das Áreas Particulares Protegidas*, que estabeleceu as bases para essas diretrizes. Sue e Nigel esperam um dia tornarem-se proprietários parceiros em uma PPA. Enquanto isso, eles estão ativamente envolvidos em várias das PPAs que formam a Reserva da Biosfera Dyfi no meio do País de Gales, no Reino Unido.



Juan Bezaury-Creel é o Representante do México e Diretor de Assuntos Externos da The Nature Conservancy. Antes de ingressar na Conservancy, Bezaury trabalhou como representante do país e diretor do Programa World Wildlife Fund Mexico, como diretor executivo da organização mexicana sem fins lucrativos Amigos de Sian á na costa caribenha do México e com agências governamentais mexicanas encarregadas de proteção ambiental. Mexicano nativo e arquiteto com experiência em planejamento urbano e regional, Bezaury é membro do Conselho Nacional de Áreas Protegidas, do Fundo Nacional de Biodiversidade da Comissão Florestal, do Conselho Técnico do Fundo para a Borboleta Monarca e do Fundo Mesoamericano de Recifes. Ele também faz parte do conselho de várias ONGs mexicanas. A partir de 1974, Bezaury gerenciou uma pequena PPA de uma família. Ele projetou e implementou uma transferência do mecanismo de direitos de desenvolvimento que limita o desenvolvimento na costa da Reserva da Biosfera de Sian Ka'an e proíbe qualquer desenvolvimento nas parcelas de terra mais significativas do ponto de vista biológico, enquanto permite que os proprietários sejam compensados pela venda de seus direitos de desenvolvimento. Mais adiante, ele colaborou com os legisladores e agências ambientais do México na definição e estabelecimento de um processo de certificação que reconhece o valor dos esforços de conservação privados e comunitários e esteve diretamente envolvido na incorporação de uma porção considerável das PPAs certificadas do México. Ele ajudou a estabelecer a Iniciativa de Conservação de Terras Privadas do México da TNC, juntamente com ONGs parceiras de conservação locais, a maioria das quais agora desenvolveu redes regionais de conservação de terras privadas e sociais significativas.



Heather C. Bingham está sediada no Centro de Monitoramento da Conservação Mundial da ONU para o Meio Ambiente (WCMC-PNUMA), onde trabalha há cinco anos na manutenção do Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (WDPA). Heather é responsável por coordenar o trabalho do WCMC-PNUMA na documentação de áreas protegidas sob a governança de povos indígenas, comunidades locais e atores privados. Ela supervisionou o desenvolvimento de processos de verificação de dados de fontes não governamentais e o redesenho do esquema WDPA para melhor refletir a diversidade de áreas protegidas. Esses avanços permitiram que o WDPA acomodasse dados diretamente de uma ampla gama de atores de governança, salvaguardando a qualidade e a precisão do banco de dados. Heather tem mestrado em Biologia com Conservação e Biodiversidade pela Universidade de Sheffield.



Tracey Cumming é consultora técnica da Iniciativa Financeira para Biodiversidade (BIOFIN) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Vinda da África do Sul, Tracey tem mais de quinze anos de experiência em política de biodiversidade e finanças da biodiversidade, com experiência particular em áreas protegidas privadas e comunitárias, incentivos e integração da biodiversidade na agenda nacional de desenvolvimento. Tracey foi Conselheira de Política de Biodiversidade e Administração com a SANBI por vários anos na África do Sul, onde liderou o fornecimento de assessoria técnica, estratégica e jurídica ao programa nacional de Biodiversidade para interessados nacionais, provinciais e de ONGs, incluindo a criação de uma comunidade de prática em torno da administração da biodiversidade em todo o país. Tracey é graduada em Economia e Ciência Ambiental e mestre em Ciências Ambientais.



Nigel Dudley foi autônomo a maior parte de sua vida profissional e trabalhou por muitos anos em parceria com Sue Stolton na Equilibrium Research. Naquela época, ele colaborou com ONGs, agências da ONU, doadores internacionais e governos em mais de 70 países e escreveu vários artigos, relatórios e livros. Ele foi editor de Diretrizes para Aplicação de Categorias de Gerenciamento de Áreas Protegidas e coautor do guia de melhores práticas da UICN sobre Governança de Áreas Protegidas: do entendimento à ação, ambos os quais consideraram questões relacionadas a quem está tomando decisões sobre proteção. Nigel também fez parte da equipe que reuniu o relatório O Futuro das Áreas sob proteção privada, que forma o pano de fundo das diretrizes atuais e reflete um interesse de longo tempo em iniciativas privadas de conservação como voluntário local, membro de ONGs e defensor da natureza. Nigel é um membro adjunto da Universidade de Queensland e membro do comitê de direção da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN.



James A. Fitzsimons é Diretor de Conservação do Programa Australiano da The Nature Conservancy, onde supervisiona as funções de planejamento, ciência, implementação e políticas de conservação da organização para esse país. Isso inclui importantes programas de conservação nas vastas savanas tropicais do norte da Austrália, os diversos desertos centrais, os estuários temperados do sul da Austrália, as zonas úmidas e as várzeas da Bacia Murray-Darling e as paisagens urbanas. Ele é professor adjunto na Deakin University e publica amplamente sobre planejamento prático de conservação e política e legislação de conservação de áreas protegidas, e co-editou quatro livros (Inovação para Conservação do Século 21, Conectando as Paisagens da Austrália, Valorizando a Natureza: Áreas Protegidas e Serviços Ecosistêmicos e Grande, Ousado e Azul: Lições das Áreas Marinhas Protegidas da Austrália). Ele regularmente aconselha os governos sobre questões de política de áreas protegidas nos níveis estadual, nacional e internacional. Antes de ingressar na The Nature Conservancy, ele era um oficial de projeto sênior do Conselho de Avaliação Ambiental de Victoria, que desenvolveu recomendações para áreas protegidas e uso público da terra ao longo do maior rio, o Murray. Antes disso, ele trabalhou no Departamento de Sustentabilidade e Meio Ambiente de Victoria, onde trabalhou em questões de áreas protegidas e políticas de conservação e foi fundamental na seleção e compra de pastagens ameaçadas, florestas cobertas e zonas úmidas para adição ao Sistema de Reserva Nacional, aumentando significativamente a reserva desses ecossistemas no sudeste da Austrália. Ele é proprietário, gerencia e conduz pesquisas em uma PPA de 130 ha contendo uma gama de ecossistemas e espécies ameaçadas no sudeste da Austrália.



Delphine Malleret-King atualmente lidera o , uma organização filantrópica baseada no Reino Unido que apóia uma rede global de PPAs voltadas para o turismo, fornecendo uma plataforma para troca de conhecimento e defesa, bem como um padrão líder para PPAs, o padrão Global Ecosphere Retreats®. Delphine estudou Economia do Desenvolvimento na França e, em seguida, realizou seus estudos de pós-graduação em conservação marinha no Reino Unido e no Quênia. Com base no Quênia, ela trabalha há mais de 20 anos na interface de áreas protegidas (governo, comunidade e PPAs) e comunidades como consultora autônoma na África e além, focada na conservação marinha e terrestre, no envolvimento da comunidade e no monitoramento do impacto sócio-econômico para organizações locais, nacionais e internacionais. Antes de ingressar no Long Run como chefe de assistência técnica em 2014, ela ajudou a administrar o Laikipia Wildlife Forum (Quênia) por seis anos, reunindo áreas protegidas comunitárias, PPAs e outros usuários da terra sob uma visão de proteger a integridade do ecossistema Ewaso e apoiar o desenvolvimento social e econômico. Ela se mudou para o Reino Unido para ocupar o cargo de CEO da em 2016.



Kent H. Redford é diretor da Archipelago Consulting (archipelagoconsulting.com) fundada em 2012 e sediada em Portland, Maine, EUA. A Archipelago Consulting foi criada para ajudar indivíduos e organizações a melhorar sua prática de conservação e trabalhou com o Global Environment Facility, o Serviço Nacional de Parques dos EUA, a Fundação Moore, a MacArthur Foundation, a Packard Foundation e a American Zoo and Aquarium Association, entre outros. Antes da Archipelago Consulting, Kent passou 14 anos na Wildlife Conservation Society (WCS) em Nova York. Anteriormente, ele passou cinco anos como chefe de Ciência e Administração na Divisão Latino-Americana da The Nature Conservancy, onde estava encarregado do programa Parques em Perigo. Ele iniciou sua carreira com uma década no corpo docente da Universidade da Flórida, onde foi um dos fundadores do Programa de Estudos em Conservação Tropical e dos Programas de Conservação e Desenvolvimento Tropical. Ele recebeu seu Ph.D. em Biologia pela Universidade de Harvard. Kent trabalhou em questões de áreas protegidas ao longo de sua carreira e foi co-autor (com Sue Stolton e Nigel Dudley) de Futuro das Áreas sob Proteção Privada, da UICN em 2014. Atualmente, ele atua como presidente da Força Tarefa da UICN em Biologia Sintética e Conservação da Biodiversidade.



Pedro Solano é especialista em direito ambiental com mais de 30 anos de experiência de trabalho em questões de conservação. Durante esses anos, ele desenvolveu especialização em diferentes assuntos relacionados a áreas naturais protegidas, estratégias de conservação privadas e comunitárias, ecoturismo, mudanças climáticas e governança ambiental. Pedro participou diretamente do desenho e formulação do marco legal peruano para o sistema de áreas naturais protegidas e para a regulamentação do patrimônio natural; e lançou a Iniciativa de Conservação de Base Privada e Comunitária em 2005 para promover o projeto e a gestão de PPAs no Peru, gerando um aumento de PPAs de apenas 2 para quase 250 atualmente. Ele é frequentemente convidado para dar palestras e conferências e ministrar cursos para universidades e agências nacionais e internacionais. Publicou mais de 10 livros e centenas de artigos sobre temas relacionados ao patrimônio natural, áreas protegidas, conservação voluntária, mudanças climáticas e legislação ambiental. Ele é membro da IUCN WCPA e da Comissão Mundial de Direito Ambiental, bem como do Grupo de Especialistas da UICN em PPAs. Atualmente é diretor executivo da Sociedade Peruana de Direito Ambiental (SPDA), uma organização líder na América Latina fundada em 1986, onde trabalha desde 1988. Ele também é membro do conselho da Associação de Conservação da Amazônia (ACA), a Associação de Conservação da Bacia Amazônica (ACCA) e a Associação Interamericana de Defesa Ambiental (AIDA).

Sesc | Serviço Social do Comércio

Presidência do Conselho Nacional

José Roberto Tadros

Departamento Nacional do Sesc

Direção-Geral

José Carlos Cirilo

Polo Socioambiental Sesc Pantanal

Gerente-geral

Cristina Cuiabália Neves

Coordenador da Assessoria de Comunicação e Relacionamento

Rodrigo Tavares Leite

Jovem Aprendiz da Assessoria de Comunicação e Relacionamento

Larissa Cristiane Lara

Assessoria de Imprensa - Cafeína Conteúdos Inteligentes

Gabriela Sant'Ana

Tradução e Revisão

Larissa Stoner

Cristina Cuiabália Neves

Flávio Ojidos

Larissa Lara

Diagramação

João Guilherme



Polo
Socioambiental
Sesc Pantanal



UNIÃO INTERNACIONAL PARA A
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

SEDE MUNDIAL
Rue Mauverney 28
1196 Gland, Suíça
Tel: +41 22 999 0000
Fax: +41 22 999 0002
www.iucn.org



PRIVATELY
PROTECTED AREAS
PRIVATE MEANS - PUBLIC BENEFIT